



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

NATALY DE QUEIROZ LIMA

**DIREITOS EM BITS: redes sociais, comunicação e incidência política  
na Marcha das Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita**

Recife

2018

NATALY DE QUEIROZ LIMA

**DIREITOS EM BITS: redes sociais, comunicação e incidência política  
na Marcha das Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

**Área de concentração:** Comunicação

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife

2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

|       |   |
|-------|---|
| L732d | <p>Lima, Nataly de Queiroz</p> <p>Direitos em bits: redes sociais, comunicação e incidência política na Marcha das Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita / Nataly de Queiroz Lima. – Recife, 2018.</p> <p>250f.: il.</p> <p>Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Redes sociais. 2. Novos movimentos sociais. 3. Comunicação. 4. Processos sociopolíticos. 5. Incidência política. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.</p> <p>302.23 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CAC 2019-54)</p> |
|-------|---|

NATALY DE QUEIROZ LIMA

**DIREITOS EM BITS: redes sociais, comunicação e incidência política  
na Marcha das Vadias Recife e no Movimento Ocupe Estelita**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em: 28/02/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Giovana Borges Mesquita (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Ana Maria da Conceição Veloso (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Paulo Carneiro da Cunha (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco



## AGRADECIMENTOS

A construção desta tese se constituiu em um esforço epistemológico de entendimento da realidade atual, visando colaborar com o fortalecimento da ação política dos movimentos sociais em busca de um mundo mais justo, equitativo e digno para as pessoas. Foi um esforço antes de tudo, de cuidado e de preocupação com o meu entorno. O trajeto percorrido, ao longo desses quatro anos, foi longo, desmitificador, engrandecedor, mas, muitas vezes, desgastante e dolorido. Impressionante como em 250 páginas cabem batalhas invisíveis e inenarráveis: com os objetos de estudo, com os autores, com as minhas convicções, com a vida laboral, com o tempo fugidio, com a maternagem, com o cenário devastador da política nacional e mundial. Em quatro anos eu tive uma filha, mudei de emprego, assisti ao *impeachment* controverso de uma presidenta eleita democraticamente, a ascensão de um governo ilegítimo, aos retrocessos na seguridade social dos(as) trabalhadores(as), a saída do Brasil do Mapa da Fome (2014) e ao seu retorno três anos depois. Foi muito tempo, com muitas mudanças rápidas e impossível seria ter logrado seu final sem o apoio de tantas pessoas próximas e queridas, as quais preciso agradecer neste momento.

A minha família, em especial a Gabriel, Malu e Daniel, meu tripé de apoio, amor, força e renovação de energia.

Ao meu orientador Heitor Rocha, cuja trajetória acadêmica se cruza com a minha desde a graduação. São quase 20 anos de debates acalorados. Gratidão, querido!

A Paulo Cunha, Marcos Costa Lima e Alfredo Vizeu, membros da minha banca de qualificação, pelo tempo dedicado a leitura do meu material e por todas as contribuições.

As minhas amigas mais próximas, verdadeiros presentes que a vida me deu, apoiadoras nos momentos difíceis e companheiras de sorrisos, Alana Moreira, Rossana Menezes, Carol Rodrigues, Catarina Cursino, Laís Ferreira, Mariana Banja, Suelen Franco, Lis Lemos, Nathália Diorgenes e Jaqueline Pinheiro.

A Cecília Almeida, pelas trocas, piadas e assistência nos momentos de desespero com o excel e as tabelas dinâmicas. Tu és a pessoa de humanas mais de exatas que conheço.

A Ana Veloso, que está sempre me impulsionando adiante e adiante.

Aos(às) meus(minhas) colegas de trabalho nas Faculdades Integradas Barros Melo e na Uninassau.

A todas(os), meu muito obrigada!

## RESUMO

Esta tese busca entender como os novos movimentos sociais têm se apropriado das redes sociais digitais para incidir politicamente. Mais especificamente, a partir do estudo da ação do Movimento Ocupe Estelita e da Marcha das Vadias Recife no Facebook, se pretende identificar: a) as ferramentas comunicacionais prioritárias adotadas pelos movimentos nas redes; 2) as estratégias e táticas comunicacionais desenvolvidas e sua relação com as características morfológicas e políticas dos movimentos; c) o papel das identidades sociais nas redes de comunicação tecidas por esses novos coletivos. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo em Comunicação Social, que combina métodos de coleta e tratamento de dados, tendo como viés central a etnografia de rede. Seu *corpus* prioritário consiste no estudo das dinâmicas de postagem e interações nas *fanpages* dos dois movimentos entre os anos de 2014 e 2016. Diante do desafio posto, esta pesquisa se valeu dos aportes de pesquisadores como Stuart Hall, Manuel Castells, José van Dijck, Maria da Glória Gohn e Boaventura de Souza Santos, dentre outros. A pesquisa demonstra como os processos de incidência política na sociedade em rede não podem prescindir do campo da comunicação como arena de luta, no entanto é preciso considerar o cenário contingencial de apropriação das TIC por parte dos movimentos sociais no Sul Global.

Palavras-chave: Redes sociais. Novos movimentos sociais. Comunicação. Processos sociopolíticos. Incidência política.

## **ABSTRACT**

This thesis seeks to understand how the new social movements have appropriated digital social networks to influence politically. More specifically, from the study of the action of the Movimento Ocupe Estelita and the Marcha das Vadias Recife on Facebook, it is intended to identify: a) the priority communication tools adopted by the movements in the networks; 2) the communication strategies and tactics developed and their relation with the morphological and political characteristics of the movements; c) the role of social identities in the networks of communication woven by these new collectives. It is a qualitative and quantitative research in Social Communication, which combines methods of data collection and treatment, with a network ethnography as its central methodology. It's priority corpus consists of the study of the dynamics of posting and interactions in the fanpages of the two movements between the years 2014 and 2016. It's priority corpus consists of the study of the dynamics of posting and interactions in the fanpages of the two movements between the years 2014 and 2016. Faced with the challenge posed, this research was based on the contributions of researchers such as Stuart Hall, Manuel Castells, José van Dijck, Maria Glória Gohn and Boaventura de Souza Santos, among others. The research shows how the processes of political influence in the network society can not dispense with the field of communication as an arena of struggle, however, it is necessary to consider the contingent scenario of appropriation of ICT by social movements in the Global South.

**Keywords:** Social networks. New social movements. Communication. Sociopolitical processes. Advocacy.

## **LISTA DE QUADROS**

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Tipos de páginas/segmentos no Facebook           | 28  |
| Quadro 2 – As mídias e seus usos (ENZENSBERGER, 2003, p.67) | 110 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Níveis de expansão das TIC por grandes regiões (UIT, 2016)                                 | 124 |
| Gráfico 2 - Domicílios com computador, por área, região, renda familiar e classe social (CGI.br, 2016) | 126 |
| Gráfico 3 – Atividades realizadas na internet (CGI.br, 2016)   | 127 |
| Gráfico 4 – Fluxo de postagens e reações da Marcha das Vadias Recife 2014-2016                         | 139 |
| Gráfico 5 – Fluxo dos temas postados pela Marcha das Vadias Recife 2014 - 2016                         | 141 |
| Gráfico 6 – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2014                                    | 142 |
| Gráfico 7 – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2015                                    | 146 |
| Gráfico 8 – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2016                                    | 148 |
| Gráfico 9 – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2014                                  | 153 |
| Gráfico 10 – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2015                                 | 159 |
| Gráfico 11 – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2016                                 | 164 |
| Gráfico 12 - Temas prioritários das postagens da MVR entre 2014-2016                                   | 174 |
| Gráfico 13 – Formato das postagens da MVR entre 2014-2016  | 176 |
| Gráfico 14 – Fluxo de postagens e reações do MOE 2014-2016   | 189 |
| Gráfico 15 – Temas das postagens do MOE em 2014  | 192 |
| Gráfico 16 – Temas das postagens do MOE em 2015  | 202 |
| Gráfico 17 – Temas das postagens do MOE em 2016  | 210 |
| Gráfico 18 – Formato das postagens do MOE em 2014  | 213 |
| Gráfico 19 – Formato das postagens do MOE em 2015  | 218 |
| Gráfico 20 – Formato das postagens do MOE em 2016  | 224 |
| Gráfico 21 – Temas prioritários das postagens do MOE entre 2014-2016                                   | 234 |
| Gráfico 22 – Formato das postagens do MOE entre 2014-2016  | 235 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Fluxograma do percurso metodológico                               | 32  |
| Figura 2 – Convocatória para comunicadores(as)                               | 133 |
| Figura 3 – Perfis institucionais da Marcha das Vadias Recife                 | 137 |
| Figura 4 – Campanha de carnaval 2014 – Marcha das Vadias Recife              | 143 |
| Figura 5 – Postagens da Marcha no mês de maio/2016                           | 150 |
| Figura 6 – Primeira postagem da MVR com maior engajamento - 2014             | 155 |
| Figura 7 – Segunda postagem da MVR com maior engajamento - 2014              | 155 |
| Figura 8 – Comentários silenciadores   | 156 |
| Figura 9 – Comentários na postagem envolvendo a Igreja Católica              | 157 |
| Figura 10 – Terceira postagem com maior índice de engajamento em 2014        | 158 |
| Figura 11 – Quarta postagem com maior índice de engajamento em 2014          | 158 |
| Figura 12 – Quinta postagem com maior índice de engajamento em 2014          | 158 |
| Figura 13 – Primeira postagem da MVR com maior engajamento em 2015           | 160 |
| Figura 14 – Segunda postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015  | 161 |
| Figura 15 – Terceira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015 | 161 |
| Figura 16 – Quarta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015   | 161 |
| Figura 17 – Quinta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015   | 161 |
| Figura 18 – Ataque <i>hater</i> (Caso Olinda Lost)                           | 162 |
| Figura 19 – Comentários do ataque <i>hater</i> (Caso Olinda Lost)            | 163 |
| Figura 20 – Primeira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016 | 165 |
| Figura 21 – Segunda postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016  | 166 |
| Figura 22 – Terceira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016 | 166 |
| Figura 23 – Quarta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016   | 167 |
| Figura 24 – Quinta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016   | 167 |
| Figura 25 – Grafo da rede da MVR   | 169 |
| Figura 26 - Grafo da rede da MVR 2   | 172 |
| Figura 27 – Comentário de internauta   | 175 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 28 – Postagem de convite às mulheres e afeminadas                     | 175 |
| Figura 29 – Chamada da MVR para envio de vídeos                              | 177 |
| Figura 30 – Comentário sobre Caso Abdelmassih                                | 179 |
| Figura 31 – Artistas apoiam MOE (Ney Matogrosso)                             | 184 |
| Figura 32 – Artistas apoiam MOE (Sérgio Mamberti)                            | 184 |
| Figura 33 – Fanpage do Movimento Ocupe Estelita                              | 187 |
| Figura 34 – Chamada para ação – MOE 2014                                     | 193 |
| Figura 35 – Campanha Você se #ocupa com o Recife?                            | 194 |
| Figura 36 – Pedido de apoio às(aos) acampadas(os)                            | 194 |
| Figura 37 – Campanha #negociaprefeito  | 195 |
| Figura 38 – Postagem sobre censura nas redações jornalísticas                | 196 |
| Figura 39 – Postagem sobre debates descentralizados                          | 197 |
| Figura 40 – Postagem sobre o apoio de Marília Arraes e repercussão           | 198 |
| Figura 41 – Prefeitura desonesta   | 199 |
| Figura 42 – Articulação com outras experiências nacionais e internacionais   | 200 |
| Figura 43 – Campanha #nãoovaitercdu  | 202 |
| Figura 44 – Campanha Põe a cara no sol                                       | 203 |
| Figura 45 – Chamada para ato Ressurgir                                       | 204 |
| Figura 46 – Tuitaço #assinaministro atinge trend nacional do Twitter         | 205 |
| Figura 47 – Postagens sobre o modelo de política vigente                     | 207 |
| Figura 48 – Evento “O que dizem as ruas”                                     | 212 |
| Figura 49 – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014 | 214 |
| Figura 50 – Comentários de internautas                                       | 214 |
| Figura 51 – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014  | 215 |
| Figura 52 – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014 | 216 |
| Figura 53 – Quarta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014   | 217 |
| Figura 54 – Quinta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014   | 217 |
| Figura 55 – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015 | 219 |
| Figura 56 – Comentários favoráveis ao clipe Apocalipse Recife                | 219 |
| Figura 57 – Comentários críticos ao clipe Apocalipse Recife                  | 220 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 58 – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015  | 221 |
| Figura 59 – Comentários favoráveis ao Projeto Novo Recife                    | 221 |
| Figura 60 – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015 | 222 |
| Figura 61 – Quarta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015   | 223 |
| Figura 62 – Quinta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015   | 223 |
| Figura 63 – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016 | 225 |
| Figura 64 – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016  | 226 |
| Figura 65 – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016 | 227 |
| Figura 66 – Quarta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016   | 228 |
| Figura 67 – Quinta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016   | 228 |
| Figura 68 – Grafo das redes tecidas pelo MOE                                 | 230 |



## SUMÁRIO

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>2</b>     | <b>DO IDEAL À PRÁTICA: UMA BREVE (E NECESSÁRIA) REVISITAÇÃO DOS SENTIDOS DA POLÍTICA E DA DEMOCRACIA .....</b> | <b>35</b>  |
| 2.1          | A ESFERA PÚBLICA E O PODER COMUNICATIVO: ELEMENTOS POLÍTICOS IMPRESCINDÍVEIS À DEMOCRACIA .....                | 38         |
| 2.2          | A DEMOCRACIA E OS SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL .....                                   | 45         |
| 2.3          | O “NÓS” DA DEMOCRACIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLÍTICA DAS MULTIDÕES .....                                  | 51         |
| 2.4          | DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA (E PARA OS SUJEITOS POLÍTICOS) NO SÉCULO XXI .....                                  | 57         |
| <b>3</b>     | <b>AS IDENTIDADES E SEUS PILARES POLÍTICOS .....</b>   | <b>62</b>  |
| 3.1          | MODERNIDADE: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS .....   | 66         |
| 3.2          | O MULTICULTURALISMO, A COMUNICAÇÃO E AS POLÍTICAS DE IDENTIDADE .....  | 72         |
| 3.3          | A MARCHA DAS VÁDIAS E AS IDENTIDADES DE GÊNERO .....   | 77         |
| <b>3.3.1</b> | <b>O feminismo renovado, os feminismos na Marcha das Várias .....</b>  | <b>84</b>  |
| 3.4          | O OCUPA ESTELITA E O DIREITO À CIDADE .....  | 91         |
| <b>3.4.1</b> | <b>Movimentos urbanos e as identidades do Ocupa Estelita .....</b>   | <b>99</b>  |
| <b>4</b>     | <b>COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SOCIEDADE EM REDE .....</b>  | <b>107</b> |
| 4.1          | AS REDES ENQUANTO ESTRUTURAS SOCIAIS .....   | 112        |
| 4.2          | A SOCIEDADE EM REDE E SUAS RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS .....  | 116        |
| 4.3          | A SOCIEDADE EM REDE E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A COMUNICAÇÃO NO CERNE DAS DISPUTAS .....                   | 118        |
| 4.4          | AS BRECHAS DIGITAIS: O BRASIL NA ERA DAS REDES .....   | 123        |
| <b>4.4.1</b> | <b>As apropriações das tecnologias nas organizações da sociedade civil brasileiras .....</b>                   | <b>129</b> |
| <b>5</b>     | <b>AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA MARCHA DAS VÁDIAS RECIFE .....</b>   | <b>132</b> |

|       |   |            |
|-------|---|------------|
| 5.1   | FOCANDO O OLHAR: A MARCHA DAS VADIAS RECIFE NO FACEBOOK .....   | 136        |
| 5.2   | A AÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS RECIFE NO FACEBOOK: A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO .....  | 139        |
| 5.2.1 | <b>A produção de conteúdo da MVR em 2014 .....</b>  | <b>142</b> |
| 5.2.2 | <b>A produção de conteúdo da MVR em 2015 .....</b>  | <b>145</b> |
| 5.2.3 | <b>A produção de conteúdo da MVR em 2016 .....</b>  | <b>148</b> |
| 5.3   | FORMATOS DAS POSTAGENS E INTERAÇÕES COM SEGUIDORES(AS) E CURTIDORES(AS) .....   | 152        |
| 5.4   | OS OUTROS NÓS: AS REDES TECIDAS COM SUJEITOS COLETIVOS NO FACEBOOK .....  | 167        |
| 5.5   | AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS RECIFE COMO PONTO DE PARTIDA PARA REFLETIR SOBRE A INCIDÊNCIA DOS NOVOS FEMINISMOS NAS REDE SOCIAIS DIGITAIS ..... | 173        |
| 6     | <b>AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA .....</b>  | <b>182</b> |
| 6.1   | FOCANDO O OLHAR: O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NO FACEBOOK .....   | 186        |
| 6.2   | A AÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NO FACEBOOK: A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO .....  | 188        |
| 6.2.1 | <b>A produção de conteúdo do MOE em 2014 .....</b>  | <b>189</b> |
| 6.2.2 | <b>A produção de conteúdo do MOE em 2015 .....</b>  | <b>200</b> |
| 6.2.3 | <b>A produção de conteúdo do MOE em 2016 .....</b>  | <b>208</b> |
| 6.3   | FORMATO DAS POSTAGENS E INTERAÇÕES COM SEGUIDORES(AS) E CURTIDORES(AS) .....  | 213        |
| 6.4   | OS OUTROS NÓS: AS REDES TECIDAS COM SUJEITOS COLETIVOS NO FACEBOOK .....  | 229        |
| 6.5   | AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA COMO PONTO DE PARTIDA PARA REFLETIR SOBRE O DIREITO À CIDADE NAS REDES SOCIAIS .....                        | 231        |
| 7     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>237</b> |
|       | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>245</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O século XXI se inicia lançando o desafio de entendermos as transformações no mundo em que vivemos e prospectar seus possíveis desdobramentos. A crise global do capital gera impactos locais nas populações; os Estados nacionais já enfraquecidos assistem ao esfacelamento político dos blocos regionais; a abundância de informações e a atemporalidade da internet reconfiguram, intermitentemente, as relações sociais; e novos movimentos sociais surgem para reivindicar velhos e novos direitos que as antigas estruturas sociais não conseguiram conquistar (ou manter), num lastro cada vez mais global, mas com fortes vínculos com as culturas e problemáticas locais.

É nesse contexto que esta tese busca entender como os novos movimentos sociais têm se apropriado das redes sociais digitais para incidir politicamente. Mais especificamente, a partir do estudo da ação do Movimento Ocupe Estelita (MOE) e da Marcha das Vadias Recife (MVR) no Facebook, se pretende identificar: a) as ferramentas comunicacionais prioritárias adotadas pelos movimentos nas redes; 2) as estratégias e táticas comunicacionais desenvolvidas e sua relação com as características morfológicas e políticas dos movimentos; c) o papel das identidades sociais nas redes de comunicação tecidas por esses novos coletivos.

A necessidade da diferenciação entre estratégias e táticas de comunicação desenvolvidas pelos movimentos surgiu a partir da resposta de um dos entrevistados desta pesquisa, o qual, referenciando Michel de Certeau (2008), afirmou que eles possuem mais táticas do que estratégias. Tal colocação se situa no contexto de reconhecimento das desigualdades estruturais das sociedades, onde um determinado grupo social “forte” desenvolve estratégias “capazes de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTOU, 2008, p. 46). Mas a perspectiva do autor também destaca as resistências dos grupos “fracos”, os quais se apropriam de matizes das estratégias dos mais fortes por meio das táticas. Essas ações são, em geral, de curta duração e se aproveitam da estratégia do grupo mais poderoso em um dado momento para conquistar algo, ainda que a conquista seja temporária. “(...) a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para o transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhes são estranhas”. (CERTOU, 2008, p. 46)

Em todo o mundo, esse jogo de resistências no espaço de fluxos das redes sociais digitais ganhou notoriedade a partir do ano de 2011. A Primavera Árabe, no Oriente Médio e Norte da África, o *Ocuppy Wall Street*, nos Estados Unidos, e os Indignados, na Espanha,

demonstraram a potência de sujeitos políticos, articulados em pautas que são, ao mesmo tempo, globais e locais. O espaço público das cidades e os direitos civis negados pelas velhas elites, agora ainda mais fortalecidas pela globalização, foram os motes para uma onda de protestos que se espalhou pelo mundo.

No mesmo ano, a Marcha das Vadias se inicia no Canadá e se espalha em todo o mundo, em uma reação ao sexismo que revitimiza, no discurso e na prática, mulheres agredidas sexualmente. No Recife, ao longo desses seis anos, o movimento incorporou as pautas da violência de gênero, do mundo do trabalho, da prostituição e das pessoas trans, entre outras. Em 2012, o Movimento Ocupe Estelita elege o Cais José Estelita como símbolo da luta pelo direito à cidade e contra à especulação imobiliária, um dos principais agentes do capitalismo nas grandes cidades em todo o mundo. A partir de uma crítica radical ao leilão da área, feito com valores muito abaixo do praticado pelo mercado, e ao projeto do Consórcio Novo Recife, de uso de um espaço histórico, para um empreendimento de grande impacto socioambiental, eles(as) desenvolveram suas ações de militância e de incidência política.

Ambos se enquadram no que se denomina como novos movimentos sociais. Esses se constituem nos atuais arranjos organizativos da sociedade civil, os quais, numa perspectiva global e local ao mesmo tempo, acentuam as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista e neoliberal, bem como a outras desigualdades estruturais como as relações de gênero e étnico-raciais, cujo espectro é mundial. No entanto, se apresentam com faces e consequências diversas de acordo com as condições sociopolíticas, culturais e econômicas de cada localidade. Está-se abordando também novas formas de militância, mais fluídas, fincadas no contexto das identidades dos sujeitos políticos que reivindicam uma causa, aliada ao seu protagonismo na luta e ao distanciamento dos velhos heróis, porta-vozes de um conglomerado de pessoas, supostamente uniforme e coerente. Falamos de movimentos constituídos por sujeitos plurais e repletos de paradoxos.

Como será abordado mais detalhadamente nas próximas páginas, esses novos movimentos criam comunidades baseadas no sentido conferido por cada sujeito político, no seu processo de identificação com uma bandeira de luta, sem que, necessariamente, criem um espaço organizativo perene (como uma organização não governamental, por exemplo). Sua militância pode ser pontual; elegem espaços carregados de significados locais para desaguar seus atos políticos cuja pauta é local e global; apregoam a liberdade de participação política e de auto-representação a partir da formação de comunidades em espaços simbólicos, como as redes sociais virtuais, que são novas arenas de debate, exposição de ideias e de deliberações para

uma ação coletiva que impacte nas políticas públicas e na garantia dos direitos sociais. (CASTELLS, 2013)

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo tecnológica e culturalmente comunidades instantâneas de prática transformadora. (CASTELLS, 2013, p. 20)

Igualmente, são novos movimentos sociais porque se alteraram as configurações de Estado e de espaço público. Aborda-se um período histórico de exacerbação da descrença em relação às instituições e aos atores tradicionais constituidores do espaço público, tais como governantes, instituições estatais e o jornalismo. O sentido do termo política tem sido questionado, em relação à sua aplicabilidade às demandas da sociedade e ao padrão de democracia neoliberal vigente, da qual resultaram, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2016), as patologias da representação e da participação. Nesse contexto, as pessoas não se veem representadas nos políticos, nos partidos, e se afastam da participação política, reproduzindo os discursos pertinentes à manutenção dos preceitos capitalistas e neoliberais focados no individualismo.

Por outro lado, as tecnologias de informação e comunicação se difundiram e foram incorporadas ao cotidiano social de forma que abriram novos espaços de debate público. Vive-se em uma sociedade em rede, a qual não está imune aos poderes secularizados do Estado e do capital, mas tem uma porosidade diferenciada dos demais paradigmas societários, que vem abrindo consideráveis brechas para a participação social e política na arena pública. Nesse marco, a comunicação ocupa um lugar central, por ser no espaço do simbólico, das redes de comunicação mediatizadas por tecnologias, que se aglutinam as identidades e se deliberam as formas de incidência política a serem adotadas individual e coletivamente. Como ressalta Castells, a produção de significados e o panorama atual de protagonismo dos sujeitos, de autorrepresentação impulsionada (não só, mas também) pelas redes sociais virtuais, impacta diretamente nas relações de poder vigentes e, conseqüentemente, nos modelos organizativos de disputa por esse poder.

Se o poder é exercido programando-se e alternando-se redes, então, o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção de poder que correspondem às formas e aos processos do poder na

sociedade em rede. Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência do seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. (CASTELLS, 2013, p. 18)

Considerando o poder uma substância imaterial, relacional e capaz de influenciar nas ações das pessoas individualmente e nos rumos da coletividade, esta tese adota a máxima de Castells (2013), de que, na sociedade hipermediatizada das redes, o poder central é o da comunicação, da produção de significados, da capacidade de produzir sentidos, de, discursivamente, influenciar corações e mentes. Por isso, parte-se neste estudo do micro para compreender algumas facetas do macro. A partir da análise das estratégias de comunicação e incidência política da Marcha das Vadias Recife e do Ocupe Estelita é possível entender a relação entre estruturas, práticas e modelos comunicacionais desenvolvidos pelos novos movimentos (nem sempre adotados de forma estratégica, ou seja, desenvolvidos de forma, muitas vezes, intuitiva) e projetos de sociedade, de futuro, de recusa da submissão de identidades estigmatizadas e de grupos socialmente excluídos.

É válido salientar que não se busca nesta pesquisa fetichizar as tecnologias de comunicação e informação, nem negar o valor histórico da constituição de canais de comunicação e estratégias comunicacionais dos movimentos sindicais, populares, rurais, entre outros, organizados nas décadas anteriores. Pelo contrário, nosso objetivo é identificar como, a partir de paradigmas comunicacionais diversos, as lutas são reorganizadas por sujeitos políticos também diferenciados. A comunicação, nos termos na sociedade em rede, tem pontos de enunciação, de produção de sentidos, muito mais espalhados do que era possível com as tecnologias massivas tradicionais, as quais, dominadas pelos conglomerados de mídia e seus interesses, univocalizam discursos a favor, em geral, do *status quo* dos grupos de poder hegemônicos. Essa possibilidade comunicativa das redes sociais pode ser apropriada por sujeitos políticos em busca de uma reconfiguração das relações de poder vigentes.

A evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico. Ela é evitada conscientemente, por boas ou más razões políticas. A diferenciação técnica entre emissor e receptor reflete-se na divisão do trabalho entre produtores e consumidores da sociedade; esse mecanismo adquire intenso contorno político na indústria da consciência. Em última análise, essa evolução reside

na contradição básica entre classes dominantes e dominadas (de um lado, o capital monopolista ou burocracia monopolista e, de outro, as massas dependentes). (ENZENSBERGER, 2003, p. 17)

Busca-se entender quais são as oportunidades criadas ou aproveitadas pelos movimentos, a partir das redes sociais virtuais, assim como os desafios postos. Isso se faz necessário porque estamos falando do uso de redes de instrumentalidade, organizadas e difundidas a partir de megaempreendimentos capitalistas. Empresas como o Facebook têm ações que valem bilhões no mercado internacional, gerando conteúdo e técnicas instrumentalizadoras dos processos comunicativos nos seus espaços, a favor, claro, dos seus interesses comerciais. Em outras palavras, as redes não se constituem em terrenos neutros e plenos de possibilidades para ações políticas. Como será possível observar, é preciso conhecimento técnico do funcionamento destes espaços, dos seus mecanismos de organização das informações, a exemplo dos algoritmos, e de tempo para fazer sua voz ser escutada, escapando das bolhas dos que pensam igual, assim como para assegurar uma segurança mínima acerca da sua privacidade e contra ataques virtuais de ódio ou campanhas difamatórias.

Na sociedade em rede, então, dois fatores aparecem como fundamentais para o desenvolvimento de modelos e ações comunicacionais para a incidência política: o conhecimento das estruturas técnicas das redes virtuais e das políticas de identidade - afinal, existem assuntos que, pelas desigualdades estruturais de raça/etnia, classe e gênero, são, por si só, separados em um processo sociocultural de organização e valoração do que é considerado útil, válido e universal – e, como as redes sociotécnicas estruturam comunidades de interesses, entendê-las, mais uma vez, se torna um mecanismo de furar os bloqueios dos algoritmos e, portanto, de ampliar a capacidade de influenciar, de incidir politicamente.

Por incidência política, termo utilizado pelos movimentos analisados, entende-se o conjunto de ações desenvolvidas individual e coletivamente, no sentido de influenciar as discussões públicas, o imaginário social e/ou interferir diretamente nas políticas públicas e no aparato de Estado, por meio de processos deliberativos. Uranga (2017, p. 52) define quatro níveis de incidência política: 1) o ato de dar visibilidade a um tema considerado relevante de forma a inseri-lo na agenda pública; 2) as estratégias de engajamento de novos atores-chave em uma determinada causa; 3) a instalação da causa na agenda pública por meio de meios de comunicação massivo, redes sociais virtuais e de dos debates políticos, articulando junto a políticos e/ou órgãos governamentais a inclusão de um tema na sua agenda de políticas; 4) a

interferência direta na elaboração das políticas públicas por meio da participação em espaços de proposição, definição e controle social existentes em uma determinada localidade, como os conselhos de saúde, das cidades, entre outros.

Assim, esta tese busca responder os seguintes problemas de pesquisa: como as redes sociais virtuais são apropriadas pelos movimentos Ocupe Estelita e Marcha das Vadias Recife para a incidência política? Como as estratégias e táticas de comunicação desenvolvidas por tais movimentos se relacionam com sua morfologia, pauta política e com as políticas de identidade?

As hipóteses levantadas neste estudo são: 1) a comunicação se apresenta como fundamental para a incidência política dos dois movimentos, se tratando de um projeto político estratégico contra-hegemônico; 2) há preponderância do uso de redes sociais virtuais mercadológicas por serem de acesso mais fácil para todos os tipos de internautas; 3) as estruturas desses novos movimentos se aproximam mais de um modelo de comunicação autogestionado pelos sujeitos políticos das causas, sem mediadores diretos, e, por isso, as TIC se apresentam como o espaço privilegiado de suas práticas comunicativas, substituindo o espaço central antes ocupado pelos tradicionais veículos de comunicação de massa; 4) as identidades dos sujeitos políticos são determinantes no desenvolvimento das redes de comunicação e das políticas comunicacionais dos grupos.

### **O processo de investigação: as apropriações das redes sociais virtuais como ponto de partida**

Esta tese se baseia em uma pesquisa qualitativa e quantitativa em Comunicação Social, a qual, como produção de conhecimento em ciências sociais, e diante da complexidade do assunto referente às apropriações de tecnologias de informação e comunicação para a incidência política, adota uma perspectiva de combinação de métodos de coleta de dados para análise da realidade em foco.

La investigación multimetodológica en comunicación posee una experiencia interesante de producción y sistematización de conocimientos, permitiendo la convergencia de métodos, procedimientos y estrategias para la resolución de problemáticas comunicacionales. (MALDONADO, 2010, p. 32)<sup>1</sup>

A perspectiva qualitativa em uma pesquisa não nega a relevância dos dados

---

<sup>1</sup> Tradução livre: “A pesquisa multimetodológica em comunicação possui uma experiência interessante de produção e de sistematização de conhecimentos, permitindo a convergência de métodos, procedimentos e estratégias para a resolução de problemas comunicacionais.” (MALDONADO, 2010, p. 32)



numéricos/estatísticos e de um método rigoroso de coleta e de tratamento das informações vinculadas ao objeto de pesquisa. Pelo contrário, se o viés quali-quantitativo em um estudo for bem empregado pode ampliar o escopo da análise e pôr em cheque o estatuto positivista da ciência, o qual, de forma monolítica, tenta impor a preponderância de metodologias matemáticas e biológicas, advindas das ciências naturais e exatas, a contextos onde sua aplicabilidade é questionável, como a vida em sociedade. A crítica Habermasiana à objetivação do conhecimento se insere nesse quadro referencial como fundamental para entender a pesquisa científica como um produto humano, o qual está vinculado aos interesses e às inquietações do(a) pesquisador(a), mas também como fato histórico que limita sua abordagem e incide em seus contornos.

Pelo fato da reprodução da vida estar determinada culturalmente, ao nível antropológico, pelo trabalho e pela interação, os interesses do conhecimento comprometidos com as condições existências deste trabalho e desta interação, não podem ser concebidos nos quadros referenciais da biologia, próprios à reprodução e à conservação da espécie. A reprodução da vida social – os interesses orientadores do conhecimento não passariam de um mal-entendido, fossem eles entendidos como mera função desta vida – não pode de forma alguma, ser adequadamente caracterizada sem o recurso às fontes culturais da reprodução, isto é, sem recorrer a um processo de formação que implica, sempre já, o conhecimento sob estas duas formas. É por isso que o “interesse do conhecimento” perfaz uma categoria *sui generis*, a qual tampouco se sujeita à distinção entre determinações empíricas e transcendentais ou fáticas e sim simbólicas como àquela entre determinações inerentes à motivação e ao conhecimento. Pois, conhecimento não é nem mero instrumento de adaptação de um organismo a um circum-ambiente em alteração, nem ato momentâneo de um puro ser racional e, como contemplação, subtraído às conexões da vida enquanto tal. (HABERMAS, 1982, p. 218)

Se por um lado, o “interesse do conhecimento” é o ponto de partida para o(a) pesquisador(a), por outro se reforça a necessidade de critérios analíticos que tornem o produto final do estudo, o conhecimento, válido para todo o corpo social. Isso requer que a abordagem qualitativa adote princípios metodológicos e éticos, os quais validem o seu percurso e os seus achados como científicos e não como meros ensaios, que sirvam mais para eivar egos do que para pôr em relevo pontos essenciais – e muitas vezes contraditoriamente problemáticos - de uma dada realidade.

Uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige a) a observação

sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto)observações dos atores e dos espectadores exige b) técnicas de entrevista; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores exige c) uma análise sistemática. (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2003, p. 18-19)

Considerando as ações comunicacionais desenvolvidas pelo MOE e pela MVR, esta pesquisa se desenvolveu a partir dos constructos da etnografia de rede. O recorte se deu pelo fato de que a maior parte dos produtos e estratégias/táticas de comunicação dos movimentos se voltam para redes sociais, em especial para o Facebook. É válido salientar que reconhecemos a existência de interessantes ações *offline*, voltadas para o espaço das ruas, como os adesivos de carro do Ocupe Estelita, as grafitagens em áreas centrais da cidade, as camisas e os corpos pintados das mulheres na Marcha das Vadias Recife, entre outras, no entanto, essas não foram o objeto central desta análise.

A etnografia de rede ressalta o espaço *online*, de fluxos de informação na internet, como arena social e política, onde sujeitos formam comunidades baseadas em códigos culturais e identitários, assim como na vida *offline*. No entanto, o ciberespaço não é uma mera extensão do mundo *offline* (antes chamado mundo real), possuindo dinâmicas próprias, as quais romperam barreiras espaço-temporais entre pessoas e processos sociais e cuja fluidez das relações é diferenciada de períodos históricos anteriores. A tecnologia influencia o estar no mundo do sujeito em rede e, assim, mais uma vez, o contexto interfere diretamente nas mensagens elaboradas e, conseqüentemente, no mundo da vida.

A etnografia de rede começou a ser esboçada, juntamente com o *boom* das redes sociais no mundo, na década de 1990. Inicialmente esteve vinculada a fins mercadológicos, se desenvolvendo por meio de pesquisas de marketing e hábitos de consumo, sendo, posteriormente, apropriada pela academia. Assim, há diversas nomenclaturas disponíveis na literatura dessa área, a exemplo da netnografia e da redografia, entre outras. Esta pesquisa adota o termo etnografia de rede pelo seu enquadramento metodológico mais acadêmico, por ressaltar, desde a denominação, sua abordagem etnográfica e pela vinculação teórica à cultura e identidade. Para Hine, a característica comum em todas essas abordagens é o encontro do pesquisador, ainda que mediado por tecnologia, com os participantes do grupo analisado de modo a se compreender profundamente as práticas do ambiente e do próprio grupo (HINE, 1994, p. 02).

Isto porque, derivada da etnografia da comunicação, é uma opção para se centrar nos eventos comunicativos desenvolvidos pelos movimentos analisados e nos fatos sócio-

históricos que os circundam. Compreendem-se por eventos comunicativos os esforços empreendidos e ações desenvolvidas no sentido de comunicar algo e/ou estabelecer interações internamente entre os(as) integrantes do próprio grupo, ou para fora desse. Tal abordagem compreende a comunicação como ação política que transcende a transmissão de mensagens dentro de um determinado sistema linguístico, percebendo este, inclusive, como produto social no meio de uma intensa disputa simbólica e de poder. O idioma, as construções de signos prevaletentes, os suportes utilizados para o desenvolvimento e para transmissão das mensagens são, por excelência, elementos a serem considerados numa pesquisa em comunicação de base etnográfica, apontando para uma determinada “economia comunicativa” de um grupo.

It is rather that it is not linguistics, but ethnography not language, but communication which must provide the frame of reference within which the place of language in culture and society is to be described. The boundaries of the community within which communication is possible; the boundaries of the situations within which communication occurs; the means and purposes and patterns of selection, their structure and hierarchy, that constitute the communicative economy of a group, are conditioned, to be sure, by properties of the linguistic codes within the group, but are not controlled by them. The same linguistic means may be organized to quite different communicative ends; the same communicative ends may be served by organization of, or by focus upon, quite varied means. Facets of the cultural values and beliefs, social institutions and forms, roles and personalities, history and ecology of a community must be examined together in relation to communicative events and patterns as focus of study (just as every aspect of a community's life may be brought selectively to bear on the study of a focus such as kinship, sex, or conflict). When this is done, it will be found that much that has impinged upon linguistics as variation and deviation has an organization of its own. What seem variation and deviation from the standpoint of a single linguistic code emerge as structure and pattern from the standpoint of the communicative economy of the group in whose habits the code exists. (HYMES, 1964, p. 03)<sup>2</sup>

---

2 Tradução livre: “Antes que a linguística, a etnografia; não a linguagem, mas a comunicação deve constituir o marco referencial no qual se deve descrever o lugar da linguagem na cultura e na sociedade. Os limites da comunidade dentro dos quais a comunicação é possível; os limites das situações em que ocorre a comunicação; os meios, propósitos e padrões de seleção; sua estrutura e hierarquia, que constituem a economia comunicativa de um grupo, são condicionados, com certeza, pelas propriedades dos códigos linguísticos dentro do grupo, mas não são controlados por eles. Os mesmos meios linguísticos podem ser organizados para fins comunicativos bem diferentes; os mesmos fins comunicativos podem ser utilizados pela organização de, ou pelo foco em, meios muito variados. As facetas dos valores e crenças culturais, as instituições e formas sociais, os papéis e as personalidades, a história e a ecologia de uma comunidade devem ser examinadas conjuntamente em relação aos eventos e padrões comunicativos como foco de estudo (assim como todos os aspectos da vida de uma comunidade podem ser trazidos, seletivamente, para o estudo de um foco, como parentesco, sexo ou conflito). Quando isso é feito, verifica-se que, muito do que tem influenciado a linguística, como variação e desvio, tem uma organização própria. O que parece variação e desvio do ponto de vista de um único código linguístico emerge como estrutura e padrão do ponto de vista da economia comunicativa do grupo, em cujos hábitos o código existe. (HYMES, 1964, p. 03)

A não instrumentalização da comunicação é uma característica dessa perspectiva, que não é apenas metodológica, mas também teórica, entendendo a produção de sentidos por parte de/entre pessoas e coletivos como forma de existência social e, portanto, como o principal meio de ação no mundo. Advinda das contribuições da antropologia, aponta o grupo como local privilegiado de observação, as interações enquanto pistas para se entender o coletivo e o individual, assim como, destaca a primazia do contexto sobre a mensagem.

Enquanto abordagem teórica ela oferece um conjunto de conceitos que nos permitem aferir e compreender qualquer processo comunicativo. Enquanto metodologia envolve vários procedimentos de análise empírica em contextos da vida social cotidiana. Esta abordagem tem sido utilizada para produzir uma vasta literatura acerca dos padrões comunicacionais específicos e dos usos contextuais e locais da linguagem tendo sido aplicada não apenas à escrita ou à oralidade, como ao próprio uso dos media. A comunicação é percebida pelos etnógrafos da comunicação como um processo social que envolve padrões simbólicos e que é formador de comunidades culturais. Ela é analisada não apenas nas suas características culturais particulares como nas propriedades que podem ser detectadas noutras culturas. (MATEUS, 2015, p. 87)

De forma geral, para Hymes (1964), o evento comunicativo é uma metáfora das relações sociais que torna a “experiência social inteligível”. Para que haja, no entanto, sua decodificação, como já foi visto, faz-se necessário localizar os seus componentes e o fluxo de interações estabelecidas, ou seja, é preciso identificar: os tipos de participantes envolvidos, seus lugares no ato comunicativo, as ferramentas comunicacionais empregadas, os signos prioritários adotados e difundidos e o formato das mensagens. Nas palavras do autor, deve-se perceber:

Briefly put, (1,2) the various kinds of participants in communicative events-senders and receivers, addressors and addressees, interpreters and spokesmen, and the like; (3) the various available channels, and their modes of use, speaking, writing, printing, drumming, blowing, whistling, singing, face and body motion as visually perceived, smelling, tasting, and tactile sensation; (4) the various codes shared by various participants, linguistic, paralinguistic, kinesic, musical, and other; (5) the settings (including other communication) in which communication is permitted, enjoined, encouraged, abridged; (6) the forms of messages, and their genres, ranging verbally from single-morpheme sentences to the patterns and diacritics of sonnets, sermons, salesmen's pitches, and any other organized routines and styles; (7) the topics and comments that a message may be about; (8) the events themselves, their kinds and characters as wholes-all these must be identified in an adequate ethnographic way.<sup>3</sup> (HYMES, 1964, p. 13)

---

3 Tradução livre: “Resumidamente, (1,2) os vários tipos de participantes em eventos comunicativos - enunciadores e receptores, endereçadores e destinatários, intérpretes e porta-vozes, e afins; (3) os vários canais

Assim, de acordo com Zanine (2016), as premissas básicas da etnografia de rede e suas aplicações estão centradas no estudo da cultura, na pesquisa de campo e na observação. Para tal, a autora sugere um caminho metodológico, o qual se inicia na definição de um projeto etnográfico, entendido como a comunidade a ser analisada, o seu espaço de articulação e desenvolvimento e como o pesquisador pretende se inserir, visto que, na rede, se pode participar de grupos/páginas públicas ou secretas/fechadas. Para cada uma dessas há códigos de conduta e comunicação específicos, que devem ser considerados pelo etnógrafo, inclusive por questões éticas inerentes à pesquisa e à segurança/privacidade dos participantes.

Antes de prosseguir é importante abordar dois termos fundamentais na análise das redes: os nós (ou nodos), os quais se referem aos perfis de rede, pessoais e/ou institucionais, e as arestas (ou vínculos), referentes aos movimentos de interação entre nós, os quais podem ser unilaterais ou bilaterais, ademais de serem extremamente móveis. Um mesmo nó pode estar conectado em diversas arestas, formando redes igualmente diversas e se vinculando por meio de fluxos interacionais com as mesmas. Esta investigação considera as redes de comunicação dos movimentos, bem como esses dois componentes no estudo da composição dessas redes (nós/nodos e vínculos), como imprescindíveis para identificação das estratégias e das táticas comunicacionais de cada coletivo.

Na análise de redes sociais, existem duas principais unidades de análise: “nodos” (atores sociais) e “vínculos” (as relações entre eles). Uma rede é composta de um conjunto de atores ligados por um conjunto de laços relacionais. Os atores, ou “nodos”, podem ser pessoas, equipes, organizações, ideias, mensagens ou outros conceitos. Os termos “vínculo” e “relação” podem ser usados de forma intercambiável para descrever a ligação entre atores. (KOZINETTS, 2014, p. 52)

Após essa delimitação do objeto de estudo, é preciso coletar informações que sirvam como um mapa que possibilitem a identificação dos perfis dos participantes, de temáticas, de processos de hierarquização (se existirem), de formatos de interação, de características ambientais, de rotinas e de tempo de vida da própria comunidade virtual. “A análise de redes

---

disponíveis, e seus modos de uso - falando, escrevendo, imprimindo, rufando, soprando, assobiando, cantando, movimento do rosto e do corpo, como visualmente percebido, cheiro, degustação e sensação tátil; (4) os vários códigos compartilhados por vários participantes, linguísticos, paralinguísticos, cinésicos, musicais e outros; (5) as configurações (incluindo outras comunicações) nas quais a comunicação é permitida, encorajada, encurtada; (6) as formas de mensagens e os seus gêneros, variando verbalmente de frases de um só morfema aos padrões e diacríticos de sonetos, sermões, arremessos de vendedores e quaisquer outras rotinas e estilos organizados; (7) os tópicos e comentários sobre uma mensagem; (8) os eventos em si, seus tipos e personagens como todos. Todos estes devem ser identificados de forma etnográfica adequada”. (HYMES, 1964, p. 13)

sociais é estrutural. Sua unidade de análise é a relação, e o que ela descobre de interessante nas relações são seus padrões”. (KOZINETTS, 2014, p. 53)

Assim, a etnografia de rede não é apenas qualitativa, assentada, sobretudo, em observação, pois trabalha com muitos dados matemáticos, visto que as redes se constituem a partir de códigos binários e todos os seus fluxos comunicacionais são codificados numericamente. Uma rede como a do Ocupe Estelita, durante o período de maior confronto com os poderes públicos, em 2014, teve milhares interações, impossíveis de serem seguidas apenas manualmente por um(a) pesquisador(a). Por isso, a etnografia de rede se alia ao uso de *software* que extraem dados quantitativos de processos interacionais e são lidos por outros programas, permitindo a visualização em dados brutos, por meio de tabelas e grafos. Esta pesquisa observou os fluxos das páginas abertas no Facebook<sup>4</sup> do Ocupe Estelita e da Marcha das vadias, entre os anos de 2014 e 2016. Tais dados, que serão detalhados nas próximas páginas, possibilitaram leituras analíticas e qualitativas, as quais, complementadas com as observações, geraram um rico material sobre as possibilidades e limites da incidência política em redes sociais mercadológicas.

Sobre o uso de *software* em uma investigação etnográfica, cujo viés é predominantemente qualitativa, Hyne ressalta: “I wish to argue that carrying out an ethnography through the medium of a technology brings into question the role which technologies have so far played in ethnography and suggest that this limited role also limits the conclusion which can be drawn”<sup>5</sup> (HINE, 1994, p. 03). A etnografia em um espaço mediado por tecnologia, e cuja codificação se dá matematicamente, não pode prescindir da própria tecnologia e da leitura crítica sobre a mesma.

O tratamento da informação, outra etapa importante para a etnografia de rede deve considerar o cruzamento das informações coletadas por meio da pesquisa de campo, dos elementos fornecidos por *software* que suportam leituras em redes sociais virtuais e dos procedimentos de observação. Travancas (2005, p. 103) destaca o papel da observação participante para a compreensão da realidade na qual se pretende mergulhar:

Este termo significa que, antes de mais nada, o cientista social não se coloca ingenuamente, ou, pelo menos, não se deve colocar, em relação a sua

---

4 A escolha pela plataforma Facebook foi tomada após entrevistas individuais realizadas com participantes dos grupos de comunicação de cada um dos movimentos, os quais a indicaram como o principal canal de interação entre militantes e com apoiadores/simpatizantes.

5 Tradução livre: “Argumento que a realização de uma etnografia por meio de uma tecnologia coloca em questão o papel que as tecnologias desempenharam até agora na etnografia e sugere que esse limitado papel também limita a conclusão que se pode extrair” (HINE, 1994, p. 03).

presença no grupo. Ele deve estar atento ao seu papel no grupo. Deve observar e saber que também é observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual.

Tal consideração é importante para situar o percurso de desenvolvimento desta pesquisa. Antes, no entanto, é importante nos determos um pouco na plataforma onde os atos comunicacionais da Marcha e do Ocupe se desenvolveram, o Facebook.

### **Facebook: categorização do espaço de pesquisa**

O Facebook é uma rede social virtual que reúne dois bilhões de usuários em todo o mundo<sup>6</sup>. Aproximadamente metade da população brasileira está conectada à plataforma, segundo dados dos seus proprietários<sup>7</sup>. Desde 2004, quando foi desenvolvida por Mark Zuckerberg, a plataforma sofre modificações contínuas e se consolidou como uma das cinco empresas em tecnologia mais valiosas do mundo<sup>8</sup>. Com isso, está-se abordando não meramente um espaço de interações na rede mundial de computadores, mas sim um empreendimento mercadológico com serviços apazíveis para diversas áreas do mercado, com uma interface amigável a usuários com distintos níveis de instrução digital, com características interativas e, portanto, com alto poder de adesão e penetrabilidade social.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Mozilla para aferir o que intitulam a “saúde da internet” revelou que 55% dos(as) brasileiros(as) entrevistados(as) acreditavam que o Facebook é a própria internet<sup>9</sup>. Utilizada não apenas nos momentos de lazer, mas para assuntos profissionais, compras e pesquisa, a plataforma da empresa – que também é proprietária do Whatsapp e do Messenger, cada um com mais de 1 bilhão de usuários cadastrados - possui um dos mais desejados bancos de dados do mercado internacional e, por isso, numa economia baseada no capitalismo informacional, foi capaz de se expandir para diversos setores, ofertando serviços para o usuário comum e para corporações de vários portes. “Information companies vie to monopolize a niche from where they can comfortably try to encroach on other areas” (DIJCK, 2013, p. 60)<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> Dado disponível em: < <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml>>, acessado em 04 de julho de 2017, às 9h40.

<sup>7</sup> Dado disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>>, acessado em 04 de julho de 2017, às 9h46.

<sup>8</sup> Dado disponível em: < <http://idgnow.com.br/blog/circuito/2016/01/28/facebook-ja-e-a-quarta-empresa-de-tecnologia-mais-valiosa-no-mundo/>>, acessado em 04 de julho de 2017, às 9h57.

<sup>9</sup> Dado disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/internautas-brasileiros-acham-que-a-internet-se-resume-ao-facebook>>, acessado em 04 de julho de 2017, às 10h10.

<sup>10</sup> Tradução livre: “As empresas de informação competem para monopolizar um nicho, a partir do qual podem,

A rede virtual que abordamos nesta tese está num campo permeado por intensas disputas, típicas da atual fase do capitalismo, no entanto se utiliza de elementos que os mascaram. O primeiro dele é o discurso, presente nos seus princípios<sup>11</sup>, de que a rede fornece mais “poder aos usuários” e de que visa “criar um mundo mais aberto e transparente, o qual acreditamos que criará mais entendimento e conexão”.

O segundo elemento capaz de nublar o entendimento sobre esse jogo de poderes é a sua interface, na qual as pessoas não se vêem alimentando um banco de dados, mas se sentem entre amigos e aparecem como as protagonistas das suas histórias. A partir dessa estrutura narrativa, as *timelines* (linhas da vida) do Facebook unem memória e afetividade (DIJCK, 2013), fortalecendo a nova cultura de sociabilidade virtual, a qual deveras se vincula às bases da sociedade do espetáculo. Se por um lado, o *poder de falar/interagir* se alia a possibilidade de empoderamento dos sujeitos políticos, por outro, *a forma de falar/interagir* é capitalizada pelo sistema hegemônico para manter seu poderio e lucratividade.

In the venture capitalist economy of Silicon Valley, partnership deals, even with competitors, are as important as beating the competition: all companies have a common interest in making the online ecosystem uniformly accessible and shareable. (...) Facebook also pushed for global acceptance of its narrative form: enforcing Timeline’s architecture not just on individual members but also on companies and advertisers, Facebook drives them to sell brands through stories, for instance via personal tales of a product experience. By joining the ecosystem’s bandwagon, many platforms attuned their corporate strategies to Facebook’s normative definitions of sharing and openness<sup>12</sup>. (DIJCK, 2013, p. 61)

A breve apresentação dessa rede social no percurso teórico-metodológico se faz necessária para apresentar o recorte de análise adotado e reforçar a relevância de pesquisar os paradoxos inerentes à adesão de causas/grupos anticapitalistas a redes mercadológicas, um grande símbolo do capitalismo informacional como base para as suas lutas políticas.

---

confortavelmente, invadir outras áreas”. (DIJCK, 2013, p. 60)

<sup>11</sup> A carta de Princípios do Facebook está disponível em: <<https://www.facebook.com/principles.php>>, acessado em 05 de julho de 2017, às 10h35.

<sup>12</sup> Tradução livre: “Na economia capitalista de risco do Vale do Silício, os acordos de parceria, mesmo com concorrentes, são tão importantes quanto superar a concorrência: todas as empresas têm um interesse comum em tornar o ecossistema online uniformemente acessível e compartilhável. (...) O Facebook impulsionou a aceitação global da sua forma narrativa: ao implementar a arquitetura da Timeline não apenas em membros individuais, mas também em empresas e anunciantes, o Facebook os leva a vender marcas através de histórias, por exemplo, através de contos pessoais de uma experiência com o produto. Ao juntar-se ao movimento do ecossistema, muitas plataformas sintonizaram estratégias corporativas com as definições normativas do Facebook sobre compartilhamento e abertura”. (DIJCK, 2013, p. 61)



É válido informar que o Facebook organiza os usuários em perfis comuns e as páginas (ou *fanpages*). Essas últimas se distribuem nos seguintes tipos: negócio local ou lugar; empresa, organização ou instituição; marca ou produto; artista, banda ou figura pública; entretenimento; causa ou comunidade. A tipologia apresentada ainda se desdobra em segmentos, conforme tabela abaixo:

**Quadro 1** – Tipos de páginas/segmentos no Facebook

| Tipo de página                      | Segmentos  |
|-------------------------------------|--|
| Negócio local ou lugar              | Advogado; Aeroporto; Agência de turismo; Agricultura; Artes e entretenimento; Automóvel, aeronave e embarcação; Aviação; Bar; Beleza, cosméticos e cuidados pessoais; Biblioteca; Business Service; Cassino e jogos; Cinema; Compras e varejo; Design e moda; Empresa de artigos esportivos e atividades ao ar livre; Ensino Fundamental II; Escola; Esportes e Recreação; Estação de trem; Estádio, ginásio e complexo esportivo; Faculdade e universidade; Finanças; Hospital; Hotel; Hotel e alojamento; Imóvel; Jurídico; Livraria; Local para eventos e apresentações; Marinha; Medicina e saúde; Médico; Mercado; Moda; Negócio local; Organização religiosa; Ponto de ônibus; Ponto de referência e local histórico; Promotor de eventos; Public & Government Service; Publicidade/Marketing; Reforma residencial; Restaurante; Roupas e vestuário; Serviço ambiental; Serviço de home care; Serviço de reforma residencial; Serviço local; Serviços para animais de estimação. |
| Empresa, organização ou instituição | Agência de consultoria; Agência de viagens; Causa; Ciência, tecnologia e engenharia; Educação; Empresa; Empresa aeroespacial; Empresa agrícola; Empresa de alimentos e bebidas; Empresa de biotecnologia; Empresa de carga e frete; Empresa de distribuição de energia; Empresa de informática; Empresa de mídia/notícias; Empresa de tabaco; Empresa de telecomunicações; Empresa de varejo; Empresa de veículos automotores; Empresa financeira; Empresa industrial; Empresa médica; Empresa química; Ensino fundamental; Ensino fundamental II; Ensino médio; Escola; Escritório de advocacia; Faculdade e universidade; Mineradora; Organização; Organização comunitária; Organização governamental; Organização Não Governamental (ONG); Organização política; Organização religiosa; Organização sem fins lucrativos; Partido político; Pré-escola; Provedor de internet; Saúde/beleza; Seguradora; Serviço comunitário; Sindicato trabalhista.                                  |
| Marca ou produto                    | Aparelhos; Artigos para animais de estimação; Artigos para bebês/crianças; Artigos para escritório; Bolsas/bagagem; Câmera/foto; Carros; Celular/tablet; Computadores (marca); Cozinha/culinária; Decoração de interiores; Eletrônicos; Empresa de alimentos e bebidas; Equipamentos comerciais; Ferramentas/equipamentos; Jogos de tabuleiro; Jogos/brinquedos; Jóias/relógios; Marca; Materiais de construção; Móveis; Página de aplicativo;   |

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
|                                  | Produto/serviço; Produtos farmacêuticos; Quintal/jardim; Saúde/beleza; Site; Software; Utensílios domésticos; Vestuário (marca); Videogame; Vinhos/bebidas; Vitaminas/suplementos.  |
| Artista, banda ou figura pública | Animal de estimação; Artista; Atleta; Ator; Autor; Banda; Blogueiro; Candidato político; Chef; Cientista; Dançarino; Diretor de cinema; empreendedor; Escritor; Figura pública; Fotógrafo; Humorista; Jornalista; Modelo; Modelo de fitness; Músico; Músico/banda; Notícias de personalidades; Palestrante motivacional; Personagem de filme; Personagem fictício; Político; Produtor; Professor; Representante do governo; Treinador; Video Creator.   |
| Entretenimento                   | Álbum; Artes cênicas; Artes e espetáculos; Artes literárias; Biblioteca; Canal de TV; Cinema; Equipe de esportes amadora; Equipe de esportes escolar; Estação de rádio; Estádio, ginásio e complexo esportivo; Estúdio de cinema/TV; Festival; Filme; Gravadora; Liga esportiva; Livraria; Livro; Local para eventos e apresentações; Música; Parada musical, Peça teatral; Personagem de filme; Personagem fictício; Podcast; Premiação de TV/cinema; Prêmio musical; Produções teatrais; Programa de TV; Rede de TV; Revista; Série de livros; Time esportivo; Turnê; Videoclipe. |
| Causa ou comunidade              | Sem menu de segmentos   |

Empreendimentos, bem como usuários que dispõem de perfis comuns podem abrir páginas. O enquadramento nas tipologias descritas é facultado ao proprietário da *fanpage*. As páginas do Ocupe Estelita e da Marcha se categorizam como comunidades.

Este estudo pôde mapear por meio do NetVizz, um aplicativo de extração de dados disponível no próprio Facebook, as informações referentes às páginas (*fanpages*) que integram as redes dos dois movimentos. O recorte foi adotado porque a política de privacidade do Facebook<sup>13</sup> não permite acesso aos dados de navegação e comunicação de perfis pessoais. Foi possível perceber, pelas páginas, como as políticas de identidade se inserem na dinâmica evanescente das redes de comunicação e quais sujeitos políticos estavam vinculados às duas comunidades pesquisadas.

O tratamento dos dados de rede foi feito por meio do *software* Gephi, o qual além de disponibilizar os dados coletados pelo NetVizz em tabelas, elabora grafos que facilitam a visualização das redes tecidas pelos dois movimentos.

É válido salientar que, diante da impossibilidade de rastrear as reações de perfis pessoais por meio do *software* de coleta de dados no Facebook, devido a sua política de

<sup>13</sup> Política de dados disponível em: < <https://www.facebook.com/legal/terms/update>>, acessado em 04 de julho de 2017, às 14h15.

privacidade, conforme já mencionado, esta pesquisa se valeu de um diário etnográfico das interações em rede. Assim, analisamos também, uma a uma, as 689 postagens publicadas na página da Marcha das Vadias Recife e os 2.017 *posts* publicados na página do MOE, entre 2014 e 2016. A partir desse trabalho foi possível categorizar os temas das postagens ano a ano e perceber as interações com os internautas, conforme será detalhado no próximo tópico.

### **O passo a passo: as etapas de desenvolvimento desta pesquisa**

Esta pesquisa se iniciou com a definição dos seus objetos, a Marcha das Vadias Recife e o Ocupe Estelita, pelas características similares aos dos novos movimentos, e pelo critério de exequibilidade e relevância local, tendo sido realizada uma observação continuada, conforme prevê a perspectiva etnográfica, e em dois níveis, o presencial e o virtual.

A primeira etapa da coleta de dados contemplou, majoritariamente, o levantamento de informações relativas aos contextos sócio-históricos e culturais dos movimentos, tais como:

- 1) Pesquisa bibliográfica sobre novos movimentos sociais, política e comunicação e sociedade em rede, tripé estruturante desta pesquisa.
- 2) Realização de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado com militantes que acompanham/acompanharam as atividades de comunicação dos dois movimentos. No caso do MOE, os(as) entrevistados(as) integravam o grupo de comunicação #OcupeCom e a Brigada do Audiovisual, a qual produziu diversas peças de comunicação audiovisual, documentando e publicizando a ação do movimento. Na Marcha das Vadias Recife, por não haver um grupo diretamente vinculado às atividades de comunicação (elas compartilham essa responsabilidade), optamos por entrevistar integrantes do Coletivo Marcha das Vadias, o qual coordena as atividades do movimento no Recife. Observou-se como critério principal para escolha dos(as) entrevistados(as) o reconhecimento do coletivo em relação à participação ativa do(a) entrevistado(a) nos processos comunicacionais do grupo (para dentro e para fora do movimento).
- 3) Entre 2014 e 2016, os coletivos abriram espaço para que pudéssemos acompanhar reuniões, momentos de discussão e tomada de decisões. O Ocupe Estelita inseriu esta pesquisadora no grupo fechado no Facebook, onde eram traçadas as estratégias/táticas de comunicação do #OcupeCom. Neste, permanecemos entre julho e dezembro de 2014, ano da ocupação dos armazéns e o mais ativo do período analisado. Por

questões éticas e de segurança dos integrantes do coletivo, optamos pela não divulgação do nome do grupo nesta pesquisa. A Marcha das Vadias Recife não permitiu o ingresso dos grupos *online* de discussão e tomada de decisão, a observação se deu por meio da participação em algumas reuniões organizativas, previamente autorizadas, realizadas nos meses que antecedem a realização da Marcha, mais especificamente em 2015 e em 2016.

- 4) Também se acompanhou os atos públicos realizados pelos dois movimentos, entre 2014 e 2016, nos quais foi possível tomar notas acerca dos processos organizativos, práticas comunicativas e um pouco da recepção da ação por parte de militantes/apoiadores.

A segunda etapa da coleta de dados se voltou ao monitoramento dos perfis dos dois movimentos no Facebook, plataforma apontada nas entrevistas semi-estruturadas como a principal (não a única) ferramenta de engajamento e incidência política de ambos. O acompanhamento nesse espaço observa o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016 para a Marcha das Vadias Recife e de maio de 2014 a dezembro de 2016 para o Ocupe Estelita, visto que as atividades do MOE no Facebook se iniciam em 07 de maio de 2014.

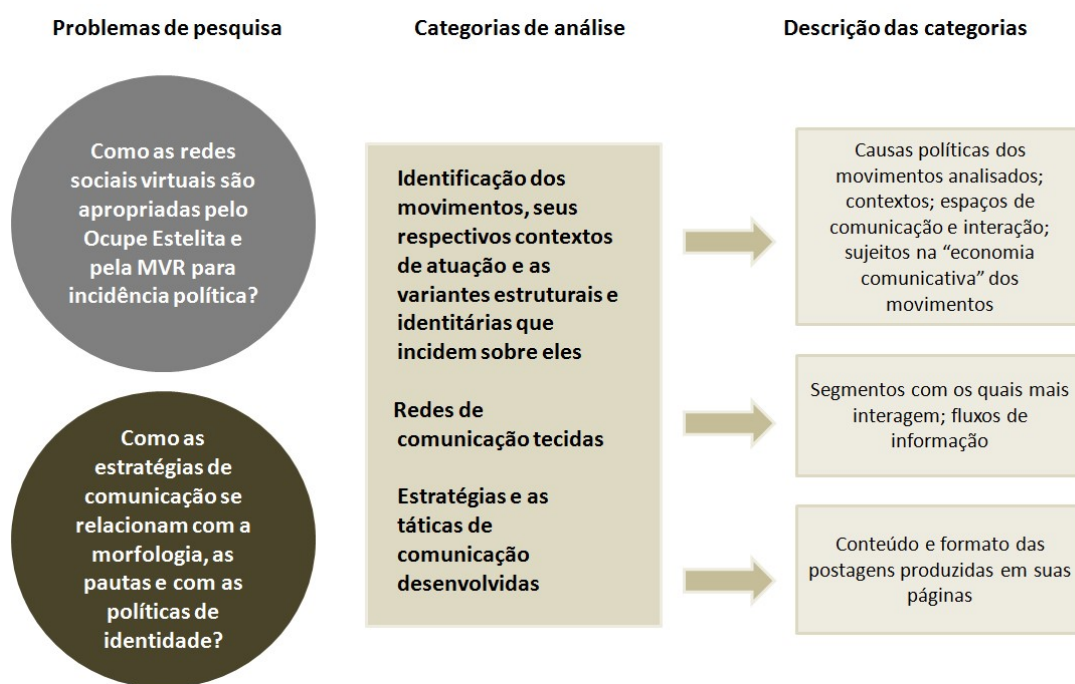
Sendo assim, o tratamento das informações coletadas por meio das entrevistas, do acompanhamento presencial dos movimentos, pelo NetVizz e por meio do diário etnográfico das interações em rede se deu considerando três categorias de análise: 1) a identificação dos movimentos, seus respectivos contextos de atuação e as variantes estruturais e identitárias que incidem sobre eles; e 2) as redes de comunicação tecidas; 3) as estratégias e as táticas de comunicação desenvolvidas.

No bojo da primeira categoria de análise se inserem: a identificação dos movimentos, suas causas e espaços de atuação; dos locais prioritários para o desenvolvimento de processos comunicacionais organizativos (em geral voltados para os organizadores dos atos públicos e dos grupos de comunicação) e de engajamento/interação com apoiadores das causas, e militantes; e reconhecimentos dos perfis dos(as) participantes das estratégias/táticas de comunicação dos movimentos, demarcando suas posições de participação (enunciadores, receptores etc.) e focado na “economia comunicativa” do grupo.

A segunda categoria de análise contempla a identificando dos segmentos de *fanpage* com os quais mais interagem e as causas destes, ressaltando os nós (os sujeitos políticos) dessas redes formadas.

Na terceira categoria de análise, nos debruçamos sobre os tipos de ações e produtos comunicacionais desenvolvidos pelos dois movimentos nas suas páginas do Facebook, por meio das narrativas construídas, com foco específico no tema central e no formato das postagens. Também fez parte dessa categoria a observação das publicações que geraram maior número de reações, identificando temáticas, formatos e tendências de apoio ou repúdio às causas levantadas pelos movimentos.

**Figura 1** – Fluxograma do percurso metodológico



As análises dos movimentos, quando cruzadas, possibilitaram perceber padrões e assincronias, ratificando a pluralidade dos sujeitos políticos e coletivos mesmo diante das semelhanças que os categorizam como novos movimentos sociais. A análise comparativa foi igualmente pertinente para perceber apropriações distintas das tecnologias de acordo com as identidades dos sujeitos que as usam, mesmo diante da similar oferta de um serviço e no mesmo contexto sócio-histórico.

Diante do desafio posto, esta pesquisa se valeu dos aportes de pesquisadores como Stuart Hall em relação às políticas de identidade e cultura; de Manuel Castells, de José van Dijk e de Jan van Dijk, referente aos contextos e conceitos que nos situam na discussão acerca da vida em rede e dos seus desdobramentos sociopolíticos, econômicos e culturais; no bojo dos movimentos sociais, utilizamos Maria da Glória Gohn, Manuel Castells e

Boaventura de Souza Santos, os quais traçam um importante roteiro para entender as lógicas organizativas dos novos movimentos sociais, numa perspectiva multicultural, inclusive de países do chamado “Sul Global”<sup>14</sup>, entre outros.

O primeiro capítulo desta tese se propõe a uma revisitação dos sentidos da política ao longo da história, apreendendo as mudanças que redirecionaram tanto a constituição dos sujeitos políticos como as suas intervenções no mundo da vida. Nesse bojo se incluem o lugar do Estado, enquanto mediador dos interesses coletivos, os modelos de democracia e as disputas no seu cerne, a política da multidão e os desafios postos pelas transformações sociotécnicas em um mundo hiperconectado.

O segundo capítulo está focado em articular um arcabouço teórico que possibilite compreender as relações entre identidade, cultura e o papel das políticas identitárias no engajamento de sujeitos em causas sociais. A leitura aponta um movimento em que o individual e o coletivo são partes inseparáveis e cruciais para a tomada de decisão das pessoas de engrossar as fileiras de uma ação política, cuja causa prioritária é a defesa de direitos sociais coletivos. Nessa parte também são apresentados os dois movimentos analisados neste estudo, com um breve resgate histórico, identificação de linhas de ação política e de estrutura organizativa.

O terceiro capítulo apresenta as reconfigurações sociopolíticas, econômicas e culturais promovidas pelo uso das tecnologias da informação e comunicação, as quais culminaram na sociedade em rede, termo-chave neste estudo. Nessa seção, há uma articulação entre as teorias da cibercultura e a os dados das brechas digitais, típicas de países como o Brasil, integrantes do Sul Global. Esse trajeto situa acerca das potencialidades para a participação ativa dos sujeitos na política, apresentando, simultaneamente, os desafios colocados pelo contexto social.

O quarto e o quinto capítulo apresentam os resultados das análises acerca dos modelos comunicacionais dos dois movimentos estudados, as estratégias e táticas desenvolvidas, os temas, os formatos prioritários das postagens, as redes tecidas e os pivores de reações de internautas na rede virtual. Especificamente no quarto capítulo está a apresentação da Marcha das Vadias, e no quinto, a do Ocupe Estelita.

O sexto capítulo trata de uma sistematização das semelhanças e diferenças nas ações de incidência política dos dois movimentos no Facebook. Nesse se ressaltam as políticas de

---

<sup>14</sup> O Sul Global corresponde a uma dupla referência (geográfica e metafórica) aos países colonizados e que sofreram (ou sofrem ainda hoje) com a dupla dominação colonialista e capitalista. Está-se abordando, em especial, a realidade desigual de países africanos, latino-americanos e asiáticos. (SANTOS, 2009)

identidade, a via de mão-dupla do mundo da vida em átomos e da vida em *bits*, o papel da comunicação na garantia de direitos e problematizações acerca das apropriações das tecnologias por parte dos novos movimentos sociais para advogar por direitos.

As próximas páginas apresentam uma fotografia das ações da Marcha das Vadias Recife e do Ocupe Estelita. Trazem dados que permitem um registro histórico de um momento emblemático da política no país e no mundo. Os achados aqui dispostos, longe de se encerrarem em si, carregam a semente de novas dúvidas, de novos problemas de pesquisa que respondam à demanda de entender como tecnologias de comunicação e movimentos sociais podem se encontrar na busca pelo fortalecimento dos direitos sociais e da democracia.

## 2 DO IDEAL À PRÁTICA: UMA BREVE (E NECESSÁRIA) REVISITAÇÃO DOS SENTIDOS DA POLÍTICA E DA DEMOCRACIA

Política, democracia, história e comunicação estão intrinsecamente relacionadas. O ideal democrático preza pela política concebida enquanto produto social e humano, o qual não pode prescindir da participação dos sujeitos políticos diversos inseridos em um dado contexto sócio-histórico. A participação política, por sua vez, requer a capacidade de relacionar-se com os outros e de articular, por meio da comunicação, um sistema de ideias que, expostas e discutidas, se transformem em propostas e deliberações que possam atender os interesses dos diversos sujeitos políticos envolvidos naquele pleito e/ou presentes em determinada sociedade. Tal processo não é isento de conflitos, visto que interesses diversos e, muitas vezes díspares, disputam espaço nesta dinâmica de construção de mundo no qual se vive. Tais tensões entre público e privado, entre interesses particularistas e coletivos, se evidenciam, também, por processos de comunicação.

A própria concepção de política foi (e é) alvo de muitas disputas ao longo da história da humanidade. Na polis, cidade-estado grega, a política não era, necessariamente, sinônimo de convívio humano emancipador para todas as pessoas ou de constituição de um espaço comum deliberado por todos que partilhavam daquele lugar. Para Aristóteles, o termo *politikon* estava associado à organização da polis e nem todas as pessoas, por considerar que a política não era natural do ser humano, estariam aptas a participar de tal processo organizativo, a exemplo das mulheres e servos. “A *polis* determinou de maneira decisiva, tanto em termos de idioma como de conteúdo, a concepção europeia do que seria política originalmente e que sentido ela tem”. (ARENDT, 2004, p. 46)

Fala-se de um período histórico em que a política reservava a particular característica de resguardar os interesses de determinados grupos sociais. O próprio termo “pátria”, advindo do *pater famílias*, demonstra a visão patriarcal e familiar, por exemplo, da política romana, cujas ações tinham como fim resguardar os interesses das *gens* originais, ou seja, das famílias tradicionais e governantes, contra os invasores ou ameaças aos seus bens. “Em Roma, a atividade política concentra-se na disputa do poder de tutela do Estado, como instituição de interesses privados”. (MAAR, 1994, p. 33)

A coisa política no sentido da categoria meio-objetivo, era, tanto na acepção grega, como na acepção de Aristóteles, antes de mais nada um objetivo e não um meio. E o objetivo não era pura e simplesmente a liberdade tal como ela se realizava na *polis*, mas sim, a libertação pré-política para a liberdade na



*polis*. O sentido da coisa política aqui, mas não o seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. (ARENDT, 2004, p. 48)

Assim, o principal pilar da política ocidental, o legado da *polis* grega, nos deixa o desafio de desenvolver a coisa pública, a partir da participação de sujeitos que não são iguais, mas cuja diferença, reconhecida pelo próprio Estado, gestor das políticas e das leis, pode colocá-los em lugares desiguais e nem sempre isonômicos em termos de participação. A teoria marxista aponta que o desenvolvimento do capitalismo complexificou ainda mais esse cenário de diferenciação dos sujeitos a partir, agora, do viés, também, de classe. O Estado se modificou para acoplar os novos agentes políticos e a própria política foi ressignificada, sendo espelho da luta de classes.

Que é a sociedade qualquer que seja a sua forma? O produto de uma ação recíproca dos homens. Podem estes escolherem livremente esta ou aquela forma social? Nada disso. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo correspondem determinadas formas de organização social, uma organização de família, das camadas ou das classes; em síntese: uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado tipo de Estado político, que não é mais do que a expressão oficial daquela (MARX, 1985, p. 206)

Para Hannah Arendt (2004, p. 21), “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. A perspectiva de organização permanece, mas eivada pelas tensões das contradições entre pessoas diferentes, ocupantes de lugares diferentes na sociedade, com distintas visões de mundo, repertórios e interesses. Aqui se ressalta, mais uma vez, a imprescindível discussão sobre os enfrentamentos e acomodações das demandas públicas e privadas na esfera da política de Estado, mesmo naqueles que se apresentam como democráticos, e em especial, nas democracias liberais.

(...) nas democracias de massa, sem nenhum terror e de modo quase espontâneo, por um lado toma vulto uma impotência do homem e por outro aparece um processo similar de consumir e esquecer, como que girando em torno de si mesmo de forma contínua, embora esses fenômenos continuem restritos, no mundo livre e não arbitrário, à coisa política em seu sentido mais literal e à coisa econômica. (ARENDT, 2004, p. 27)

Parafraseando a filósofa, para se chegar a um fim maior, as sociedades institucionalizaram a política, a qual passou a ser responsabilidade do Estado. A esse, em tese

e de forma resumida, cabe equilibrar por meio de dispositivos legais e organizativos, as balanças de interesses a fim de se alcançar o bem comum. Políticas públicas, legislações e instâncias de diálogo, participação e/ou representação do povo foram criados. “A ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional”. (ARENDT, 2000, p. 37)

Na Idade Média, o público e o privado não se separavam, pelo contrário, reforçavam-se. A diferenciação surge no bojo do Estado moderno. Habermas (1984) registra que entre os séculos XVI e XIX é forjado o protótipo do nobre e do burguês, havendo, a partir da influência deste último segmento social, a ressignificação do termo público - antes representação de um *status*, objetivado na figura de um soberano - para a capacidade de tornar algo comum a todas as pessoas, seja por meio da divulgação de informações, seja por meio da ligação entre interesses coletivos e o Estado.

A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada a expressão esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração permanente e no exército permanente; à permanência dos contatos no intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. (...) Neste sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. O poderio senhorial transforma-se em “polícia”; as pessoas privadas submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem um público (...). (HABERMAS, 1984, p. 32)

Vale frisar que o poder é concebido pelo autor “como sendo a capacidade de atores imporem a sua vontade à vontade contrária de outros” (HABERMAS, 2011, p. 58). A ruptura citada anteriormente não foi meramente semântica e sim, estrutural. As novas percepções acerca do público e do privado incluem significativos debates acerca do sentido da expressão “comum”, a qual está presente na pauta das reivindicações de movimentos sociais sobre direitos e cidadania, como o do direito à cidade e o das mulheres poderem usufruir de espaços públicos e comuns sem serem vítimas de violência. Arendt destaca como as novas dinâmicas burguesas influenciaram na politização de tais conceitos:

O conceito medieval de “bem comum”, longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum, e só podem conservar sua privatividade e

cuidar de seus próprios negócios comuns. O que distingue da realidade moderna essa atitude essencialmente cristã em relação à política não é tanto o reconhecimento de um “bem comum” quanto à exclusividade da esfera privada e a ausência daquela esfera curiosamente híbrida que chamamos de “sociedade”, na qual os interesses privados assumem importância pública. (ARENDT, 2000, p. 44)

Em uma sociedade capitalista o espaço político também é alvo de apropriação pelos mercados, assim como o que se entende enquanto público e comum. No prisma marxista, nesse modelo societário, a finalidade da política institucional, representada pelos governos, “é a imposição de uma estrutura econômica à sociedade” (MAAR, 1994, p. 53). A organização social a partir de classes sociais cria novas metáforas para significar o privado e o público, assim como as tensões provocadas pelos interesses dos diversos segmentos sociais ganham novos contornos. O Estado Moderno é, então, forjado a partir da nova mola motriz da vida social, os mercados, e dos anseios dos novos grupos sociais, dentre os quais há enormes brechas em termos de direitos e de interesses.

## 2.1 A ESFERA PÚBLICA E O PODER COMUNICATIVO: ELEMENTOS POLÍTICOS IMPRESCINDÍVEIS À DEMOCRACIA

O Estado moderno se constituiu enquanto possuidor do poder político, ou seja, “como uma forma de poder social abstrato e duradouro, que permite intervenções no 'poder administrativo', isto é, nos cargos organizados de acordo com competências” (HABERMAS, 2011, p. 11). O poder do capital, erigido sob a égide da burguesia, dos seus empreendimentos, modelos de produção e releituras de mundo, se forja enquanto ação de pessoas/clãs privadas que buscam interferir no público para garantir os interesses do conjunto dos grupos privados. Tal desenho centraliza o poder da tomada de decisões sobre a vida individual e coletiva no poder político, ou seja, no Estado, enquanto que a sociedade civil burguesa representaria os interesses privados. A cidade, centro das atividades mercantis, passa a ser ocupada pela esfera pública burguesa.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. (HABERMAS, 1984, p. 42)

As primeiras experiências de esfera pública, de acordo com Habermas, se desenvolveram na Inglaterra, no século XVIII, e estavam vinculadas aos debates literários. Os encontros de intelectuais burgueses se convertiam em momentos de debates críticos acerca de temas que diziam respeito a sua existência social, enquanto grupo. O prisma habermasiano destaca a relevância do processo comunicativo na constituição de um sentido comum de mundo e da formação da opinião para as deliberações conscientes da sociedade sobre a política.

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataformas de discussão. (HABERMAS, 1984, p. 68)

Neste viés, a esfera pública se constitui em um espaço de pessoas privadas, mas que estão ali “em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos” (HABERMAS, 1984, p. 74). Por um lado, a assertiva reconhece o lugar do capital na constituição do Estado Moderno, por outro, apresenta esse grupo de sujeitos políticos como um dos pratos da balança para equilibrar o peso do poder estatal, numa quebra paradigmática em relação ao formato do Estado monárquico autoritário. Trata-se de um processo de racionalização das estruturas de poder, de forma a atender às novas demandas de uma sociedade mais complexa, em especial se comparada ao período feudal. Assim, o “poder político como uma forma de poder social abstrato e duradouro, que permite intervenções no 'poder administrativo', isto é, nos cargos organizados de acordo com competências”. (HABERMAS, 2011, p. 11)

No entanto, em uma sociedade de base capitalista seria inocente acreditar que as bases da balança alcançassem efetivamente um equilíbrio perfeito. O avanço da lógica de consumo e do interesse privado sobre o Estado o torna parte do processo de acumulação de alguns poucos que possuem lugares destacados na esfera pública. O princípio de racionalização da opinião pública para beneficiar todo o conjunto da sociedade, numa perspectiva universal, requer repensar as tensões existentes dentro da sociedade civil e estruturar as bases de uma nítida separação de papéis entre poderes constituídos.

Enquanto, na reprodução da vida social, relações de poder não tiverem sido efetivamente neutralizadas e a própria sociedade civil ainda basear-se em poder, nenhum estado de direito pode ser construído sobre a sua base, substituindo autoridade política por autoridade racional. Assim, então, também a dissolução de relações feudais de dominação no seio do público

pensante não é a pretensa dissolução de dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação em outra forma – e o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como o princípio central de sua organização, é mera ideologia. (HABERMAS, 1984, p. 151)

A chave para a neutralização dos poderes desiguais estaria, segundo Habermas, na capacidade de formação de opinião. Essa não se constitui na venda de ideias prontas para consumo de diversos grupos sociais, mas sim, no debate contínuo acerca do mundo da vida, no qual o consenso se formaria a partir dos melhores argumentos, em um processo comunicativo, no qual todos teriam as mesmas possibilidades de fala e estariam dispostos a escutar os demais. Assim, a esfera pública habermasiana engendra a comunicação como pilar de sua teoria, apresentando-a como capaz de romper, inclusive, com os exercícios de poder seculares efetivados por meio da coerção e da violência.

A formação democrática da opinião e da vontade depende de opiniões públicas informais que idealmente se formam em estruturas de uma esfera pública política não desvirtuada pelo poder. De sua parte, a esfera pública precisa contar com uma base social na qual os direitos iguais dos cidadãos conseguiram eficácia social. Para desenvolver-se plenamente, o potencial de um pluralismo cultural sem fronteiras necessita desta base, que brotou por entre barreiras de classe, lançando fora os grilhões milenares da estratificação social e da exploração, e se configurou como um potencial que, apesar de seus inúmeros conflitos, produz formas de vida capazes de gerar novos significados. No entanto, em uma sociedade secularizada, que aprendeu a enfrentar conscientemente a sua complexidade, a solução comunicativa *desses conflitos* forma a única fonte possível para uma solidariedade entre estranhos – entre estranhos que renunciam a violência e que, ao regularem, cooperativamente sua convivência, também se reconhecem mutuamente o direito de permanecer estranhos entre si. (HABERMAS, 2011, p. 33)

A adoção do termo “estranho” pelo autor parece denotar o lugar ontológico do outro, ressaltado pela complexidade das formas de estar no mundo e dos arranjos sociopolíticos e econômicos engendrados pela própria humanidade no curso da história. O desafio de conviver entre diferentes, criando espaços comuns a todos, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a impossibilidade de supressão das diferenças e, conseqüentemente, de tensões, só pode ser superado por meio de dispositivos dialógicos que permitam a externalização de anseios, a partilha de visões de mundo e o encontro de pontos de intersecções entre diversos sujeitos.

Esse destaque é necessário porque Habermas, ao analisar a sociedade moderna, identifica que não há uma única esfera pública, tendo sido cunhadas esferas especializadas, articuladoras de sujeitos com fortes laços de identidade política, e outras esferas

circunstanciais, as quais tendem a aglutinar uma diversidade maior de pessoas. Esses espaços se complementam numa conjunção de forças, indispensável ao equilíbrio das relações de poder e a garantia de direitos.

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunitárias e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, em esferas públicas literárias, eclesiais, artísticas, feministas, ou ainda esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência e de outras); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública: esfera pública *episódica* (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública da *presença organizada* (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partidos ou congressos de igreja) e esfera pública *abstrata* produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas. (HABERMAS, 2011, p. 108)

Faz-se imprescindível destacar o papel que o surgimento e a popularização da imprensa e da propaganda assumem para a esfera pública. Uma vez que a opinião pública se forja por meio de contínuas discussões com a diversidade de ideias existentes naquele espaço, a visibilidade acerca das decisões do poder político, propiciada pelos jornais, garantiria relativo potencial de monitoramento por parte da sociedade civil. Essa se entende enquanto conjunto de sujeitos políticos que se colocam no entremeio das disputas de interesse do poder político, instituído no Estado, e do poder do capital, dos empresários. A imprensa amplificaria a capacidade de leitura de mundo daqueles que não sentam à mesa dos poderes, mas que incidem socialmente por direitos. Mais especificamente, a imprensa desempenharia o papel estratégico de articular uma esfera pública propriamente dita.

Todavia, a imprensa faz parte do sistema político e econômico burguês e esteve, desde a sua criação, permeada pelas disputas simbólicas, tocadas em especial pelo poder do capital e pelo poder político, que concebem o mundo tal qual é percebido pelo conjunto das pessoas. Nas duas guerras mundiais, foi possível observar de forma muito particular, o seu uso para a construção social da realidade, em especial por parte de grandes potências como os Estados Unidos e a Alemanha. De lá para os tempos atuais, a multiplicação dos usos das *medias*

tradicionais e novos para se informar e trocar ideias segue tendo relevância para a formação da opinião, no entanto, é preciso fazer uma ressalva: o que se observa é uma encenação do debate, deveras diferenciado do modelo ideal proposto e estruturante da esfera pública habermasiana.

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isso, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, também foram cada vez mais desalojados dessa esfera e reinseridos na esfera, outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou a sua eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulneráveis se tornaram à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos. Enquanto antigamente a imprensa só podia intermediar e reforçar o raciocínio das pessoas privadas reunidas em um público, este passa agora, pelo contrário, a ser cunhado primeiro através dos meios de comunicação de massa. No percurso do jornalismo, de pessoas privadas que escreviam até os serviços públicos dos meios de comunicação de massa, a esfera pública se modifica mediante os interesses privados que nela conseguem presentificar-se de modo privilegiado – embora eles não sejam mais, de modo algum, *e o ipso* representativos quanto aos interesses das pessoas privadas como público. A separação entre esfera pública e esfera privada implicava que a concorrência de interesses privados tenha sido fundamentalmente deixada para ser regulada pelo mercado, ficando fora da disputa pública das opiniões. À medida que a esfera pública é, porém, tomada pela publicidade comercial, pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público. Nisso, por certo, a comercialização da imprensa vai de encontro à metamorfose da esfera pública em um meio da propaganda: inversamente, aquela também é, no entanto, levada avante por necessidades de propaganda comercial oriundas autonomamente de contextos econômicos. (HABERMAS, 1984, p. 220-221)

O poder da sociedade civil incidir e deliberar acerca dos rumos da vida comum depende, na perspectiva do autor, do poder comunicativo e de uma estrutura racional e normatizada pelo direito, do Estado, lugar das decisões que afetam o grande público. A racionalidade proposta e o estabelecimento de fluxos dialógicos na sociedade civil, não distorcidos por interdições engendradas pelo Estado ou pelo capital, resultaria no real e consciente consenso dos debatedores, os quais imbuídos de uma ética humanitária abririam mão, por vezes, de seus pleitos em prol da existência comum.

Vale considerar que, a partir dos aportes de Roger Cobb, Jennie-Keith Ross e Marc Howard Ross, Habermas (2011) sistematiza em três modelos os caminhos percorridos pelos temas em pauta na ordem do dia da sociedade até chegarem às instâncias decisórias e deliberativas capazes de transformá-los em políticas públicas. O primeiro, o modelo de acesso interno, está centrado no protagonismo do poder político constituído de encaminhar a

iniciativa sem necessariamente dialogar com a sociedade civil; o segundo, o modelo de mobilização, também é centrado na figura do sistema político, mas seus operadores necessitam mobilizar a esfera pública para terem o apoio que necessitam para a tramitação de uma proposta nas esferas decisivas; e, por fim, o modelo de iniciativa externa, no qual a sociedade civil se vale do poder da opinião pública para pressionar os poderes constituídos a inserirem na agenda formal suas proposições.

Enquanto o sistema político for dominado pelo fluxo informal do poder, a iniciativa e o poder de introduzir temas na ordem do dia e de torná-los maduros para uma decisão pertence mais ao governo e à administração do que ao complexo parlamentar; e enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria auto-compreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (HABERMAS, 1997, p. 114)

Os conteúdos veiculados pela imprensa, abrigando sob o seu guarda-chuva os interesses dos grupos historicamente poderosos, pode vir a ser um impeditivo para a participação política consciente e cidadã, principalmente em contextos permeados por desigualdades estruturais de classe, raça e gênero. Para Park (2008) o poder da imprensa está na sua capacidade de influenciar a opinião pública para a ação política. No entanto, a opinião pública, forjada nas empresas jornalísticas, via de regra, “uma vez fixa e codificada desse modo, é uma força estabilizadora e conservadora mais do que uma força inovadora”. (PARK, 2008, p. 72)

Ao se debruçar sobre esse processo de formação da opinião pública, o qual, deveras, se materializa no próprio sentido comum da política, Habermas realizou uma mudança de perspectiva na sua teoria, a qual se desloca da teoria da escolha racional para a teoria do discurso.

As condições para uma formação política racional da vontade não devem ser procuradas apenas no nível individual das motivações, mas também no nível social dos processos institucionalizados de formação da opinião e de deliberação. Estes podem ser considerados como arranjos que influenciam as preferências dos participantes, pois eles selecionam os temas, as contribuições, as informações e os argumentos, de tal modo que somente os que são “válidos” conseguem atravessar, em caso ideal, o filtro das negociações equitativas e dos discursos racionais, assumindo importância na tomada de decisões. (HABERMAS, 2011, p. 72)



Os postulados habermasianos de esfera pública têm sido revisitados a fim de lançar luz ao uso massivo de novas tecnologias de informação e comunicação que, por um lado, ampliaram as possibilidades de fala e de interlocução de sujeitos políticos e, por outro, criaram bolhas ou ilhas comunicacionais, numa referência aos sistemas das redes sociais virtuais com seus algoritmos e mesmo às desigualdades nas apropriações dos mecanismos técnicos em localidades onde as desigualdades sociais e a pobreza excluem um considerável contingente de pessoas de estar e incidir sobre o mundo, em especial o globalizado.

Ao ressaltar a comunicação como ativo político imprescindível ao processo de participação política da sociedade civil – desde a sua percepção de si até a sua ação deliberativa sobre o Estado –, Habermas destaca o poder comunicativo como sendo o pilar central da democracia, não apenas no sentido pontual da sua criação enquanto processo social, político e histórico, mas também ressaltando que, para que a democracia exista, é preciso resguardar a liberdade dos sujeitos de se comunicarem e debaterem, sem distorções, o mundo no qual vivem.

*O processo democrático* carrega o fardo da legitimação. Pois tem que assegurar simultaneamente a autonomia privada e pública dos sujeitos de direito; e para formular adequadamente os direitos privados subjetivos ou para impô-los politicamente, é necessário que os afetados tenham esclarecido antes, em discussões públicas, os pontos de vista relevantes para o tratamento igual ou não igual de casos típicos e tenham mobilizado o poder comunicativo para a consideração de suas necessidades interpretadas de modo novo. Por conseguinte, a compreensão procedimentalista do direito tenta mostrar que os pressupostos comunicativos e as condições do processo de formação da vontade democrática da opinião e da vontade são a única fonte de legitimação. (HABERMAS, 2011, p. 310)

A defesa da democracia, assim, depende da criação de estratégias de mobilização do poder comunicativo da sociedade civil e do entendimento do seu papel estruturante para minimizar os poderes político do aparelho de Estado e econômico das corporações do mercado desigualmente exercidos. Nesse prisma habermasiano, a sociedade civil intervém em defesa dos bens públicos e direitos comuns, por meio da comunicação, a qual pesa para o Estado, que também precisa da legitimação dos seus governados para se manter governante. O poder comunicativo é criado pela (e ao mesmo tempo é criador da) soberania popular. E, nas configurações de sociedades capitalistas, partimos da premissa que apenas o “exercício da soberania popular garante, pois, os direitos humanos”. (HABERMAS, 2011, p. 259)

## 2.2 A DEMOCRACIA E OS SISTEMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL

No Ocidente, a maior parte dos regimes políticos são democráticos. Hegemonicamente, a democracia passou a ser adotada como um sistema legitimador dos atributos de gestão de recursos e ações em prol da coletividade, no qual se constitui o Estado contemporâneo. Tal legitimação se sustenta na criação de canais de participação da sociedade civil nas decisões concernentes à política pública, ou seja, à soberania popular. No entanto, um Estado forte e voltado para o bem-comum disputa espaço com o poder do capital, o qual entendendo a natureza relacional e circunstancial do seu poderio, não permite o avanço do primeiro. Mais uma vez, o embate entre público e privado, interesses particularistas e coletivos, se insere no cerne da discussão sobre o modelo de democracia vigente nos territórios. Sobre o modelo de democracia majoritário no mundo, Lijphart pontua:

Definir a democracia como “governo pelo povo e para o povo” levanta uma questão fundamental: quem governará e quais interesses deverá atender, quando o povo estiver em desacordo e suas preferências divergirem? Uma resposta a esse dilema é que prevaleça a maioria do povo. Essa é a essência do modelo democrático majoritário. A resposta majoritária é simples e direta, e tem um grande apelo, porque o governo pela maioria, e de acordo com os anseios da maioria, deseja obviamente aproximar-se mais do ideal democrático do “governo pelo povo e para o povo” do que o governo por uma minoria e comprometido com esta. Uma resposta alternativa é: prevalece a vontade do maior número de pessoas. É este o ponto vital do modelo consensual. Ele não difere do modelo majoritário concordando em que é melhor o governo da maioria do que da minoria. Mas considera a exigência de uma maioria como um requisito *mínimo*: em vez de se satisfazer com mínimas maiorias, ele busca ampliar o tamanho das mesmas. Suas regras e instituições visam a uma ampla participação no governo e a um amplo acordo sobre as políticas que este deve adotar. (LIJPHART, 2003, p. 17-18)

Habermas (2002), ao analisar o Estado Moderno, identifica duas perspectivas políticas, a liberal e a republicana, as quais estão associadas a dois modelos de democracia. A democracia liberal entende o Estado como instituição que se volta aos interesses da sociedade, no entanto, enquanto aparato da administração pública, deve mediar os interesses particulares das pessoas, considerando-os prioritariamente na orientação da gestão de políticas públicas para a coletividade. O cerne desta perspectiva está assentado sobre os direitos individuais reivindicados por pessoas em particular ao Estado.

O segundo modelo de democracia, o republicano, defende que o Estado só possui o poder que emana da participação política da população. Nesse prisma, a cidadania se volta à liberdade, à comunicação política e ao direito à participação nas decisões que afetarão a coletividade. As pessoas individuais, em um exercício ético e conscientes da sua interdependência, utilizariam seu poder comunicativo e de deliberação para orientar as políticas públicas, e o próprio Estado, rumo à melhoria das condições de vida de todas as pessoas. Em relação à distinção entre os dois modelos, Habermas ressalta: “Há uma diferença estrutural entre o poder comunicativo, que advém da comunicação política na forma de opiniões majoritárias estabelecidas por via discursiva, e o poder administrativo de que dispõe o aparato estatal”. (HABERMAS, 2002, p. 275)

Assim, a democracia liberal reduz o poder do Estado à mediação de interesses privados, como se por meio desses alcançasse o bem comum. A republicana, em outra direção, concebe a soberania popular e a possibilidade do autogoverno da sociedade. No entanto, ao adotar uma perspectiva idealista, de plena consciência ética dos sujeitos políticos no debate público, o qual também aconteceria em condições ideais, limita as reais condições de efetivá-los, pois retira de cena as tensões inerentes ao processo dialógico e decisório entre pessoas diferentes, em sociedades cada vez mais complexas.

Habermas, então, aponta o entrecruzamento dos dois modelos como possibilidade de se constituir um terceiro, o deliberativo. Nesse, a política discursiva e a instrumental se complementariam, ratificando que a vontade comum se forja em um ambiente de discussão ética, dialógica, como exige a situação ideal de fala - diferente do mero exercício da força política do aparelho de Estado e econômica das corporações do mercado, como as relações atuais no Brasil exemplificam -, e só se torna política a ser incorporada pelo Estado por meio de instrumentos racionais, orientados para um único fim, e mediados pela moral. O direito equilibraria a balança dos interesses distintos e a liberdade de participação política da sociedade civil, entendida enquanto capacidade de discussão acerca do mundo da vida e de interferência sobre a administração pública.

O conceito de uma política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade de formas comunicativas na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um *autoentendimento mútuo de caráter ético*, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e *acordos*, da checagem da coerência *jurídica*, de uma escolha de instrumentos *racional* e *voltada a um fim específico* e por meio, enfim, de uma fundamentação *moral*. (HABERMAS, 2002, p. 277)

Vale salientar que Habermas ao propor um procedimentalismo baseado no direito à participação da diversidade de atores políticos no debate público, expondo suas razões para a defesa de projetos coletivos, inseriu uma dimensão social, que se contrapõe ao ideal liberal, cujo apego à forma democrática resulta em uma burocratização restringidora da pluralidade de vozes e em um retorno aos princípios naturais das ciências.

O enraizamento do modelo capitalista e neoliberal na sociedade e no Estado dificulta a adoção de uma política efetivamente discursiva, baseada na participação social sobre a administração das coisas públicas. Boaventura de Sousa Santos, ao historicizar as tensões inerentes à constituição da democracia enquanto processo político e social no século XX, destaca o papel que as guerras mundiais tiveram sobre a instituição da democracia enquanto regime e a própria discussão sobre a “desejabilidade” da mesma nos estados nacionais. A plena participação popular na política era vista com receio pelas elites políticas e econômicas. Nesse cenário, se consolida a democracia representativa, adotada hegemonicamente e com estruturas liberais, a qual se estrutura a partir da centralidade procedimental do voto enquanto expressão principal da participação e da vontade popular.

A democracia representativa (DR) é o regime político no qual os cidadãos (inicialmente uma pequena porcentagem da população) concentram seu poder democrático na eleição dos decisores políticos. Uma vez eleitos, estes passam a ser os titulares do poder democrático que exercem com mais ou menos autonomia em relação aos cidadãos. Essa autonomia dos representantes é algo paradoxal. Se, por um lado, é um requisito para que a democracia funcione, por outro, é um fator de tensão entre representantes e representados, a ponto de em algumas situações a maioria dos representados não se reconhecer nos representantes, não se sentir representada por estes (a patologia da representação). (SANTOS, 2016, p. 119)

O término da 2ª Guerra Mundial trouxe consigo o temor do socialismo, enquanto possível regime político, o qual afetaria os projetos do capital. Em todo o mundo, o assentamento das relações entre o Estado e o capital girou em torno do medo de que uma política redistributiva despertasse o interesse da população de aderir aos ideais socialistas. Coube ao Estado regular o capital, mas afastar os possíveis rastros da socialdemocracia dos seus instrumentos procedimentais. “No final da Segunda Guerra Mundial, a tensão entre capitalismo e democracia foi institucionalizada na Europa sob a condição de o socialismo deixar de ser o horizonte das lutas democráticas. O capitalismo cederia até o ponto em que isso não afetasse sua reprodução alargada”. (SANTOS, 2016, p. 123)

Forjava-se assim o modelo hegemônico de democracia, a democracia liberal. Suas principais características, de acordo com Santos e Avritzer (2002, p. 41-42) são: contradição entre mobilização e institucionalização; a valorização da apatia política, por meio da circunscrição do voto como elemento maior da participação política da sociedade civil; apego maior à forma do modelo de democracia do que à substância do regime; circunscrição do debate sobre pluralidade no locus dos partidos e elites políticas, que não, necessariamente, representam a diversidade de sujeitos sociais.

A concepção hegemônica torna a democracia um instrumento de autorização de governos e não, um processo (como tal constituído a partir de elementos culturais e históricos) de participação popular por meio do amplo debate e de deliberações coletivas, ou seja, do exercício do poder político popular. Trata-se de uma democracia de baixa intensidade e bastante distante, na prática, do ideal democrático. Boaventura e Avritzer destacam que tais abismos resultaram na patologia da participação, fundada sobre o abstencionismo e reflexo da descrença com os governos e na patologia da representação, erigida sobre o sentimento de não representação dos eleitores em relação aos seus representantes legais. (SANTOS; AVRITZER 2002, p. 42)

A concepção hegemônica de democracia, ao abordar o problema da representação, ligando-o exclusivamente ao problema das escalas, ignora que a representação envolve pelo menos três dimensões: a da autorização, a da identidade e a da prestação de contas (essa última introduzida no debate democrático muito recentemente). Se é verdade que a autorização via representação facilita o exercício da democracia em escala ampliada, como argumenta Dahl, é verdade também que a representação dificulta a solução das duas outras questões: a da prestação de contas e a da representação de múltiplas identidades. A representação não garante, pelo método de tomada de decisão pela maioria, que identidades minoritárias irão ter a representação adequada no parlamento; a representação, ao diluir a prestação de contas em um processo de re-apresentação de um representante no interior de um bloco de questões, também dificulta a desagregação do processo de prestação de contas (Arato, 2000; Przeworski, *et al*, 1999:32). Desse modo, chegamos a um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: a dificuldade de representar agendas e identidades específicas. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 49-50)

A hegemonia da democracia liberal no mundo ocidental caminha ao lado da globalização neoliberal, a qual influencia nos novos contornos da primeira, reforçando as contradições entre o ideal e a prática democrática. Esse tipo de globalização:

(...) corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado do que os anteriores, que visa, por um lado,

dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram uma distribuição social, e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal dessa dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres no interior do mesmo país. (SANTOS, 2002, p. 30)

Em um mundo pautado pelas leis generalizantes do mercado, as brechas sociais e as tensões entre os diversos segmentos sociais se ampliam, assim como a resistência ao modelo hegemônico. Boaventura, ao ressaltar que existem globalizações, lança luzes sobre as iniciativas da sociedade civil em busca de um outro modelo de sociabilidade e governança, pautados pela solidariedade, pelo respeito à diversidade e pela busca do bem viver. Assim como a globalização neoliberal se expande utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, as resistências também brotam (ou vêm à tona) por meio dessas ferramentas, destacando a comunicação como política estratégica de intervenção sobre o real. A globalização alternativa tem uma peculiaridade: é o local que se projeta ao global, articulando sujeitos de diversas realidades e localidades porque para se desvencilhar dos grilhões da exclusão vivida no cotidiano precisa “resistir a poderes translocais, nacionais ou globais”. (SANTOS, 2002, p. 22)

É válido salientar que tal resistência não se inaugura em Seattle ou no Fórum Social Mundial, ainda que sejam essas expressões consideráveis da globalização contra-hegemônica. As últimas décadas do século passado viram brotar, em especial nos países do chamado Sul Global, intensos movimentos de resistência aos modelos políticos autoritários e aos ditames do capital sobre a vida coletiva. A diversidade de atores sociais reivindicando o direito de serem representados pelo/no Estado pressionaram os poderes instituídos a estabelecerem uma nova gramática social, seja nos instrumentos legais como a Constituição Brasileira de 1988, seja aproveitando a porosidade da democracia representativa para transformá-la em um regime mais inclusivo.

No Brasil, experiências como a do Orçamento Participativo abriram espaço para um tipo de democracia que convive com a representativa, a participativa. Essa se baseia na legitimação de novos atores no processo político e, portanto, no reconhecimento da diversidade identitária, no fortalecimento dos vínculos sociais de solidariedade, em uma visão de participação política mais holística que considera o controle social ativo como parte do sistema político e tem origem nos movimentos sociais. “Os atores que implantaram as

experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador”. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 57)

Ao reivindicar maior participação e inclusão social e política, esses atores radicalizam a gramática participativa da democracia e, logicamente, desencadeiam um processo de tensionamento entre os governos e o capital, colocando em cheque os lugares de cada um nos processos de deliberação do Estado. A luta anticapitalista é estruturante para a democracia participativa. “Radicalizar a democracia significa intensificar sua tensão com o capitalismo. É um processo muito conflitual porque, nesse início de século, a democracia, ao vencer aparentemente seus adversários históricos, longe de eliminá-los, apenas mudou os termos da luta que trava com eles”. (SANTOS, 2016, p. 126-127)

A operacionalização da democracia participativa se mostrou possível, mas também repleta de paradoxos. Seria ingênuo pensar que os desdobramentos desse novo modelo democrático não amedrontariam as elites políticas e econômicas em seus projetos de poder. Experiências como a do impedimento da presidenta Dilma Rousseff e da Lava Jato demonstram como as forças dos poderes secularizados se articulam em prol da retomada do Estado e contra a redistribuição de tal poder com outros setores sociais. Apesar de estarem assentados sobre dispositivos legais, parte considerável desse movimento acontece por meio de ferramentas discursivas e midiáticas para que obtêm legitimidade pública para suas deliberações. Tais mecanismos, longe de se associarem à publicidade habermasiana, se utilizam de bens simbólicos e do senso comum para nublar o debate público, partidarizando os termos da discussão e a superficializando. Recobram, então, o sentido primordial hegemônico da democracia, de autorização dos governos para decidirem sobre os rumos da coletividade. Boaventura observa que “quanto mais eficazes forem as forças socialistas na luta pela maior redistribuição social e pela inclusão intercultural, maior é a probabilidade de o bloco capitalista recorrer a meios não democráticos, isto é, fascistas, para recuperar o controle de poder de Estado”. (SANTOS, 2016, p. 127)

Está-se falando sobre o retorno do fantasma do final da segunda guerra mundial, o medo eterno da socialdemocracia, e do argumento vigente na década de 1970, do perigo da sobrecarga democrática, a qual, supostamente, o Estado não seria capaz de atender.

Na sua operacionalização, a democracia participativa apresentou problemas como: a cooptação de alguns grupos pelas máquinas públicas e projetos econômicos; em alguns casos, a excessiva burocratização da participação social; a instrumentalização partidária; a

manipulação das instituições sobre processos consultivos e deliberativos; e, de forma geral, o estremecimento do ânimo da participação popular, o que levou, eventualmente, ao apoio coletivo à judicialização de certas discussões que deveriam se assentar sobre as esferas políticas. (SANTOS; AVRITZER, 2002)

Os empecilhos vivenciados na prática democrática participativa demonstram, como ilustrado anteriormente, os investimentos do capital e das elites políticas para a manutenção de seu poderio sobre o Estado, ou seja, sobre as decisões que afetam a coletividade. As investidas desses grupos, por sua vez, ilustram o potencial dessas experiências em articular pessoas e promover o desejo por uma democracia de maior intensidade, mais próxima ao ideal democrático. As vivências de democracia participativa demonstraram sua possibilidade de complementariedade e coexistência com a democracia representativa, assim como destacam o valor do experimentalismo democrático para o aperfeiçoamento do sistema político. (SANTOS; AVRITZER, 2002)

### 2.3 O “NÓS” DA DEMOCRACIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLÍTICA DAS MULTIDÕES

A democracia enquanto projeto político voltado para a coletividade não se institui como um presente das elites políticas ou econômicas e sim, como resultado da luta de sujeitos coletivos organizados em movimentos sociais. Na verdade, a existência de movimentos e mobilizações sociais é um importante termômetro da democracia. Isso porque expressam, dentre outros fatores, as possibilidades existentes de debate entre os cidadãos sobre as suas realidades, e entre estes e as instituições do Estado com foco na garantia de direitos humanos e do bem-estar comum, atuando para equilibrar as relações de poder existentes em um determinado contexto histórico. Tais fatores estão intimamente relacionados ao agir comunicativo enquanto possibilidade de ação coletiva sobre o real. (HABERMAS, 2012)

As formas de interação entre estes sujeitos são determinantes para se pensar as estruturas de poder vigentes na sociedade e, em uma instância macro política, para levar a cabo estratégias de mudança social visando a promoção de uma vida digna e justa para mulheres e homens.

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que civilizou a economia de



mercado, contribuindo ao mesmo tempo, enormemente, para sua eficiência (BOURDIEU, 2001, p. 19).

No Brasil, o processo de redemocratização, na década de 1980, se assentou no fortalecimento das redes movimentalistas no país e foi, por estes, retroalimentado. Tratavam-se de experiências de articulação de grupos sociais mais ou menos organizados em pautas de natureza específicas, em especial no meio urbano popular, em geral pautados pelas disputas de classe. É válido salientar que as experiências dos coletivos feministas e dos grupos negros já estavam em um intenso processo de organização e foram fundamentais para que, no início da década seguinte, despontassem novos atores sociais, com pautas políticas ampliadas. Aborda-se aqui as instituições e movimentos que lutam pela equidade de gênero, pela juventude, pelos idosos, pelos negros, pelos indígenas, pelas causas ambientais, etc.

Maria da Glória Gohn (2010) agrupa as experiências associativas no Brasil, até o início do século XXI, em três blocos: 1) os movimentos identitários de segmentos sociais específicos e historicamente excluídos, geralmente provenientes das camadas mais populares; 2) movimentos por melhores condições de vida no campo e na cidade; 3) os movimentos globais ou globalizantes, também conhecidos como altermundialistas, como o Fórum Social Mundial, que se contrapõem ao capitalismo selvagem e ao modelo de globalização massificante.

Scherer-Warren postula que três dimensões devem ser consideradas nas análises dos movimentos: a temporalidade, a espacialidade e a sociabilidade. A primeira corresponde aos mecanismos de conexão de tempos sociais distintos; a segunda, à criação de territorialidades sejam virtuais ou presenciais para atuação; e a última, às novas formas de relações sociais, sua intensidade, intencionalidade, significado e abrangência. (SCHERER-WARREN, 2007, p. 37).

Neste marco, as redes de movimentos sociais, historicamente, se formam em um complexo sistema de reconhecimento, no qual as identidades são causa e consequência da formação de um núcleo coletivo, visto que o reconhecimento pode ser impulsionador da aglutinação dos atores sociais, mas também suas percepções acerca do mundo e suas relações identitárias podem ser reformuladas em um processo dialógico. Estas articulações se conectam por meio de: identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas; de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e persistência; resistência aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistemática, com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos

alternativos, ou seja, estabelecem seus objetivos, ou constroem um projeto para o movimento. (SCHERER-WARREN, 2007, p. 36)

Salienta-se, aqui, o papel que as significações culturais possuem para as práticas políticas e democráticas, complexificando a discussão e rompendo com as fronteiras meramente burocráticas da democracia liberal, apegada às equações majoritárias para gestão das massas. Esse paradigma também rompe, sem desconsiderar a relevância, com o estatuto centralizador das relações de classe no entendimento das formas de dominação no mundo da vida.

Sobretudo nas últimas décadas, os movimentos e as lutas políticas mais importantes nos países centrais, e mesmo nos países periféricos e semiperiféricos, foram protagonizadas por grupos sociais congregados não directamente por identidades classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos etc. (SANTOS, 1999, p. 40)

Parte considerável desse processo tem a ver, em especial nos países do Sul Global, com o que já se citou antes, a esperança de inclusão e o desejo de participação de novos sujeitos advindos com o processo de redemocratização. Outro fator relevante é o papel que o local assume na luta contra a globalização hegemônica. Maria da Glória Gohn (1997) e Santos (2002) coincidem ao avaliar que os arranjos organizativos da sociedade civil foram reconfigurados a partir da resistência ao paradigma neoliberal global, bem como para assegurar os termos de sua própria sobrevivência enquanto esfera importante no processo político nos seus próprios territórios. Para Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 74), o local é um dos maiores símbolos dessa batalha: “a força da globalização contra hegemônica no domínio da ampliação e do aprofundamento da democracia depende em boa medida da ampliação e do aprofundamento de redes nacionais, regionais, continentais ou globais de práticas locais”.

A difusão das tecnologias de informação e comunicação são, ao mesmo tempo, ferramentas para a expansão do sistema global neoliberal e de resistência local-global. Desde a experiência do Fórum Social Mundial à Primavera Árabe é possível observar novas formas de articulação da sociedade civil, as quais aglutinam sujeitos a partir de pautas/problemáticas locais, mas que, dentro de uma cultura político-econômica mundializada, entendem que suas vozes precisam se articular com outras, em outros territórios, para sejam ouvidas. Trata-se da percepção de que a luta por direitos, inclusão e por democracia deve ser global porque os próprios Estados estão sujeitos às leis do capital político e econômico globalizado.

Hardt e Negri (2001) avaliam que há uma nova forma de soberania global, que substituiu o poder dos estados-nação. Trata-se do império - composto por organismos nacionais e supranacionais -, o qual, de forma desterritorializada, investe esforços para abarcar a totalidade do espaço político. Seus contornos são distintos de outras formas mais tradicionais de poder como o imperialismo. Além de não ter fronteiras territoriais que o delimitem, ele se pretende atemporal e a-histórico, se impondo como “um momento transitório no desenrolar da história, mas como um regime sem fronteiras temporais e, nesse sentido, fora da história ou no fim da história” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15). Dessa forma, o império não exerce poder apenas sobre os corpos e as vidas em um determinado espaço, mas cria as teias que tecem um novo mundo, repleto de contradições, dentre as quais o fato de ter se forjado sobre um discurso de promoção da paz mundial a partir das práticas de guerra. Como destacam os autores (2001, p. 15), “uma paz perpétua e universal fora da história”.

Em contraste com o imperialismo, o império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo, se uniram e mesclaram num arco-íris imperial global. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-13)

Os filósofos ressaltam a constituição de uma espécie de nova ordem jurídica, além da organização política em blocos, desde o final das duas guerras mundiais, o que aponta mudanças estruturais na organização do globo e, conseqüentemente, na sua dinâmica de exercícios de poder. (HARDT; NEGRI, 2001)

Tal movimento tem a ver, diretamente, com as faces da globalização. Se por um lado foram instituídos sutis (porém poderosos) mecanismos de controle e comando numa ordem mundial, tornando os centros de poder mais fortes e desterritorializados, por outro, os pontos de encontro propiciados pela conexão global, possibilitaram que os diversos indivíduos em contextos igualmente distintos reconhecessem o comum que há nas realidades deles, podendo assim, criar o anti-império no seio do próprio império. Para os autores, não se está abordando apenas um novo tipo de luta, mas uma nova forma de organização da sociedade civil correspondente ao atual contexto sociopolítico e econômico.

Deveríamos ser capazes de reconhecer, em outras palavras, as características fundamentalmente novas que essas lutas apresentam apesar de sua diversidade radical. Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente para o nível global e ataca a

constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais - e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 74-75)

Multidão é a nomenclatura adotada pelos autores para denominar essa sociedade civil no império e, mais do que isso, uma série de rupturas com conceitos de ordem filosófica e sociológica, as quais dão conta de um mundo em transformação, onde urge a formulação de novos pilares epistêmicos (sem negar o valor histórico das postulações que os antecederam). Primeiramente, rompe com as construções de sentido que associam a terminologia povo, um conjunto organizado e coerente em contraposição à multidão, enquanto massa, caos e desordem. Para Negri, as tradições de Hobbes, Rousseau e Hegel, assentavam a soberania do povo na transcendência do soberano, negando as particularidades existentes. Para eles, “a multidão é nome de uma imanência. É um conjunto de singularidades. A partir dessas premissas podemos imediatamente começar a traçar a trama de uma definição ontológica do que resta da realidade no momento em que o povo é libertado da transcendência”. (NEGRI, 2004, p. 15)

A multidão, nesse sentido, também se diferenciaria dos conceitos de massa e plebe. Enquanto esses últimos foram associados à passividade, à agressividade e à violência, a multidão tem um potencial organizativo considerável. É produto e sujeito da prática social. De acordo com Negri, o conjunto de singularidades tem uma força criativa que se esboça nas articulações promovidas entre as pessoas de diferentes realidades.

(...) na verdade, a potência desliza entre globalidade e singularidades, seguindo um ritmo às vezes sincrônico, feito de conexões mais ou menos intensas (rizomáticas, como têm sido chamadas), às vezes diacrônico, feito de sístoles e diástoles, de evolução e crises, de concentração e dissipação do fluxo. Em outras palavras, a produção de subjetividade, a produção que o sujeito faz de si mesmo é, simultaneamente, produção da consistência da multidão - já que a multidão é um conjunto de singularidades. (NEGRI, 2004, p. 20)

A multidão é, para os autores, um conceito de classe. No entanto, não mais em sua acepção tradicional, vinculada à classe trabalhadora industrial. Mas sim, ao modelo pós-fordista e da economia global, o qual complexificou as formas de produção, os bens produzidos e, consequentemente, as formas de exploração dos trabalhadores, ressignificando, inclusive, o sentido da classe trabalhadora. Essa já não é mais a mesma de séculos anteriores, ainda que subsistam extratos sociais que permaneçam em condições análogas de exploração

às do século XIX, em especial no Sul Global. No entanto, nas grandes cidades os feixes de relações de classe se ampliaram e precisam ser considerados.

Igualmente é preciso verificar que o potencial de cooperação das classes trabalhadoras em todo o mundo foram modificados - e nessa consideração não há variante valorativa, se é melhor ou pior, sendo uma constatação dos autores coerente com as transformações no mundo no trabalho. Assim, a terminologia multidão

(...) trata de captar la importancia de los movimientos recientes de la economía global: por una parte, la clase obrera industrial ya no desempeña un papel hegemónico en la economía global, aunque su fuerza numérica no haya disminuido a escala global. Por otra parte, hoy la producción no debe concebirse en términos meramente económicos, sino más generalmente por su carácter de producción social: no solo la producción de bienes materiales, sino también la de la comunicación, las relaciones y las formas de vida. Por lo tanto, en potencia la multitud se compone de todas estas figuras diversas de la producción social. De nuevo acudimos al símil de una red distribuida, a internet, como imagen o modelo para una primera explicación de la multitud. En ella los distintos nodos siguen siendo diferentes, pero todos están conectados en la red; además, los límites externos de la red son abiertos, y permiten que se añadan en todo momento nuevos nodos y nuevas relaciones<sup>15</sup>. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 17)

O exercício de Hardt e Negri para entender as novas lutas e movimentações sociais no bojo da sociedade global, longe de encerrar a questão do formato e dos rumos dos novos associativismos políticos da sociedade civil, trazem aportes que ressaltam a indispensabilidade de um olhar holístico e complexo sobre o mundo da vida. As conexões rizomáticas, em feixes, fluidas, mas contínuas, e sem barreiras espaço-temporais são características das atuais sociabilidades, impactando nas ações de incidência política, como será discutido mais aprofundadamente no terceiro capítulo.

De forma geral, os novos movimentos sociais, sobre os quais se debruça esta tese, evidenciam a articulação de indivíduos diversos que exigem seu espaço de protagonismo não apenas na participação política assentada no Estado, mas seu lugar de fala e posicionamento autônomo dentro do próprio movimento e nas outras esferas da vida política. São singulares e

---

<sup>15</sup> Tradução livre: “Trata de capturar a importância dos movimentos recentes da economia global: por um lado a classe trabalhadora industrial já não desempenha um papel hegemônico na economia global ainda que sua força numérica não tenha diminuído numa escala global. Por outro lado, a produção não deve ser concebida em termos meramente econômicos e sim, pelo seu caráter de produção social. Não só a produção de bens materiais como também a de comunicação, as relações e as formas de vida. Portanto, potencialmente, a multidão se constitui de todas essas figuras diversas da produção social. Novamente, retornamos a semelhança de uma rede distribuída, como a internet, como uma imagem ou modelo para uma primeira explicação para a multidão. Nela, os distintos nós seguem sendo diferentes, mas estão conectados na rede; ademais os limites externos da rede são abertos e permitem que sejam acrescentados a todo momento, novos nós e novas relações”. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 17)

plurais. O dissenso se ressalta e, portanto, a lógica das decisões majoritárias é questionada radicalmente.

A postura adotada em relação à política e ao Estado parece ser uma resposta às patologias de participação e representação. Não apenas exigem a autorrepresentação como demonstram seu descrédito em relação à democracia hegemônica, denunciando o sistema político e a sua máquina administrativa, tal como se estruturam, como sendo propulsoras de uma ilusão democrática, quando, na verdade, estão vinculados aos interesses do capital e das velhas elites políticas. Esse é um ponto idiossincrático desses novos arranjos da sociedade civil: para os movimentos sociais anteriores, a máquina pública era o espaço a ser ocupado e modificado; para parte considerável dos novos movimentos sociais, o diálogo com as instâncias governamentais e partidárias é desacreditado.

Os movimentos não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade. Nessas condições, há poucas chances de uma interação positiva direta entre movimentos e políticos visando a promoção de uma reforma política, ou seja, uma reforma das instituições de governança que amplie os canais de participação política e limite a influência dos lobbies e grupos de pressão no sistema político, reivindicações fundamentais da maioria dos movimentos sociais. (CASTELLS, 2013, p. 176)

Rolnik (2013, p.11), ao analisar as manifestações de junho de 2013 no Brasil, destaca que a questão da representação “não envolve apenas a crise dos partidos e da política”. A população, em especial os jovens que estão indo às ruas reivindicam um sistema democrático em que suas vozes sejam consideradas e sua participação seja possível. Por isso, é preciso entender as dinâmicas das identidades em sociedades plurais como a nossa, onde mecanismos democráticos hegemônicos (somado ao legado patrimonialista do Estado brasileiro) se tornam pontos de tensão e exclusão.

## 2.4 DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA (E PARA OS SUJEITOS POLÍTICOS) NO SÉCULO XXI

Ao longo dessa breve revisitação aos sentidos da política e da democracia foi possível observar os movimentos de mudança no Estado e a emergência de novos sujeitos políticos. O avanço do neoliberalismo e os processos globalizadores resultaram na diminuição do poder do Estado e no fortalecimento do capital, num desequilíbrio onde quem perde é a sociedade civil,

uma vez que o Estado se consolidou ao longo da história enquanto agente mediador dos interesses públicos e comuns. O enfraquecimento da política, cujo sentido tem sido solapado pelas experiências malsucedidas de representação no bojo da democracia liberal, pela apatia de participação do eleitorado e pelas denúncias de corrupção, abala as bases da democracia, ao mesmo tempo que impulsiona uma importante discussão sobre o modelo de sociedade que se quer.

Pensar a democracia do século XXI é voltar o olhar para as teias da sociedade globalizada e acerca do papel do mercado transnacional sobre os Estados. Nesse cenário, os operadores do capital internacional possuem uma considerável presença nos territórios, compondo as máquinas públicas, financiando campanhas e, portanto, se inserem enquanto atores importantes do mesmo Estado que deveria atender as demandas da sua população. Na maior parte das vezes, os interesses dos agentes do capital não são os mesmos da sociedade civil local, resultando numa perniciosa priorização das agendas da macroeconomia internacional em detrimento da agenda do povo.

Nos últimos anos, parece que testemunhamos o advento de uma nova forma de prosopopeia em que a coisa que fala é o próprio mercado: cada vez mais o mercado é citado como uma entidade mítica que reage, alerta, esclarece opiniões etc., e até exige sacrifícios como um antigo deus pagão. (ZYZEK, 2014, p. 99)

As consequências disso são sentidas diretamente pela sociedade civil e são manifestadas, em especial pelos novos movimentos sociais, na desconfiança em relação à eficiência do diálogo com os governos e com as instituições públicas. A pauta cidadã deste século requer uma articulação de forças também transnacionais e, como destaca Boaventura de Sousa Santos (2016), de uma luta em rede capaz de aglutinar sujeitos históricos diversos, plurais. A democracia, cuja natureza é processual e não terminada, depende do estabelecimento de uma agenda local-global, assentada em pilares anticapitalistas, antissexistas, anticolonialistas e antiracistas.

A democracia enquanto exercício de “autoridade partilhada” (SANTOS, 2016) não pode ser refém do centralismo do Estado burocrático neoliberal, tampouco ter como base a liderança carismática de um líder clássico a oferecer soluções simples em um cenário complexo. Tal quadro apenas acentua as patologias, já citadas, da representação e da participação, as quais afastam as pessoas da política, ampliando o fosso entre a busca do bem comum e a busca das recompensas individuais.

Rancière (2014) traz um alerta importante sobre o ódio à democracia e suas bases. Ao promover uma espécie de inversão sobre as relações de autoridade secularizadas e, portanto, naturalizadas, a cultura democrática aparece como uma ameaça aos poderes constituídos, sendo alvo de uma série de iniciativas que tentam deslegitimá-la, apresentando-a como desordeira, ineficiente e ultrapassada. O autor ressalta que a rejeição à democracia não é novidade, no entanto apresenta novos contornos:

(...) Seus porta-vozes habitam todos os países que se declaram não apenas Estados democráticos, mas democracia *tout court*. Nenhum reivindica uma democracia mais real. Ao contrário, todos dizem que ela já é real demais. Nenhum se queixa das instituições que dizem encarnar o poder do povo nem propõe medidas para restringir esse poder. A mecânica das instituições que encantou os contemporâneos de Montesquieu, Madison, Tocqueville não lhes interessa. É do povo e de seus costumes que eles se queixam, não das instituições do seu poder. Para eles, a democracia não é uma forma de governo corrompido, mas uma crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela. (RANCIÈRE, 2014, p. 09-10)

A aversão à cultura democrática se espalha por meio de dispositivos discursivos, os quais não se pode desprezar. Santos (2016), ao lembrar que vivemos em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas, lança luzes sobre o papel da cultura na prática política dos cidadãos e das instituições burocráticas do Estado. É um desafio para a sociedade civil se engendrar nas teias discursivas, produzir conteúdos e interagir diretamente com os diversos segmentos sociais que a compõem, no sentido de visibilizar as falácias da apropriação da política enquanto prática partidária, de “bons gestores” e distantes da população.

Epistemologicamente, também é preciso ampliar as reflexões acerca da prática democrática das esquerdas nos países do Sul Global e sua relação com as teorias de esquerda, estruturadoras de boa parte do pensamento acerca da democracia. Adota-se aqui, o conceito de Santos (2016, p. 74) de que “esquerda é o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e ao tipo de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera”. Sobre a necessidade ampliar o leque de discussões acerca da prática e da teoria democrática em países colonizados, o sociólogo observa:

Nos últimos cinquenta anos, agravou-se uma disjunção entre teoria de esquerda e prática de esquerda, com consequências muito específicas para o marxismo. É que, enquanto a teoria de esquerda crítica (da qual o marxismo é herdeiro) foi desenvolvida a partir de meados do século XIX em cinco países do Norte Global (Alemanha, Inglaterra, Itália, França e Estados



Unidos), e tendo em vista particularmente as realidades das sociedades dos países capitalistas desenvolvidos, a verdade é que as práticas de esquerda mais criativas ocorreram no Sul Global e foram protagonizadas por classes ou grupos sociais “invisíveis”, ou semi-invisíveis, para a teoria crítica e até mesmo para o marxismo, como os povos colonizados, povos indígenas, camponeses, mulheres, afrodescendentes etc. Criou-se assim uma disjunção entre teoria e prática que domina nossa condição teórico-política hoje: uma teoria semicega correndo paralela a uma prática semi-invisível. A teoria semicega não sabe comandar, e a prática semi-invisível não sabe valorizar-se. (SANTOS, 2016, p. 77-78)

A esquerda, que encampa de forma radical a defesa por uma democracia efetivamente participativa, é composta por uma ampla diversidade de sujeitos e visões de mundo. Por isso, alguns autores preferem a adoção do termo “esquerdas”. No entanto, isso que é sua riqueza pode, igualmente, colaborar com seu enfraquecimento, quando a pluralidade se converte em fragmentação. Neste início de século é possível observar as fraturas que abalaram as esquerdas latino-americanas, responsáveis pelo desenvolvimento de modelos de democracia, ao mesmo tempo, representativas e participativas exemplares.

Como foi abordado, a prática democrática não pode prescindir de ser vista como processo em contínua construção, sendo sua coerência entre meios e fins para se chegar à esperada partilha de autoridade um difícil exercício de auto-observação e de autocrítica. Tal pensamento reforça o papel da academia, não como mentor, mas como parte desse marco histórico de construção do mundo em que se vive. Nesse sentido, Santos (2016, p. 98) insere os pesquisadores na discussão, ao abordar como uma das falhas dos intelectuais da América Latina o silenciamento, “por complacência ou temor de favorecer a direita, as críticas aos erros, aos desvios e até as perversões por que têm passado esses processos, perdendo assim, a oportunidade de transformar a solidariedade crítica em instrumento de luta”.

Os desafios para o estabelecimento e a manutenção da cultura e da prática democrática no século XXI são variados, impossíveis de serem esgotados neste tópico, por isso mesmo, reiteramos a urgência em engendrar atores e lutas diversas, em um movimento de reconhecimento do comum entre diferentes, sem que o consenso eleja um sujeito privilegiado da luta, tendo como possível consequência um processo de hierarquização das identidades políticas dos vários sujeitos no seu bojo – o que, de forma alguma, é desejável. Tudo isso em escala global e local.

Os sujeitos da democracia neste novo contexto sociopolítico e econômico estão se forjando ao mesmo tempo em que encampam batalhas contra os elementos/instituições já identificados como opressores(as). As experiências dos “*Ocuppy*” no mundo todo são exemplos de uma nova forma de organização da sociedade civil contra um agente antigo, o

capital; os movimentos feministas se renovam com novos sujeitos, como as mulheres trans, e novas pautas, contra outro elemento de opressão antigo, o patriarcado, e assim por diante.

Hardt e Negri (2004, p. 17) visualizam, mesmo considerando o poderio do império, duas características da multidão enquanto possibilidades de fortalecimento da democracia. A primeira delas é a economia-política de sua composição e articulação. Por ser plural e singular ao mesmo tempo, a multidão precisa criar, e não apenas encontrar, os pontos comuns que possibilitem sua comunicação e atuação conjunta. O comum, nesse bojo, não pode esmagar as singularidades existentes, tampouco se assemelha ao espaço comunal das sociedades pré-capitalistas. A construção desse comum é um exercício permanente, não acabado, como a própria democracia. Suas dimensões parecem dar conta de um paradoxal fluxo de luta pelo protagonismo e de uma solidariedade global, de encontro entre o sentido pessoal e coletivo para a política.

A segunda característica da multidão que se vincula à democracia é a sua organização política. A busca por estruturas e dinâmicas não centralizadoras e horizontais, tanto fora quanto dentro do seu espaço organizativo, converte o ideal democrático que se busca para o coletivo em prática de ação política. Concretamente, dada a dimensão do desafio do estabelecimento de uma democracia global, isso pode se mostrar um caminho complicado e repleto de contradições, no entanto, necessário, em especial num período histórico de ódio às práticas democráticas.

El factor común que se halla en tantas luchas y movimientos de deliberación del mundo contemporáneo a la escala local, regional y global, es el anhelo de democracia. Obvio es decir que el anhelo y la reivindicación de una democracia global no garantiza su realización, pero no deberíamos subestimar el poder que pueden tener tales reivindicaciones<sup>16</sup>. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 18)

O abalo da democracia neoliberal, criticada mundialmente por todos que foram excluídos das suas benesses, é um dado (e oportunidade) importante para aliar pensamento e prática auto reflexiva na construção de uma estrutura democrática mais participativa, capaz de ressignificar o próprio sentido da política, reaproximando-a do povo e do interesse público.

---

<sup>16</sup> Tradução livre: “O fator comum encontrado em tantas lutas e movimentos deliberativos do mundo contemporâneo nas escalas local, regional e global é o anseio pela democracia. É óbvio que o anseio e a reivindicação de uma democracia global não garantem a sua realização, mas não devemos subestimar o poder que tais reivindicações podem ter”. (HARDT; NEGRI, 2004, p. 18)

### 3 AS IDENTIDADES E SEUS PILARES POLÍTICOS

As identidades são os pontos de intersecção onde as vidas humanas, em alguns dos seus lados, e considerando sua pluralidade, podem se encontrar. Essas se constituem em um importante elemento de autorreconhecimento individual e possuem um considerável poder aglutinador e, por isso, se apresentam enquanto substância subjetiva, histórica e social. Iminentemente política, essa autoidentificação é capaz de “organizar significados” (CASTELLS, 2013), leituras de mundos e engajar sujeitos em lutas sociais, sejam essas disputas emancipatórias ou conservadoras.

A tradição dos estudos culturais, ao se debruçar sobre o descentramento de si dos sujeitos na pós-modernidade, reafirma o caráter histórico das identidades e a ausência de rigidez nas estruturas desse processo de autoidentificação – algo impensável em séculos passados. Stuart Hall (2006) categoriza três tipos históricos de identidades: a do sujeito iluminista, essencializada, parte do ser imutável, que o acompanharia ao longo de toda a sua vida; a do sujeito sociológico, fruto do meio, geográfica e socialmente delimitada, cuja consciência de si dependia consideravelmente do entorno. Essa perspectiva é influenciada pelo interacionismo simbólico, pelas contribuições de George Mead e de C.H. Cooley. Para eles, “a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o 'eu real', mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem”. (HALL, 2006, p. 11)

Por fim, há a identidade do sujeito pós-moderno, inconstante, resultado da individuação, do filtro subjetivo de experiências pessoais, psíquicas e das interações com o mundo exterior da vida.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Esse último sujeito é produto das globalizações, da hibridização cultural que expôs ao mundo uma pluralidade de possibilidades de ser, de interagir, de crer, de existir, que abalou as estruturas das certezas plenas, território seguro, porém constituído por elementos opressivos, os quais, por muito tempo, foram o principal cimento cultural das populações nas sociedades.

Os mitos fundadores e as identidades nacionais estruturaram significativos projetos de poder e formas de ordenamento dos sujeitos no mundo. O primeiro, pelo seu caráter trans-histórico, ainda resiste no imaginário coletivo, no entanto, as identidades nacionais perderam relativa força com os fluxos migratórios, práticas colonizadoras e processos globalizantes. Neste bojo, se forjaram identidades diaspóricas, não originais, híbridas. “O conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”. (HALL, 2008, p. 32)

No entanto, o próprio Stuart Hall pondera que, em algumas realidades como a caribenha, - e aqui ampliamos com o recorte da América Latina e dos países subdesenvolvidos/colonizados - com seus territórios compostos por povos de diferentes origens, de diversas culturas, raças/etnias, essa configuração de construção identitária não é meramente binária, se constituindo por meio de “fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage* e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (HALL, 2008, p. 32).

As identidades sobre as quais nos debruçamos nesta tese são múltiplas, mas se interseccionam pelo cenário de opressões de gênero, pela dinâmica do local-global e pela luta anticapitalista. A Marcha das Vadias e o Ocupe Estelita se estruturam a partir de bases que distinguem e aglutinam por pilares de gênero, raça e classe social. As bases desse tripé não são compostas por sujeitos uniformes. Suas identidades são plurais, o que torna o nosso objeto mais complexo e reitera a necessidade de um corpus teórico amplo, capaz de dialogar com a realidade do Sul Global.

As globalizações e a revolução tecnológica acentuaram a delimitação das fronteiras entre dois paradigmas: o dos estados-nacionais clássicos, voltados à homogeneidade, e os estados multiculturais, heterogêneos. A homogeneidade é estruturante para um projeto de sociedade que funde o ser ao território típico da modernidade, assentado nos pilares da industrialização, em especial dos projetos desenvolvimentistas nacionais, e do avanço e/ou manutenção do poderio de determinadas nações sobre outras.

No entanto, o próprio avanço do capitalismo e seus novos contornos, que colaboraram com a derrocada dos velhos estados-nação, teve significativo papel no enfraquecimento dos discursos nacionalistas (em especial quando é conveniente para sua ampliação) e souberam se adaptar aos processos hibridizatórios. Isso porque, no cerne da globalização que vivenciamos, existe a dualidade das forças dos grupos dominantes e a resistência dos segmentos que não

compartilham da ideologia destes primeiros. “Em qualquer caso, as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2008, p. 35).

Se já é lugar comum que o poder e o contrapoder, a dominação e a resistência são faces da mesma moeda e, portanto, coexistem, na atualidade, o global e o local se revelam “cada um como a condição da existência do outro” (HALL, 2008, p. 44). A cultura e as identidades, fontes de significado como já se disse, são forjadas neste embate. Em sociedades plurais, formadas a partir de traços de diferentes povos, como é a nossa, as identidades se multiplicam e negociam suas faces com os campos de poder hegemônico e contra-hegemônicos.

Foram muitas as transformações sociopolíticas que desembocaram nesse descentramento do sujeito coerentemente unificado e completo. Para Hall (2006), o primeiro impulsionador foi o pensamento marxista, por apontar a capacidade de agência do ser humano como a principal fonte de construção do real e ressaltar as condições históricas, também produtos humanos, como fator indispensável para se entender as engrenagens das sociedades e agir sobre elas.

O homem da razão descartiana se viu diluído com a teoria freudiana do inconsciente, posteriormente desenvolvida por Lacan. Esse segundo descentramento, advindo do pensamento psicanalítico, defende que o ser é formado em relação ao outro, exterior a si, de forma fragmentada e descontínua.

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós, como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 2006, p. 39)

A linguística de Saussure vem abalar ainda mais as certezas sobre a unicidade humana, fonte principal e original dos significados, ao apresentar a língua enquanto estruturante e estruturada pelas relações sociais, historicamente influenciada, e mecanismo de aproximação e diferenciação entre pessoas, que, imersas em seus códigos, são confrontadas com o “outro”, o qual completa o significado não apenas do que “eu digo” como o de quem “eu sou”. O “eu”, mais uma vez, existe em relação ao “outro”.

Saussure argumentava que nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. Nós podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas de significado de nossa cultura. A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. (HALL, 2006, p. 40)

Michel Foucault, ao descortinar o “poder disciplinar” das instituições, tão caras à manutenção das identidades nacionais, desvela uma gama de estratégias produtoras de sentidos, as quais são, em muitos casos, quase imperceptíveis pelas próprias atribuições “naturais” das instituições (escolas, hospitais, igrejas, hospícios, etc), e, por isso mesmo, colaboram com a internalização do dominador nos dominados. Estes, por sua vez, têm as suas existências estruturadas em pilares que lhes escapam, em maior ou menor medida, em termos de escolhas racionais. Para Stuart Hall, este seria o quarto principal descentramento do sujeito pós-moderno.

O objetivo do poder disciplinar consiste em manter “as vidas, as atividades de trabalho, as infelicidades e os prazeres dos indivíduos”, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas “disciplinas” das Ciências Sociais. (HALL, 2006, p. 42)

O feminismo, enquanto movimento social e corrente de pensamento, surge para completar o processo de desconstrução dos sujeitos iluminista e sociológico. Seu escopo de problematizações abarca a discussão acerca das diferenciações entre homens e mulheres, ampliando o leque de identidades, a inclusão da esfera privada nas discussões políticas e ressaltaram as diferentes formas de se ver e se colocar no mundo, como mulheres, a partir de identidades sexuais e de gênero. “Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc.”. (HALL, 2006, p. 45)

A revolução tecnológica, impulsionada pela difusão e popularização da internet, parece ser um elemento a ser considerado nessa característica das identidades enquanto celebrações móveis. A hiperconexão tem possibilitado o acesso a diversas formações culturais, muitas já hibridizadas, gerando territórios profícuos à problematização de

hermetismos identitários. Ao mesmo tempo, as identidades conservadoras se apropriam dos códigos comunicacionais vigentes para apregoar o retorno aos tradicionais toténs de suas convicções. O embate entre estes dois caminhos é repleto de clivagens, visto que ora é possível utilizar o espaço virtual para o diálogo e para a troca, mas, por vezes, se trata apenas da teatralização do dialógico, um artifício discursivo de internalização da verdade única, no qual o “outro” deve ser eliminado (ou convertido).

### 3.1 MODERNIDADE: ENTRE POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Boa parte do que se discutiu nas últimas linhas está vinculado ao *status* da modernidade. Essa etapa inaugurou um novo estágio de organização da humanidade. Giddens (1991) situa seu marco inicial no século XVII, acompanhando a transição dos sistemas de produção e sociabilidade, os quais formaram as bases da revolução industrial. Para o autor, as quatro dimensões básicas da modernidade são: a instituição do capitalismo, a qual “envolve a insulação do econômico em relação ao político contra a tela de fundo do trabalho e mercados de produtos competitivos” (GIDDENS, 1991, p. 64); o desenvolvimento de sistemas de vigilância, assegurando o controle da informação e a supervisão social; o fortalecimento do poder militar, enquanto mantenedor das estruturas de poder e hegemonia no Estado-nação e contra possíveis ataques advindos de outras nações; e o industrialismo, “eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade”. (GIDDENS, 1991, p. 66)

Essas quatro dimensões se inter-relacionam de forma interdependente. Tratam-se de estruturas complementares que alteraram consideravelmente o mundo da vida.

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que encobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos – um diminuto período de tempo histórico – foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las. (GIDDENS, 1991, p. 14)

Berger e Luckman (2004) apontam que, para entender os desafios introduzidos pela modernidade, é preciso uma aproximação com dois tipos básicos de estruturas sociais. Ao primeiro tipo, associado às sociedades pré-modernas, correspondem sistemas de organização de sentidos, perpetuado por instituições relativamente estáveis. Essas:

(...) desenvolveram um sistema de valores único e obrigatório para todos em que os diversos estratos e âmbitos de sentido se acham adequadamente integrados: desde os esquemas de experiência e ação da vida cotidiana até as categorias supra-ordenadas da conduta de vida e da superação de crises, orientadas para realidades fora do comum. A reserva total de sentido é conservada e administrada por instituições sociais. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 32)

À segunda tipificação de estruturas sociais correspondem as sociedades modernas, as quais, por sua vez, ainda que haja uma reserva de valores e sentidos comum herdados, seu compartilhamento e uso cotidiano é contrabalanceado pelas demandas objetivas da atividade produtiva.

Numa sociedade desse gênero, as “grandes” instituições (econômicas, políticas e religiosas) se desligaram dos sistemas supra-ordenados de valores e determinaram a ação do indivíduo nas áreas funcionais por ela administradas. As instituições econômicas e políticas impõem como obrigatório o sentido objetivo referente à função (racional finalista), dos esquemas de ação na área que está sob sua responsabilidade. Ao lado delas, as instituições religiosas “oferecem” categorias (racionalis de valor) para a conduta de toda a vida. Usamos o termo “oferecem” também para o caso aqui suposto de que numa sociedade pertencente a este tipo básico só haja uma ordem de sentido orientadas para valores supra-ordenados, e não muitas competindo entre si. Porque, mesmo que neste caso as instituições religiosas transmitam as categorias de ordem superior, capazes de comunicar sentido a toda a conduta de vida, não podem ser impostas como obrigatórias sem a “oferta” de sistemas de valores concorrentes. Em termos gerais, as instituições desse tipo básico de sociedade já não trazem para a vida prática uma reserva organizada de sentido e valores de maneira coerente e que a todos obrigue. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 32)

Berger e Luckman se debruçaram sobre as crises de sentido introduzidas por tal estrutura social. Uma vez que o sentido organiza os valores disponíveis em um determinado contexto social histórico, por meio da experiência do indivíduo em relação ao mundo e dos indivíduos entre si, ele se torna elemento indispensável para compreender as relações sociais. “O sentido se constitui na consciência humana: na consciência do indivíduo, que se individualizou num corpo e se tornou pessoa através de processos sociais”. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 14)

Essa “forma complexa de consciência” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 15), o sentido, interfere, sobremaneira, no agir social de indivíduos, coletividades e das próprias



instituições. Para os autores, o capitalismo e a democracia são elementos centrais de articulação das atuais formas de agir social e multiplicadoras das possibilidades de uso dos diversos sentidos disponíveis na sociedade. “Ambas se baseiam na escolha agregada de muitos indivíduos – e elas mesmas estimulam um constante escolher e selecionar. O etos da democracia faz da escolha um dos direitos fundamentais do ser humano”. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 59)

Para os sociólogos, a produção, comunicação e recepção dos sentidos passa por três níveis: 1) o da comunicação de massa, possuidora de uma considerável carga moral, ainda que nem sempre esteja explícita e cuja dinâmica de elaboração de mensagens gira em torno dos interesses dos enunciadores (Estado, igrejas, mercado, associações da sociedade civil etc.); 2) o da comunicação do indivíduo no cotidiano das comunidades de vida e de convicção, articulando a moral com indivíduos próximos por meio de instituições como a família, a comunidade, a igreja, por exemplo; 3) o da comunicação das instituições intermediárias, ou seja, de grupos de indivíduos unidos por convicções comuns, como causas ambientais, sociais e políticas, com atuação em âmbito local, e capacidade de influenciar as comunidades de vida. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 88-89)

Em estruturas sociais anteriores à nossa, possivelmente, o segundo nível, associado às comunidades de vida e de convicção, teriam papel central. Na perspectiva dos teóricos, o leque de possibilidades de sentidos disponíveis e em disputa gera uma crise de sentido, a qual impacta o indivíduo subjetiva e intersubjetivamente. Esse é um elemento característico do tempo presente, um desafio político, visto que impacta na formação das identidades, ora libertando-as das antigas amarras estáveis do sujeito iluminista, ora causando intensas rupturas sociais.

Bauman acrescenta mais uma característica de diferenciação da modernidade em relação à outras épocas, o desconcatenamento espaço-temporal da prática da vida:

A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como características distintas e independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca. Na modernidade, o tempo tem *história*, tem história por causa de sua “capacidade de carga”, perpetuamente em expansão – o alongamento dos trechos dos espaços que unidades de tempo deixam “passar”, “atravessar”, “cobrir” - ou *conquistar*. O tempo adquire história, uma vez que a velocidade do movimento através do espaço (diferentemente do espaço iminentemente inflexível, que não pode

ser esticado, que não encolhe) se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humanas. (BAUMAN, 2001, p. 15-16)

O filósofo polonês avalia que as consequências da modernidade, inclusive as rupturas sociais, abrem uma brecha para os poderes hegemônicos ampliarem seu espectro de atuação. Na verdade, tais efeitos das novas estruturas sociais estariam sendo alimentados por tais poderes. Para ele, vivencia-se uma “mudança sem mudança” estrutural que possibilita a reconversão das bases sociais, principalmente se considerarmos o papel central da racionalidade instrumental da economia na vida social. Economia essa cada vez mais desterritorializada e, globalizada, mais presente na vida das pessoas, fixadas em seus territórios locais.

A desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva, é recebida às vezes com grande ansiedade e lamentada como “efeito colateral” não previsto da nova leveza e fluidez do poder, cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo. Mas a desintegração social é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo precisa estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de redes sociais, e em particular que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes a proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. (BAUMAN, 2001, p. 21-22)

O papel do capital internacional na estruturação das sociedades se acentua, na crítica de Bauman, na modernidade líquida - expressão adotada para dar conta da radicalização da modernidade, em especial da sua fluidez. Nesse contexto, a identidade se torna um projeto eterno, não realizado. Isso porque a individualização, elemento emancipador, constituidor do sujeito político, precisa dividir espaço com o individualismo, cuja base se assenta na segregação e na disputa com o outro. A emancipação tem assim seu sentido político sequestrado pela lógica do mercado. “Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania, e para a política fundada na cidadania, é por que os cuidados e preocupações dos indivíduos, fundados nos indivíduos, encham o espaço público até o topo”. (BAUMAN, 2001, p. 46)

Obviamente, onde o individualismo impera, o pluralismo padece. Berger e Luckmann (2004, p. 79) alertam para duas reações contraditórias e extremas existentes nesse cenário: o retorno às atitudes fundamentalistas, as quais negam os direitos dos segmentos sociais não hegemônicos, reivindicando o retorno às antigas tradições e valores; e a “relativista”, a qual também tem seus riscos, quando, ao abrir mão das reservas de sentido, descreve um sujeito

identitariamente cambiante, como se o mesmo não fosse parte de uma comunidade de vida. De uma forma ou de outra, retornar-se para a fragilidade da suposta liberdade individual e dos processos emancipatórios.

O acirramento político e a guinada conservadora parecem confirmar as análises anteriores. Urge repensar a reconstrução do político, do comum e, conseqüentemente, dos sujeitos políticos, suas identidades e práticas sociais. Para Bauman, no plano epistemológico, em especial da teoria crítica, e na práxis social, o desafio para garantir a emancipação humana é:

(...) reconectar as duas faces do abismo que se abriu entre a realidade do indivíduo de *jure* e as perspectivas do indivíduo *facto*. E indivíduos que reaprenderam capacidades esquecidas e reapropriaram ferramentas perdidas da cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular. (BAUMAN, 2001, p. 51)

Se por um lado, os desdobramentos históricos da modernidade, ou seja, a pós-modernidade ou a modernidade líquida, apresenta riscos ao próprio projeto transformador e emancipador que o fundou, principalmente quando apropriada pelo discurso dos poderes políticos e do capital hegemônico transnacional, por outro lado traz consigo um embrião de possibilidades contrafactuais, o qual pode ser tomado pelos segmentos contra-hegemônicos em favor de uma balança de poderes mais equilibrada.

A “história” não está do nosso lado, não tem teleologia, e não nos proporciona garantias. Mas a natureza fortemente contrafactual do pensamento orientado para o futuro, um elemento essencial da reflexividade da modernidade, tem implicações positivas, bem como negativas. Pois, podemos vislumbrar alternativas futuras cuja propagação mesma pode ajudá-las a se realizar. (GIDDENS, 1991, p. 154)

O pensamento exposto adverte sobre os perigos, mas evita o equívoco de, ao se fixar neles, tratar a modernidade como uma consequência de forças sobrenaturais, cujo rumo seja intangível aos humanos. Pelo contrário, reconhece os jogos de poder, cada vez mais difusos e sutis, os observa enquanto relações sociais, podendo, portanto, ser modificados, não com rupturas abruptas e, sim, com táticas que entendam as dinâmicas sociais vigentes. Giddens destaca que o pensamento norteador desse processo, mais propriamente que a teoria crítica na virada do século XX:

(...) deve ser sensível sociologicamente – atenta às transformações institucionais imanentes que a modernidade abre constantemente para o futuro; ela deve ser politicamente, na verdade *geopoliticamente*, *tática*, no

sentido de reconhecer que compromissos morais e “boa-fé” podem, em si, ser potencialmente perigosos num mundo de risco de alta-consequência; ela deve criar *modelos da sociedade boa* que não se limitem nem à esfera do estado-nação nem somente a uma das dimensões institucionais da modernidade; e ela deve reconhecer que a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida, ou uma política de auto-realização. Por política emancipatória me refiro a engajamentos radicais voltados para a liberação das desigualdades ou servidão. Se percebermos de uma vez por todas que a história não obedece a uma dialética do senhor e do escravo, ou que só faz em certos contextos e certas circunstâncias, podemos reconhecer que a política emancipatória não pode ser o único lado da questão. A política da vida se refere à engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos, e para a qual não existem “outros”. (GIDDENS, 2005, p. 155-156)

O realismo utópico proposto por Giddens não é inocentemente fetichizador das possibilidades emancipatórias existentes. Na verdade, seria a saída necessária para evitar as consequências catastróficas da racionalidade finalística e instrumentalista do capital superposta à política. O sociólogo britânico aponta quatro características da pós-modernidade (2005, p. 163): a participação democrática de múltiplas camadas, o processo de desmilitarização, a humanização da tecnologia e o sistema pós-escassez. Uma radiografia distinta da que apresentamos páginas antes enquanto peculiaridades da modernidade. Todas elas apontam para a globalização e a instrumentalização da vida como desafios, sendo necessário instituir parâmetros de ação que lidem e transformem as novas ambiências.

Bauman também alerta sobre o papel da repolitização da vida como indispensável para a garantia das liberdades individuais e coletivas:

O poder político implica uma liberdade individual incompleta, mas sua retirada ou desaparecimento prenuncia a impotência prática da liberdade legalmente vitoriosa. A história da emancipação moderna desloca-se de um confronto com o primeiro perigo para um confronto com o segundo. (...) O poder político perdeu muito de sua terrível e ameaçadora potência opressiva – mas também perdeu boa parte de sua potência capacitadora. A guerra pela emancipação não acabou. Mas, para progredir, deve agora ressuscitar o que na maior parte de sua história lutou por destruir e afastar do caminho. A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da “esfera pública” e do “poder público”. Agora é a esfera pública que precisa desesperadamente de defesa em relação ao invasor privado – ainda que, paradoxalmente, não para reduzir, mas para viabilizar a liberdade individual. (BAUMAN, 2001, p. 62)

Aproximar-se da política da vida em novos contextos sociais, repolitizando a política, é indispensável para a própria continuidade da humanidade. Em sociedades complexas e plurais estabelecer pontes de comunicação, considerando as múltiplas identidades e as dinâmicas de poder, é algo desafiante e urgente.

### 3.2 O MULTICULTURALISMO, A COMUNICAÇÃO E AS POLÍTICAS DE IDENTIDADE

Como já se abordou, a cultura e a identidade são indissociáveis. A cultura, enquanto produto humano, produz sentidos e rotinas comuns cimentando as relações de identificação enquanto sociedade ou grupo social. Em um mundo globalizado, em maior ou menor medida, e em especial nas nações colonizadas, boa parte dos territórios nacionais convivem com culturas heterogêneas, as quais disputam o processo de construção política nacional e global. “O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos” (HALL, 2008, p. 54).

O reconhecimento da importância da pluralidade é um dos principais termômetros da democracia. Não da democracia nos moldes liberal, assentada sobre uma lógica universalista e meritocrática e, portanto, excludente. Mas de um modelo contra-hegemônico ao vigente nas grandes potências ocidentais de primeiro mundo, histórica e estruturalmente diferentes dos países do Sul.

(...) temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Nas sociedades contemporâneas estruturadas pelos três grandes tipos de dominação moderna – capitalismo, colonialismo e patriarcado –, a democracia contra-hegemônica deve ter uma intencionalidade anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal. (SANTOS, 2016, p. 18-19)

É importante considerar que, na primeira década do século XXI, tal debate se revestiu de maior importância, dada a emergência de governos de esquerda em especial na América Latina. A sua chegada ao poder se deu em face de uma luta histórica dessas identidades plurais, invisibilizadas pelos padrões tradicionais de democracia liberal representativa. Tais segmentos fizeram germinar ideias acerca de uma democracia participativa, a qual se constituiria em uma alternativa ao legado capitalista, colonialista e patriarcal. É fato que a guinada conservadora mostrou como as teias do poder hegemônico ainda são fortes, mas também se deve considerar as resistências de movimentos assentados em bases locais e globais cada vez mais fortes e autoreflexivos.

Uma democracia capaz de incluir diferentes segmentos sociais resguardaria iguais direitos de voz, participação, representação política e controle social. O discurso dos Estados Ocidentais se assenta na máxima do multiculturalismo (além claro, do liberalismo capitalista)

para se considerarem democráticos. Nesse ponto é válido fazer uma diferenciação de conceitos:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade, na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. (HALL, 2008, p. 50)

Na prática, de acordo com a ideologia hegemônica do Estado, são diversas as formas de reconhecer a existência da pluralidade, de incorporar a voz do outro e de elaborar políticas que contemplem a heterogeneidade dos grupos sociais em um determinado território. A tipificação de Hall contempla:

O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldeberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais multiculturalistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição de poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou “revolucionário” enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência. (HALL, 2008, p. 51)

Há críticas à terminologia “multiculturalismo” de acordo com os filtros de cada uma das correntes anteriormente descritas. Justificam-se, na maioria dos casos, pela suposta impossibilidade de integração cultural de uma nação subdividida em grupos, à falácia da apropriação capitalista das identidades sem que, efetivamente, se modifiquem as condições de vida dos grupos considerados “minoritários”, bem como, existem críticas à preponderância das questões identitárias e culturais em detrimento do reconhecimento dos direitos econômicos de segmentos sociais socialmente excluídos. (HALL, 2008)

Esta tese adota o termo por considerá-lo o mais apropriado, por abarcar a complexidade inerente ao tema, assim como as insuficiências das perspectivas adotadas pelos Estados Multiculturais. Parte-se da premissa de que a diversidade cultural na prática política e do conjunto de políticas multissetoriais não é só importante como inevitável em um planeta conectado pelas redes tecnológicas e pela macroeconomia global. No entanto, as experiências desenvolvidas ainda são frágeis e, em alguns casos, se apresentam como encenações de inclusão.

A sociedade em rede, essa na qual vivemos, se assenta na máxima interconexão e interdependência entre nações, pessoas e projetos político-econômicos. É um desdobramento das globalizações, cujo impacto é sentido na organização política dos Estados e no cotidiano dos indivíduos. O desenvolvimento tecnológico, em especial das redes estruturadas de comunicação globais, impulsionou sua formatação e acentua a centralidade da discursividade, das produções simbólicas e da ocupação de espaços digitais como forma de incidir sobre o mundo.

Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em rede; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades de elites dominantes. (...) admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo. (CASTELLS, 2013, p. 17)

Os lugares de poder não se alteraram significativamente, mas suas formas de dominação sim. O capital financeiro e as instituições dos Estados aumentaram sua conexão, em especial pelo enfraquecimento do segundo e o enraizamento do primeiro, e continuam como signos de poder e de disputa pelo poder. A comunicação, a produção simbólica e o silenciamento se tornaram estratégias centrais nos projetos de dominação. Essas são também fundantes para as construções identitárias e seu reconhecimento social, o qual pode se desdobrar em conquistas políticas e econômicas. “Devido ao fato de que os processos de dominação aos quais as pessoas reagem estão embutidos nos fluxos de informação, a construção da autonomia tem de se fundamentar nos fluxos reversos de informação”. (CASTELLS, 2013, p. 85)

A capacidade de constituir sentidos a partir de signos socialmente reconhecidos e fazê-los comuns, aceitos pela maioria das pessoas, está na base do exercício de poder. As práticas

sociais dependem, em grande medida, do corpo de significações legitimadas para serem reproduzidas. É baseado em tais preceitos que o sexismo, a xenofobia, o racismo e outras práticas excludentes se perpetuam. As práticas de dominação, autonomia e reconhecimento identitário passam, inevitavelmente, pela capacidade de se apropriar dos códigos comunicacionais e torná-los comuns. O multicultural vive no pêndulo do embate ideológico entre sentidos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Hegemonia, bem se sabe, é a imposição de valores que conformam os interesses da cidadania e concorrem para a direção moral e intelectual dos indivíduos. É, assim, um processo de articulação de representações sociais com vistas a um consenso, não isento de resistências, de conflitos, de movimentações contra-hegemônicas, hoje muito frequentes nesse campo de produção, circulação e recepção de sentido, resumido na palavra “cultura”. (SODRÉ, 2008, p. 27)

A hegemonia é o território da validação dos interesses dos grupos mais poderosos em um dado contexto territorial e histórico. É o espaço conformado por elementos legitimadores da dominação. Engana-se quem pensa que sua performance é monolítica, se apresentando quase sempre com características e discursos dos diversos grupos sociais, os quais foram assimilados pelo entendimento de que sua incorporação é estratégica para o projeto de poder vigente.

Assim, os discursos e as produções simbólicas aparecem enquanto práticas das ideologias vigentes. Uma vez que as identidades coletivas, adotadas por sujeitos políticos, organizam sentidos é por meio desses que parte considerável delas age no mundo. O campo simbólico tem ganhado espaço significativo nas lutas dos movimentos. Haja vista o questionamento das feministas acerca da gramática sexista que rejeitava a possibilidade de haver uma presidenta da República, no feminino, e do movimento antirracista, o qual questiona expressões populares mantenedoras de associações excludentes relacionando a cor preta com fatos ruins, como por exemplo, “a coisa ficou preta”, “denegrir”, “samba do crioulo doido”.

É oportuno registrar que os movimentos conservadores e fundamentalistas também têm no campo simbólico uma trincheira de luta para sua manutenção nas esferas de poder. Desde 2015, há uma espécie de cruzada no Brasil contra o uso do termo “gênero” nas escolas, nas políticas públicas e nos instrumentos de planejamento orçamentário dos governos. Ao excluir tal terminologia, os sujeitos coletivos aglutinados sob o guarda-chuva “gênero” (mulheres, mas também os segmentos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) têm o seu



espaço de incidência política e direitos restringidos ou integralmente negados. Em última instância, a exclusão da palavra que significa/representa tais segmentos é a sua morte simbólica.

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. (CASTELLS, 2013, p. 23-24)

Nesse sentido, Castells (2013) propõe três formas e origens de identidades dos sujeitos coletivos. A primeira é a identidade legitimadora, influenciada pelas instituições dominantes, as quais organizam e racionalizam as estruturas de dominação por meio de um sistema articulado de produções simbólicas, signos e instituições. Essas últimas são responsáveis, cada uma em seu campo de atuação, por perpetuar os valores hegemônicos, abrindo um pequeno espaço para questionamentos à ordem, mas negam a ruptura plena com a realidade posta.

O segundo tipo, a identidade de resistência, é contra-hegemônica por essência, ou seja, se contrapõe às ideias dominantes. Estrutura-se a partir de bases de sobrevivência material e simbólica em uma sociedade que nega, exclui ou desvaloriza sua representatividade enquanto sujeitos políticos e seres humanos. Está-se falando de grupos socialmente marginalizados e alvos de preconceitos, tais como negros, indígenas, comunidade LGBT, entre outros, os quais se organizam em comunas/comunidades de autoproteção.

As identidades de projeto também são contra-hegemônicas, mas buscam expandir, por meio da resistência cultural e política, sua organização para um novo projeto de sociedade. Incidem no real de forma radical, pretendem redefinir os códigos estruturais que condicionam e consolidam os poderes hegemônicos, em geral, desiguais e opressores. “Neste caso, a identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (CASTELLS, 2013, p. 26). As mulheres organizadas no feminismo são um exemplo emblemático por contemplar, na sua luta, a referência de uma mudança sistêmica contra o patriarcado, englobando as esferas privada (em geral, associadas à família tradicional, patriarcal e heteronormativa) e pública (abarcando as estruturas de poder estatal e de transformação das relações de subsistência material, impostas pelo capital).

Neste estudo abarcamos duas dimensões de identidades de projeto, a feminista e a luta anticapitalista, materializadas nos movimentos Marcha das Vadias e Ocupe Estelita. Nos próximos tópicos abordaremos as auto-identificações e as características da Marcha das Vadias e do Ocupe Estelita. Para analisar como ambos se definem, partimos das apresentações disponíveis nas redes sociais virtuais e cartas públicas, bem como, das entrevistas realizadas com representantes dos movimentos. Consideramos válido também situar as transformações históricas ocorridas nos movimentos urbanos, antes organizados em comunas locais, até sua ação com vistas globais contra o esmagamento do sistema capitalista; assim como da luta feminista, com suas ondas até o que estamos chamando de feminismo contemporâneo.

### 3.3 A MARCHA DAS VADIAS E AS IDENTIDADES DE GÊNERO

A Marcha das Vadias é um movimento internacional iniciado em 2011, no Canadá, após um policial, durante uma palestra, ter orientado as mulheres a não se “vestirem como vadias”. Segundo ele, assim evitariam estupros. A fala desastrosa, vinda de uma autoridade de segurança, levou milhares de pessoas às ruas de Toronto e, pelas redes, o chamamento teve eco em diversas partes do mundo. O movimento *Shut walk* rapidamente se difundiu, se consolidando, naquele mesmo ano, com a organização de coletivos em Los Angeles, Nova York, Buenos Aires, São Paulo, Distrito Federal e Recife. Inicialmente, a principal bandeira esteve fincada no repúdio à violência de gênero, em especial a sexual, e à culpabilização das vítimas por parte do Estado e da própria opinião pública.

O primeiro ponto de reivindicação é a resignificação do termo ‘vadia’. Somos constantemente chamadas de vadias, putas e vagabundas pelo simples fato de exercermos nossa sexualidade livremente e por sermos seguras de quem somos. Se, no momento que nos declaramos livres, liberadas, felizes, conscientes e seguras sexualmente, somos vadias, então somos todas (e queremos ser todas) vadias, pois não existe nada mais libertador e bonito do que ser livre, ter amor próprio e consciência do próprio corpo. Ser mulher é uma luta diária em nossa sociedade machista. (MARCHA DAS VADIAS, 2014)

Em maio de 2012, as brasileiras voltaram às ruas para a segunda edição do movimento, e em 25 de maio de 2013, a terceira edição da Marcha das Vadias ocorreu, simultaneamente, em diversas cidades do país: São Paulo, que reuniu cerca de 1.500 manifestantes; Belo Horizonte, onde estiveram 1.000 participantes; Recife, que contou com 2.000 pessoas; e Florianópolis, que reuniu aproximadamente 1.000 manifestantes. Outras marchas aconteceram em datas diferentes em várias regiões do país, como Rio de Janeiro,

Brasília, Curitiba, São Luís, Bahia, Amapá, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Cuiabá, Aracajú, Porto Alegre, entre outras. (CARDOSO, 2013)

A Marcha das Vadias tem, assim, a particularidade de ter um fio condutor comum, de cunho identitário, relacionado às questões de gênero, mas se manifesta de formas distintas em iniciativas auto-organizadas em cada um dos territórios onde acontece. Em geral, se tratam de articulações mobilizadas por redes sociais digitais, aglutinadoras de sujeitos autônomos, não vinculados necessariamente a um movimento ou organização da sociedade civil, porém que repudiam a discriminação e a violência com recorte de gênero. No Recife, a Marcha se iniciou em 2011, a partir da iniciativa de um homem. O protagonismo feminino veio pouco tempo depois, não sem a resistência daquele.

Em 2013, é criado o Coletivo Marcha das Vadias Recife (CMVR), um grupo não formalizado, que mantém uma dinâmica de reuniões regulares e responsabilidades partilhadas entre suas integrantes, ainda que não haja líderes assim denominadas. Tal característica estende as ações, em geral, pontuais do movimento *Slut walk*, as quais acontecem uma vez ao ano e, em alguns casos, como o da capital pernambucana, organizam outro evento internacional conhecido como *One Billion Rising* (Um bilhão que se ergue), cujo mote também é o enfrentamento da violência sexista contra a mulher. Com o Coletivo organizado é possível marcar presença em outros debates em pauta na agenda pública, incidindo ativamente nessas discussões, como no caso de estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro, gravado e compartilhado nas redes sociais, em 2016.

As reivindicações do CMVR se voltam a um mosaico de direitos negados às mulheres em diversas frentes: direitos sexuais, direitos reprodutivos, vida sem violência, direitos econômicos, entre outros. O manifesto divulgado em 2014, e mantido como apresentação da iniciativa até a presente data, nas peças de comunicação do coletivo, dá a devida dimensão da amplitude da pauta:

(...) Por isso, queremos todas as bandeiras na nossa marcha!

- A bandeira da luta contra a violência sexual, a submissão, a exploração do corpo da mulher. A luta contra o conservadorismo que nos diz que, se não quisermos ser estupradas, não devemos provocar.
- A luta contra o moralismo, que nos diz que não podemos usufruir de nossa sexualidade, sensualidade e beleza. Contra o machismo que impede que a mulher seja livre e impõe que seja apenas um objeto.
- O feminismo, renovado, que acolhe as mulheres e orienta na melhor forma de exercer a feminilidade, com força, determinação e respeito.
- A cidadania, que busca a criação de políticas públicas efetivas de proteção aos direitos da mulher, que puna agressores e estupradores.

- O fim do preconceito contra os grupos LGBT, pelo respeito às diferentes formas de orientação sexual.
  - A assistência às prostitutas, maiores vítimas de violência e agressão sexual, pelo reconhecimento profissional e por uma condição mais digna, sem exploração.
  - O apoio às mulheres agredidas, que tenham a segurança de que o Estado irá defendê-las de seus agressores.
- Se você também não concorda com uma sociedade que aplaude piadas sobre estupro, que segue lideranças que afirmam que, se a mulher foi estuprada, é porque de alguma forma ela consentiu, que banaliza a agressão física, moral e sexual, marche conosco. (MARCHA DAS VADIAS, 2016)

Um ano depois do lançamento desse manifesto, em 30 de maio de 2015, cerca de mil ativistas, segundo dados das organizadoras, foram às ruas mais uma vez. Apesar de possuir um caráter pacífico, a manifestação foi marcada por conflitos envolvendo, inicialmente, ainda no ponto de concentração (a Praça do Derby), uma mulher transgênero impedida por um agente público de usar o banheiro público feminino. Além disso, o ato finalizou com uma briga de rua de grandes proporções entre as militantes e um grupo de vendedores ambulantes que teriam investido contra as mulheres com os seios à mostra. Um dos principais corredores do centro da cidade, a Avenida Conde da Boa Vista, se transformou em um palco de guerra. Lojas fecharam, várias pessoas ficaram feridas e a marcha não chegou ao seu ponto de desfecho. Em 2016, o Ministério Público de Pernambuco ainda mediava as reuniões entre o Sindicato dos Ambulantes e o CMVR para evitar novos conflitos em outras edições da Marcha.

Em 2016, cerca de três mil pessoas participaram da 6ª edição da Marcha das Vadias Recife. Em um ano marcado por consideráveis embates e retrocessos políticos e sociais, em especial nos direitos das mulheres e segmento LGBT, o evento atingiu o maior público desde sua primeira aparição. Um fato de notável apelo, o estupro coletivo de uma estudante no Rio de Janeiro, ocorrido na mesma semana, pode ter potencializado o chamado público e, de fato, foi referendado em diversas passagens da caminhada, com gritos de luta como “quando eu acordei, tinha 33 homens em cima de mim”. É válido considerar que a quantidade de pessoas não intimidou, mais uma vez, as investidas de transeuntes e ambulantes, que entraram na passeata para assediar mulheres cis e transgêneros. Pelo menos quatro vezes a caminhada foi interrompida por eventos do tipo. Tais fatos dão a devida dimensão da atualidade das discussões acerca das relações de gênero e da pertinência da ação da sociedade civil em tempos de informação abundante, mas também de cegueira política e de manifestações despudoradas de ódio aos grupos historicamente excluídos.

As identidades feminina e masculina não são natas. Essas se forjam a partir de um processo social de atribuição de características comportamentais a corpos sexuados. Tais atribuições têm desdobramentos na forma como as pessoas se veem e como o mundo as veem. Isso significa que, da esfera doméstica, privada, ao mundo público, se consolida um ideário que determina os lugares e as esferas de atuação de homens e mulheres, justificando pela biologia um dos principais pilares de desigualdades estruturais nas sociedades, o qual se estende da divisão sexual do trabalho no lar à esfera político-econômica.

Al tomar como punto de referencia la anatomía de mujeres y de hombres, con sus funciones reproductivas evidentemente distintas, cada cultura establece un conjunto de prácticas, ideas, discursos y representaciones sociales que atribuyen características específicas a mujeres y a hombres. Esta construcción simbólica que en las ciencias sociales se denomina género, reglamenta y condiciona la conducta objetiva y subjetiva de las personas. O sea, mediante el proceso de constitución del género, la sociedad fabrica las ideas de lo que deben ser los hombres y las mujeres, de lo que se supone que es "proprio" de cada sexo<sup>17</sup>. (LAMAS, 1996, p. 02)

Nesse contexto, o corpo assume a centralidade por ser símbolo, socialmente construído, do que o senso comum considera como o destino das pessoas. No entanto, no caso das mulheres, a matéria dos seus corpos parece não nos pertencer. O patriarcado, ao longo da história, lançou mão de um vasto arsenal simbólico, por meio das diversas instituições sociais, para justificar a posse do corpo das mulheres pelos homens, com argumentos do direito natural do sexo masculino até a supostamente bem-intencionada proteção da integridade das mulheres diante de um mundo ameaçador. De toda forma, a capacidade de agência humana feminina é subvalorizada (em alguns casos, negada por completo) e, com isso, nossa cidadania, ainda hoje, é restrita.

O cerne das reivindicações da Marcha das Vadias tem a ver com o direito ao corpo das mulheres e com os filtros simbólicos que justificam os lugares de poder desiguais aos quais estão as mulheres submetidas. Dentre esses: a violação dos corpos e mentes enquanto estratégia de dominação, praticada comumente, na violência doméstica de base sexista; a demanda da maternidade compulsória, por um lado, e, por outro, a maternidade e os cuidados com os filhos como interdito do acesso ao mundo do trabalho; a coisificação dos corpos

---

<sup>17</sup> Tradução livre: “Ao tomar como ponto de referência a anatomia de mulheres e homens com suas funções reprodutivas evidentemente distintas, cada cultura estabelece um conjunto de práticas, ideias, discursos e representações sociais que atribuem características específicas a mulheres e a homens. Essa construção simbólica que nas ciências sociais se denomina gênero regulamenta e condiciona a conduta objetiva e subjetiva das pessoas. Ou seja, por meio do processo de constituição do gênero, a sociedade fabrica as ideias do que devem ser os homens e as mulheres, do que se supõe que é próprio de cada sexo”. (LAMAS, 1996, p. 02)

femininos na mídia; o corpo-prisão de convenções sociais que, quando não correspondem às características morais e dicotômicas das relações de gênero, é castigado, usado como arma de guerra, exibido como troféu em atos torpes de violência.

Marchamos porque a mesma sociedade que explora a publicização de nossos corpos voltada ao prazer masculino se escandaliza quando mostramos o seio em público para amamentar nossas filhas e filhos; marchamos porque durante séculos as mulheres negras escravizadas foram estupradas pelos senhores, porque hoje empregadas domésticas são estupradas pelos patrões e porque todas as mulheres, de todas as idades e classes sociais, sofreram ou sofrerão algum tipo de violência ao longo da vida, seja simbólica, psicológica, física ou sexual. (MARCHA DAS VADIAS, 2014)

Nas Ciências Sociais, o termo gênero está permeado por um vasto campo semântico, hasteado sobre correntes teóricas diversas. De acordo com Joan Scott (1989), o gênero é uma categoria de análise histórica que amplia as percepções acerca das relações sociais e das desigualdades existentes. Juntamente com classe e raça, estrutura um tripé imprescindível para a compreensão de mundo. Por mobilizar pesquisadores e pesquisadoras de diferentes vertentes, feministas e não feministas, se trata de um termo que pode apresentar clivagens distintas, desde sua aplicação asséptica apenas para designar o lugar das mulheres na sociedade, sendo utilizado quase como sinônimo de sexo feminino, até abordagens mais complexas, envolvendo psicanálise e identidades de gênero.

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (SCOTT, 1989, p. 06)

O pensamento feminista na academia foi responsável por ampliar as abordagens problematizadoras das estruturas de produção e reprodução das desigualdades de gênero. Scott sistematiza essa trajetória de construção de conhecimento, em especial no campo da História, em três frentes de posições teóricas:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1989, p. 09)

As posições teóricas de estudos sobre o patriarcado lançaram luzes ao debate utilizando a reprodução e a sexualidade enquanto elementos-chave para entender as desiguais relações de poder. A primeira disputada pelos homens, que não podiam gerar, relembra o imaginário do poder relacionado à produção de vida. Seria preciso dominar quem reproduz a vida para não ser dominado. No segundo caso, com uma influência de base marxista, a percepção da alienação da sexualidade feminina por parte do patriarcado uniria as mulheres por meio da identidade comum e as conduziria a ação política contra as opressões. O ponto crítico de tais teorias está na proporção da importância dada aos atributos físicos:

Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e, portanto, a não historicidade do gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa. (SCOTT, 1989, p. 10)

As pesquisadoras de base marxista deram maior atenção aos contextos históricos, nos quais se desenvolvem as relações de gênero, e articularam o sistema capitalista ao patriarcal, considerando suas distinções, mas ressaltando o seu aspecto relacional, manifesto no labor dentro de casa e nas relações de trabalho fora do lar. A fragilidade de tal corrente esteve centrada na dificuldade de articular as categorias gênero e raça, considerando as devidas distinções de cada uma e sem hierarquizá-las. “O problema com o qual elas se defrontam é o inverso daqueles que a teoria do patriarcado coloca. No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise”. (SCOTT, 1989, p. 13)

Por fim, a teoria psicanalítica se focou na formação da identidade de gênero, associada ao processo de desenvolvimento da linguagem e da interação dos indivíduos com o conjunto

de símbolos que os circunda, em especial na infância, período determinante para tal corrente de pensamento, para a formação da individualidade e da identidade.

Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o(a) historiador(a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido. (SCOTT, 1989, p. 15)

A pesquisadora, então, propõe uma definição mais ampla de gênero, capaz de dialogar com a história e com os contextos plurais de relações de poder existentes em cada cultura, em um mesmo período histórico:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989, p. 21)

A retrospectiva desses diversos olhares acerca da categoria gênero se faz necessária para ressaltar a sua complexidade, indispensabilidade de análise em particular (não apenas como apêndice de outras categorias como a classe) e fonte de significação, permeada por experiências de estar no mundo que se aproximam. O feminismo, como já se abordou anteriormente, escancarou a fragilidade dos argumentos de defesa das identidades estáveis, dos limites entre público e privado, das dicotomias e principalmente dos essencialismos. As identidades de gênero estão em contínuo processo de ressignificação e disputa, assim como o próprio feminismo.



### 3.3.1 O feminismo renovado, os feminismos na Marcha das Vadias

O feminismo se refere a um conjunto de ações políticas, articuladas historicamente por mulheres, com base em um amplo leque de reflexões críticas, teorias e análises sobre o feminino, seu lugar no mundo e a busca pela equidade. Esse termo rompe com a tradição da igualdade opressora, normatizadora de identidades e condutas, estabelecendo um novo parâmetro para ela: direitos iguais para pessoas notadamente diferentes, os homens e as mulheres. Trata-se de um movimento social, mas também de corrente de pensamento.

O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública. Assim, no mundo ocidental, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa. (MIGUEL, 2016, p. 19-20)

Convencionou-se narrar a história do feminismo em três ondas (ou fases). A primeira relacionada às sufragistas que buscavam o reconhecimento da mulher enquanto um ser político, com direito ao voto e a participar das decisões que impactam na vida coletiva. Tal onda também esteve vinculada à discussão sobre o direito à escolaridade e à propriedade constituída com o cônjuge. Estava-se gestando duas mudanças estruturais significativas, as quais se desdobrariam em outras tantas: a ruptura com o ideário que circunscrevia a existência feminina ao mundo da casa e ao universo meramente mítico dos instintos (dentre esses, o materno), bem como, reivindicavam mudanças nas estruturas das políticas e das legislações nacionais. Tais bandeiras estavam fincadas na luta pela cidadania plena e no “livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão”. (MIGUEL, 2016, p. 21)

No Brasil, a primeira onda feminista se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX e foi encabeçada por figuras importantes como a bióloga e cientista Bertha Lutz. Marcadamente teve um viés de classe e raça que colocou na liderança do processo as mulheres brancas, escolarizadas e de classes sociais mais abastadas. Vale ressaltar que isso não significa a negação da participação de negras e operárias nesse processo. Pinto (2010) ressalta a contribuição da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas ainda nessa primeira onda. No entanto, o que demarcamos como uma característica geral é o delineamento considerável das bandeiras, pelo menos inicialmente, da luta das mulheres por um tipo de agente com características dos grupos sociais mais abastados.

O feminismo tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Essa coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. (PINTO, 2010, p. 15)

A segunda onda se desenvolveu em um período de grande ebulição política e de crise de costumes hegemônicos, não só em território nacional como internacional. A década de 1960 foi de polarizações, do movimento hippie, da popularização da pílula anticoncepcional, do amor livre à ascensão vertiginosa do conservadorismo patriótico, sustentado também em um ideário capitalista, colonizador (em especial das grandes nações que apoiaram os golpes militares na América Latina) e patriarcal.

As feministas articularam suas trincheiras dentro de outra área de luta, pela liberdade política e pela democracia. Isso porque, não raro, tiveram que enfrentar as críticas dos próprios companheiros de partido (ou de vida) por estarem levantando questões de cunho identitário, de luta contra opressões de gênero, vistas à época como desnecessárias ou capazes de causar rupturas na “luta maior” pela anistia e contra os regimes ditatoriais. O Estado ditatorial brasileiro também desenvolvia suas estratégias de contenção do movimento: “O regime militar via com desconfianças quaisquer manifestações de feministas por entendê-las como política e moralmente perigosas”. (PINTO, 2010, p.16)

Mais uma vez, o movimento feminista escancarava a inseparabilidade da esfera pública e privada. Como postula Hannah Arendt (2000), a política, enquanto produto humano, não pode prescindir da liberdade e da pluralidade. Apenas uma cidadania plena, vivida por todas as pessoas, e relações de poder menos desiguais podem resultar em condições ideais a uma prática não totalitária e opressora, ou seja, da política propriamente dita. No caso das mulheres, a ação no mundo público já é, de princípio, interdita pelos papéis sociais de gênero, que historicamente as limitam ao ambiente doméstico. Não há, então, como separar as lutas pelos direitos políticos da luta pelos direitos sexuais, pelos direitos reprodutivos e pelo empoderamento econômico.

É nesse momento histórico que os primeiros embriões das organizações feministas começam a surgir. Primeiro enquanto grupos de reflexão e autoconhecimento, os quais posteriormente, no período de reabertura política do país, se consolidam com uma pauta plural e identidades cada vez mais diversas.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais (*sic*). Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média brasileira intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados. (PINTO, 2010, p. 17)

A terceira onda feminista é, assim, caracterizada por um movimento plural, repleto de tensões e de interfaces, das quais a mais expressiva é a própria existência enquanto mulher, com atributos não apenas físicos, mas de comportamentos femininos, nos coloca em um lugar, ainda, de submissão. Trata-se de um encontro, dentro de realidades diversas, que só o reconhecimento identitário possibilita. E, como já afirmamos anteriormente, as identidades se constituem em um complexo processo de interlocução do indivíduo com o mundo e os vários outros que o circundam. Esse é um caminho para a constituição dos sujeitos políticos, tão caros à incidência no campo dos direitos sociais. Segundo Castells, “sujeitos não são indivíduos mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”. (CASTELLS, 2013, p. 26)

Até pelo percurso histórico, aqui brevemente delineado, a luta feminista, após essa fase esteve consideravelmente focada na criação e na ocupação de espaços políticos institucionalizados como forma de intervir na realidade. Tal entrada se deu a partir da reivindicação pela criação de órgãos governamentais voltados às questões de gênero, os quais pudessem criar e gerir políticas voltadas às mulheres e à diminuição das inequidades sexistas. O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNCM), em 1984, teve, por exemplo, papel decisivo na defesa dos direitos das mulheres para que estivessem presentes na Constituição Cidadã de 1988. (PINTO, 2010)

Vale ressaltar que essa conquista não foi perene, pois o CNCM perdeu seu *status* de Ministério durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, bem como houve um retrocesso em termos de políticas voltadas para as mulheres, a exemplo da lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que considerava a violência doméstica contra a mulher um

crime de menor potencial ofensivo, portanto passível, na maioria dos casos, de multas pecuniárias, como pagamentos de cestas básicas e prestações de serviços à comunidade, por parte dos agressores. O Estado voltou a incorporar a pauta das mulheres em 2003, já no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com *status* de Ministério, assim como de instrumentos de participação política feminina como o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e de uma série de financiamentos e políticas que subsidiaram estados e municípios a criarem estruturas similares. É importante notar que a transformação do papel do Estado em relação às mulheres vem, não apenas como vontade política de um grupo de governantes, mas como fruto de uma trajetória de incidência social do movimento feminista junto às esferas institucionalizadas.

Algumas pesquisadoras feministas, que têm se voltado para a realidade nacional contemporânea, abordam a existência de uma quarta onda feminista brasileira, ao nosso ver ainda difícil de caracterizar com precisão. Essa teria seu início na virada do século XXI, resultado do percurso histórico já apresentado e também da reivindicação de reconhecimento social de sujeitos políticos plurais no escopo do movimento feminista, que, por sua vez, trataram de pluralizá-lo também, por isso, a adoção atual do termo feminismos como sendo o mais adequado. Para Marlise Matos, esse período é marcado pelos processos de globalização e pela centralidade da ocupação de espaços de poder nas instâncias de decisão política institucionalizadas no Estado.

Conceituamos tais tendências em curso como uma “quarta onda” do feminismo no país, que poderia, por sua vez, ser definida como um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas”, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais. (MATOS, 2010, p. 83)

A Marcha das Vadias se forja nesse contexto político sendo um dos movimentos autointitulados feministas mais expressivos da última década, no entanto, em muitas vertentes aponta para novas direções e possui outras características diferentes das já apresentadas. Em primeiro lugar possui um recorte geracional diferenciado que reivindica o protagonismo juvenil nas discussões feministas e na condução do que a carta de princípios do movimento intitula de um “feminismo renovado”. É válido salientar que parte considerável dessa nova

militância está em fase de alfabetização política, ou seja, não participava, de nenhum movimento social e está buscando sua formação política, ao mesmo tempo, em que milita.

Têm algumas de nós que possui oito, dez anos de militância já, em DA, no movimento da periferia, de raça, mas a maior parte não. O feminismo que a gente despreza é aquele que tem um grau de hierarquia muito grande, onde o peso de determinadas falas é muito maior do que o peso de outras falas; onde as pessoas se reportam a fulana como a grande mestre. Ok, com todo respeito a experiência, a idade, mas é muito desconfortável quando você vai para uma reunião e vai debater democracia e o debate só acontece porque tem A ou B, ou quando você é tratorada por uma dinossaura que tá numa ONG há 70 anos. A gente fala tanto das pessoas que dialogam tanto com o governo, que vão tanto para audiências públicas e não dialogam, efetivamente, com a mulher na periferia, com a adolescente que está sendo abusada. Enfim, reconhecemos a importância desse tipo de feminismo, inclusive, para a gente tá aqui, mas acreditamos em outra coisa diferente dessas lideranças alinhadas com essas práticas hierárquicas, com governos, com partidos. (R.F, entrevista concedida à autora, 2016)

O recorte geracional se alinha a uma segunda característica identificada: a busca por relações mais horizontalizadas entre as militantes, rompendo com os padrões clássicos de liderança, os quais, muitas vezes, parecem não conduzir à universalização das vozes que, plurais, exigem a visibilidade do seu posicionamento e da sua existência. Essa aparenta ser uma linha comum da Marcha em diversos estados, ainda que demandas e realidades locais deem a sua cara ao movimento no território local. Sobre a Marcha das Vadias carioca, as pesquisadoras Carla Gomes e Bila Sorj afirmam:

Se, por um lado, as mais jovens consideram importante aprender com as mais velhas, por outro, contestam a legitimidade que a experiência confere à hierarquia de autoridade do movimento e também veem com desconfiança os vínculos que as lideranças mais velhas mantêm com outros movimentos, posto que poderiam comprometer a autonomia política da Marcha das vadias. Sentem que o princípio de “horizontalidade”, muito caro às participantes da marcha, é ameaçado pelas mais velhas, que muitas vezes têm mais poder (prestígio, confiança, experiência, recursos, redes) para convencer as menos experientes sobre o modo de fazer as coisas. (GOMES; SORJ, 2014, p. 441)

Em paralelo com a busca por essa horizontalidade nas relações entre as militantes, as políticas de identidade ressaltam a relevância da afirmação da diferença, da ocupação dos lugares de fala e de decisão por parte dos sujeitos políticos específicos (negras, lésbicas, mulheres trans, entre outros), ao mesmo tempo em que radicalizam a separação entre o ser mulher e a biologia pela abertura para inserção política de “mulheres transgêneros” e “afeminados”, como consta em sua carta de apresentação. Esse espaço é percebido por

algumas militantes como identitário, como uma comunidade e também como um projeto de sociedade mais justa.

A primeira palavra que me vem à mente quando falo da Marcha é identidade. É o lugar em que eu me reconheço em outras pessoas. Quando eu cheguei pela primeira vez na marcha, eu me vi naquelas mulheres. Eu vejo naquelas mulheres um pedaço de mim. Isso é muito doido e é muito ímpar. Impressionante como a gente consegue se conectar quando se olha. (P.N., entrevista concedida à autora, 2016)

A tônica (da Marcha) é a liberdade. A liberdade de ser o que se é. O não-binário sente na Marcha que pode externalizar o que é, sem medo. É um espaço de comunhão entre o ente individual que encontra proteção no ente coletivo. (J.T., entrevista concedida à autora, 2016)

Um quarto aspecto relevante é a descrença em relação aos poderes constituídos e ao jornalismo produzido nas empresas de comunicação comerciais e hegemônicas. Nas entrevistas, as militantes ressaltaram não ter interlocução com as instituições do Estado, não concordar com a partidarização das feministas, em especial das lideranças com um viés mais tradicional, e não buscar a mídia tradicional como um espaço de divulgação das suas pautas políticas, ora seja por não priorizar essa ação como relevante, ora seja por receio dos enquadramentos acerca do movimento, da violência sexista e da culpabilização das vítimas, correntes em especial em abordagens policiais.

A gente não dialoga com a gestão, com nenhuma secretaria, porque acreditamos na autogestão. Um dos problemas da tentativa de diálogo com o Estado é que a gente acaba adoecendo. Em outras palavras, o Estado tira onda com a nossa cara. Essa estrutura de Estado não possibilita o diálogo. Há umas três semanas fizemos uma vigília e dela saiu uma carta com propostas de políticas para as mulheres do estado de Pernambuco. A gente entregou para as secretarias e não teve retorno. Eu me pergunto se esse esforço vale a pena. Quando é que esse modelo de Estado vai ter o interesse de ter esse canal de diálogo com a gente? Ele vai ter? Ele não vai ter. Esse é um ponto do anarquismo que eu acredito: é preciso destruir esse Estado. Esse Estado não é o caminho. O caminho é pelo movimento de base, a periferia, a juventude, a tia do fiteiro... (P.N., entrevista concedida à autora, 2016)

A gente entende que seria estratégico ocupar o espaço da mídia por atingir mais gente, mas a gente não prioriza mesmo por falta de *expertise*, mas também porque a mídia comercial trabalha com uma inversão de valores muito perversa. Nas primeiras coberturas da Marcha, o que saía, o que era destacado, eram os corpos desnudos e na liberdade, mas não era só isso. Nunca a mulher foi estuprada, é sempre um suposto estupro. (R.F., entrevista concedida à autora, 2016)

As integrantes do CMVR estabeleceram uma dinâmica de divisão de tarefas, na qual cada uma se coloca, de acordo com a demanda e com as suas possibilidades, para executar tarefas e funções. Assim, é comum todas já terem executado trabalhos diversos, desde questões financeiras às de comunicação. A maior parte trabalha na iniciativa privada, possui ensino superior, mas nenhuma é jornalista.

Os processos de autogestão da Marcha se desenrolam em um cenário de muitas tensões, incertezas e reflexões acerca do lugar da própria ação política e do tipo de feminismo que defendem.

Nos dilemas internos do feminismo contemporâneo, para lidar com o estatuto da diferença e da identidade parece haver dois cenários em curso. O primeiro é a afirmação política pela oposição identitária, que investe na demarcação de diferenças raciais, geracionais, de classe, gênero e/ou sexualidade. (...) A defesa de um “feminismo interseccional” e “políticas interseccionais” é recorrente nos discursos dessa matriz feminista. Jovens feministas, mulheres negras e, mais recentemente, “mulheres da periferia” são exemplos de identidades que fortalecem este modelo.

O segundo cenário é o de reconhecimento das diferenças a serviço de uma política de coalizão (Harding, 1992; Mohanty, 2003). As diferenças são mobilizadas para uma definição mais universal da identidade feminista, sem se sobrepor a ela. Mulheres e homens transexuais, homens feministas, mulheres lésbicas e integrantes negras da Marcha das vadias mobilizam marcadores de diferença e experiências de desigualdade para alargar a identidade comum feminista. (GOMES; SORJ, 2014, p. 443-444)

A Marcha traz três contribuições importantes para o pensamento feminista na contemporaneidade e para o próprio entendimento dos novos movimentos sociais em curso: 1) o lugar da sexualidade e dos corpos é retomado como político, ampliando as fronteiras dos direitos sexuais e reprodutivos, e se apresentando como símbolo de liberdade política e da autogestão, defendida pelas entrevistadas; 2) Por outro lado, o corpo não essencializa a existência, pelo contrário, ele é também resignificado nas políticas de identidade que possibilitam às pessoas se autorreconhecerem e apresentarem seus corpos como parte desse processo de quebra com o paradigma do destino biológico, a exemplo das mulheres trans, das pessoas de pele clara mas que se afirmam como negras e praticam o feminismo negro, entre outros; 3) o lugar do Estado enquanto via de conquista de direitos é questionado e um novo caminho, o qual ainda não parece estar claro para as militantes, está sendo construído por meio do retorno às comunidades, aos processos de autogestão nas periferias e, principalmente, com uma forte interlocução com a juventude. Parte das entrevistadas dialogam com o anarquismo, mas todas são categóricas em afirmar que não se consideram um coletivo anárquico. Elas buscam a ruptura com a reprodução das estruturas de poder hierárquicas que,

para elas, mesmo dentro do movimento feminista, parecem se reproduzir e ser ferramentas de opressão.

### 3.4 O OCUPÊ ESTELITA E O DIREITO À CIDADE

Em 2014, as incursões do Movimento Ocupe Estelita (MOE) impulsionaram a volta das discussões acerca do uso do espaço público e das investidas do capital privado para apropriação dos espaços comuns da cidade. O Ocupe se organizou a partir da resistência de seus militantes ao projeto Novo Recife - um empreendimento de um grupo de construtoras que pretende construir 12 torres com até 40 andares no Cais José Estelita em uma proposta que destoa do entorno histórico, com seus casarios centenários, bem como da realidade das comunidades vizinhas de baixa renda e que, segundo alguns especialistas críticos da proposta, pode trazer impactos ambientais negativos à Bacia do Pina, um dos principais estuários da capital pernambucana.

O Cais também é uma área estratégica para o capital imobiliário, pela sua localização, visto que está no centro da cidade, em um dos principais trechos histórico e turístico, e próximo do bairro de Boa Viagem, um dos mais nobres do município. Em suma, a ação do coletivo vai de encontro ao aproveitamento privado de uma área privilegiada da cidade que, dentro de uma ética não capitalista, deve ser utilizada de forma pública, ou seja, para beneficiar o conjunto da população e não só aos muito ricos. A apresentação do coletivo, disponível nas suas peças de comunicação, reforça esse ideário:

O Movimento #OcupeEstelita luta contra um modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização. Vários grupos, coletivos e movimentos sociais estão juntos na luta pelo nosso Recife. Unid@s, nos erguemos contra o urbanismo segregador e suas consequências hostis para a cidade. (MOE, 2016)

O Cais José Estelita se constitui em uma área composta por um conjunto de armazéns de açúcar – legado da exploração da cana-de-açúcar no Nordeste – que estavam abandonados e um pátio ferroviário, totalizando mais de 100 mil m<sup>2</sup> de área. O terreno estava sob posse da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A sua compra, de acordo com lideranças do Ocupe Estelita e ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF), está cercada de irregularidades jurídicas, como a ausência de estudos de impacto local das obras e a própria transação de venda da propriedade.



Não são poucos os problemas do projeto Novo Recife. De acordo com o MPF, o primeiro deles é que o leilão da área nunca poderia ter sido feito. Isso porque toda vez que a União vai vender uma propriedade pública é necessário consultar outros órgãos públicos que eventualmente tenham interesse na área. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Pernambuco havia manifestado vontade de se responsabilizar pela área, mas mesmo assim o leilão ocorreu e só o Consórcio Novo Recife se mostrou interessado no Cais José Estelita. Nenhuma outra empresa apareceu para disputar a compra da área. Com isso, o grupo imobiliário pagou o valor mínimo estipulado pelo governo federal para a propriedade. Como desembolsou 55 milhões de reais por pouco mais de 100 mil metros quadrados, o Consórcio Novo Recife pagou pouco menos de 500 reais pelo metro quadrado. Isso em uma das capitais brasileiras mais caras para se morar no País. De acordo com índice Fipe/Zap (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Zap Imóveis), que acompanha os preços dos imóveis à venda anunciados na internet, o preço médio do metro quadrado na capital pernambucana é de 5.673 reais. (TRUFFI, 2014)

O Ocupe Estelita se constitui em um movimento não institucionalizado, onde se articulam representações de organizações da sociedade civil, de partidos políticos, de fóruns, de redes movimentalistas, mas principalmente de indivíduos sem vínculos com nenhuma organização e/ou entidade formal, que participam dos atos e mobilizações (virtuais ou presenciais) de forma autônoma. São características marcantes da sua organização a autonomia dos sujeitos, a ausência de um centro de liderança e a negação das formas tradicionais de política representativa. A frase de um dos militantes durante a ocupação dos armazéns, promovida pelos militantes, em 2014, apesar de curta, ilustra a dimensão da ruptura pretendida: “Ninguém aqui quer um novo Che Guevara” (P.G., entrevista concedida à pesquisadora em 2014).

Antes de prosseguir com a apresentação do movimento é válido explicar que parte da militância impulsionadora do MOE adveio de um outro grupo, intitulado Direitos Urbanos. Esse, anos antes, já havia realizado atos públicos críticos ao projeto Novo Recife e tem como temas prioritários: planejamento urbano, transparência política e orçamentária, meio ambiente e mobilidade, todos na perspectiva dos direitos humanos e do direito à cidade. De forma mais detalhada:

O DU é um grupo aberto, mas não é o fórum de todas as correntes ideológicas possíveis, de todas as posições possíveis sobre os mais variados temas. Não. Não admitimos entre nós a defesa de bandeiras que implicam, na verdade, na supressão do debate, da tolerância, da diversidade de opiniões. Somos completamente intolerantes com a intolerância. Além disso, o DU é um movimento social, reconhecido como tal por diversas instituições e que deverá ter assento no Conselho da Cidade. Não é um mero fórum virtual. Utilizamos a internet como um meio para atuar, obter e processar

informações, articular e incorporar mais gente. Mas a horizontalidade não significa falta de pautas e princípios. Independentemente da terminologia utilizada, a pauta do DU é claramente uma pauta de esquerda: defesa da democracia, da justiça social, da diversidade, das minorias, da inversão das prioridades no processo de urbanização, na mobilidade, defesa da transformação da cidade e do país e não do retrocesso, do preconceito, do conservadorismo, do aprofundamento das desigualdades sociais. (CISNEIROS, 2013)

O MOE ganhou maior visibilidade e adeptos(as) quando, em 21 de maio de 2014, os armazéns do Cais José Estelita começaram a ser demolidos. Um publicitário atuante no #OcupeCom, grupo de comunicação do coletivo, ao passar pelo local, avisou a outros militantes pelo celular, enviando fotos. Compartilhadas nas redes virtuais, as imagens mobilizaram outros internautas, muitos que sequer conheciam o próprio movimento e deram voz a uma causa que só foi inserida na pauta jornalística local quando iniciaram os confrontos com a polícia.

Centenas de pessoas ocuparam o local. O número aumentou ao longo da noite e madrugada, sendo decidido, por meio de uma assembleia no local, que as pessoas o ocupariam, utilizando seus corpos como armas de resistência contra as investidas das construtoras. A instalação das pessoas no Cais aconteceu de forma espontânea e pacífica, a partir do sentimento de indignação com a proposta do Novo Recife e da vinculação do poder do capital com o poder público.

A reintegração de posse do terreno se deu no dia 17 de junho de 2014, com ação repressiva da polícia contra os ocupantes do Cais, o que rendeu notas de repúdio de diversos órgãos nacionais e da Anistia Internacional. Durante as semanas de ocupação, chamadas públicas foram compartilhadas em redes sociais, solicitando desde alimentos e itens de higiene pessoal para os *estelitantes* à ajuda em caso de ameaças à integridade dos acampados, uma referência às investidas da polícia e de supostos seguranças particulares do consórcio Novo Recife para retirada dos manifestantes do local.

Nesse período se formaram diversos grupos de apoio com especialistas voluntários e engajados em diferentes frentes (jurídica, de comunicação, de arquitetura, etc). No caso da comunicação, havia um grupo especializado composto por publicitários, jornalistas, designers e cineastas, e estudantes destas áreas, que estavam fora do acampamento, produzindo informações e peças de comunicação para circulação, em especial, pela internet. No entanto, com um *front* acampado no Cais, surgiu a demanda de criação de um “grupo de comunicação interna”, integrado por jovens, dentre os quais alguns militantes do direito à comunicação, que

passou a ser também produtor de conteúdos para quem estava fora do terreno em questão. Parte considerável desta pesquisa se assenta sobre as produções e entrevistas destes grupos.

Assim, o Ocupe Estelita se apresenta como um catalisador de demandas sociais referentes ao direito à cidade. A luta dos estelitantes não se resume ao Cais José Estelita. Esse é, antes de tudo, um símbolo da disputa por uma urbanidade mais humana e acessível às pessoas de diferentes classes sociais e identidades. A cidade é, talvez, um dos resultados mais palpáveis, das relações de poder em uma determinada sociedade. Este espaço é um complexo humano que engloba a estrutura arquitetônica, as ruas, as vias, os equipamentos públicos e sociais, mas também as pessoas e a forma como elas interagem entre si e com o meio. Esta pesquisa parte da premissa de que falar de direito à cidade é abordar um direito coletivo que deve ser resguardado em relação às desenfreadas investidas do capital econômico.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos. Além disso é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (HARVEY, 2014, p. 28)

Em uma sociedade capitalista, assentada sobre a produção e o consumo de excedentes, o espaço urbano tende a ser uma das ferramentas mais importantes para que a cadeia de lucros de setores socialmente abastados não finde. Suas estruturas arquitetônicas e urbanísticas são projetadas para esse fim, sendo marcadas por representações das ideologias hegemônicas. Por isso, a cidade se constitui em um caro campo de disputas.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2012, p. 74)

Harvey demarca bem como as relações de classe impactam na forma como a cidade é planejada. A relação direta que se pode estabelecer é que o direito à cidade, dentro de uma perspectiva não liberal, requer repensar as bases que estruturam as formas desiguais de inclusão dentro de um determinado espaço geográfico.

O Estado democrático liberal, com o discurso neodesenvolvimentista, nubla essa discussão e apresenta as relações de parceria com o capital privado como sendo a alternativa mais viável para a melhoria das condições de vida da população. As empresas, por sua vez, agem em busca do incremento dos seus lucros. Nesta equação, se ressaltam os diferentes lugares que devem ser ocupados pelos diferentes segmentos sociais. Por isso, o direito à cidade é uma luta, iminentemente, anticapitalista.

Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. (HARVEY, 2012, p. 81)

A periferização da pobreza é parte do modelo neodesenvolvimentista. Não é apenas um efeito colateral, sendo aceita por meio de políticas habitacionais (que estimulam o deslocamento para áreas afastadas do grande centro), pela hipervalorização das áreas mais centrais, pelo barateamento do preço do metro quadrado nos subúrbios (o que inclui municípios da região metropolitana, mais distantes da capital), assim como pela criação de condomínios, com apartamentos minúsculos, mas que reproduzem as estruturas arquitetônicas das moradias elitizadas. Há que se ressaltar, financiados por construtoras/incorporadoras (nem sempre com condições claras e justas de pagamento), bancos públicos e privados.

As cidades seguem se urbanizando sem que os seus planos diretores, instrumentos de planejamento e ordenamento urbano dos municípios, sejam amplamente conhecidos pela população e, portanto, demandados como mecanismo garantidor de direitos sociais e de qualidade de vida. Apesar de ser uma ferramenta de gestão, prevista na Constituição Brasileira de 1988, aparentemente, está aquém do poder exercido pelo capital imobiliário na máquina pública. Capital esse que é, há mais de uma década, um dos principais financiadores das campanhas eleitorais no Brasil. Mesmo depois da proibição de doações empresariais pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STE), a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação

Getúlio Vargas cruzou, a pedido do jornal O Globo, os dados dos CPFs dos doadores do pleito de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, e identificou que mais de 40% dos doadores, vinculados a empresas, eram da construção civil. Um recorte da realidade carioca que se repete nas maiores capitais nacionais.

Do conjunto de doadores dos candidatos a prefeito do Rio, 59 deles doaram, cada um, mais de R\$ 30 mil. Só um deles não é ligado a nenhuma empresa. Todos os outros 58 desse grupo têm altos cargos em companhias — como sócio, diretor, administrador ou presidente. Somados, representam um total de 643 empresas, a maior parte do setor de construção e engenharia<sup>18</sup>. (DUARTE, 2016)

A população dos subúrbios não usufrui dos mesmos serviços e espaços públicos/privados de quem está nas áreas centrais, no entanto, é preciso destacar que aqui também se desenvolvem microestruturas de reprodução das relações de consumo, necessárias à manutenção do sistema capitalista. Por um lado, pululam ofertas de condomínios e minibairros planejados e vendidos por empresas do ramo imobiliário, a preços mais baixos do que nas capitais - uma reprodução do ideal da boa vida cidadina para quem, assim como lá, puder adquiri-los.

Em outra frente, as políticas públicas voltadas para a geração de renda e inclusão produtiva dos mais pobres aparentam responder a necessidades urgentes de subsistência, tendo como caminhos mais comuns o fomento ao empreendedorismo da economia popular (o corte-costura, a produção alimentícia de pequeno porte, etc.) e a formação para subempregos (auxiliar de cozinha, pedreiro, tec.). Não cabe aqui avaliar a efetividade de tais políticas, mas evidenciar como o capitalismo tece uma teia política e cultural de reprodução sistêmica, a qual mantém as pessoas vinculadas às engrenagens do capital. A vida comunitária e as identidades culturais locais, em geral, fontes consideráveis de resistência, sofrem grande influência nesse processo e, muitas vezes, se desagregam diante da realidade de disputa e meritocracia, impostas pelas práticas capitalistas. Esse é um fenômeno mundial.

A suburbanização dos EUA não foi uma simples questão de nova infraestrutura. Como no Segundo Império em Paris, ela acarretou uma transformação radical dos estilos de vida, trazendo novos produtos domésticos, como refrigeradores e condicionadores de ar, assim como dois carros na garagem e um enorme aumento do consumo de petróleo. Ela também alterou o panorama político, como a casa própria subsidiada para a classe média, que mudou o foco de ação da comunidade para a defesa da

<sup>18</sup> Matéria completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/empresas-driblam-lei-para-doar-campanhas-eleitorais-20132632>, acessada em 02 de dezembro de 2016, às 9h40.

propriedade e das identidades individualizadas, canalizando o voto do subúrbio para o conservadorismo republicano. Os proprietários endividados, argumentava-se, eram menos propensos a entrar em greve. Este projeto bem-sucedido absorveu o excedente e assegurou a estabilidade social, ainda que ao custo de deprimir a parte central das cidades e gerar intranquilidade urbana entre aqueles a quem era negado o acesso à nova prosperidade, sobretudo os afro-americanos. (HARVEY, 2012, p. 77)

Aproveitando a deixa do autor, ressalta-se a necessidade de ampliar o corpo de atores e de situações de desigualdade, as quais compõem o leque de problematizações acerca do direito à cidade. Nesse momento, mais uma vez, o tripé de desigualdades estruturais, de classe, raça e gênero, se interpõe como relevante. A periferização no Brasil tem cor negra. Tal fenômeno não diz respeito apenas ao local de moradia, longe dos grandes centros, mas também à ocupação de postos de trabalho, os quais nesse caso se vinculam aos subempregos, aos empregos temporários e à informalidade, bem como ao acesso restrito a serviços essenciais como saneamento básico, educação e saúde (IBGE, 2014). É oportuno destacar que a maior parte da população negra tem seu direito à cidade negado não meramente por ser pobre: primeiramente, são pobres devido ao legado histórico de discriminação racial, o qual se desdobrou em um sistema simbólico e cultural opressor que naturalizou, perversamente, como destino das pessoas negras o lugar da falência econômica, moral, intelectual e social.

“Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria (Hall, 1994). Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse “efeito de naturalização” parece transformar a diferença racial em um “fato” fixo e científico, que não responde à mudança ou à engenharia social reformista. Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o antisemitismo e com o sexismo (em que também “a biologia é o destino”), porém menos com a questão de classe. O problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Daí que, nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas na estrutura dos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto (por exemplo, o nariz aquilino do judeu), o tipo físico e etc., o que permite o seu funcionamento enquanto mecanismos de fechamento discursivo em situações cotidianas. (HALL, 2008, p. 66-67)

Semelhantemente, o modelo de urbanidade padrão das cidades brasileiras não tem atendido, de forma igual, a homens e mulheres. Em uma sociedade patriarcal e sexista, como já se discutiu anteriormente, o direito de ir e vir das mulheres, sem sofrer violências, assim

como de se inserir na academia, no mundo do trabalho e de participar da vida política/comunitária passam pela estruturação de espaços urbanos com condições adequadas de iluminação e transporte público, por exemplo. Tais serviços estão vinculados à uma lógica oposta à individualista, dos espaços privados, visto que requer investimentos na criação e ampliação de espaços de uso comum e públicos. O direito à vida pública das mulheres depende não apenas dos papéis de gênero no lar, mas da forma como os lugares desiguais de gênero interferem no planejamento urbano, tornando a cidade um lugar segregador também nesse recorte.

A disposição de equipamentos públicos, associados ao cuidado, na cidade impactam, destarte, nos direitos das mulheres. A escassez de políticas de creche, de escolas integrais, de áreas comunais de lazer e cultura, além das unidades básicas de saúde restringe as possibilidades de empoderamento sociopolítico e econômico das mulheres, uma vez que são, na maior parte dos casos, as principais responsáveis pela reprodução da vida cotidiana na família.

David Harvey, a partir da sua base marxista, formula três questões que devem ser consideradas na concepção de um modelo de cidade alternativo e justo: a construção de relações sociais diferenciadas das capitalistas, as quais combatam os pilares de acumulação de riqueza; o enfrentamento da degradação ambiental por meio da mudança nos estilos de vida, em especial do consumismo nas sociedades; e a abolição “do poder da lei capitalista do valor na regulação do mercado mundial”. (HARVEY, 2012, p. 229)

No entanto, o enfrentamento do capitalismo, assentado majoritariamente em um ideário de classe, apesar do sistema ser uma espécie de caixa de ressonância do machismo e do racismo, não resulta em uma cidade para todas as pessoas. Em realidades complexas como a nossa, com uma população diversificada e historicamente organizada sobre pilares de fortes e desiguais relações de poder, o direito à cidade requer uma virada cultural, de ruptura com os padrões e símbolos hegemônicos de raça e gênero também. De forma geral, requer a identificação dos elementos culturais constituidores de desigualdades para que sejam, sem superposição, enfrentados juntamente com o combate às estruturas de valor capitalista, de mais-valia e de produção de excedente. Isso envolve, dentre outros elementos, a mobilização de um poder comunicativo e político capaz de, por um lado, engendrar o diálogo necessário para que o espaço urbano seja inclusivo à diversidade, sendo esse formato parte do seu sistema organizativo e de planejamento e, por outro, requer uma reestruturação do Estado para que seja capaz de mediar a vida social comum.

### 3.4.1 Movimentos urbanos e as identidades do Ocupe Estelita

A capital pernambucana, espaço de incidência do Movimento Ocupe Estelita, tem sua história marcada por um forte legado de resistência popular contra as opressões colonizadoras e da propriedade privada. A sua ocupação, desde os tempos da colonização, é alvo de disputas. Faz parte da sua história a marcante presença dos movimentos pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

No Recife, a estreita convivência entre ricos e pobres, marcada nas paisagens de todos os seus bairros, reflete as fortes mobilizações sociais da população de baixa renda e os movimentos de moradia pela permanência na terra onde construíram suas comunidades. Entre 1940 e 1970, esses movimentos sociais lutavam contra as políticas governamentais de estruturação do espaço (políticas oficiais de erradicação de mocambos, favela e a expulsão para as periferias). Nas últimas décadas, a luta caracterizou-se pela demanda de provisão de infraestrutura, regularização urbanística e fundiária, para melhorar as condições de habitabilidade dos assentamentos precários onde conseguiram resistir e permanecer. (MIRANDA, 2005, p. 07)

Dos movimentos populares comunitários derivaram propostas de políticas públicas que asseguravam a permanência de comunidades de baixa renda em áreas centrais e investimentos em melhorias estruturais nestas localidades. Tratam-se de programas e políticas como a Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1983, que resultou na criação das Zonas Especiais de Interesse Social (MIRANDA, 2005). São mais de 20 áreas desse tipo em todo o Recife, demarcadas pelo poder público, e que visam o “reconhecimento e a incorporação da cidade produzida pela população de baixa renda ao tecido urbano consolidado”. (MIRANDA; MORAES, 2004, p. 02)

Neste sentido, se ressalta a existência de uma luta histórica pela moradia, por melhores condições de habitabilidade que, de forma geral, como já foi afirmado, deriva na pauta do direito à cidade. Tal movimento tinha como principais atores e atrizes, pessoas de baixa renda, com conseqüente limitado acesso a bens e serviços, que a partir de laços de solidariedade mantinham ações de resistência às incursões do capital privado e dos governos visando a regularização fundiária e permanência no local com condições dignas de vida.

(...) a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero (HARVEY, 2014, p. 15).



Os movimentos urbanos são um referencial importante de identificação da cultura local, do tipo de urbanização e de desenvolvimento adotado, bem como de como esses elementos reverberam na população. Adota-se nesta tese a conceituação de movimentos urbanos como “processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos” (CASTELLS, 2013, p. 79). Historicamente, tais militâncias estiveram envolvidas com discussões que abrangiam interesses comunitários e foram fortemente influenciadas pelas discussões de classe. De acordo com Castells:

(...) estariam voltados a três conjuntos de metas principais: necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Esses três conjuntos foram combinados em diferentes proporções pelos diversos movimentos sociais e os resultados obtidos foram, naturalmente, distintos. Contudo, em muitos casos, independentemente das conquistas mais evidentes do movimento, sua própria existência já produziu algum significado não apenas para os atores sociais, mas para toda a comunidade. E isso vale não só para o período de duração do movimento (normalmente curto), mas para a memória coletiva da comunidade. Com efeito, argumentei, e ainda sustento essa opinião, que tal produção de significados é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos. (CASTELLS, 2013, p. 79-80)

É possível destacar duas grandes fases desses movimentos: a primeira relacionada às identidades de resistência, de salvaguarda dos valores culturais e do reconhecimento dos direitos de um determinado grupo dentro de um território geograficamente delimitado. Com os novos delineamentos mundiais, fortalecimento dos processos globalizantes e a formação de comunidades mundiais, os novos movimentos se apresentam como um dos mais expressivos articuladores da luta anticapitalista, assumindo uma posição de transição de uma identidade de resistência para uma identidade de projeto, com o desenvolvimento de propostas e de incidências políticas transformadoras do real.

Castells agrupa, de modo generalista, as trajetórias dos movimentos urbanos das duas últimas décadas do século passado em quatro grupos: o dos movimentos que se incorporam aos governos locais, direta ou indiretamente, por meio das ferramentas de participação social, fortalecendo o que denomina de “Estado local”; aqueles que se relacionam às causas ambientais dentro de um espaço delimitado, como, por exemplo, a defesa de um determinado rio, nascente ou mata; os movimentos engajados com a sobrevivência coletiva, geralmente

vinculados à alternativas geradoras de renda, baseada em solidariedade e reciprocidade; e o das gangues, existentes, em geral, em áreas mais segregadas com baixa cobertura de políticas e serviços públicos, nas quais estes grupos, ainda que despertem medo também desempenham um papel estrutural na organização da comunidade, provocando reações ambíguas por parte dos moradores. (CASTELLS, 2013, p. 81-83)

Diante de um mundo cada vez mais interconectado e com novas formas de organização, em todos os aspectos (social, político, econômico e cultural), os movimentos sociais de cunho urbano também têm a sua ação reconfigurada, ainda que mantenham, sobremaneira, características fundantes relacionadas à cultura e às identidades locais. Para Castells:

As culturas da urgência locais são o contraponto da intemporalidade global. Enfim, as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas às condições impostas pela desordem global e pelas transformações incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (CASTELLS, 2013, p. 84)

No entanto, desde a virada do século XXI, está-se gestando novas formas de organização da sociedade civil. A luta anticapitalista ganhou novo fôlego, desta vez, articulando as resistências locais, em diversos países. Nestes há um variado leque de demandas, as quais atendem às urgências locais, mas todas têm um elo em comum: a insatisfação em relação à apropriação do espaço público pelo capital privado, negociadas com os governos nacionais/locais, e em detrimento da qualidade de vida e dos direitos sociais da maior parte da população. Foi assim na Primavera Árabe, nos Indignados, no *Ocuppy Wall Street* e no Ocupe Estelita. Neste contexto, há um variado leque de sujeitos políticos mobilizando e reivindicando o reconhecimento das suas identidades e dos seus direitos.

Entender a política e o potencial revolucionário de tais movimentos é um sério desafio. A história de flutuação do movimento antiglobalização e de globalização alternativa desde fins da década de 1990 também sugere que estamos em uma fase muito particular e talvez radicalmente muito diferente da luta anticapitalista. Formalizado no Fórum Social Mundial e em seus desdobramentos regionais, e cada vez mais ritualizado como manifestações periódicas contra o Banco Mundial, o FMI, o G7 (agora G20), ou em quase qualquer congresso internacional sobre qualquer questão (desde mudanças climáticas até racismo e igualdade de gênero), esse movimento é difícil de ser definido por se tratar mais de um “movimento de movimentos” do que de uma organização focada em um único objetivo. Isso não significa que as formas não tradicionais de organização da esquerda (partidos políticos da

esquerda e grupos militantes, sindicatos e movimentos ambientais ou sociais militantes como os maioístas na Índia ou o movimento de camponeses sem-terra no Brasil) tenham desaparecido. Mas hoje todas parecem boiar em um oceano mais difuso de movimentos de oposição que carecem de coerência política em termos gerais. (HARVEY, 2014, p. 215-216)

As entrevistas concedidas por militantes do Ocupe Estelita possibilitam perceber como as identidades ocupam um papel fundamental na luta pelo direito à cidade. O capitalismo, ao padronizar lógicas de produção, de consumo, modelos de ganhadores, de perdedores e de desenvolvimento, nega a pluralidade, tão importantes em sociedades como a nossa. Sobre o Ocupe:

(...) é um agregador de temáticas: LGBT, do movimento negro, do comércio do centro da cidade, do direito à moradia popular, dos movimentos culturais. E tudo isso é totalmente compreensível. Todas essas instâncias sofrem com o modelo de reprodução do capital e a cidade é o principal terreno do confronto com o capital. (P. L. C., entrevista concedida à autora, 2014)

À época da ocupação dos armazéns do Cais José Estelita vários argumentos contrários ao Ocupe Estelita foram difundidos para desacreditar o movimento. Um desses dizia respeito ao perfil de militante, diferenciado do tipo histórico de ativista pelo direito à moradia e à reforma urbana, em geral pobre, negro, sem teto e proletário. É fato, há um nítido recorte de classe diferenciado: observa-se que a maior parte dos ativistas são de classe média e possuem bons níveis de escolaridade. Não se está afirmando que não há participação de pessoas de baixa renda e de lideranças comunitárias, mas não são necessariamente estas que aparecem como as principais mobilizadoras e produtoras de sentidos do movimento.

Harvey, ao discutir o direito à cidade e sua vinculação com a luta de classes, aponta um ator social, considerado pela teoria marxista como um dos principais agentes de transformação no espaço da cidade, o trabalhador. No entanto, as constelações do mundo do trabalho se ampliaram desde a emergência da revolução industrial. Logicamente, os lugares de poder continuam demarcados, mas com os câmbios nos formatos dos arranjos produtivos, também se modificam os tipos de trabalhadores e as demandas desses em relação à cidade.

O trabalho importante e em permanente expansão de criar e manter a vida urbana é cada vez mais realizado por trabalhadores precários, quase sempre em jornadas de meio expediente, desorganizados e com salários irrisórios. O chamado “precariado” substituiu o “proletariado” tradicional. Se viermos a ter algum movimento revolucionário em nossa época, pelo menos em nossa parte do mundo (em oposição à China, em processo de industrialização), o problemático e desorganizado precariado terá de ser levado em conta. (HARVEY, 2013, p. 17)

Reitera-se que o perfil de trabalho, de trabalhador e de arranjo patronal se modificou, mas os lugares desiguais de poder, sob o capitalismo, permanecem, assim como as reações contrárias ao sistema, dessa vez com uma perspectiva global. A fala de uma das militantes do Ocupe Estelita ilustra essa realidade.

(...) É uma luta contra essa lógica do poder econômico oprimindo tudo, engolindo tudo e essa coisa da especulação imobiliária, empurrando as pessoas pros subúrbios. As cidades estão sendo moldadas só em função do capital, só em função da elite, estão se tornando lugares extremamente desconfortáveis de se viver. Eu fui embora do Rio (de Janeiro) por causa disso. Isso me expulsou, não permitiu que eu continuasse morando lá, porque toda vez que seu contrato de aluguel vai vencer, você entra em depressão. Você acha que vai morar na rua, que não vai encontrar lugar porque está cada vez mais caro, mais impossível de você conseguir permanecer minimamente num lugar que tenha a ver com o local onde você trabalha... aí eu cheguei aqui e percebi muito rápido que acontece a mesma coisa com Recife... Todas essas coisas foram fazendo sentido, as peças foram se juntando na cabeça: o movimento é um encontro com essa resistência. (P. J., entrevista concedida à autora, 2014)

Destaca-se que o Ocupe é emblemático pela representação das inquietudes não apenas de uma parte da parcela da população, a qual estaria em situação de contingenciamento de acesso aos bens materiais e simbólicos. A crítica ao modelo de desenvolvimento individualista e assimétrico rebate, inevitavelmente, em quem mora no local, ainda que seja de classe média, porque o espaço público passa a ser interditado ao público e à qualidade de vida num cenário de urbanidade, passando a ser alvo de reivindicações. “A cidade, assim como a cultura, é uma das formas que o homem encontrou de significar o próprio mundo” (GOMES *et al*, 2015).

O Ocupe Estelita e a Marcha das Vadias se inserem no bojo dos novos movimentos sociais globais que têm no local o seu espaço privilegiado de ação e de busca por mudanças em relação ao sistema de desigualdades estruturais, cada vez mais interconectado em todo o mundo. Diferentemente do que foi analisado por Castells, não parecem que buscam meramente abrigos, se procura um novo modelo de sociabilidade, diferente do hegemônico. Relação essa que envolve as pessoas, as instituições e o espaço onde a vida se reproduz, a cidade.

No entanto, esses movimentos são estruturados, como já se abordou, com morfologias diferenciadas das décadas anteriores, por sujeitos políticos diversos e, conseqüentemente, suas pautas políticas são construídas em fluxos também distintos. Os movimentos estão se organizando de forma nova e seus sujeitos políticos também parecem ser novos, em idade e

em experiência de militância. Carneiro destaca: “Esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos *shabab* (“jovens”) do mundo árabe, são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos coletivos para o futuro”. (CARNEIRO, 2012, p. 13)

Vários estudiosos têm se debruçado sobre essas novas formas de incidência política, compreendendo-as como parte de um processo de mudança sistêmica das formas produtivas, políticas, culturais e comunicacionais. Segundo Castells (2013), esses novos movimentos têm em comum características como: a) criam comunidades de proximidade; b) escolhem espaços carregados de valor simbólico que vão além do próprio ato; c) conectam ciberespaço e espaço urbano criando um novo espaço político; d) são simultaneamente globais e locais funcionando num tempo atemporal; e) têm características virais; f) “são movimentos profundamente autorreflexivos”, apesar de raramente serem pragmáticos; g) possuem líderes, mas resistem à ideia de liderança tradicional, materializada no ideal de uma pessoa ser capaz de representar todo o grupo; g) procuram a mudança dos valores da sociedade, reivindicando a mudança do Estado, mas sem querer se apoderar deste utilizando as mesmas estratégias de ocupação do estado a partir do modelo vigente.

A busca por mudanças e por um modelo de autogestão ou de participação política direta é uma das características e desafios destes novos coletivos. Sabe-se, em linhas gerais, o que se quer, mas não há uma carta de reivindicações, provadamente factível de acontecer nos moldes do Estado que está posto e, ainda que sugiram a ruptura com o esse mesmo Estado, não se tem certeza do que haverá em seu lugar. Tais caminhos reiteram, por um lado, a importância de analisar os novos movimentos e, por outro lado, alertam para o desafio de analisar a história em curso sem incorrer em injustiças e afirmações frágeis.

Nesta etapa, devemos resistir precisamente a uma tradução assim apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas “concretas”. Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um campo vazio da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio, que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo. (ZIZEK, 2012, p. 18)

Tais movimentos são confrontados por uma realidade sociopolítica e econômica, cujo os centros de poder foram reconfigurados transcendendo as fronteiras do local e do nacional. Nesse contexto, o desafio de se propor mudanças estruturais em prol de direitos sociais é ainda maior:

A dificuldade de formular um programa concreto tem razões profundas. Os manifestantes chamam a atenção para dois pontos principais. Primeiro, as consequências sociais destrutivas do sistema capitalista global: centenas de bilhões foram perdidos em especulações financeiras sem controle, etc. Segundo, a globalização econômica está pouco a pouco, porém inexoravelmente, solapando a legitimidade das democracias ocidentais. Por causa de seu caráter interacional, processos econômicos amplos não podem ser controlados pelos mecanismos democráticos que, por definição, limitam-se aos Estados-nação. Desta maneira, as pessoas entendem cada vez mais as formas democráticas institucionais como incapazes de apreender seus interesses vitais. (ZIZEK, 2014, p. 92)

No entanto, o próprio autor alerta para a necessidade do próximo passo, a construção de propostas e projetos estruturais de transformação, a partir das insatisfações com o modelo vigente. Evidentemente, esse é um exercício gigantesco, uma vez que existem dinâmicas e características transnacionais e locais a articular no desenvolvimento desta agenda política. Porém, sua urgência existe, principalmente diante da guinada do conservadorismo neoliberal e de suas estratégias de ocupação e apropriação discursivas dos espaços vazios para este “Verdadeiro novo”. Um exemplo brasileiro foi o sequestro do sentido político das Jornadas de Junho de 2013 pelos segmentos neoliberais, que culminou com o movimento Fora Dilma, seu impedimento e a adoção de um conjunto de reformas sucateadoras dos direitos sociais em diferentes áreas, como congelamento de investimentos na saúde, na educação, perda de direitos trabalhistas e previdenciários. O alerta do autor é sobre a agilidade de ocupação dos espaços vazios, inclusive nas lutas sociais, por parte do capital.

Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar as questões verdadeiramente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que *queremos*. Que organização social pode substituir o capitalismo vigente? De que tipo de novos líderes nós precisamos? Que órgãos, incluindo os de controle e repressão? As alternativas do século XX obviamente não serviram. Por mais que seja emocionante gozar dos prazeres da “organização horizontal” das multidões em protesto, com solidariedade igualitária e debates livres e abertos também devemos ter em mente o que G. K. Chesterton escreveu: “Apenas a mente aberta não significa nada; o objetivo de abrir a mente, bem como de abrir a boca, é fechá-la com algo sólido”. Isto também serve para a política em tempos de incerteza: os debates que ficam em aberto terão de coalescer não só em novos significantes mestres, mas também em respostas concretas à antiga questão leninista: “que fazer?” (ZIZEK, 2014, p. 82)

Obviamente esta pesquisa não pretende dar respostas ou apresentar propostas para esta pergunta. Há, no entanto, uma indicação de que a busca deste caminho, passa pelo reconhecimento dos processos de comunicação como políticas estruturais de transformação.

Justamente por se tratar de um movimento de movimentos, por estar conectado globalmente por meio das desigualdades estruturais de classe, gênero e raça, pelo caráter anticapitalista, pela busca dos direitos para as diversidades, por circunscrever frentes e possíveis indivíduos envolvidos em uma determinada causa, o lugar da comunicação opera como um dispositivo central de auto-reconhecimento enquanto coletivo, para o debate e encontro de alternativa às situações com as quais os sujeitos não querem mais conviver, assim como para definir, efetivamente, onde se quer chegar e como se chegará. Vale ressaltar que reconhecemos a dimensão do desafio, apenas reiteramos que sem a percepção da comunicação como ação política e não instrumental, será ainda mais difícil articular o “que queremos”.

A comunicação está no cerne da sociedade em rede, ligada por diversas ferramentas de trocas, de compartilhamento de informações, em todos os níveis. A centralidade dos processos de comunicação se evidencia na relação entre tecnologia e política, as quais têm caminhado lado a lado, e reconfigurado o lugar dos poderes públicos, do capital privado e da própria sociedade civil na construção simbólica e material da vida, *on* e *offline*.

#### **4 COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA NA SOCIEDADE EM REDE**

As dinâmicas identitárias, de organização sociopolítica e econômica em todo o mundo têm sido interpeladas pela intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação, acentuadoras da interconexão global, as quais trazem novas possibilidades emancipadoras, mas também consideráveis desafios epistemológicos e pragmáticos. As redes parecem estar se consolidando como as principais estruturas dos nossos arranjos sociais neste início do século. Os processos econômicos, políticos, culturais e sociais dependem e são retroalimentados por este complexo sistema de interligações, onde a comunicação assume papel central nas relações de poder existentes.

Está-se falando da Sociedade em Rede, um novo paradigma que reconfigurou as relações humanas, as finanças e as instituições políticas. Com a acentuação dos processos globalizantes, a proximidade meramente territorial e as possíveis malhas viárias de acesso a diferentes partes do globo já não podem ser consideradas as únicas possibilidades de contato entre diversas culturas e formas de organização geopolítica. O antigo conceito de tempo, simbolizado pelo relógio e gerido pelos turnos das indústrias, uma herança da Revolução Industrial, tampouco é bússola para desvendar as atuais formas de organização social e de produção. A revolução tecnológica, a informação e as suas redes, por meio de processos iminentemente comunicacionais, se constituem em elementos-chave para entender a realidade.

A esfera pública tradicional teve seu espectro ampliado com o advento do ciberespaço. Esse território, de características próprias e imateriais, abriga estruturas técnicas de comunicação e seres humanos, as quais, por meio da sua ação e interação, constituem formas específicas de organização. Pierre Lévy (2011, p. 17) define a cibercultura como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

O pesquisador (2011) aponta três princípios estruturadores do ciberespaço: 1) a interconexão, segundo a qual todo o espaço é ocupado por fluxos, por movimentos de interação e de presença constante sem barreiras espaço-temporais; 2) a criação de comunidades virtuais, nas quais laços de identificação, afinidades e interesses formam áreas de encontro onde se estabelecem processos de cooperação. Tais lócus possuem dinâmicas próprias definidas intersubjetivamente pelos sujeitos que as integram; e 3) a inteligência coletiva, junção da vontade/necessidade de participar ativamente nos processos de produção de sentidos na sociedade e do potencial criativo/inteligente que pessoas reunidas com



interesses comuns em comunidades virtuais possuem. A inteligência coletiva abraça todas as pontas do ciberespaço, sendo a responsável pela sua criação e pela sua expansão, mas considerando seu potencial e as dinâmicas de poder existentes, traz consigo incríveis possibilidades libertadoras, assim como novos problemas.

(...) o crescimento do ciberespaço não determina automaticamente o desenvolvimento da inteligência coletiva, apenas fornece a esta inteligência um ambiente propício. De fato, também vemos surgir na órbita das redes digitais interativas diversos tipos de novas formas...

- de isolamento e sobrecarga cognitiva (estresse pela comunicação e trabalho diante da tela);
- de dependência (vício na navegação ou em jogos em mundos virtuais);
- de dominação (reforço dos centros de decisão e de controle, domínio quase monopolista de algumas potências econômicas sobre funções importantes da rede etc);
- de exploração (em alguns casos de teletrabalho vigiado ou de deslocalização de atividades no terceiro mundo);
- e mesmo de *bobagem coletiva* (rumores, conformismo em rede ou em comunidades virtuais, acúmulo de dados sem qualquer informação, “televisão interativa”). (LÉVY, 2011, p. 30)

Epistemologicamente, o ciberespaço também traz desafios para o pensamento científico sobre as dinâmicas sociais. Seu território é composto por seres humanos e por elementos não-humanos, como os *softwares* e os algoritmos das redes sociais, os quais, ainda que sejam frutos da própria dinâmica criativa dos humanos, interferem sobremaneira nas relações sociais, no fluxo e na dinâmica de comunicação estabelecidas pelos internautas. Considerando, a impossibilidade de dissociar, na atualidade, os principais âmbitos da vida *online* e *offline*, é preciso considerar, sem um olhar determinista nem fetichista, a capacidade de influência que estes elementos não-humanos possuem na vida das pessoas e seus desdobramentos nos vários campos de interesse social. Como destaca Lévy (2011, p. 41): “o ciberespaço não compreende apenas materiais, informações e seres humanos, é também constituído e povoado por seres estranhos, meio texto meio máquinas, meio atores, meio cenários: os programas”.

A complexidade e relevância do tema envolveu diversos pesquisadores em busca do entendimento da cibercultura. Rüdiger classifica seus estudiosos em três grandes categorias: os populistas tecnocráticos, os conservadores midiáticos e os cibercriticistas – sendo válido considerar o destaque do autor para a existência de casos singulares, os quais mesclam mais de um dessas tendências e/ou tentam romper com as fortes grades estabelecidas pelos/nos três grupos (RÜDIGER, 2011, p. 23). Na primeira categoria, se concentram profissionais vinculados ao mercado e/ou a pesquisas nas áreas de informática e comunicação, os quais

defendem a tese dos progressos obtidos a partir de perspectivas morais, políticas e econômicas.

No segundo grupo estão pesquisadores e militantes tradicionais, que, do lado oposto aos primeiros, desconfiam do fenômeno da cibercultura e dos seus desdobramentos nos âmbitos político, sociais e econômicos. Por fim, os cibercriticistas se voltam para as relações entre poder e a cibercultura, considerando seu rebatimento nos sujeitos sociais. O salto do conceito de Pierre Lévy à categorização de Francisco Rüdiger demonstra dois olhares distintos acerca do mesmo tema. Esse último se mostra cauteloso quanto às mistificações em torno do ciberespaço e seus produtos, bem como, em relação ao seu pleno ineditismo em termos de impacto social.

Vendo bem, a cibercultura não constitui em sua espinha dorsal e cotidiana senão um cenário avançado ou *high-tech* da cultura de massas e da indústria cultural, conforme estas foram estudadas, no passado, por autores como Edgar Morin ou Theodor Adorno. Eles a viram no começo da era da televisão, nós a estamos vendo entrar na era da multimídia interativa. Quem examina o fenômeno em sua superfície observa que suas expressões apenas transplantam aquelas modificações para o ciberespaço, sem tocar nas estruturas de sentido que elas agenciam desde os primórdios do século XX. As perspectivas econômicas, políticas e humanas contidas nos processos de comunicação que estão se desenvolvendo com os novos meios, sem dúvida, extrapolam o seu registro e, até onde se pode ver, apontam para um mundo com, pelo menos, mais soberania para o indivíduo. O fato, porém, não deve ser licença para fazer seu elogio abstrato, visto ser a cibercultura, antes disso, a mediação de um mundo ainda muito tumultuado por conflitos sociais, crises econômicas e desorientação espiritual, quando visto do ponto de vista da totalidade histórica. (RÜDIGER, 2011, p. 47)

Não compartilhamos da perspectiva determinista adotada pelo autor ao conceber um processo sócio-histórico, como o advento da cibercultura, como uma mera reprodução de outro período histórico, inclusive vinculando-o a uma escola (Frankfurt) com inegável contribuição ao pensamento crítico comunicacional, mas que, na linha de Adorno e Horkheimer, menosprezava a capacidade crítica das audiências, considerando-as passivas e inertes, mero expectadores da realidade. Ainda assim, consideramos válida sua inquietação em relação às fetichizações pirotécnicas acerca da tecnologia colocando-as como protagonistas de processos históricos, esquecendo que os próprios sistemas inteligentes são desenvolvidos por humanos histórica e culturalmente situados em sociedades capitalistas.

Também integrante da Escola de Frankfurt, embora com outra abordagem da capacidade crítica das audiências, Enzensberger (2003) aponta a cultura e as relações de poder como as medidas determinantes dos usos das tecnologias de informação e de comunicação

disponíveis. Ao cartografar as formas de produção de sentidos e as apropriações técnicas na primeira metade do século XX, identifica as rupturas com os modelos de comunicação burgueses de séculos anteriores, bem como, os conservadorismos práticos, responsáveis pela manutenção do *status quo* dos grupos dominantes.

As novas mídias orientam-se pela ação, não pela contemplação. Pelo momento, não pela tradição. Sua relação com o tempo é completamente oposta àquela da cultura burguesa, que quer posse, ou seja, duração e, se possível, eternidade. Objetos que possam ser acumulados e leiloados não são produzidos pelas mídias. Elas desintegram a “propriedade espiritual” e liquidam a “herança, isto é, a transmissão específica de classe do capital internacional.

Com isso não queremos dizer que elas não têm história ou que contribuem para o aniquilamento da consciência histórica. Ao contrário, pela primeira vez elas permitem fixar material histórico de tal forma que possa ser trazido ao presente a qualquer instante. (...) entretanto, a memória que as mídias mantêm disponível não é circunscrita a uma casta de eruditos: é social. A informação arquivada está disponível a todos, e esse acesso é determinado pelo momento, tanto quanto o registro. (ENZENSBERGER, 2003, p. 41)

Para o autor, é possível categorizar as mídias não pelas suas estruturas técnicas propriamente ditas, como o fez Marshal McLuhan com sua subdivisão dos meios quentes e dos meios frios, mas pelos seus usos (ENZENSBERGER, 2003, p. 67). Nesse sentido, há o uso das mídias para a repressão e para a emancipação. No primeiro caso, está-se abordando características como: um emissor, vários receptores; produção de conteúdos tocada por especialistas; atomização dos sujeitos; despolitização; consumo passivo das informações; gerenciamento de empresas por proprietários ou burocratas.

As mídias usadas para a emancipação, por sua vez, têm como atributos: a produção coletiva; possibilidade de interação; entendimento de que cada receptor pode ser um emissor; processo de aprendizagem política e auto-organização.

**Quadro 2** – As mídias e seus usos (ENZENSBERGER, 2003, p.67)

| Uso das mídias para a repressão               | Uso das mídias para a emancipação            |
|---|--|
| Programa de controle centralizado             | Programas descentralizados                   |
| Uma emissora vários receptores                | Todo receptor: um potencial emissor          |
| Imobilização de indivíduos isolados           | Mobilização das massas                       |
| Abdicação passiva do consumo                  | Interação dos participantes, <i>feedback</i> |
| Processo de despolitização                    | Processo de aprendizagem política            |
| Produção por agentes especializados           | Produção coletiva                            |
| Gerenciamento por proprietários ou burocratas | Auto-organização                             |

A Sociedade da Informação trouxe no seu bojo os avanços tecnológicos e os desdobramentos dos usos sociais destas ferramentas desenvolvidos na metade do século XX, reorganizando, inclusive, as lógicas tradicionais de produção e consumo – elementos centrais das sociedades capitalistas. “A característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores” (CASTELLS, 2009, p. 108).

Nesta perspectiva, a tecnologização da vida social é uma das suas principais marcas. A existência individual, as organizações políticas e os modelos de produção estão permeados por essas novas tecnologias, materializados por computadores, sistemas de videotexto, sistemas digitais que incluem tecnologias de transmissão de informações sem cabos, entre outros. Apesar de ainda não estarem acessíveis a todas as pessoas em todos os territórios, são utilizadas em diferentes campos, localidades e mesmo em distintas frentes ideológicas.

Si bien en la sociedad tradicional la cultura también estuvo ligada a la producción, no estaba ligada al dinamismo, la creatividad, lo nuevo. Quizás en ninguna sociedad la cultura estuvo más ligada a la producción que en la sociedad industrial propiamente tal. (...) Hoy el conocimiento y el avance científico-tecnológico comandan sobre el factor trabajo, el que empieza a cambiar su naturaleza. El trabajo está más vinculado hoy a la información, el conocimiento y el intercambio simbólico, que al despliegue físico y éste se desplaza hacia la exclusión y marginalización de la sociedad<sup>19</sup>. (GARRETON, 2003, p. 23)

As dinâmicas das comunidades culturais em todo o mundo estão em processo contínuo de negociação, de resistência e de interdependência. Dito isto, se reitera que as apropriações das tecnologias, suas ressignificações por parte das pessoas, dos Estados e do mercado são mais significativas do que a própria tecnologia e seus sistemas pré-estruturados, ainda que os instrumentos técnicos e a velocidade no aprimoramento destes suportes sejam fundamentais para manter a superestrutura social em funcionamento.

Uma sociedade em rede deve analisar-se, em primeiro lugar, como uma arquitetura global de redes autoreconfiguráveis, programadas e reprogramadas constantemente pelos poderes existentes em cada dimensão, em segundo lugar, como resultado da interação entre as diferentes

---

<sup>19</sup> Tradução livre: “Se na sociedade tradicional, a cultura também estava ligada a produção, não estava ligada ao dinamismo, a criatividade, ao novo. Quiçá, em nenhuma sociedade a cultura esteve mais ligada a produção que na sociedade industrial propiamente dita. (...) Hoje o conhecimento e o avanço científico-tecnológico comandam sobre o fator trabalho, o que começa a modificar sua natureza. O trabalho está mais vinculado hoje a informação, ao conhecimento e ao intercâmbio simbólico do que sua implantação física, se deslocando em direção a exclusão e a marginalização da sociedade”. (GARRETON, 2003, p. 23)

geometrias e geografia das redes que incluem as atividades básicas, ou seja, as atividades que configuram a vida e o trabalho da sociedade e, em terceiro lugar, como resultado de uma interação de segundo nível entre estas redes dominantes e a geometria e a geografia da desconexão das formas sociais que permanecem fora da lógica de redes global. (CASTELLS, 2013, p. 58)

Concebendo as sociedades, seguindo a definição de Castells, como arranjos de comunidades culturais, as quais vivenciam uma crise paradigmática - acerca dos conceitos e das práticas de organização do Estado, de participação política, de produção e de identidades culturais - advinda com a revolução tecnológica, pode-se concluir que a lógica das interligações contínuas nos espaços de fluxos e nós de uma rede global é permeada por conflitos e disputas de poder. As redes tecnológicas e sociais estão presentes no cotidiano da quase totalidade da população mundial, mas a dinâmica de negociação de sentidos e usos de bens materiais e culturais é campo de disputa entre hegemonia e contra-hegemonia, local e global.

Estamos diante de uma profunda reconfiguração das culturas – camponesas, indígenas, negras -, que responde não somente à evolução dos dispositivos de dominação, mas também a intensificação de sua comunicação com as outras culturas de cada país e mundo. No interior das comunidades, esses processos de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como outra forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper com a exclusão, como experiência de interação que comporta risco, também abre novas figuras de futuro, pois há nessas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 64-65)

Parece que, para além da tendência com a complacência das comunidades, a adaptabilidade aos novos mecanismos da sociedade da informação se apresenta como necessária à inserção social e à existência no globo. Mas não se trata tão somente de uma padronização das formas de estar no mundo. As distintas realidades ressignificam bens de acordo com a sua cultura. Por isso, as redes sociais também são diversas.

#### 4.1 AS REDES ENQUANTO ESTRUTURAS SOCIAIS

Ainda que parte considerável da literatura disponível acerca das redes tenha como ponto partida o desenvolvimento e expansão da rede mundial de computadores, a aplicação do termo a problemáticas e soluções de cunho social data do século XIX. De acordo com Dias (2007, p. 15-17), cerca de três décadas antes da Revolução Francesa, Claude-Henri de

Rouvroy, o Conde de Saint-Simon, formula uma proposta de desenvolvimento nacional, assentada sobre os ideais iluministas, segundo a qual a integração por meio de vias de comunicação (estruturas físicas de tráfego e ligação de diversas localidades), facilitaria a circulação de fluxos, melhorando as condições de vida de toda a nação. As vias serviriam como elos para uma espécie de “organismo-rede”, forjado na transição do período feudal para o industrial:

A “fisiologia social” de Saint-Simon pretende ser uma ciência de reorganização social, administrando a passagem do “governo dos homens” à “administração das coisas”. A sociedade é concebida como um sistema orgânico, justaposição ou tecer de redes, mas também como “sistema industrial”, gerado por e como indústria.

(...) Dessa filosofia da industrialização seus discípulos retêm uma ideia operatória para acelerar o que chamam “era positiva”: a função organizadora da produção das redes artificiais, de comunicação-transporte (“redes materiais”) e de finanças (“redes espirituais”). (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 16)

No âmbito da Comunicação Social, os aportes fundadores dos estudos sobre as estruturas reticulares estão relacionados aos primeiros ciberneticistas, da década de 1940, os quais percebiam a comunicação como um sistema interativo, no qual diversas partes das estruturas mecânicas dos aparelhos midiáticos funcionariam como um organismo humano. Os sistemas vivos (animais e plantas) são, nessa perspectiva, formado por elementos que desempenham partes imprescindíveis ao funcionamento do todo, estando conectados. “A ambição do sistemismo é pensar a globalidade, as interações entre os elementos mais do que as causalidades, apreender a complexidade dos sistemas como conjuntos dinâmicos de relações múltiplas e cambiantes”. (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 62)

Se em um primeiro momento, as preocupações dos ciberneticistas, associados à Teoria Matemática da Comunicação, eram reduzir os índices de entropia em um determinado sistema fechado, o desenrolar das pesquisas, particularmente de pensadores da Escola de Palo Alto, como Gregory Bateson (DI FELICE, 2012), se voltam para a percepção dos sistemas abertos, nos quais fatores externos incidem sobre a sua dinâmica interna, criando metáforas de redes expandidas e em conexão. Esses pesquisadores:

(...) baseiam-se, assim, em três hipóteses. A essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais (os elementos contam menos que as relações que se instauram entre eles). Todo comportamento humano possui um valor comunicativo (as relações, que se respondem e implicam mutuamente, podem ser concebidas como um vasto sistema de comunicação); observando a sucessão de mensagens situadas no contexto

horizontal (a sequência de mensagens sucessivas) e no contexto vertical (a relação entre os elementos e o sistema) é possível deduzir uma “lógica da comunicação”. (MATTELART; MATTELART, 2004, p. 68)

Os canadenses Harold Innis e Marshall McLuhan desenvolveram, na década de 1950, um conjunto de teorias que apontavam o papel cada vez mais central das tecnologias de informação e comunicação na formação de um novo poder, cada vez mais desterritorializado, e de novas formas de sociabilidade planetarizadas. (RÜDIGER, 2011)

Apesar do marcante enfoque sobre as estruturas técnicas herdados dessas tradições teóricas, questões de base socioculturais são determinantes para a formatação das redes mundiais e seus dispositivos de poder e formação de consciências. De acordo com Dias (2007, p. 23):

A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são constituídas nos processos. Como os objetos são conflituosos, as escalas são, ao mesmo tempo, objeto e arena de conflitos.

O campo de pesquisa sobre as redes foi reforçado a partir do desenvolvimento do protótipo da rede mundial de computadores - um dos principais ícones da revolução tecnológica da contemporaneidade. Desenvolvida, inicialmente, com fins militares, pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, se chamava ARPANET e entrou em funcionamento em 1º de setembro de 1969. A iniciativa envolveu membros da comunidade acadêmica estadunidense (Universidade da Califórnia, em Los Angeles; Stanford Research Institute; Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah).

As redes são estruturas complexas de comunicação estabelecidas em torno de um conjunto de objetivos que garantem, ao mesmo tempo, unidade de propósitos e flexibilidade na sua execução, graças a sua capacidade para adaptar o contexto operativo. As redes estão programadas e ao mesmo tempo são configuráveis. Nas redes sociais e organizativas, os objetivos e procedimentos operativos são programados pelos actores sociais. A sua estrutura evolui de acordo com a capacidade da rede para se autoconfigurar numa procura interminável de configurações de redes mais eficientes. (CASTELLS, 2013, p. 54)

Uma parte considerável das características das redes são marcas das novas tecnologias, mas principalmente das dinâmicas sociais que se desenvolveram a partir das globalizações e do vasto espectro da revolução tecnológica de base infocomunicacional. Assim, as redes são flexíveis, se adaptando com facilidade a mudanças no ambiente, possuindo também uma relativa independência em relação aos seus componentes, visto que também se ajustam quando há mudanças nas suas estruturas; são adaptáveis, modificando o seu tamanho de acordo com as circunstâncias, podendo inclusive, em alguns momentos, parecer estar em crise e, por um câmbio situacional, ressurgir com uma força maior do que já existia antes; e assim têm uma considerável capacidade de sobrevivência. (CASTELLS, 2013)

Ao não possuir um centro e ser capazes de agir em uma ampla gama de configurações, as redes podem resistir a ataques aos seus nós e aos seus códigos, porque os códigos estão contidos em múltiplos nós que podem reproduzir as instruções e encontrar novas formas de agir. Assim, apenas a capacidade de destruir fisicamente os pontos de ligação pode eliminar a rede (CASTELLS, 2013, p. 57).

Foi a partir do desenvolvimento das tecnologias computacionais que se estruturou o campo de estudos interdisciplinares intitulado *Social Network Analysis* (Análise das Redes Sociais). “Esse paradigma de análise de redes parte do pressuposto de que a vida de cada indivíduo depende, em grande medida, da forma que se encontra ligado a um amplo espectro de conexões sociais dentro de uma estrutura sistêmica”. (SCHERER-WARREN, 2007, p. 33)

No citado período histórico, o mundo estava diante do que seria analisado posteriormente como uma das fases de reestruturação capitalista (CASTELLS, 2009). A internet e uma série de outros produtos microeletrônicos se apresentavam como divisores tecnológicos que seriam utilizados para fins econômicos e civis, ampliando as formas de conexão entre indivíduos e nações.

Nas décadas seguintes, diversos teóricos trouxeram abordagens esperanças, como Pierre Levy, de reenquadramentos epistêmicos e metodológicos acerca da sociologia e das tecnologias, como Bruno Latour, de crítica aos pilares capitalistas da internet, como Dominique Wolton. Independentemente do posicionamento ideológico acerca das teias globais das redes, é consensual o impacto causado pelas redes tecnocomunicacionais na vida das sociedades.



## 4.2 A SOCIEDADE EM REDE E SUAS RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Como se sabe, o espaço e o tempo são dois fundamentos norteadores da organização das sociedades. O primeiro se constitui na base material onde se assentam os arranjos sociais, onde a vida acontece. O tempo dialoga com o primeiro, marcando o ritmo das produções sociais, materiais e simbólicas. Ambos são marcas de um determinado contexto e deles derivam as relações econômicas, políticas e culturais.

A conexão mundial entre diferentes partes do globo, acentuada por meio das tecnologias de informação e comunicação, resultou em processos desterritorializantes que impactaram na redefinição do estado-nação, historicamente delimitado por um sistema georreferenciado em um determinado local, na cultura, substrato humano fruto de uma intensa negociação entre identidades locais e contexto histórico, e trouxeram a necessidade de pensar a lógica das redes como um novo espaço no qual se desenrolam as relações humanas. Castells (2013, p. 71) nomina este território de espaço de fluxos, onde “os lugares adquirem o seu significado e a sua função pelo papel nodal que desempenham nas redes específicas a que pertencem. Assim, o espaço de fluxos não é o mesmo para as atividades financeiras, para as redes mediáticas ou para as redes do poder político”.

Isso porque o espaço de fluxos se exerce a partir do exercício da “simultaneidade sem contiguidade”. Estas arenas estão entre os pontos nodais da rede. Pontos estes que estão em contínuo movimento e que separam, restringindo ou ampliando, o espaço de fluxos.

Com a dissolução das tradicionais barreiras espaciais acontece simultaneamente a ruptura com o paradigma de tempo da era industrial. Há um exercício constante e dinâmico de desenvolvimento de suportes tecnológicos que sustentem a possibilidade de negar a convencional sequência temporal. Está-se falando do padrão *multitasking*, no qual se desenvolvem várias funções ao mesmo tempo, mais propriamente do tempo atemporal, como conceitua Castells (2013, p. 73): “O espaço e o tempo redefinem-se tanto pelo aparecimento de uma nova estrutura social como pelas lutas sobre a forma e os programas da dita estrutura social. O espaço e o tempo expressam as relações de poder da sociedade em rede”.

Destes reassentamentos sociais também fazem parte o mercado e as relações de trabalho, visto que foram aceleradas as demandas por inovação, que modificaram a centralidade do poder quase absoluto de algumas poucas grandes empresas. Estas, atualmente, precisam interagir em rede, a partir de um projeto coletivo, no qual cada parte da rede

colabora com alguma função para o objetivo final. A partilha nestes processos é de mão de obra, de estrutura, mas primordialmente de informação. Isto, logicamente, acarreta mudanças na organização social do trabalho, inclusive na formação e nos conhecimentos necessários destes trabalhadores e trabalhadoras, os quais precisam ademais de uma base sólida de conhecimentos gerais e específicos à sua função, adaptabilidade às condições do ambiente em constante mudança, atualização permanente e criatividade.

A divisão fundamental na sociedade em rede, embora não a única, é a que se faz entre trabalhadores autoprogramáveis e trabalhadores genéricos. Os trabalhadores autoprogramáveis têm a capacidade autônoma de se centrar numa meta que lhes tenha sido atribuída no processo de produção, encontrar a informação relevante, recombina-la em forma de conhecimento utilizando o conhecimento acumulado e aplica-la nas tarefas necessárias para conquistar o objetivo do processo. Quanto mais complexos são os nossos sistemas de informação e mais interconexões temos com a base de dados e as fontes de informação, mais os trabalhadores necessitam de utilizar essa capacidade de procurar e recombina a informação. Isto requer uma educação adequada, não em termos de habilitações mas sim em termos de capacidade criativa e recursos para evoluir com as mudanças organizativas e tecnológicas e com os novos conhecimentos. Pelo contrário, as tarefas pouco valorizadas, mas que continuam a ser necessárias são o chamado trabalho genérico, às vezes substituídos por máquinas ou alterados para centros de produção de baixo custo, em função de uma análise dinâmica de custo-benefício. A grande maioria dos trabalhadores do planeta e a maioria dos países desenvolvidos continua a constituir mão-de-obra genérica. São descartáveis, a não ser que exerçam o seu direito de existir como seres humanos e como cidadãos através de ações coletivas. (CASTELLS, 2013, p. 65)

Se o capitalismo do livre-mercado teve papel decisivo na diminuição do poder do Estado, as globalizações exigiram adaptações no seu funcionamento para que continuasse a existir enquanto gestor da vida social. Para sobreviver às inúmeras crises advindas das desterritorializações impostas pelos processos já anteriormente citados, os Estados precisaram partilhar soberania e/ou articular espaços de interesse comum e negociação sobre regiões específicas do mundo se associando em redes como a União Europeia e o Mercosul; para tratar de problemas globais, criaram e dotaram de poder e legitimidade organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional; bem como, alguns desenvolveram estratégias na contramão do ideário massificante da globalização hegemônica, ressaltando as identidades locais, fortalecendo os espaços de diálogo entre sociedade civil e poder político institucional. “O novo Estado em rede caracteriza-se por partilhar soberania e responsabilidade entre diferentes Estados e níveis de governo”. (CASTELLS, 2013, p. 78)

As mudanças axiológicas e pragmáticas também reverberam no âmbito da cultura. As identidades locais, ainda que fragmentárias, entram em disputa com o ideário planificador da cultura hegemônica de uma sociedade global, na qual a produção de sentidos, na busca por um código comum, nega a pluralidade e, portanto, mais exclui e desvaloriza do que engloba. Destaca-se então a importância do estabelecimento do que Castells (2013) denomina como protocolos de comunicação interculturais. Estes permitem um processo, ainda que não totalmente destituído de conflitos, de partilha de identidades culturais diversas que, em um processo de troca, encontram seus próprios códigos comuns. Trata-se de uma efetiva busca de convergência e não de mera repetição histórica de colonizações ou de fragmentação instrumental, acirrada de desigualdades, na qual se perpetuam os poderes seculares com novas roupagens.

A cultura comum da sociedade em rede global é uma cultura de protocolos que permite a comunicação entre diferentes culturas sobre a base, não necessariamente de valores partilhados, mas de partilha do valor da comunicação. Isto que dizer que a nova cultura não está baseada no conteúdo mas no processo, tal como a cultura democrática constitucional se baseia no procedimento e não em programas concretos. A cultura global é uma cultura da comunicação pela comunicação. É uma rede aberta de significados culturais que podem não só coexistir, mas também interagir e modificar-se mutuamente sobre a base deste intercâmbio. A cultura da sociedade em rede é uma cultura de protocolos de comunicação entre todas as culturas do mundo, desenvolvida sobre a base de uma crença comum no poder das redes e da sinergia obtida ao dar e receber dos outros. O processo de construção material da cultura da sociedade em rede está em marcha. Mas não se trata da difusão da mentalidade capitalista através do poder exercido pelas elites dominantes herdadas da sociedade industrial. Muito menos das propostas idealistas dos filósofos que sonham com um mundo de cidadãos abstratos e cosmopolitas. É o processo pelo qual os atores sociais conscientes de diferentes origens fornecem a outros os seus recursos e as suas crenças, esperando receber o mesmo em troca e mais ainda: partilhar um mundo diverso que acabe com o medo ancestral do outro. (CASTELLS, 2013, p. 75-76)

Estas dinâmicas reverberam nas formas organizativas e associativas da sociedade civil e da própria esfera pública. Os rearranjos estabelecidos são irreversíveis ainda que, como frutos da agência humana, estejam em contínuo processo de mudança.

#### 4.3 A SOCIEDADE EM REDE E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A COMUNICAÇÃO NO CERNE DAS DISPUTAS

Na sociedade em rede os processos comunicativos estão no cerne das possibilidades dos coletivos sociais incidirem sobre a realidade. Pensar as estratégias de comunicação adotadas pelos movimentos neste marco é parte essencial para entender o sentido político das reconfigurações socioeconômicas e o próprio significado do que é fazer movimento social na atualidade. Está-se diante de um cenário complexo, paradoxal e em constante mudança, o que torna o estudo das relações anteriormente citadas desafiante e necessário.

As novas mídias sociais, operadas on-line, com destaque para a mediação da internet, estão mudando a forma das pessoas se relacionarem, abrindo acesso a fontes de conhecimento e a formas de construir a democracia, mas também fornecem todos os elementos para a construção de novas formas de controle social. Em termos de tempo histórico, é muito cedo para afirmações apocalípticas, celebrando ou negando (ou ignorando) o potencial que essas mídias colocam para a ação humana em geral e ação coletiva em especial (GOHN, 2013, p. 52).

O fato é que, diferentemente dos movimentos sociais predominantes até a metade do século XX, cujas características estavam associadas a presença física na tomada de decisões e com área de atuação geograficamente delimitada, os movimentos sociais da era das redes transcendem fronteiras, interligando o espaço das ruas ao das redes, o global ao local. Há um considerável processo de formação de sujeitos políticos planetarizados, cujas agendas, conforme já foi visto anteriormente, interconecta questões de ordem política, econômica e cultural. (SCHERER-WARREN, 2007).

As apropriações das tecnologias de informação e comunicação por parte de indivíduos e/ou coletivos sociais, acrescenta Maria da Glória Gohn (2013, p. 13), deu origem a um novo modelo de associacionismo civil.

Ele é diferente das rebeliões dos anos de 1960, assim como é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que têm o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e as organizações políticas.

Salienta-se que o redesenho das formas de interação social mediadas por tecnologias, sobre as quais nos detemos neste estudo, são eminentemente socioculturais, e não meramente técnicos. Parte-se do pressuposto que as ferramentas virtuais e tecnológicas não são redentoras nem totalmente determinantes de um único modelo organizativo: são suportes

estruturados para a conexão entre os sujeitos. Todavia, os usos e sentidos são dados pelas sociedades onde se inserem. Segundo Castells, a própria estrutura nodal das redes está adaptada à dissolução dos padrões anteriores de organização social:

A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. (...) Essa lógica de redes, contudo é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é força motriz da inovação na atividade humana. (CASTELLS, 2009, p. 108)

As redes sociais e as plataformas virtuais de interação possibilitaram um reordenamento das estruturas de poder na sociedade: abriram espaços para a produção e reprodução de conteúdos hegemônicos e contra-hegemônicos, para a emergência de novos sujeitos políticos, ampliaram o leque temático da agenda pública, inclusive impulsionando mudanças estruturais no jornalismo (como o jornalismo-cidadão) e se apresentam como instrumentos importantes para a consolidação da democracia. Isto porque a participação social, elemento-chave da democracia, se constrói na esfera pública, na capacidade de diálogo de um determinado grupamento humano. Os processos comunicativos reiteram sua importância: “o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação” (CASTELLS, 2009, p. 85).

É no centro desta discussão que Castells insere a emergência dos *Mass self communication* (2013). Para o autor, a *mass self communication* ou a *auto comunicación de masas*:

es comunicación de masas porque potencialmente puede llegar a una audiencia global, como cuando se cuelga un vídeo en YouTube, un blog con enlaces RSS a una serie de webs o un mensaje a una lista enorme de direcciones de correo electrónico. Al mismo tiempo, es autocomunicación porque uno mismo genera el mensaje, define los posibles receptores y selecciona los mensajes concretos o los contenidos de la web y de las redes de comunicación electrónica que quiere recuperar. Las tres formas de comunicación (interpersonal, comunicación de masas y autocomunicación de masas) coexisten, interactúan y, más que sustituirse, se complementan entre sí. Lo que es históricamente novedoso y tiene enormes consecuencias para la organización social y El cambio cultural es la articulación de todas las formas de comunicación en un hipertexto digital, interactivo y complejo que integra, mezcla y recombina *en su diversidad* el amplio abanico de expresiones culturales producidas por la interacción humana<sup>20</sup>. (CASTELLS, 2009, p. 88)

<sup>20</sup> Tradução livre: “é comunicação de massas porque potencialmente pode chegar a uma audiência global como quando um vídeo é publicado no YouTube, um blog com *links* RSS para uma série de sites ou uma mensagem para uma enorme lista de endereços de e-mail. Ao mesmo tempo, é autocomunicação porque gera

Nesse contexto, as relações de poder seguem vinculadas ao mercado, que cria as bases tecnológicas e estruturas hegemônicas da sociedade em rede; aos Estados que as devem regular e, em alguns casos, financiam a construção de tecnologias que possibilitem o acesso universal dos cidadãos a elas; e aos cidadãos que também podem criar plataformas virtuais com códigos abertos, se articular em comunidades ainda que seus membros não se conheçam *offline*, e atuar massivamente na produção de conteúdos interferindo diretamente na agenda pública, transgredindo o quase monopólio da Grande Mídia sobre a visibilidade pública - e, consequentemente, do grande capital que também a monopoliza -, embora o sucesso de seus objetivos continuem dependendo, em grande medida, dos significados mediados pelo jornalismo neste espaço denominado por Stuart Hall (1999) de *idioma público*, agora democraticamente ampliado, ou menos ameaçado, devido à redução da distorção que a estrutura de poder sistematicamente exerce para barrar o acesso dos indivíduos, especialmente da periferia, à discussão pública.

Esta maior possibilidade de participação cidadã na esfera pública segue simultaneamente com os resquícios dos padrões estruturais clássicos de disparidades e poder. Neste contexto, estão presentes as pressões das empresas transnacionais pela desregulamentação dos mercados mundiais e os “sistemas de comunicação que transcendem e tiram de jogo a antiga estrutura do Estado-nação” (Hall, 2008, p. 35). De forma ampla, alguns autores como Canclini (2006) alertam para o processo de reordenamento das diferenças sem supressão das desigualdades, questionando assim as supostas possibilidades universais vinculadas à popularização das TICs.

A ambiguidade das tecnologias comunicativas, como instrumento de reprodução da estrutura de poder ou como fator de emancipação de violências simbólicas, já era vislumbrado por John Dewey há já quase um século atrás.

Hoy disponemos, como nunca lo hicimos antes, de las herramientas físicas de la comunicación. Pero, los pensamientos y las aspiraciones congruentes con ellas no se comunican y, por tanto, no son comunes. Sin esa comunicación el público seguirá ensombrecido e informe, perdido en una búsqueda espasmódica de sí mismo, pero abarcando y sosteniendo su sombra en vez de su sustancia. Mientras la Gran Sociedad no se convierta en una

---

a própria mensagem, define os possíveis destinatários e seleciona as mensagens específicas ou os conteúdos da web e as redes de comunicação eletrônicas que deseja recuperar. As três formas de comunicação (comunicação interpessoal, de massa e autocomunicação em massa) coexistem, interagem e, em vez de se substituírem, se complementam. O que é historicamente novo e tem enormes consequências para a organização social e a mudança cultural é a articulação de todas as formas de comunicação em um hipertexto digital, interativo e complexo que integra, mistura e recombina em sua diversidade a ampla gama de expressões culturais produzidas por interação humana”. (CASTELLS, 2009, p. 88)

Gran Comunidad, el Público seguirá eclipsado. Sólo la comunicación puede crear una gran comunidad. Nuestras Babel no es de lenguas, sino de unos signos y símbolos sin los cuales es imposible la experiencia compartida<sup>21</sup>. (DEWEY, 2004, p. 134)

Para Dewey, portanto, faz-se necessário que os movimentos contrafactuais que se mobilizam pela mudança social ocupem espaço na maquinaria comunicativa para ajustá-la à satisfação de suas necessidades e não permanecer como mero instrumento da estrutura de poder. A conquista de direitos sociais depende, sobremaneira, do entendimento da comunicação não como instrumento, mas como parte do processo político de empoderamento dos sujeitos.

No hemos hecho más que tocar levemente y de pasada las condiciones que se deben cumplir para que la Gran Sociedad se convierta en una Gran Comunidad; una sociedad en la que las consecuencias en expansión constante y complejamente ramificadas de las actividades asociadas se conozcan en el pleno sentido da palabra, de manera tal que surja un público organizado y articulado. El tipo más elevado y difícil de investigación junto con un arte de la comunicación que sea ingenioso, sutil, vivo y perceptivo deberán tomar posesión de la maquinaria física de transmisión y circulación e insuflarle vida. Así, cuando la era mecánica haya perfeccionado su maquinaria, esta será un medio de vida y no su amo despótico. La democracia alcanzará su pleno sentido, pues democracia es una palabra que denota una vida de comunión libre e enriquecedora<sup>22</sup>. (DEWEY, 2014, p. 156)

O fenômeno de fragmentação das consciências e identidades influencia e é influenciado pela segmentação dos conteúdos midiáticos, bem como na criação de uma infinidade de comunidades virtuais, as quais têm atuado como veículos de comunicação próprios de indivíduos ou coletivos, com graus distintos de sazonalidade de seus participantes, e de uma reconfiguração das estratégias de participação política dos indivíduos. Há que se

<sup>21</sup> Tradução livre: “Hoje dispomos, como nunca, de ferramentas físicas de comunicação. Mas pensamentos e aspirações congruentes com eles não são comunicados e, portanto, não são comuns. Sem esta comunicação, o público continuará a ofuscar e relatar, perdido em uma busca espasmódica por si mesmo, mas abraçando e sustentando sua sombra em vez de sua substância. Enquanto a Grande Sociedade não se tornar uma grande comunidade, o público permanecerá eclipsado. Somente a comunicação pode criar uma grande comunidade. Nossa Babel não é de línguas, mas de sinais e símbolos sem os quais a experiência compartilhada é impossível”. (DEWEY, 2004, p. 134)

<sup>22</sup> Tradução livre: “Não temos feito mais do que tocar de forma leve e superficial nas condições que devem ser cumpridas para que a Grande Sociedade se converta na Grande Comunidade; uma sociedade em que as consequências da expansão constante e complexamente ramificada das atividades associadas se conheçam no pleno sentido da palavra, de tal forma que surja um público organizado e articulado. O tipo mais elevado e difícil de pesquisa juntamente com uma arte da comunicação, que seja engenhoso, sutil, vivo, deverão se apossar da maquinaria física de transmissão e circulação, e dar-lhes vida. Assim, quando a era mecânica tenha aperfeiçoado sua maquinaria, essa será seu meio de vida e não, um amo despótico. A democracia alcançará seu pleno sentido, pois democracia é uma palavra que denota uma vida em comunhão livre e enriquecedora”. (DEWEY, 2014, p. 256)

considerar que, mesmo no modelo hegemônico de comunicação, existem inegáveis brechas, as quais podem (e devem) ser ocupadas por cidadãos na defesa de direitos. (ROCHA; LIMA, 2014)

El auge de la autocomunicación de masas, que aumenta la capacidad de que nosotros, la audiencia, produzcamos nuestros propios mensajes, potencialmente desafía el control empresarial de las comunicaciones y puede cambiar las relaciones de poder en la esfera de la comunicación<sup>23</sup>. (CASTELLS, 2009, p. 542)

É neste contexto que se inserem experiências de repercussão global, mas fortemente vinculadas ao local, ou que têm neste local, a representação de uma disparidade sentida em todo o mundo. Assim se materializaram movimentos como a Primavera Árabe, os Indignados e o *Ocuppy Wall Street*. O Brasil vivenciou uma experiência similar, difusa, mas de grandes proporções com as Jornadas de Junho, em 2013. De forma geral, “o que estes movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 170). Autonomia essa que se pratica por meio de processos comunicacionais, de produção de sentidos, de negociação, de tomada de decisão e de defesa de um ideário, em geral, contra hegemônico.

No conjunto, as características destes novos movimentos, além de evidenciarem um processo de busca por novas práticas democráticas, pela ressignificação dos movimentos sociais, parecem refletir um novo *status* para a participação social, no qual a comunicação tem papel preponderante no reordenamento das estruturas de poder, sendo o cerne de toda a ação coletiva de mobilização e de divulgação, ou seja, da sua própria existência política.

#### 4.4 AS BRECHAS DIGITAIS: O BRASIL NA ERA DAS REDES

Apesar das estruturas da sociedade em rede terem se constituído como padrão de sociedade global, há desníveis consideráveis de participação sociopolítica e econômica entre países e, dentro dos países, entre os diversos segmentos sociais que o compõe. Isso porque, além dos fatores culturais, incidem, de forma determinante, a disponibilidade de acesso às tecnologias de informação e de comunicação, responsáveis pela conexão mundial, e os usos

---

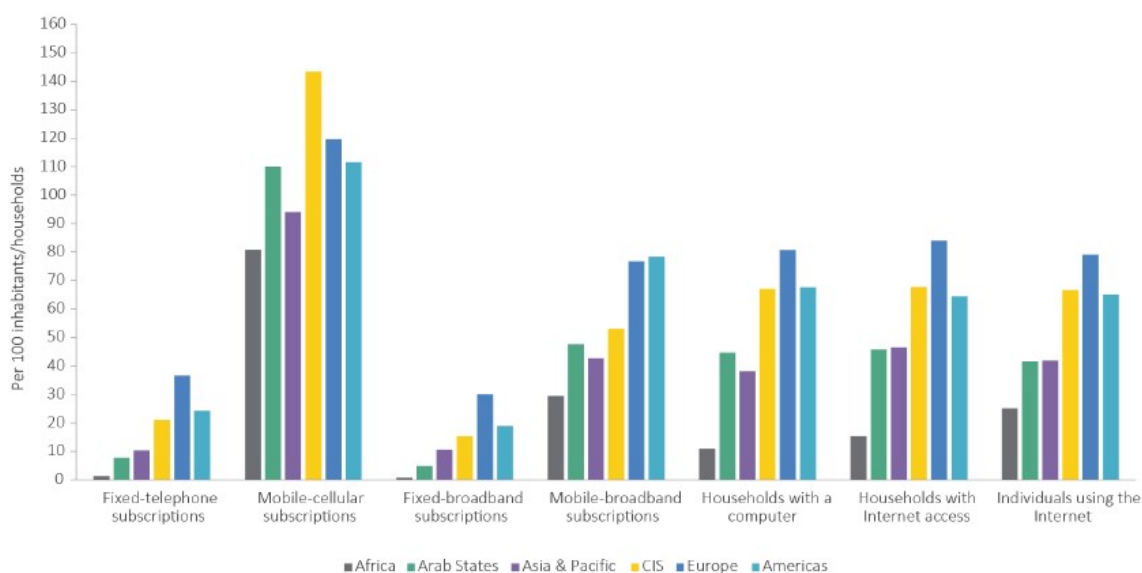
<sup>23</sup> Tradução livre: “O auge da autocomunicação de massas que aumenta a capacidade de que nós, as audiências, produzamos nossas próprias mensagens, potencialmente, desafia o controle empresarial das comunicações, podendo modificar as relações de poder na esfera da comunicação”. (CASTELLS, 2009, p. 542)



aplicados às ferramentas tecnológicas disponíveis. O acesso ao ciberespaço é, atualmente, um dos principais indicadores de inclusão/exclusão social e de acesso a direitos.

A União Internacional de Telecomunicações (UIT)<sup>24</sup>, agência das Nações Unidas especializada em tecnologias de informação e de comunicação, no seu relatório 2016, observa que o acesso à internet tem se expandido em todo mundo, no entanto o formato desse crescimento é desigual. A banda larga móvel é a principal responsável pelo incremento, sendo maior o seu avanço nos países emergentes. Nas nações desenvolvidas, a banda larga fixa permanece em crescimento. Isso revela a relação entre inclusão digital, estruturas econômicas dos Estados e políticas públicas de comunicação e tecnologia.

**Gráfico 1** – Níveis de expansão das TIC por grandes regiões (UIT, 2016)



Por meio do Índice de Desenvolvimento de TIC, a UIT destacou as características dos países com os melhores resultados: possuem políticas consolidadas voltadas ao desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação; mercados livres e competitivos para as TIC; estruturas de incentivo à inovação por parte do Estado e do mercado; população com rendimentos relativamente altos e as habilidades necessárias para fazer uso efetivo das tecnologias disponíveis. Evidencia-se que as estruturas técnicas de acesso a rede mundial de computadores são tão importantes quanto o desenvolvimento das

<sup>24</sup> O índice classifica 175 países da África, Arábia, Ásia e Pacífico, Europa, América e na Comunidade dos Estados Independentes (CIS, em inglês), ou seja, nos estados que compunham a antiga União Soviética, de acordo com os níveis de acesso e os usos das tecnologias de informação e comunicação.

estruturas políticas e econômicas que possibilitem às pessoas acesso a direitos humanos básicos, como educação. (UIT, 2016)

Os dados da pesquisa apontam que os níveis de escolaridade, por exemplo, determinam os usos das TIC disponíveis. Enquanto pessoas com níveis mais baixos de escolaridade utilizam a internet majoritariamente para fins de comunicação e de entretenimento, aquelas que possuem mais anos de estudo, a utilizam também para pesquisas, buscas de informações sobre saúde e para transações bancárias/comerciais.

Como Castells (2013) destaca, a sociedade em rede é repleta de possibilidades, mas é também capitalista, com todas as suas desigualdades. Os desiguais ritmos de expansão das tecnologias correspondem às brechas digitais, as quais, marcadamente, são sentidas pelo Sul Global em sua tentativa de inserção na economia-política globalização. “Tais brechas nada mais são do que uma nova forma de manifestação das tradicionais diferenças e divisões existentes em nossas sociedades e no mundo. Novas formas de exclusão que reproduzem e reforçam as diferenças pré-existentes” (WAISELFISZ, 2007, p. 09).

Uma vez que as TIC compõem o universo comunicacional, vale destacar o papel da comunicação enquanto constituidor e constituído pelas relações sociais de poder.

A comunicação cria e sustenta determinadas hierarquias simbólicas em que se mantém um sistema de poder. As hierarquias compreendem necessariamente, porém, relações de igualdade. Inclusive nos mais rígidos sistemas de poder tem de haver momentos de reciprocidade, em que é necessário falar de maneira livre e aberta, sem censura: chega-se a um consenso sobretudo pela força imanente da comunicação. A comunicação é, portanto, um processo que pode servir para promover ou reprimir o conhecimento e a autodeterminação. A perspectiva pela qual se opta depende das estratégias dos participantes. (RÜDIGER, 2011, p. 46)

A Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) desenvolveu um Índice de Desigualdades Digitais composto por três dimensões que reforçam o desafio de pensar a inclusão digital como algo que transcende a mera oferta das estruturas técnicas de acesso a internet. A primeira dimensão corresponde às desigualdades de infraestrutura, refletindo diferenças estruturais (disponibilidade de computadores, tipo de conexão etc.) regionais que demarcam condições de acesso desiguais; a segunda, às desigualdades socioeconômicas, particularmente associadas à renda familiar e à raça/cor dos indivíduos; e, por fim, às estratégias de superação, um conjunto de medidas para democratizar e/ou superar as desigualdades de acesso à internet existentes. (WAISELFISZ, 2007)

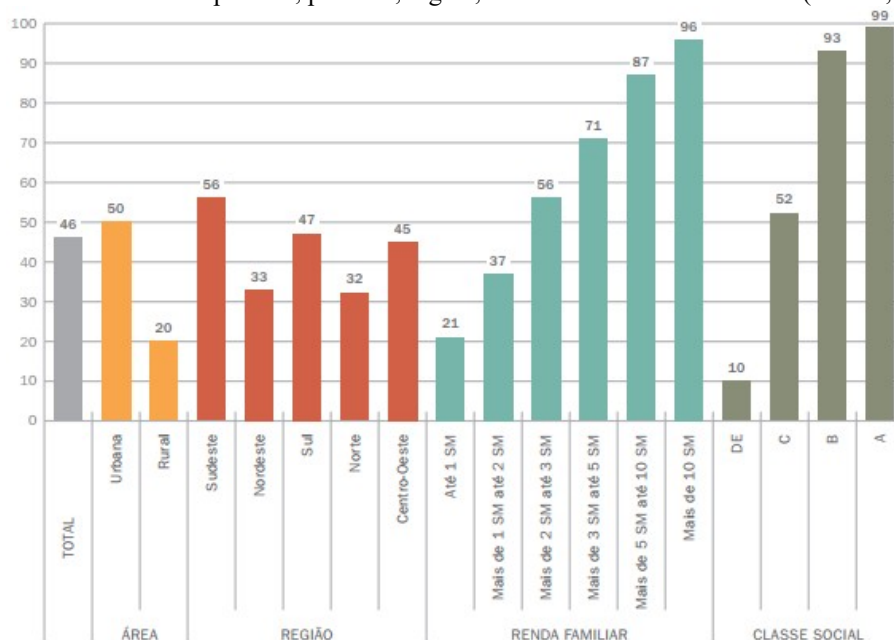
Como o último relatório da RITLA sobre a realidade brasileira foi publicado há uma

década, esta pesquisa se valeu dos dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) para descrever as brechas digitais do país. Em 2016, 54% dos domicílios brasileiros estavam conectados a internet, um crescimento de 3% em relação ao ano anterior. As clivagens de classe se ressaltam na distribuição das conexões: em áreas urbanas, apenas 23% dos domicílios classificados como D ou E estavam conectados; já na classe A e B, 98% e 91%, respectivamente, das casas havia acesso à rede mundial de computadores. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

Os números da banda larga fixa se mantiveram basicamente os mesmos entre 2015 e 2016. Já a banda larga móvel foi a responsável pelo aumento do ingresso de brasileiros no mundo digital, sendo as classes D e E, assim como os moradores da região norte do país e de áreas rurais, os principais usuários desse serviço. O comitê (2017) destaca que essa é, na realidade, a principal forma de conexão para 1/4 dos domicílios com acesso a internet, ressaltando a necessidade de fortalecimento das políticas no setor, atualmente, composto, majoritariamente, pela iniciativa privada transnacional.

Um desdobramento desse modelo de incremento do acesso à rede mundial de computadores é a proporção de domicílios conectados, mas sem computadores. Em 2014, correspondia a 7% e, em 2016, esse número subiu para 14%. Apenas 10% dos domicílios das classes D e E possuíam computador. Obvio que outros dispositivos de conexão existem, mas sua oferta de possibilidades de produção de conteúdo, de pesquisa, de arquivamento de dados e de programação são limitadoras em relação ao computador, seja de mesa ou portátil.

**Gráfico 2 - Domicílios com computador, por área, região, renda familiar e classe social (CGI.br, 2016)**



De acordo com os entrevistados, abordados pela pesquisa do CGI.br, os principais motivos para a ausência de conexão banda larga nos domicílios foram: alto custo dos serviços (57%), falta de interesse (49%), falta de necessidade (45%), falta de computador (44%), preocupação com segurança e privacidade (40%), moradores não sabem utilizar a internet (39%). Mais uma vez, as desigualdades sociais de renda e acesso à educação e informação são entraves para a inclusão digital. “O preço do serviço só não foi o motivo mais citado como principal entre domicílios de classe socioeconômica e renda familiar mais elevadas” (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017, p. 125)

Saindo da variante do acesso às condições técnicas que propiciem a inserção no ciberespaço para se dirigir às apropriações e uso da tecnologia, a pesquisa observou que as atividades mais realizadas pelos internautas brasileiros têm a ver com as comunicações e o entretenimento: 89% relataram que a utilizam para mandar mensagens e 78% para acessar as redes sociais. A utilização da internet para fins de pesquisa e busca de informações sobre serviços estão concentradas nos extratos de maior escolaridade e renda familiar: 87% dos respondentes categorizados como classe A escolheram essa opção, enquanto que nas classes D e E foram apenas 23%.

**Gráfico 3 – Atividades realizadas na internet (CGI.br, 2016)**



Em relação às habilidades com o computador, as menos mencionadas estão diretamente ligadas com a capacidade de produção de conteúdos que requeiram o uso de softwares específicos e ao desconhecimento das estruturas físicas e de programação das

máquinas operadas: apenas 27% dos entrevistados afirmaram saber criar apresentações de slide, 26% instalam computadores e 8% são capazes de criar softwares utilizando linguagem de programação. Vale destacar que, nesse ponto, variantes de gênero se ressaltam. As diferenças de habilidades entre homens e mulheres para questões de cunho operacional são significativas.

Nas suas pesquisas sobre relações de gênero no ciberespaço, Natansohn (2013) utiliza uma categorização das brechas de gênero na internet em três níveis, os quais não se sobrepõem em importância: o acesso, o uso e a participação nos grupos gestores de políticas e desenvolvimento de tecnologias. Questões socioculturais interferem diretamente na inserção ativa e cidadã das mulheres na vida *online*.

As mulheres participam muito pouco sobre as decisões de infraestrutura física e lógica das redes digitais em todo o mundo. Nos ministérios e secretarias políticas do governo dos países existem poucas mulheres, assim como são minoria as engenheiras de computação, empreendedoras da área das TIC's, programadoras, desenvolvedoras de softwares e administradoras de sistemas. A diferença digital de gênero é global. (NATANSOHN, 2013, p. 19)

As contingências mundiais, nacionais e regionais na apropriação das tecnologias e, em especial da rede mundial de computadores, demonstram que as velhas desigualdades integram o esqueleto da sociedade em rede e mantém estruturas de poder secularizadas, com velhos agentes operando em novas roupagens. No entanto, isso não significa uma simples repetição histórica: a nova arena social, ou a nova esfera pública digital, faz parte do mundo da vida e, portanto, não é uma esfera a parte. Na realidade se trata de uma ampliação do campo político, a qual gerou novas tensões, a emergência de novos sujeitos políticos e os agentes do capital se reconfiguraram para manter seu poderio.

O ciberespaço se forma a partir de uma espécie de ecologia das mídias, a qual é composta não apenas pelo conjunto das tecnologias disponíveis, mas pela sua interseccionalidade com aspectos culturais que possibilitam criar protocolos de comunicação, práticas e valores novos. Esses são responsáveis pela criação e expansão dos próprios espaços de fluxos da internet, assim como do seu poder que o possibilita ser, atualmente, uma das esferas prioritárias do mundo da vida. Assim, a cidadania na sociedade em rede não pode prescindir do entendimento acerca dessa ecologia midiática.

Ser cidadão nessa sociedade hipercomplexa, que potencializa a hipersociabilidade, significa tornar-se capaz de distinguir entre diferentes linguagens e mídias, suas naturezas comunicativas específicas, suas

injunções político-sociais e, a partir disso, ter condições para desenvolver a capacidade de levantar perguntas acerca de tudo que lemos, vemos e escutamos. Isso porque se trata de uma sociedade de cognição distribuída, parte integrante da inteligência coletiva que, dadas a pluralidade e a diversidade de fontes de informação na ecologia das mídias em que ela se desenvolve, implica mais do que nunca, conceber a inteligência como incluindo um todo complexo, o corpo, a mente e o contexto. Esse tipo de cognição não está centrado estritamente nas tecnologias, mas sim na extração do conhecimento necessário para atender a situações e problemas concretos e abstratos. (SANTAELLA, 2013, p. 13)

É preciso compreender que o desafio de inclusão social e de conquista de direitos foi ampliado. A luta pela cidadania e pela democracia passa agora, mais do que nunca, pelo entendimento da comunicação e das TIC não como meras ferramentas de visibilidade de causas políticas e de grupos socialmente excluídos, mas como campo de disputa e pelo qual se deve disputar. Isso não significa sobreposição de bandeiras de luta, mas o destaque para a importância de uma área ainda incipientemente debatida pelas organizações da sociedade civil, em especial das esquerdas brasileiras.

#### **4.4.1 As apropriações das tecnologias nas organizações da sociedade civil brasileiras**

Em 2017, o CGI.br divulgou um relatório sobre o uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos brasileiras. Isso porque o Estado brasileiro é signatário do documento “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, o qual se insere no bojo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para alcançar as metas estabelecidas, é preciso articular os entes federativos, os poderes estatais, a iniciativa privada e a sociedade civil.

As instituições sem fins lucrativos, ouvidas pela pesquisa, eram de diversas naturezas: entidades de defesa de direitos, religiosas, fundações, associações e sindicatos. Do universo pesquisado, 24% ainda não usa computador em suas atividades cotidianas, um cenário típico em especial das pequenas organizações que contam, predominantemente, com mão de obra voluntária para o desenvolvimento de seus trabalhos. Mais especificamente, entre essas, que não contam com pessoas remuneradas, somente 29% possuíam computadores institucionais. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

Parte considerável dos equipamentos utilizados, especialmente nas instituições de menor porte e/ou comunitárias, são dos próprios trabalhadores ou voluntários. O acesso à internet está presente em 71% das entidades, sendo a maior parte na modalidade de cabo e

fibra ótica (59%), seguido de conexão por linha telefônica – DSL (55%), modem 3G ou 4G (32%) e conexão via rádio (14%).

Os principais motivos para a não utilização da internet, citados pelas organizações, foram: a falta de estrutura de acesso (46%) e o alto custo da conexão (43%). A falta de estrutura de acesso à internet foi a razão mais citada pelas organizações das regiões norte (76%), Nordeste (65%) e Centro Oeste (64%), reforçando as desigualdades regionais nas políticas de inclusão digital no país, além dos centros de interesse do mercado de TI.

As dificuldades de captação de recursos e de sustentabilidade são apenas dois dos empecilhos observados pelo CGI.br para a adoção das tecnologias de informação e de comunicação. A maior parte das instituições sem fins lucrativos brasileiras dependem de editais governamentais e de instituições internacionais ou supranacionais para se manterem. No entanto, de acordo com Bobsin e Pozzebon (2017), a comunicação e as tecnologias não são vistas pelos órgãos financiadores como interligadas a atividade-fim institucional. Também faltam sistemas/softwares de gestão que atendam às necessidades do setor, cuja especificidade difere dos negócios tradicionais. A força de trabalho, além da considerável rotatividade de pessoal (devido à escassez de recursos), aparentou ser pouco habilitada ao uso das tecnologias de informação e comunicação. Por fim, foram verificadas algumas estruturas deveras hierárquicas, as quais se chocam com as lógicas mais horizontalizadas dos processos de comunicação na era das redes.

(...) nos casos investigados, ficou evidente que algumas organizações ainda possuem uma cultura “pensada off-line”, o que gera divergências entre os gestores e os profissionais da área de tecnologia. Essa questão é um dos reflexos da falta de visão estratégica do uso da tecnologia e a falta de planejamento e de estratégias claras acerca da atuação da organização. Em um dos casos, observou-se que, enquanto alguns colaboradores consideram as ferramentas disponíveis defasadas e insuficientes, os gestores as avaliam como sendo suficientes e desconhecem as tecnologias específicas utilizadas e necessárias para as atividades dos demais setores. (BOBSIN; POZZEBON, 2017, p. 32)

Em relação aos usos que fazem das TIC disponíveis, e da internet mais especificamente, foi observado que 67% das organizações estavam presentes na rede mundial de computadores por meio de website e/ou perfis em redes sociais. Apenas 29% ocupam os dois espaços concomitantemente. Os recursos humanos, para além dos recursos técnicos, são fatores relevantes nesse cenário. Apenas 19% das instituições entrevistadas possuíam área vinculada à tecnologia e 18% tinham um setor de comunicação. Os segmentos que diferem

dessa realidade são as instituições patronais, profissionais e sindicais. Foi verificado que 35% desse grupo conta com áreas de comunicação institucional consolidadas. (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017)

No cotidiano, os usos das TIC estão mais associados à visibilidade institucional e menos à captação de recursos e atividades de sustentabilidade. Menos de ¼ das organizações com perfis em redes sociais utilizam a plataforma para captar recursos (22%) e para solicitar doações (27%). Entre as instituições com website, apenas 14% possuíam ferramentas para recebimento de doações em sua página.

Na percepção dos gestores das organizações sem fins lucrativos com acesso à Internet, as TIC contribuem muito para a divulgação de suas ações e projetos (42%) e para melhorar sua comunicação interna (42%). Por outro lado, percebem menos a contribuição das tecnologias para a gestão de recursos: 45% acreditam que elas contribuem pouco ou nada para ajudar na redução de despesas. A ausência de recursos financeiros seguiu como a principal barreira que essas organizações enfrentam para o uso das TIC (38% entre aquelas que possuem computador), seguida da baixa velocidade de conexão à rede (19%) – barreira mais mencionada entre as organizações localizadas nas regiões Norte (32%) e Centro-Oeste (29%). (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2017, p. 87)

Fica evidenciado que os usos criativos e estratégicos dos *mass self communication* não são explorados como poderiam. As frágeis condições de sustentabilidade, aliadas às culturas institucionais mais tradicionais, parecem engessar a comunicação social nas organizações sem fins lucrativos brasileiras. Parte considerável dessa pesquisa do CGI.br se debruça sobre entidades que não integram os novos movimentos sociais, desnudando dificuldades de ação relacionadas ao universo de cada uma das organizações, assim como a debilidade nas apropriações para formação/fortalecimento de redes no ciberespaço - território esse que se apresenta como esfera de atuação política e de conquista (ou negação) de direitos humanos.

Os novos movimentos sociais, pela sua morfologia, aparentam ter maior facilidade de se adaptarem aos novos protocolos de comunicação. Porém, ainda assim, as identidades dos sujeitos integrantes de cada movimento interferem nas apropriações das TIC, como veremos nos próximos capítulos, demonstrando que, mesmo com maior potencial de adaptação às dinâmicas voláteis, ágeis e em constante reestruturação das redes sociais, sofrem com os pilares estruturadores das brechas digitais.



## 5 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS RECIFE

As redes sociais virtuais são os principais espaços de comunicação/interação com a sociedade para o Coletivo Marcha das Vadias Recife (CMVR), apesar de não serem os únicos. São em perfis em sites de mídias sociais que o coletivo desenvolve parte considerável de suas ações comunicativas, no entanto, o tratamento dado às postagens parece apontar para um uso mais estratégico e sistemático dos canais nos períodos que antecedem a caminhada da Marcha das Vadias e *One Billion Rising*, ou ainda quando acontecem fatos de considerável repercussão pública e que exigem um posicionamento político, a exemplo de casos de estupro ou violência contra a mulher.

Além da presença no Facebook, a qual detalharemos mais adiante, a Marcha possui perfis no twitter (@vadiasrecife) com 412 seguidores, criada em maio de 2013, no Instagram (coletivomdvrecife) com 1.327 seguidores, criada em maio de 2014; no Youtube existem dois canais: o vadiasrecife com apenas um vídeo postado e quatro inscritos no canal e o marcharecife com quatro vídeos e nove seguidores. O primeiro foi criado em 2012, o segundo em 2013, o qual nasce no mesmo ano da criação do Coletivo Marcha das Vadias, comitê articulador da Marcha no Recife. Vale lembrar que, na capital pernambucana, o movimento se iniciou a partir do chamado de um homem, que criou páginas em redes sociais. Segundo a descrição de uma das militantes: “Convencer esse cidadão de que o protagonismo deveria ser das mulheres foi difícilimo. Basicamente, tivemos que reiniciar todas as atividades de articulação em torno da marcha, o que inclui as redes sociais”. (W.M, entrevista concedida à autora, 2015)

Apesar do choque de páginas no Youtube e da pouca utilização do canal gerido pelo CMVR, há uma imensa quantidade de registros audiovisuais da Marcha e de suas ações. Os canais que desaguam este material, em geral, são pessoais, seja das integrantes do próprio Coletivo Marcha das Vadias Recife, de militantes ou de grupos que atuam com audiovisual e filmam os atos públicos como forma de apoio à causa. Também existem materiais postados por empresas jornalísticas.

Todos os anos, pessoas, empresas e organizações procuram o CMVR se colocando para colaborar, voluntariamente, na construção de uma narrativa audiovisual ou fotográfica do movimento. Desde 2016, há chamados públicos feitos via *post* para que comunicadores se habilitem para realizarem os registros.

**Figura 2** – Convocatória para comunicadores(as)



As fotografias e vídeos produzidos alimentam todos os canais nas redes sociais digitais do movimento. As organizadoras do evento pedem que os produtos finais do trabalho desses colaboradores sejam apresentados ao CMVR antes de serem veiculados. Apesar de incipiente, essa parece ser uma tentativa de driblar as adversidades, advindas nesse caso, da ausência de conhecimentos técnicos na área de comunicação e de recursos financeiros, em prol da construção de uma narrativa própria não mediada pelas estruturas das empresas jornalísticas comerciais.

O peso das redes digitais nas ações de comunicação, articulação e incidência política é ampliado pela secundarização da relação com as empresas jornalísticas. Um dos motivos ressaltados como explicação para isso foi o excesso de demandas, especialmente no período que antecede a Marcha das Vadias, para o número pequeno de integrantes do coletivo.

A gente manda uma pauta quando alguma mana que tá colaborando com a marcha diz que vai mandar voluntariamente. A gente não tem muito tempo, todo mundo trabalha, todo mundo tem vida pessoal. Cada uma faz um pouco de tudo e aí também há um problema nesse exercício de horizontalidade: onde todo mundo é responsável por tudo, ninguém diz essa é minha função, essa é minha missão, ninguém é responsável por nada tão específico. (R.F., concedida à autora, 2016)

Para além da relatada sobrecarga das organizadoras, a superficialidade da cobertura jornalística em relação à Marcha não atende a demanda de promoção do debate público sobre os direitos das mulheres, assim como pode corroborar com a construção/manutenção dos estereótipos de gênero e com o processo de criminalização dos movimentos sociais. Veloso,

Vasconcelos e Cardoso (2015), ao analisarem a cobertura da Marcha em 2015, ano em que o movimento, apesar de pacífico, entrou em confronto com ambulantes devido ao assédio sofrido por mulheres que marchavam na Avenida Conde da Boa Vista, área central do Recife, identificaram essas tendências, ademais do deslocamento do foco principal do ato para a narrativa da confusão ocorrida. Tal reorganização das prioridades factuais acontece sem que haja, sequer, uma discussão sobre o assédio sexual – motivadora do ato e dos conflitos evidenciados.

É possível inferir que as notícias veiculadas sobre as Marchas das Vadias nos portais pernambucanos ficaram restritas a cobertura do evento, sem aprofundar a discussão acerca de uma maior totalidade dos problemas enfrentados pelas mulheres e sem oferecer, prioritariamente o espaço para que as porta-vozes dos protestos possam assumir seu lugar de sujeito político também na comunicação. O ponto que teve maior destaque foi a violência contra a mulher, com a publicação, em algumas matérias, de dados e informações adicionais sobre o fenômeno. No entanto, não houve espaço para discussão das causas e do impacto dessa violência, bem como apresentação de medidas, por parte das autoridades competentes, para enfrentar o problema.

(...) Atuando de tal forma, a cobertura expõe lacunas e não oferece a real dimensão da situação vivenciada pelas mulheres pernambucanas que, em 2015, ocuparam as ruas para levantar diversas questões que não dizem respeito apenas à população feminina, mas espelham as relações assimétricas entre homens e mulheres. Quando perdem a oportunidade de problematizar a objetificação do corpo feminino, o aborto e a liberdade sexual, por exemplo, os veículos deixam de interpretar, para seu público, faces importantes da realidade experimentada pelas mulheres, sobretudo por não aprofundar as diversas formas de violência que são reeditadas pela reprodução de desvalores, como o machismo. (VELOSO; VASCONCELOS; CARDOSO, 2015)

A comunicação automediatizada tem a capacidade de mobilizar indivíduos em ações políticas que são, inicialmente, de autoreconhecimento identitário, de cidadania e possibilita a organização destas em forma de mensagens que serão dirigidas a outros cidadãos e cidadãs. Tal modelo desafia o controle, hoje ainda existente, dos que têm o poder de falar, de emitir discursos para uma grande audiência, seja a partir de programas exibidos em mídias tradicionais, mas também por meio de peças publicitárias.

Participando en la producción cultural de los medios de comunicación de masas y desarrollando redes independientes de comunicación horizontal, los ciudadanos de la era de la información son capaces de inventar nuevos programas para sus vidas con los materiales de sus sufrimientos, miedos, sueños y esperanzas. Construyen sus proyectos compartiendo su experiencia.

Subvierten las prácticas de la comunicación tradicional ocupando el medio y creando el mensaje. Superan la impotência de su solitaria desesperación interconectando sus deseos. Luchan contra los poderes establecidos identificando las redes establecidas. Por eso la teoría - necesariamente fundada en la observación - es relevante para la práctica: si no conocemos las formas de poder en la sociedad red, no podremos neutralizar el ejercicio injusto de dicho poder; y si no sabemos exactamente quiénes tienen el poder y dónde encontrarlos, no podremos desafiar su oculta pero decisiva dominación. (CASTELLS, 2009, p. 552)

Não será redundância gratuita frisar que a disponibilização de tais narrativas nas redes sociais virtuais foi o que viabilizou o projeto de visibilidade das vozes e objetivos de boa parte desses militantes dos novos movimentos sociais, os quais não conseguiam chegar aos veículos de comunicação de massa tradicionais devido à vinculação destes com interesses morais, políticos e comerciais hegemônicos.

As redes sociais funcionam simbioticamente com os marcos de ação de rua. Nos períodos de efervescência das ações de incidência política, as duas frentes (das ruas e das redes) agem conjuntamente. A mobilidade dos sujeitos políticos, inclusive nos grupos de comunicação, ao longo desses três anos de observação, não alterou essa regra, deixando nítido que nos dois espaços imperam as características multiforme e de celeridade típicas das sociedades em rede.

Em nossa época, as redes digitais multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos, mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação de indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. (CASTELLS, 2013, p. 24-25)

A comunicação aparece como fundamental para a reestruturação do poder na sociedade, se tratando de um projeto político estratégico e exercício prático de contra-hegemonia pelo fato das plataformas digitais utilizadas serem sistemas mais abertos à produção e difusão de conteúdos por parte da sociedade. A construção de um discurso próprio não mediado por outras pessoas ou entidades, aparece como prática democrática, visto que é defendida pelos integrantes dos movimentos como participação política direta. Assim, é notável a recusa da representação tradicional de instituições que, de forma ampla, estariam conectadas ao capital. Nisto se incluem, as empresas de comunicação tradicionais pelo oligopólio existente, as grandes empresas e o próprio sistema político.

## 5.1 FOCANDO O OLHAR: A MARCHA DAS VADIAS RECIFE NO FACEBOOK

De todos os perfis do movimento em redes sociais digitais, o do Facebook aparenta ser o principal, ainda que, desde 2016, tenha se ampliado a alimentação do Instagram por parte do movimento. O Facebook é uma plataforma digital complexa que possibilita diversos tipos de interações (texto, *links*, produção audiovisual, grupos fechados, grupos abertos, eventos etc.) e, como foi mencionado anteriormente tem vasta penetração no Brasil. A apropriação desse espaço, por parte dos movimentos, deve considerar então a produção de conteúdos, a periodicidade das postagens, a exploração das diversas propriedades do meio, a interatividade e a capacidade de formar redes.

Partimos do pressuposto que a ação humana e a cultura vigente são preponderantes nesse processo. Assim, para se realizar incidência política por meio das estruturas técnicas das redes digitais é preciso considerar os fatores identitários. No entanto, as barreiras para uma ação bem-sucedida também podem esbarrar em questões de programação, a exemplo do algoritmo EdgeRank, o principal dispositivo organizador da plataforma. Ou seja, os conhecimentos técnicos para operacionalizar a incidência contam.

A Marcha das Vadias Recife possui duas páginas no Facebook: @MarchaDasVadiasRecife, *fanpage* categorizada como comunidade, criada em 2013, a qual possui 12.374 curtidores e 12.289 seguidores; e a @MariaVadya, perfil pessoal, criado em 2015, cuja conta está vinculada ao twitter da Marcha e quase não há postagens feitas a partir da plataforma Facebook. Ou seja, os conteúdos tuitados são direcionados para esse espaço e não para o @MarchaDasVadias, onde, efetivamente, há produção de conteúdo para a rede.

Essa organização da produção de conteúdos tem a ver com a mobilidade das pessoas no CMVR incumbidas da gestão das mídias sociais digitais. Uma das entrevistadas explicou: “A gente criou esse perfil Maria Vadya para tentar desvincular a administração de uma pessoa específica, mas não deu muito certo” (J.T, entrevista concedida à autora, 2017).

**Figura 3 – Perfis institucionais da Marcha das Vadias Recife**



Apesar dos sites de mídias sociais, como o Facebook, estarem adaptados às flutuações dos fluxos de informação e de interação entre os diversos nós que compõem as teias das redes existentes nas suas plataformas, a gestão do perfil da *fanpage* precisa estar vinculada a, pelo menos, uma conta pessoal - um ou alguns responsáveis. Isso pode gerar mal-entendidos e

conflitos decorrentes da fluidez de participação dos militantes nos novos movimentos sociais, os quais participam da produção de conteúdos e articulação de apoios/sensibilização via os *mass self communication*.

Como os perfis aparecem como importantes aliados para a incidência política, as discontinuidades típicas da dinâmica dos novos coletivos sociais, obviamente, reconfiguram, periodicamente, as estratégias e táticas de produção de sentidos e articulação, podendo, em alguns momentos, desarticular determinados atores sociais que o seguiam e construir novas redes com outros segmentos sociais, num contínuo movimento de reorganização. Voltaremos a falar sobre isso mais adiante.

Esta pesquisa volta o olhar para o perfil @MarchadasVadiasRecife, no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017. Nos três anos de análise foram realizadas 716 postagens com 8.415 usuários curtindo e comentando, na sua quase totalidade a partir de perfis pessoais. Foram 33.694 movimentos de interação (curtir, demonstrar raiva etc) e 2.797 comentários realizados. A empresa Facebook limita o acesso aos dados de usuários de perfis pessoais, de forma que, ao extrairmos os dados da página da Marcha via NetVizz, os nomes das pessoas são transformados em códigos, sendo impossível desenhar o mapa de interações entre perfis pessoais com nós e arestas que demonstram, de forma gráfica, as trocas da rede.

No entanto, foi possível observar essa dinâmica em outras páginas não-pessoais (de movimentos, organizações da sociedade civil, empreendimentos, artistas etc.), as quais formaram diversos pontos de conexão (*nodes*) com centenas de teias de interação (*edges*).

Em relação à exploração das potencialidades que a plataforma permite, a Marcha demonstra ter se apropriado das principais ferramentas disponíveis. Utilizaram com frequência o recurso de criação de eventos, em especial a partir de 2016, possuíam grupos fechados de discussão com militantes, grupos fechados apenas do Coletivo Marcha das Vadias, existiam grupos abertos e outros foram extintos e elas também interagiram com os seguidores por meio das mensagens em privado, possibilidade conferida pela plataforma.

Obviamente, a gestão desses espaços prescinde de um considerável investimento de tempo. Como apenas no período de organização do ato público anual da marcha mais pessoas se envolvem na alimentação da página, há algumas discontinuidades de postagens que resultam em consideráveis *gaps* temporais entre os posts. A identidade gráfica e a dinâmica de temáticas da página apresentam mudanças de tempos em tempos, a depender de quem gere o perfil. Há cerca de três anos, uma das integrantes tem estado mais a frente deste processo. Sobre a dinâmica das postagens, uma das entrevistadas explica: “não há, assim, uma pessoa

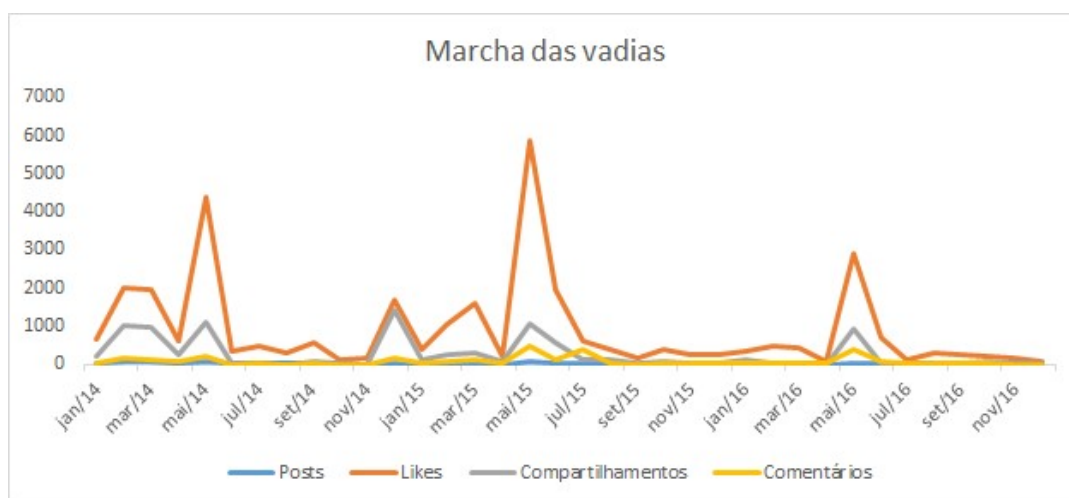
que fique exclusivamente com a atualização das redes sociais. A gente sempre faz um pouco de tudo. Uma das meninas gosta mais desta frente e é ela quem mais posta, mas toda postagem passa pelas outras também” (R.F., entrevista concedida à autora em 2016)

O detalhamento da ação da Marcha no Facebook, então, se subdividiu em três etapas: a produção de conteúdos, com recorte específico para os temas abordados ao longo de 2014, 2015 e 2016; o formato das postagens e as interações estabelecidas; e as redes formadas com iniciativas/instituições parceiras. O objetivo foi desenhar um mapa que envolvesse dimensões estruturais típicas das redes e elementos imprescindíveis para a atuação política.

## 5.2 A AÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS RECIFE NO FACEBOOK: A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

A produção de conteúdo do perfil da MVR é descontínua ao longo do ano e entre os três anos desta análise. No gráfico abaixo é possível observar essa movimentação.

**Gráfico 4** – Fluxo de postagens e reações da Marcha das Vadias Recife 2014-2016



Os picos de movimentação na página da Marcha se concentram nos períodos dos dois eventos organizados pelo Coletivo Marcha das Vadias, o ato de rua da Marcha das Vadias, realizado no mês de maio, e o *One Billion Rising*, o qual vai às ruas no primeiro trimestre do ano. Esse último, por ser um evento internacional, tem uma agenda móvel, pois precisa articular as várias iniciativas espalhadas no mundo para que aconteça ao mesmo tempo.

As reações dos seguidores/curtidore, em especial os *likes* e compartilhamentos aparentaram seguir o direcionamento prioritário da *fanpage*. O primeiro semestre se mostrou



como o mais movimentado em decorrência dos dois eventos anteriormente citados. Nesses momentos, as pessoas marcam conhecidos(as), conversam no espaço dedicado aos comentários e há os maiores índices de compartilhamento. A página fica vívida.

No segundo semestre, há visivelmente uma queda no número de postagens, assim como nas interações. Esse período tem como características particulares: 1) a redução das postagens, 2) uma maior variação dos temas centrais dos posts, geralmente, estando vinculados a um acontecimento de relevância, a indicação de conteúdos de cunho atemporal e 3) o silenciamento dos seguidores/curtidore, principalmente no campo dos comentários. Nesses momentos, parte considerável dos comentários é feito por mulheres que integram o CMVR ou por pessoas próximas a elas. As redes de proximidade na vida *offline* demonstram a sua perenidade diante da fluidez da vida *online*.

Temas de forte repercussão social (*on* e *offline*) e postagens de cunho afirmativo em relação aos direitos sexuais, identidade de gênero e enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher apareceram como os principais motes de reaquecimento da participação no segundo semestre dos três anos. Empregando uma metáfora, mesmo com os períodos prolongados de calmaria, uma ressaca agita o mar dos fluxos de comunicação da *fanpage* ao primeiro anúncio do ato de rua da Marcha ou do *One Billion Rising*, e toda agitação reinicia.

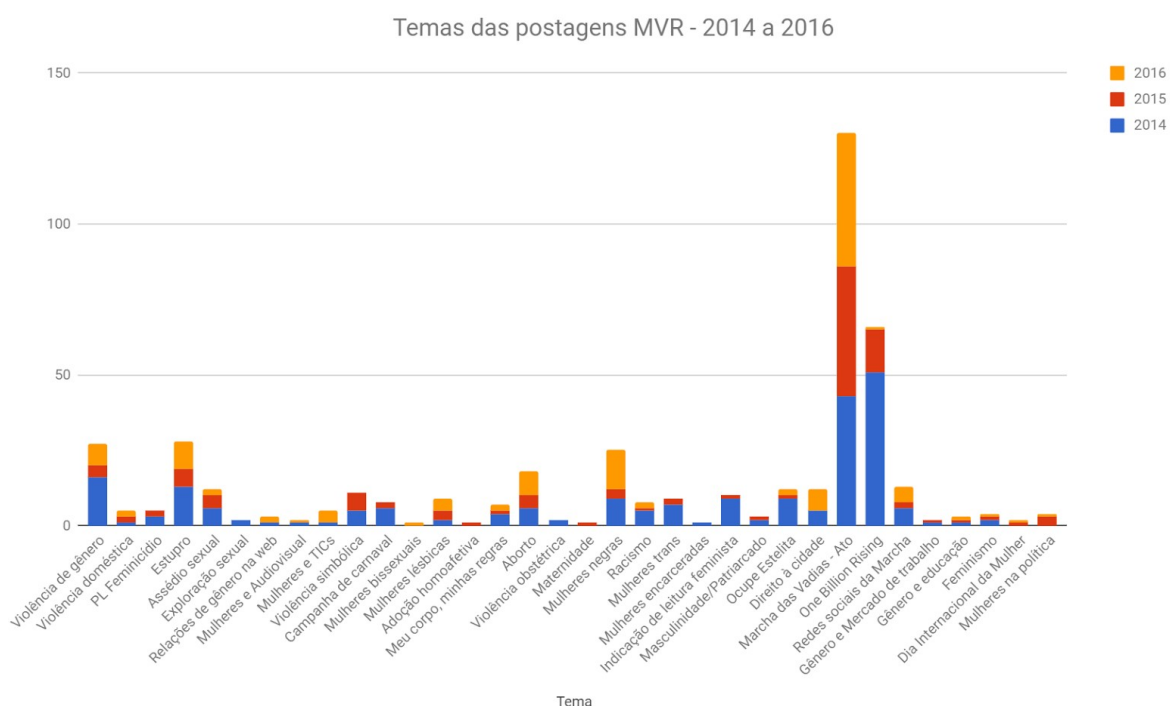
Tal movimento tem relação direta com uma espécie de economia de interesses dos diversos indivíduos que participam da rede da MVR e, obviamente, com suas identidades. Por isso, é importante analisar os temas centrais na produção simbólica da Marcha. Identificou-se 35 temas centrais nas postagens ao longo dos três anos. Todos ligados diretamente às várias identidades de mulheres e a pautas prioritariamente vinculadas às questões de gênero. Não à toa, a maior parte das interações são operadas por mulheres, cis e trans, e por homens gays, com exceção dos ataques de *haters*, majoritariamente homens, possivelmente heterossexuais.

Os temas foram: violência de gênero (violências praticadas/sofridas em decorrência do gênero da vítima); violência doméstica (violência praticada por quem tem relação familiar/comunitária/afetiva com a vítima por recorte de gênero); Projeto de Lei do Feminicídio; Estupro; Assédio sexual; Exploração sexual; Relações de gênero na web; Mulheres e TICs; Mulheres e audiovisual; Violência simbólica com recorte de gênero (praticadas por veículos de noticiosos e pela indústria cultural); Campanhas de carnaval; Mulheres bissexuais; Mulheres lésbicas; Adoção homoafetiva; “Meu corpo, minhas regras” (lema presente em postagens ao longo dos três anos); Aborto; Violência Obstétrica;

Maternidade; Mulheres negras; Racismo; Mulheres Trans; Mulheres encarceradas; Indicação de leituras feministas (livros; artigos acadêmicos; Resultados de Pesquisas etc); masculinidade/patriarcado; Ocupe Estelita; Direito à cidade; Marcha das Vadias Recife - ato; *One Billion Rising*; Redes sociais da MVR; Gênero e mercado de trabalho; Gênero e educação; Feminismo; Dia Internacional da Mulher; Mulheres na política; Pedofilia/Exploração sexual infantil.

É válido salientar que consideramos temas centrais das postagens aqueles que motivaram a postagem, os quais justificavam a presença da produção simbólica na *fanpage* (seja em formato de texto, imagem, vídeo, *link* ou *hashtag*) ou sob o qual se sustentava o núcleo argumentativo do post. Assim, os *posts* relacionados aos debates preparatórios da Marcha das Vadias foram contabilizados como parte do tema “Marcha das Vadias Recife - ato” pelo enfoque das postagens, uso de *hashtag*, bem como por ser parte da preparação da ação de rua. Mais adiante, nos subtópicos sobre os conteúdos por ano, serão apresentados os temas dos encontros, bem como o formato de sua apresentação.

**Gráfico 5** – Fluxo dos temas postados pela Marcha das Vadias Recife 2014 - 2016



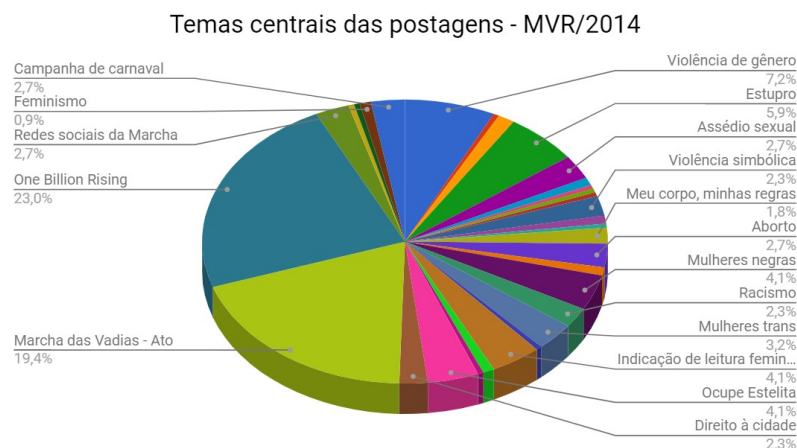
O gráfico ilustra que os temas variam de acordo com o ano, os acontecimentos do respectivo período e o perfil da composição do Coletivo Marcha das Vadias Recife. É importante destacar que a cada organização do ato de rua, novas pessoas se aproximam do Coletivo e outras se afastam. Os momentos pós-marcha são também de reconfigurações no

Coletivo, em maior ou menor medida. Isso impacta diretamente nos posicionamentos, na aproximação com determinadas causas e nas ações de comunicação. Vale lembrar que esses novos movimentos sociais são autoreflexivos, procedendo mudanças em um ritmo mais ágil do que os movimentos anteriores. Assim, vamos dividir a análise do conteúdo da *fanpage* por ano, a fim de melhor visualizar suas características.

### 5.2.1 A produção de conteúdo da MVR em 2014

No ano de 2014, foram realizadas 314 postagens a partir do perfil da MVR, as quais resultaram em 13.329 curtidas, 5.097 compartilhamentos e 824 comentários. Foi o ano mais movimentado do triênio aqui analisado. O leque temático foi o mais variado também: 23 temas centrais ganharam espaço na *fanpage*, sendo 23% deles vinculados ao *One Billion Rising*, 19,4% ao ato de rua da Marcha das Vadias, 7,2% à violência de gênero, 5,9% ao estupro e, empatados em quarto lugar (4,1%), estão as questões das mulheres negras, do Ocupe Estelita e as indicações de leituras feministas, as quais surgem a partir do mês do agosto com força considerável.

**Gráfico 6 – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2014**



No primeiro bimestre, os *posts* sobre o *One Billion Rising* e o carnaval correspondem as principais temáticas abordadas e com maior interação. A campanha de carnaval tem sua tônica centrada no empoderamento das mulheres contra o assédio e contra o racismo/objetificação da mulher negra. A linguagem simples, o formato similar ao dos memes, torna as publicações acessíveis a diferentes públicos e populares.

**Figura 4** – Campanha de carnaval 2014 – Marcha das Vadias Recife



No mês de março, não houve referência direta ao Dia Internacional da Mulher, mas o Coletivo realizou panfletagem nas praias e, na página do Facebook, privilegiou as discussões sobre violência de gênero. A temática foi reforçada por meio do compartilhamento de campanhas da ONU, de casos reais de violência sexista e com uma pesquisa do IPEA sobre tolerância à violência sexual contra a mulher.

Esse mês marca uma considerável ruptura em relação aos dois meses anteriores: em janeiro e fevereiro, a quase totalidade dos *links* compartilhados eram originados de sites noticiosos de grupos comerciais de mídia, na maioria do NE10 e da Folha de São Paulo. A partir do mês de março, há uma diversificação das fontes de informação, abrindo espaço para as informações e opiniões produzidas a partir de coletivos, organizações sociais e sites noticiosos contra-hegemônicos, como Think Olga, Agência Patrícia Galvão, Blogueiras Negras, Revista Fórum, Agência Brasil, entre outros.

Os meses de abril e maio são dedicados quase que exclusivamente ao ato de rua da Marcha das Vadias Recife. Especialmente nesse último mês, a página tem uma intensa movimentação, correspondendo a maior parte das interações de internautas do primeiro semestre. Nesse cenário, o coletivo insere o debate do Ocupe Estelita, realizando, inclusive, um dos seus debates preparatórios no local. Desde então, a pauta estelitante e o debate do direito à cidade permanecem na agenda da página até o último ano desta análise.

Os debates preparatórios de 2014, presentes nas postagens de maio, tiveram os

seguintes temas: 1) Pela descriminalização do aborto e contra a violência obstétrica; 2) Meu corpo, minhas regras; 3) Mulheres negras; 4) Transfeminismo. É oportuno perceber o foco na corporeidade que aprisiona as mulheres na sua condição social de subordinação social e historicamente construída. Os temas dos debates são escolhidos pelo CMVR, ressaltando temas do momento, bem como, as identidades e prioridades das mulheres que o integram. O transfeminismo, pauta repleta de dissensos ainda hoje nos movimentos feministas, é reafirmado como agenda política da marcha. Várias postagens deste ano, em particular das iniciativas organizadas pelo Coletivo (*One Billion Rising*, ato público e carnaval) reafirmam esse posicionamento também nas imagens dos cards, colocando “modelos” mulheres cisgêneros e transgêneros.

Nos três anos, o ato de rua da marcha foi precedido de uma campanha para redes sociais digitais, a qual visava incentivar a participação, mostrando mulheres comuns, militantes/apoiadoras, e explicar as motivações que as levam às ruas anualmente. Em 2014, a campanha teve como mote a pergunta “Por que você luta?” Doze mulheres cisgênero e transgênero, de diferentes raças, cores, orientações e idades ilustraram a iniciativa. Suas lutas eram: pelo fim do assédio; pelo aborto legal; pela igualdade de gênero na educação; pela livre expressão do corpo; pela livre sexualidade; pela humanização do parto; pela amamentação livre de preconceitos; pelo enegrecimento do feminismo; pela afirmação das mulheres trans como sujeitos do feminismo; contra a lesbofobia e a bifobia; e pelo respeito às mulheres em todos os espaços. A repercussão foi boa, gerando muita empatia nos(as) seguidores(as), que marcavam colegas e elogiavam os *cards*.

Em junho, se iniciou o processo de espaçamento das postagens e de silenciamento de quem segue/curte a marcha. Neste mês, um terço dos posts se voltam ao Ocupe Estelita, num período crítico da ocupação dos armazéns, com forte ação policial contrária aos manifestantes e intensa criminalização da causa nos veículos noticiosos locais. Em julho, a alimentação da página consiste, basicamente, no compartilhamento de informações de outras páginas do Facebook ou de sites noticiosos.

Em agosto, se iniciam as postagens de indicações de leituras feministas, normalmente com viés acadêmico, em formato de artigos científicos, livros e/ou pesquisas. Tal item temático causa uma sensação de ruptura com o viés popular buscado e visibilizado no primeiro semestre.

Salta aos olhos a ausência de postagens sobre agendas importantes do/para os movimentos feministas: dia da mulher negra latinoamericana e caribenha, em julho;

visibilidade lésbica, em agosto; nenhuma menção à participação em ato local pela descriminalização do aborto, em setembro (apenas postagens compartilhadas de outros sobre o tema e fora da realidade local); assim como, nenhum registro do Dia pelo Fim da Violência Contra a Mulher, em novembro, nem dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, o qual se estende de 25 de novembro a 6 de dezembro.

Parecem explicar esse cenário: a menor atenção dada às redes pós-ato de rua; o incipiente reconhecimento do potencial político da comunicação; um processo característico dos novos movimentos sociais de politização dos sujeitos em relação à luta na luta, ou seja, a formação política acontece durante a militância; uma não declarada, porém facilmente percebida, resistência mútua ao diálogo entre os movimentos feministas mais antigos e a Marcha.

Ao longo dos três anos estudados, a marcha levantou bandeira contra casos de violência contra a mulher e de exclusão. Em 2014, foram destacados: 1) Caso Cláudia Ferreira, em março, baleada numa troca de tiros entre a Polícia Militar e traficantes do Morro da Congonha, Zona Norte do Rio de Janeiro, e levada ao hospital num porta-malas de uma viatura da PM. No trajeto, o porta-malas se abriu e a mulher foi arrastada pelo asfalto por cerca de 250 metros. Chegou morta ao hospital; 2) Caso Adelir, mulher residente em Torres, no Rio Grande do Sul, obrigada por decisão judicial a realizar uma cesárea, por pedido do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, mesmo estando em condições de saúde para aguardar o esperado parto normal. Ela foi retirada de casa pela polícia, em abril, e forçada a realizar uma cesárea; 3) Caso Daniel Alves, jogador xingado de macaco durante partida de futebol; 4) Sequestro de dezenas de meninas na Nigéria por parte de grupo extremista; 5) Caso Paloma, de vazamento de vídeos íntimos de mulheres; e 6) Caso Maria do Rosário, em que o deputado Jair Bolsonaro durante embate com a também deputada, ameaçou agredi-la fisicamente e disse que só não a estupraria porque “ela não merecia”.

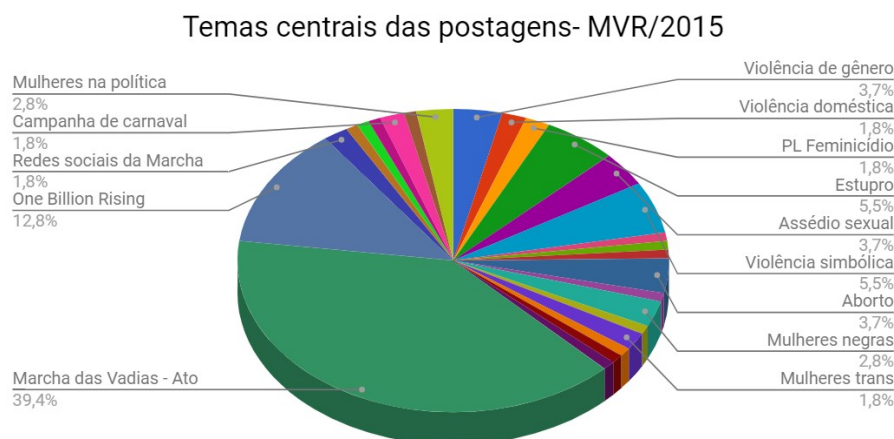
Esses dois últimos casos, corresponderam a maior parte das postagens realizadas no mês de dezembro.

### **5.2.2 A produção de conteúdo da MVR em 2015**

Em 2015, foram realizadas 199 postagens no perfil da MVR, resultando em 13.291 likes, 2.746 compartilhamentos e 1.283 comentários. Nos 12 meses do ano, 26 temas apareceram na pauta dos posts, sendo os maiores percentuais vinculados ao ato público da

Marcha das Vadias (39,4%), *One Billion Rising* (12,8%), estupro (5,5%) e violência simbólica (5,5%). Aborto e assédio sexual ficaram em quarto lugar, empatados, com 3,7% dos posts.

**Gráfico 7** – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2015



Este foi um ano de pautas espalhadas, geralmente, assentadas em debates de forte repercussão na agenda pública, com menos produção de conteúdo a partir das gestoras da página, em relação ao ano anterior, e maior número de compartilhamento de páginas de outrens. Nos dois primeiros meses, a agenda do *One Billion Rising* ganhou centralidade. Não houve campanha de carnaval, produzida desde o Coletivo. Em substituição, foram realizados compartilhamentos da página do Bloco de Carnaval “Ou Vai Ou Racha”, cuja proposta é levar às ruas a liberdade afetivo-sexual das mulheres cis e trans.

No mês de março, foi publicada uma carta sobre o 8 de Março, no entanto o enfoque maior já foi na realização do ato de rua anual da Marcha. O caso de Danilo Gentili, processado por fazer chacotas, na televisão, da enfermeira pernambucana Michele Maximino, considerada uma das maiores doadoras de leite materno do Brasil, ganhou destaque sendo a segunda temática mais abordada.

O mês de abril teve seis postagens, cada uma com uma temática diferente, todas advindas de outras páginas, e assentadas sobre notícias, casos, debates atuais. Essa descentralização temática, sem estratégia, às vezes tática, foi um retrato das ações em rede nesse ano.

Em maio, o ato da Marcha das Vadias ocupa 71,1% do espaço das postagens, seguido do assunto estupro, com 6,7% dos posts. Os debates preparatórios deste ano versaram sobre Mulheres e Desordem; Prostituição feminina; e Anti-proibicionismo. Há uma notável aproximação com ideais anárquicos e contra sistêmicos.

No mês seguinte, junho, a ação de rua continua com 70% das postagens. Durante essa edição da manifestação, houve um tumulto, envolvendo militantes e vendedores ambulantes, o qual culminou com o encerramento antecipado do ato. Das 43 publicações sobre a Marcha 2015, apenas três se referiram à confusão. Isso pode estar relacionado ao cuidado no tratamento do caso para evitar reações no ano seguinte, mas também situa o espaço da *fanpage* como área mais de difusão de informações do que de debate para a criação de estratégias e soluções para problemas.

Em julho e agosto permanece a tendência de postagens variadas e feitas por meio de compartilhamentos de outras páginas. Mais uma vez, não há referência ao Dia Latinoamericano e Carinho das Mulheres Negras, mas, diferentemente do ano anterior, citam a Visibilidade Lésbica em agosto. Apesar do aborto ser um tema presente em publicações ao longo do ano, novamente, não há nenhuma menção ao Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, nem ao tema aborto, propriamente dito, em setembro.

Outubro trouxe, de forma superficial, o tema #ForaCunha, mobilização nacional contrária ao projeto de lei nº 5069/2013, o qual dificulta o atendimento às vítimas de violência sexual. A movimentação gerou manifestações públicas em todo o país, as quais ficaram conhecidas como a Primavera das Mulheres. Esse continuou sendo o tema de uma das postagens de novembro (só foram feitas duas publicações nesse mês), que consistiu em um relato do ato de repúdio feito pelas militantes da Marcha no mesmo dia de sua realização. Novamente, não houve referência ao Dia de Enfrentamento à violência contra a mulher nem aos 16 dias de ativismo.

Dezembro não foi diferente dos outros meses: quatro temas, sendo um deles um apoio a uma chapa que concorria ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife. O assunto chama a atenção por destoar das demais temáticas e *posts* ao longo dos três anos.

Nas entrevistas, foi possível constatar que, 2015, foi um ano de muitos conflitos, rupturas e reorganizações internas do Coletivo Marcha das Vadias Recife. A comunicação do movimento foi, visivelmente, secundarizada em relação à outras demandas práticas, seguindo na contramão das estratégias desenvolvidas nos cinco primeiros meses de 2014. As postagens refletiram as discontinuidades e conflitos por meio de temporalidade, do formato das postagens e dos conteúdos publicados.

Em relação aos casos de grande repercussão social na agenda pública deste ano, elas realizaram postagens sobre o caso de Danilo Gentili, como já foi citado; as violações sofridas por Mara Rubia, a qual teve os dois olhos perfurados pelo ex-companheiro em Goiânia; de



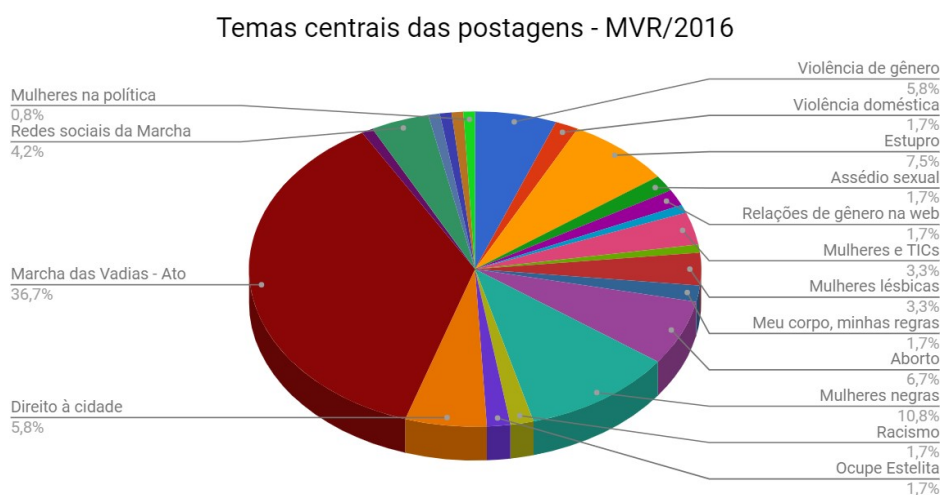
Verônica Bolini, mulher trans espancada no presídio masculino, cujas fotos com rosto deformado vazaram na internet; por Maria Alice, jovem pernambucana estuprada e assassinada pelo padrasto.

É interessante perceber que a crítica à violência simbólica, perpetrada pelos meios de comunicação se mantém presentes nas publicações e são consideradas como violações aos direitos das mulheres. Foram seis referências nesse ano e cinco no ano anterior. O olhar das novas feministas parece treinado e atento para observar as velhas práticas sexistas na comunicação social.

### 5.2.3 A produção de conteúdo da MVR em 2016

O último ano da presente análise contou com o menor número de postagens e de interações do triênio. Foram realizadas 176 postagens, as quais renderam 6.093 curtidas, 1374 compartilhamentos e 620 comentários. Todas as reações foram reduzidas pela metade se comparadas com o ano anterior. Em relação aos temas, pela primeira vez, houve um alinhamento com a agenda feminista. No total, 22 assuntos ocuparam a página. Em primeiro lugar, mais uma vez, ficou o ato de rua da Marcha das Vadias Recife (36,7%), na sequência estão: as mulheres negras (10,8%), estupro (7,5%) e aborto (6,7%).

**Gráfico 8** – Temas das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2016



Metade das postagens de janeiro foi dedicada ao posicionamento contrário ao aumento das passagens, demonstrando um encontro da pauta das mulheres com a dos direitos urbanos e nos movimentos em torno dessas causas. Assim como nos demais anos, foram poucos *posts*.

Em fevereiro, a pauta do carnaval esteve vinculada ao Bloco carnavalesco Sou Gorda Mas Eu Pulo, organizado pelo Espaço Mulher, ONG situada na comunidade de Passarinho, no Recife, a qual foi, ao longo de 2015, citada em diversas postagens vinculadas ao direito à cidade. Na localidade, é realizado o Ocupe Passarinho - uma ação em prol da melhoria das condições de vida da população, pela regularização fundiária e da ocupação de espaços públicos com atividades artísticas e culturais, algo simbólico devido ao forte tráfico de drogas na área. Isso também denota uma maior proximidade com os movimentos comunitários e de base nesse momento.

Contraditoriamente, nesse mês, a primeira publicação do período momesco é um compartilhamento da campanha de carnaval da Prefeitura da Cidade do Recife. A referência à contradição é pelo posicionamento crítico à PCR no Ocupe Estelita, Ocupe Sancho e Ocupe Passarinho, iniciativas apoiadas pela MVR, assim como, pelos discursos antissistêmicos e de descrença nos governos.

Nesse mesmo mês, o tema do aborto aparece vinculado à discussão da microcefalia. Está-se abordando um período em que Pernambuco concentrou quase  $\frac{1}{3}$  de todos os casos da síndrome registrados no país. O mal estava associado ao Zika Vírus. Muito se discutiu à época, nos movimentos de mulheres e feministas, o impacto desses números na vida das mulheres, visto que, pela cultura sexista, a economia do cuidado não-remunerado ainda pesa mais sobre os ombros femininos. Apesar da relevância do tema, ele é citado uma única vez em todo o ano. Diferentemente dos anos anteriores, apenas uma postagem abordou o *One Billion Rising*.

Em março, a *fanpage* da Marcha anuncia sua participação em um ato unificado com outros movimentos feministas tradicionais. A postagem não convidou as(os) seguidoras(os)/curtidoras(es) a participar, na verdade, já mostrou a participação do coletivo nas ações. Nesse mês, utilizam pela primeira vez a expressão “afeminadas”. Esse dado é de grande relevância, pois amplia os sujeitos políticos da causa, integrando os gays na pauta do movimento.

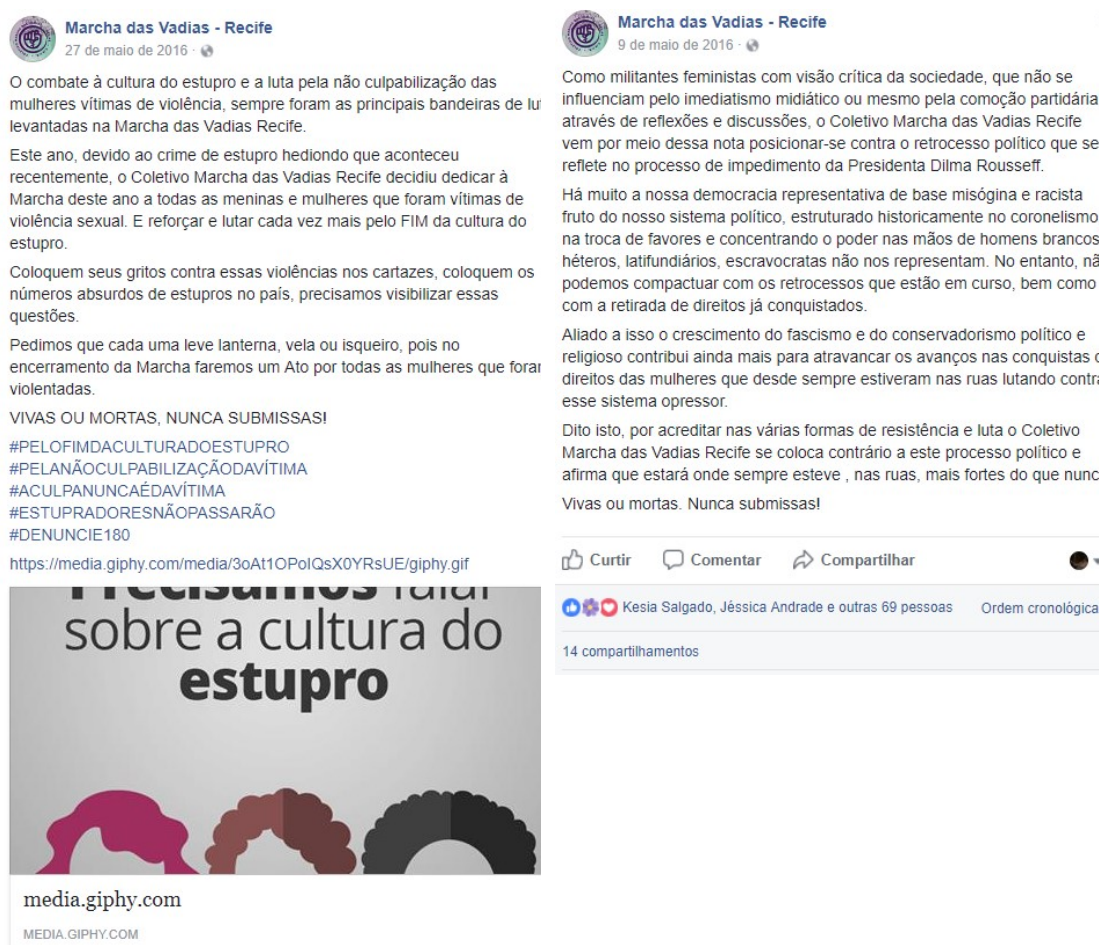
A única publicação de abril é a primeira convocatória para a Marcha 2016. Na ocasião, se referem aos “corpos afeminados”, reafirmando seu posicionamento político e, como é de costume, levantaram os números de reações de seguidoras(es) e curtidoras(es).

Em maio, 85,7% dos *posts* tiveram o ato da Marcha como tema central. Os debates preparatórios foram sobre: branquitude e privilégios; aborto; mulheres lésbicas; feminismo e relações interpessoais. Neste mês, um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro ganhou

repercussão nacional. Uma jovem foi violentada por cerca de 30 homens. O espaço dedicado ao tema no perfil da MVR foi pequeno: duas postagens. No entanto, o episódio foi um visível catalisador de apoios e de participação no ato público. De fato, o evento foi a maior ação que acompanhamos *in loco* nos três anos e, diversas vezes, durante a manifestação, foram verbalizadas palavras de ordem em referência ao caso.

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi citado pela primeira vez, em maio, por meio de uma carta, na qual repudiam a perseguição em curso com nítido recorte de gênero. Paradoxalmente, apesar o tensionamento midiático e do grave processo em curso, cuja protagonista foi a primeira presidenta do país, só foram realizadas duas postagens sobre o assunto. A segunda no mês em que foi afastada do poder, agosto.

**Figura 5** – Postagens da Marcha no mês de maio/2016



Mais de 70% das publicações da *fanpage* em junho ainda são sobre a Marcha das Vadias 2016, um aparente reflexo da força do ato de rua desta edição.

Diferentemente dos demais anos, a agenda de postagens da MVR no segundo semestre se alinhou à agenda dos movimentos feministas. Em julho, a temática das mulheres negras ganha força (28,6% dos posts); em agosto, a visibilidade lésbica correspondeu a 27,3% das postagens; e, em setembro, o aborto foi a temática central de 38,5% das publicações. Esse último tema foi abordado de forma colada ao movimento #ForaTemer e #ViverSemTemer nas redes sociais digitais.

Nesse mês, o coletivo também publicou um posicionamento sobre as eleições em curso, declarando não apoiar nenhuma campanha político-partidária. A declaração é oportuna e coerente visto que, pelo menos uma das integrantes do coletivo trabalha em função comissionada em uma gestão pública e, que, como sujeitos políticos, individualmente, se posicionavam politicamente em redes sociais. Além disso, tanto a Secretaria da Mulher do Recife quanto a Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco apoiam o *One Billion Rising*. Por dois anos, 2014 e 2015, o evento saiu no mesmo dia do Bloco de Carnaval Nem Com Uma Flor, organizado pelo órgão municipal de política para mulheres do Recife, sendo sua culminância o encontro com o ato da Marcha. Obviamente, a nota assume a responsabilidade por ressaltar o caráter apartidário do movimento, diante da possibilidade de uso de imagens em campanhas eleitorais.

O encontro das Blogueiras Negras, coletivo parceiro da MVR, eleva o número de pautas vinculadas às mulheres negras (33,4% do total de posts) em outubro. A adesão ao movimento internacional #NiUnaAMenos, o qual movimentou as redes sociais num chamado pelo fim da violência contra a mulher, fez com que 20% das publicações se ocupassem do assunto. Vale lembrar que o movimento se iniciou na Argentina, após uma série de assassinatos de mulheres em pontos diferentes do país, incluindo a brutal violação de Lucía Pérez, jovem de 16 anos, drogada, estuprada e empalada.

Em novembro, pela primeira vez nos três anos, a pauta das mulheres negras e violência contra a mulher se encontraram nitidamente. Além de postagens sobre a consciência negra, um ato unificado dos movimentos feministas em Pernambuco, a Jornada Feminista de Combate ao Racismo e a Violência contra a Mulher elevou a publicação de *posts* sobre mulheres negras - 70% das publicações do mês foram sobre elas.

Negritude e estupro, que foram dois dos temas mais abordados nas postagens do ano, também foram a tônica dos casos de violência que trouxeram ao debate com a sua rede de seguidores: o da jovem carioca, já explicitado anteriormente, e o do adolescente negro Mário Andrade, de 14 anos, assassinado a tiros à luz do dia por um policial militar no bairro do

Ibura, Zona Sul do Recife, após bater, sem querer, com a sua bicicleta na moto do PM. É interessante notar que, mesmo tendo um direcionamento específico para as mulheres, os temas de racismo, como foi o caso de Daniel Alves, em 2015, partiram de situações envolvendo homens e deram margem para a abertura de um leque temático maior, no qual se incluem as mulheres negras.

Em dezembro, a maior parte dos *posts* foram de atos e atividades realizadas por instituições/pessoas parceiras da Marcha. Para tal, criaram uma *hashtag* #VaciasConvidam. Foi possível identificar que o uso dessa *hashtag* ajudou a organizar o conjunto de indicações de eventos, apoiados diretamente pelo CMVR ou do qual participavam, num visível movimento de amadurecimento das suas estratégias de comunicação para as redes sociais, o qual detalharemos mais adiante, ao analisar comparativamente, os usos do perfil nos três anos. Antes, nos deteremos no formato das postagens e nas interações com seguidores/as.

### 5.3 FORMATOS DAS POSTAGENS E INTERAÇÕES COM SEGUIDORES(AS) E CURTIDORES(AS)

No Facebook, não basta ter um bom conteúdo para apresentar, é preciso uni-lo a escolha adequada do formato das postagens. Existem basicamente cinco tipos de postagens: 1) o status, que geralmente se constitui em um texto, o qual responde à pergunta básica feicebuquiana “No que você está pensando?”; 2) foto, imagem carregada a partir do seu perfil; 3) vídeo, audiovisual carregado a partir do seu perfil/*fanpage*; 4) *links*, endereçamento a um conteúdo fora do site do Facebook ou de páginas da própria; 5) eventos, criação e manutenção de páginas de eventos vinculadas a *fanpage*/perfil pessoal.

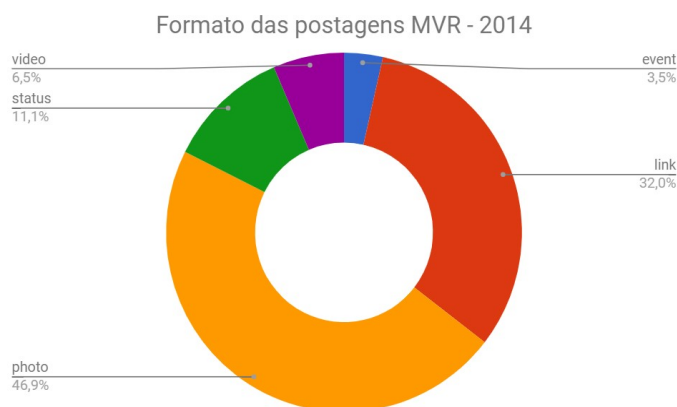
Como a rede virtual do Facebook preza pela manutenção do seu público dentro dela, sua programação prioriza postagens a partir das páginas dos usuários na própria rede e as quais não retirem esse usuário do site. Assim, o *upload* de um vídeo a partir do perfil/*fanpage* tem maior potencial de alcance do que um *link* de vídeo do Youtube, por exemplo.

É pertinente lembrar que existem duas formas de engajamento nesse espaço, o impulsionado (postagens pagas) e o orgânico (postagens não pagas). A Marcha das Vacias Recife fez uso, ao longo dos três anos, da segunda opção, na qual a política de interesses dos usuários prevalece. O Facebook, para manter seus inscritos na rede o maior tempo possível, oferta no *feed* de notícias dos usuários a visualização dos temas/páginas com as quais cada um mais interage. Portanto, quanto maior o potencial de despertar interesse e de manter acessos

constantes à *fanpage*, maior o potencial de alcance. Assim, o formato dos *posts*, a construção discursiva empregada, a periodicidade e seus conteúdos são fatores definidores do alcance das mensagens.

No primeiro ano analisado, o formato mais empregado foi o de fotos (46,9%), que, em geral, estavam acompanhadas de textos, seguido de *links* (32%), *status* (11,1%) e com pouco uso de vídeos (6,5%) e eventos (3,5%). Em relação a esse último, é oportuno destacar que se referem, na maioria, às ações promovidas próprias do CMVR, ou seja, o *One Billion Rising*, seus ensaios preparatórios, o ato de rua da Marcha das Vadias e os debates preparatórios.

**Gráfico 9** – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2014



Há uma notória mudança de estilo de postagem e de linguagem entre o primeiro e o segundo semestre de 2014. Entre janeiro e junho, foram produzidos *cards* com assinaturas da Marcha e do CMVR e mesmo os *links*/vídeos compartilhados apresentavam uma vinculação temática e imagética mais próxima ao cotidiano das mulheres pernambucanas e populares, com nítido recorte para a juventude.

A produção dos materiais esfria a partir de julho. Em substituição há um aumento considerável do compartilhamento de *links* de páginas externas ao Facebook e de postagens de outros da rede. Evidentemente, é simpático e generoso compartilhar produtos de outros usuários da rede, no entanto, o excesso causa um efeito de invisibilidade da voz do sujeito que, num *mass self communication*, deveria/poderia estar se colocando. As indicações de leituras feministas que vieram no bojo do compartilhamento dos *links*, algumas vezes sem nenhuma contextualização do conteúdo do material, correlacionando com a importância da sua leitura, correspondem a um processo, que veio à tona nas entrevistas, de formação continuada das próprias integrantes.

Interinamente, o Coletivo da Marcha realiza encontros para estudo e debates temáticos. A mudança de integrantes do CMVR aparenta ter impactado no enquadramento dos conteúdos dessas leituras e nas postagens. Uma das entrevistadas afirmou que, “com a chegada de novas mulheres mais escolarizadas e com vivência em outros movimentos, começou a rolar um processo de centralização das decisões. As mulheres pretas, periféricas e mães começaram a se sentir excluídas dos espaços de decisão e de condução, aí foram se afastando”. (M.L., entrevista concedida à autora, 2017)

Salienta-se aqui que não é intenção desta pesquisa criticar a organização dos movimentos analisados. Pelo contrário, partimos do pressuposto da sua urgência e validade. Possíveis contradições postas entre discurso e prática, inerentes à condição de sujeitos diversos em realidades complexas, são importantes para entender o desenvolvimento das ações de comunicação, assim como, os desdobramentos da causa. Foi notório que as tensões existem na mesma proporção da busca pela horizontalidade. Aliás, é justamente a horizontalidade que abre caminho para um debate onde as divergências emergem e isso é saudável. No contexto de igualdade das condições de fala, previsto nas relações horizontais, sujeitos diferentes expõem as suas ideias e tentam convencer os demais sobre a validade dos seus pressupostos e nisso não há qualquer problema. Problemas só existirão se o pressuposto da construção de um consenso necessário para a tomada de ação atropelar o protagonismo de fala, posicionamento e representação de um sujeito ou de um grupo de sujeitos integrante do coletivo. Aí, evidentemente, haverá contradições entre discurso e prática política que devem ser reavaliados pelos próprios ativistas.

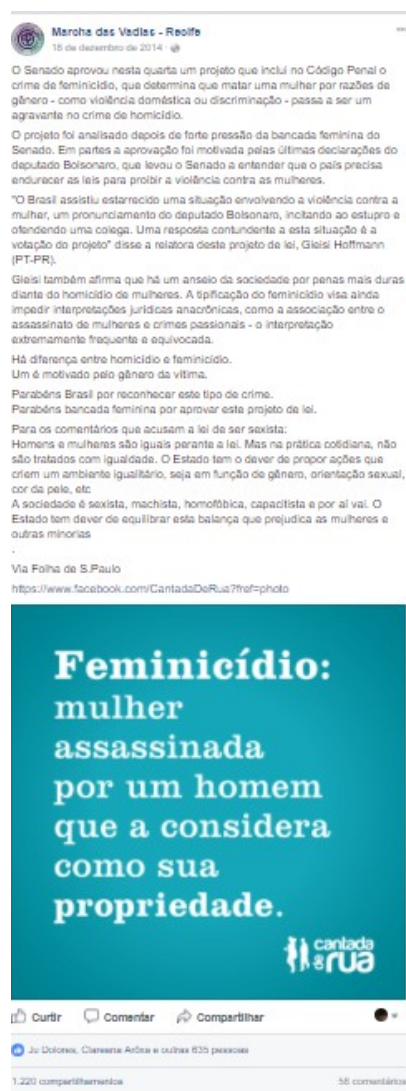
Como a toda ação corresponde uma reação, a incidência da Marcha também foi alvo de boicotes. Em 2014, as duas postagens com maior engajamento, ou seja, maior número de reações (curtidas, comentários, compartilhamentos), foram sobre o projeto de lei do feminicídio que qualifica o assassinato de mulheres, tornando a prática um crime hediondo e uma crítica à Igreja Católica pelo apoio aos padres denunciados como pedófilos. O primeiro, publicado em 18 de dezembro de 2014, em formato de texto com um *link*, teve 1.989 reações, sendo o *post* com maior engajamento dos três anos analisados. O segundo, publicado em 19 de fevereiro de 2014, em formato de foto, acompanhada de texto, catalisou 579 reações. No primeiro caso, a maior parte dos comentários foram realizados por homens contrários ao posicionamento da Marcha e, muitos, envolvendo discursos de ódio contra mulheres e/ou as militantes diretamente, muito similares aos dos chamados *haters*.

As reações nas redes sociais virtuais desnudam o contexto sociocultural e político



onde se desenvolvem. Nos dois casos a mobilização em torno das postagens se deram menos pelo formato e mais, pelo tema central abordado. No caso da Marcha, um movimento de cunho identitário bem demarcado, as reações também têm a ver com a política de identidades que organizam as relações de poder hegemônicas. O tema da religião, num país culturalmente cristão ainda que legalmente laico, e da culpabilização dos agressores de mulheres - sendo imprescindível destacar que, no Brasil, até 2005, a violência contra a mulher era considerada um crime de menor potencial ofensivo, desde que não resultasse em sua morte - ativaram as reações de silenciamento contra as militantes.

**Figura 6 – Primeira postagem da MVR com maior engajamento - 2014**



**Figura 7 – Segunda postagem da MVR com maior engajamento - 2014**



Os dispositivos de silenciamento são diversos, no entanto, se esboçam, nesse retrato



da pesquisa, de forma marcadamente violenta, sendo os argumentos de discordância apresentados juntamente com uma das maiores marcas do patriarcado, a desvalidação do lugar de fala da mulher, inclusive com xingamentos. É importante destacar as manifestações de misoginia direcionadas às mulheres do governo Dilma, em especial no caso da aprovação do Projeto de Lei do feminicídio.

**Figura 8 – Comentários silenciadores**



Na publicação sobre a Igreja Católica, poucos se posicionaram defendendo a instituição religiosa. Uma brecha simbólica da produção dessa postagem foi a fonte, a Folha Universal, cuja realização é de responsabilidade da Igreja Universal do Reino de Deus. O posicionamento ideológico do jornal foi o principal argumento de desconsideração da postagem. Mas a maior parte dos comentários foram de descontentamento com o enunciado da liderança religiosa.

**Figura 9** – Comentários na postagem envolvendo a Igreja Católica



Desde esses fatos, foi possível observar que a administração da página da Marcha não respondeu aos comentários provocadores ou tensionadores que apareceram. No entanto, as integrantes do CMVR e algumas militantes utilizaram seus perfis pessoais para rebater as críticas e responder perguntas. Tal dinâmica é interessante pois, ainda que não tenha sido uma estratégia propriamente dita nesse primeiro momento analisado, ativou uma energia coletiva de defesa da causa, a qual parece não prescindir da MVR para falar por si. A dinâmica da luta sem lideranças, onde cada um(a) é responsável pela causa, se ressaltava nesses momentos e em outros, sobre os quais discorreremos mais adiante.

O terceiro *post* com maior engajamento (575 reações) foi publicado em formato de fotografia com texto curto e objetivo. O tema foi o estupro e a desmitificação de suas causas. Esse tipo de publicação se mostrou com alto potencial de compartilhamento ao longo dos três anos. Esse é um ponto de consenso entre as(os) seguidoras(es) da Marcha, a bandeira pelo enfrentamento da violência sexual contra a mulher. A quarta publicação com maior número de reações (456), segue na linha: se trata do apoio à Paloma, jovem que teve imagens íntimas vazadas na internet pelo ex-parceiro.

A carta política de apresentação da Marcha 2014 foi a quinta postagem com maior índice de engajamento (404 reações). A publicação contou com texto de cunho empoderador e crítico, *card* assinado pela Marcha, *hashtag* e com marcação de mais de 40 perfis, o que potencializa seu alcance, visto que oportuniza nós com redes de relacionamento semelhantes ao do público já seguidor da MVR. Mais adiante, esse tipo de conteúdo ascende em relevância na página.

**Figura 10** – Terceira postagem com maior índice de engajamento em 2014



**Figura 11** – Quarta postagem com maior índice de engajamento em 2014



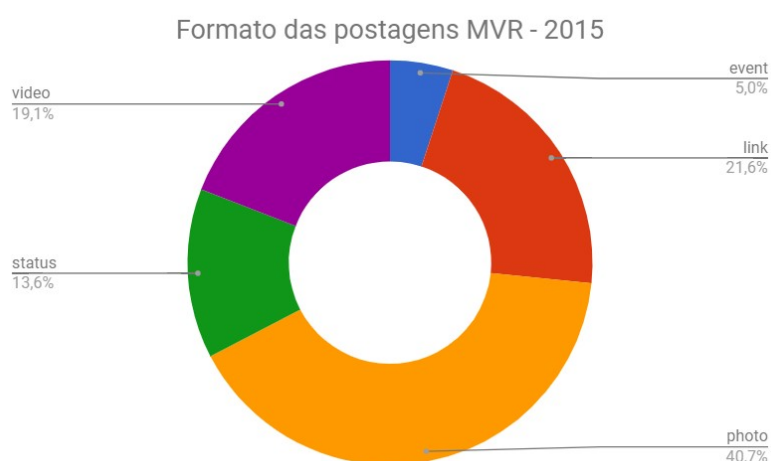
**Figura 12** – Quinta postagem com maior índice de engajamento em 2014



No ano seguinte, 2015, as postagens em formato de foto e *links* se mantiveram como as principais opções, correspondendo, respectivamente, a 40,7% e 21,6% das publicações.

Aumentaram as produções de conteúdo em páginas de eventos (5%) e triplicaram em vídeo (19%). Os textos (*status*) se mantiveram em proporcionalidade em relação ao ano anterior com 13%. As campanhas do *One Billion Rising* e do ato de rua da Marcha passam a adotar a linguagem audiovisual como meio de sensibilizar e atrair mulheres para a causa.

**Gráfico 10** – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2015



A publicação com maior potencial de engajamento de 2015 foi uma das primeiras do ano. Foi um poema, escrito por uma militante, que causou muita comoção e empatia, passíveis de visualização nos comentários. Novamente, o tema do enfrentamento da violência contra a mulher principalmente apresentado de forma multifacetada, em espaços comuns e cotidianos, aparece como um forte aglutinador de cunho identitário, o qual alcança de forma especial as mulheres, como se pode observar na figura abaixo.



Figuras 13 – Primeira postagem da MVR com maior engajamento em 2015

**Marcha das Vadias - Recife**  
26 de junho de 2015 · 🌐

Eu hoje sou Maria Alice, estuprada e morta por seu padrasto.  
Ontem eu fui Gisele, estuprada pelo seu namorado.  
Semana passada fui Amanda, espancada e morta pelo seu marido com tiros no rosto.  
Mês passado fui Cintia, espancada pelo meu pai por ser lésbica.  
6 meses atrás fui Bruna, assediada na rua por vários homens desconhecidos e mais ainda pelos conhecidos.  
1 ano atrás fui Cláudia, arrastada pelo carro da polícia.  
2 anos atrás fui Maria José, que com 4 filhos, engravidei e tentei abortar, mas sem dinheiro recorri a um "açougue" e acabei morrendo porque o procedimento foi feito de forma violenta e sem preparos médicos.  
3 anos atrás fui Elisa Samúdio, espancada, morta e dada como comida de cachorros por seu ex namorado e amigos.  
15 anos atrás fui Severina, estuprada desde os 11 anos de idade pelo seu pai com quem teve 4 filhos.  
Todos os dias de nossas vidas, sendo eu menina ou mulher, desde que nascemos ( ou nos reconhecemos como tal), vivemos acobertadas pelo manto do medo.  
Todos os dias somos usadas pelo patriarcado para que o sistema de violência não acabe nunca e eles continuem em seus privilégios.  
Todos os dias somos humilhadas, violentadas, estupradas, mortas, para os machistas mostrarem que ainda tem e muito poder.  
Todos os dias, rezamos para não sermos mais uma na estatística, para que nossas filhas, mães, irmãs, amigas e desconhecidas não sejam mais uma nas estatísticas.  
Todos os dias entramos em um campo de batalha "invisível", sem armas. Ainda somos queimadas na fogueira do machismo.  
Eles que decidem se vamos viver até os 2,5,15,19,30,50 anos.  
Não estamos livres, não somos donas de nossos corpos, de nossas vidas, de nossas mentes.  
A inquisição ainda não acabou, o colonialismo e a escravidão ainda se fazem valer no nosso presente de 2015.  
Por Kesia Salgado

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

👤 Laís Ferreira, Paula Viana e outras 948 pessoas    ⚙️ Ordem cronológica

383 compartilhamentos    29 comentários

---

... Senti falta de Laura Vermont no texto... Essa moça foi a vítima 71 deste ano na conta da Polícia e da Transfobia, que é mais um sintoma e consequência do patriarcado... 🙄

Curtir · Responder · 23 · 26 de junho de 2015 às 11:52 · Editado

**Marcha das Vadias - Recife** São tantas que a gente nem consegue citar.  
Mas sim, as mulheres trans são brutalmente violentadas e mortas, TODOS OS DIAS.  
Ser mulher, por si só, já configura grande vulnerabilidade.  
É um medo constante. É desesperador.  
Curtir · Responder · 35 · 26 de junho de 2015 às 11:59

👉 Ver mais 1 resposta

... Oi Pérola, fui eu quem escreveu o texto.  
Não me sinto com direito de fala para me "por" na violência que mulheres trans sofrem, embora no texto tente inserir a a transmisoginia que elas sofrem.  
Laura, Lorena, Veronica e tantas outras mulheres trans também e infelizmente estão sendo dizimadas pelo patriarcado.... Ver mais

Curtir · Responder · 1 · 26 de junho de 2015 às 12:31

... Esse mês uma amiga da luta feminista sofreu uma tentativa de abuso, voltando para casa em João Pessoa, fico a pensar meu deus qualquer momento isso pode ser comigo, mulheres unidas assim seremos fortes !!

Curtir · Responder · 10 · 26 de junho de 2015 às 12:14

... Brenda Freire

Curtir · Responder · 1 · 26 de junho de 2015 às 12:17

... Lorena

Curtir · Responder · 1 · 26 de junho de 2015 às 12:38

... Matheus Moraes Adjane Moraes

Curtir · Responder · 26 de junho de 2015 às 13:18

... Andreza

Curtir · Responder · 1 · 26 de junho de 2015 às 13:37

👉 2 Respostas

... Gente, essa semana fui comprar pão e ao entrar na rua da minha casa, um carro da polícia do meu bairro, passou devagar acompanhando os meus passos e buzinando. Se a polícia a quem nos deve respeitar e proteger, age assim, o que dirá dos outros?

Curtir · Responder · 16 · 26 de junho de 2015 às 13:40 · Editado

... Aconteceu o mesmo comigo essa semana!

Curtir · Responder · 2 · 26 de junho de 2015 às 16:37

As demais quatro postagens com maior índice engajamento estão vinculadas diretamente ao ato da Marcha das Vadias, demonstrando o interesse dos usuários e também o momento de maior atenção à produção de conteúdos da *fanpage*. Em ordem decrescente de reações estão: um *banner* de convocação para a Marcha das Vadias, de 2015, no qual dezenas de pessoas marcam amigas(os) e festejam mais um ano de ato (756 reações); uma foto com nota, repudiando a violência ocorrida durante a manifestação no centro do Recife, quando vendedores ambulantes tentaram assediar participantes da Marcha e houve reação, findando em um grande tumulto (556 reações); uma foto com texto confirmando a realização da Marcha após checagem da previsão meteorológica (454 reações), na qual dezenas de pessoas, novamente, marcam colegas e confirmam presença; foto tipo *banner* da Marcha, em que a protagonista é uma mulher trans, com texto reafirmando o posicionamento político do movimento de inclusão das mulheres trans como sujeitos políticos de sua ação (437 reações).

**Figura 14** – Segunda postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015



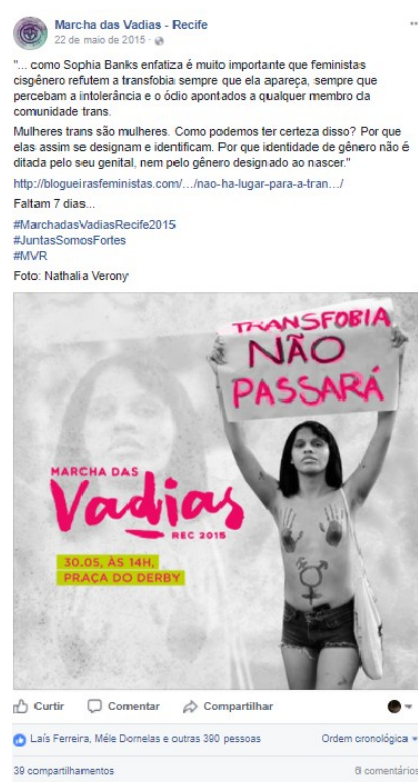
**Figura 16** – Quarta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015



**Figura 15** – Terceira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015



**Figura 17** – Quinta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2015



Um fato chamou a atenção no tratamento dos dados coletados pelo NetVizz: ainda que não apareça como um dos *posts* com maior engajamento, a publicação que contou com maior número de comentários deste ano também se constituiu em um ataque *hater* à página da Marcha. No dia 20 de julho, elas repudiaram a letra de uma música intitulada *Olinda Lost*, dos MCs Hebert e Mazili Beats, por entenderem que a mesma incitava a prática da violência sexual contra as mulheres e corroborava com o imaginário de culpabilização das vítimas. Os fãs e seguidores da banda reagiram após os comentários em sua página de um dos MCs.

**Figura 18** – Ataque *hater* (Caso *Olinda Lost*)



O resultado foi uma reação repleta de manifestações de ódio, xingamentos e tentativas de silenciamento. A quase totalidade dos mais de 200 comentários eram ofensivos ao movimento e o recurso da ironia e *gaslighting*<sup>25</sup> girava em torno, mais uma vez, do nível intelectual das militantes, assim como, tratavam jocosamente a crítica de incitação ao estupro. A maior parte dos comentários advieram de homens, no entanto, mulheres também se colocaram contra a Marcha. Curiosamente, mais uma vez, foi possível identificar a associação da Marcha com o Partido dos Trabalhadores.

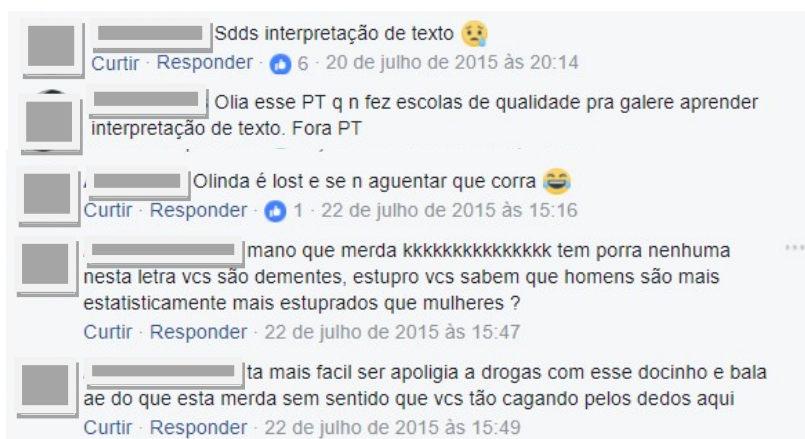
Indo mais além das colorações partidárias, é sintomático perceber como as manifestações de ódio aos direitos das mulheres têm sido acompanhadas da desvalidação de

<sup>25</sup> Recurso discursivo e de violência simbólica, no qual a fala de alguém é desmerecida, sendo associada à loucura, burrice, ingenuidade etc.



sua capacidade de participação política como agente ativa, a exemplo do que foi dito sobre Dilma Rouseff e sua ministra, no *post* do PL do Feminicídio, bem como, de associação de qualquer luta emancipadora às esquerdas e ao PT. Paradoxalmente, isso veio de um movimento cultural, teoricamente, contra-hegemônico.

**Figura 19** – Comentários do ataque *hater* (Caso Olinda Lost)



Mais uma vez, a administração da página não se manifestou. Coube, então, às militantes responderem a partir dos seus perfis individuais e, consequentemente, entrarem na discussão com os *haters*. Salienta-se ainda que foram quatro dias consecutivos de reações nesta postagem.

O relatório *Violências de gênero na Internet: diagnóstico, soluções e desafios*, elaborado pelo Coding Rigts e InternetLab, em parceria com a Organização das Nações Unidas, e divulgado em 2017, destaca o aumento, paralelamente à entrada de mais pessoas no ciberespaço, dos casos de violência contra as mulheres na rede mundial de computadores. A maré conservadora se amplia, ao lado das iniciativas de coletivos e segmentos sociais historicamente excluídos que também têm buscado na internet espaço de vocalização de suas causas políticas, de organização e incidência. Nisso se incluem diversos blogs e páginas feministas.

Como resposta a esta tendência, também temos notado uma crescente investida de grupos conservadores em ataques através de discursos de ódio em páginas de redes sociais, ataques a blogs e a perfis individuais em sites de mensagens instantâneas. Alguns dos principais assuntos estão comumente relacionados a questões de raça, gênero e sexualidade. Tais páginas usam imagens e textos que humilham, violam direitos, ferem e distorcem informações sobre mulheres, negros e população LGBTQI. Entendemos que

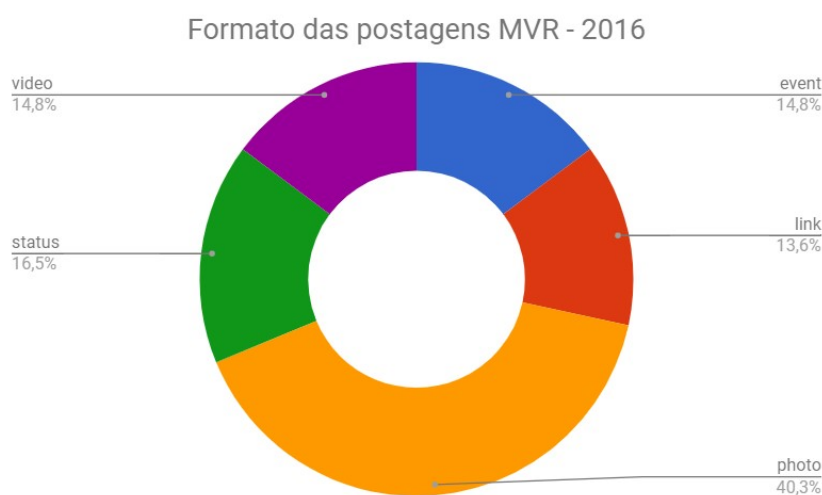


esses ataques são coordenados, organizados e têm objetivos concretos quando direcionados a mulheres, principalmente a ativistas e militantes dos movimentos. (CODING RIGHTS; INTERNETLAB, 2017, p. 11-12)

Tal processo ilustra os novos desafios que estão postos aos direitos humanos na internet. Mais adiante retornaremos ao assunto.

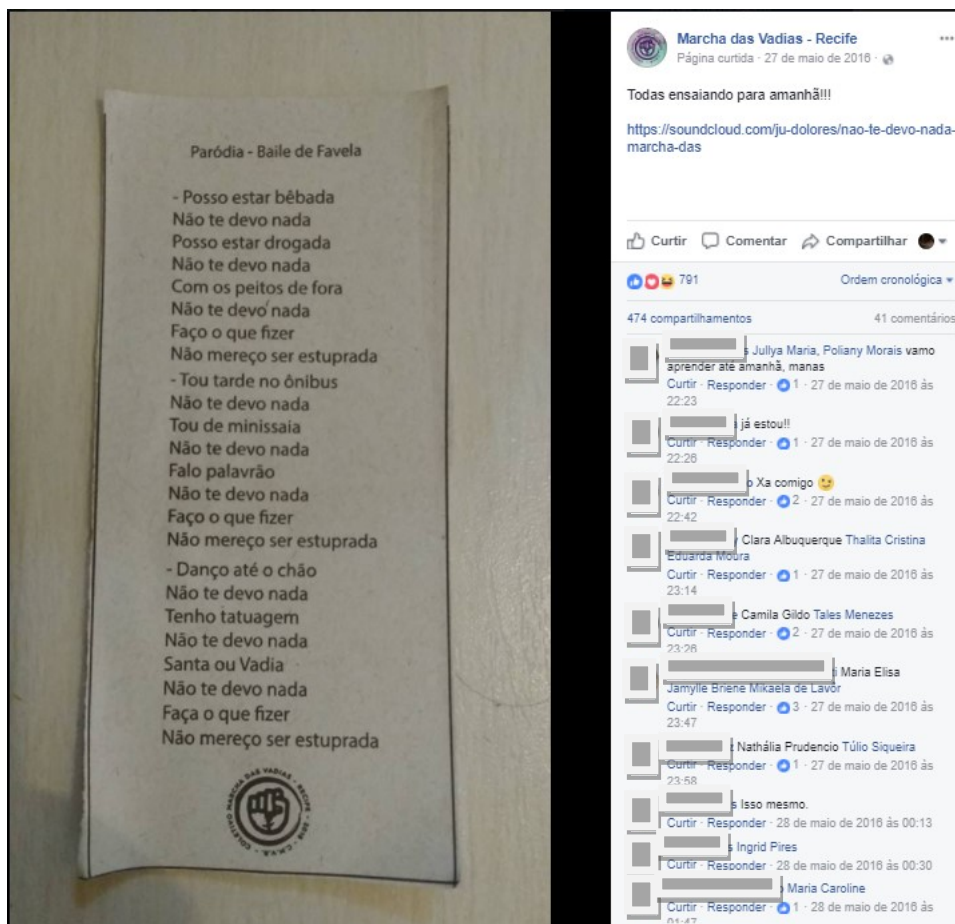
Em 2016, as fotos se mantiveram como o formato majoritário das publicações (40,3%), seguido de *status* (16,5%), vídeos (14,8%), eventos (14,8%) – que tiveram o maior incremento enquanto ferramenta de articulação dos três anos estudados -, e por fim, os *links* (13,6%). Os dados apontam para uma diminuição no número de postagens, ao mesmo tempo em que demonstram uma melhor distribuição de formatos, diversificando a apresentação dos seus conteúdos.

**Gráfico 11** – Formato das postagens da Marcha das Vadias Recife em 2016



Uma marca das postagens neste ano foi a leveza e a tentativa de inovar criando *hashtags* como #VadiasConvidam e dando um foco especial às iniciativas de cunho cultural de mulheres MCs e de canais no youtube de militantes como a Beca com C. Consequentemente, não poderia ser diferente, a postagem mais engajadora ter sido a paródia do baile da favela – um dos hinos dos atos de rua, com 1.328 reações.

**Figura 20** – Primeira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016



O segundo *post* que gerou maior engajamento foi a divulgação em formato de imagem da programação da Marcha das Vadias 2016 (426 reações). Assim como dos demais anos, o espaço dos comentários é ocupado por marcações, convites a amigas(os) e confirmações de presença. A terceira publicação com mais reações (359) foi uma imagem de Frida Khalo, acompanhada de um artigo de militante sobre as diversas formas de violência contra a mulher e a urgência do feminismo como ideologia e prática política. Tal material é similar à postagem mais engajadora do ano anterior, na qual cenas cotidianas de sexismo eram apresentadas como forma de gerar empatia e justificar a luta em prol dos direitos das mulheres.

**Figura 21** – Segunda postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016

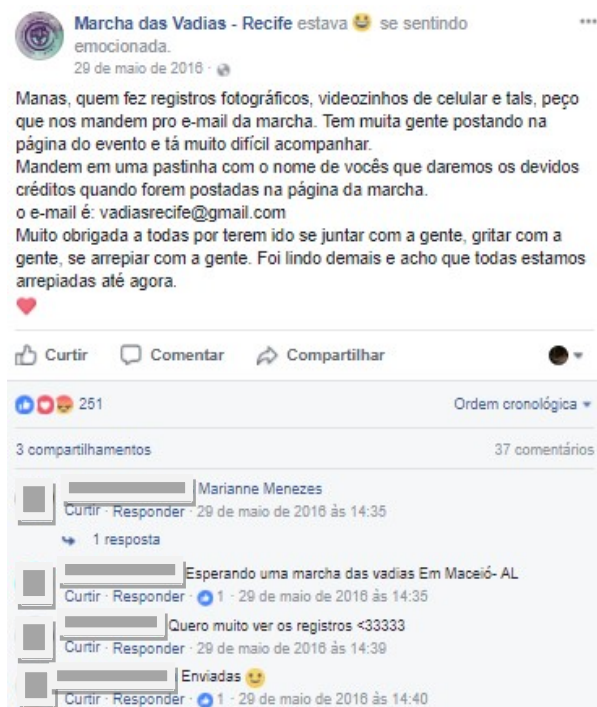


**Figura 22** – Terceira postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016



A quarta (332 reações) e a quinta (285 reações) postagens do ano com maior índice de engajamento têm a ver diretamente com o potencial de energia participativa envolvida diretamente na Marcha das Vadias. As publicações têm a ver com os pedidos de apoio no registro de imagens e envio dessas para o CMVR. A linha do tempo da *fanpage*, durante alguns dias antecedentes ao ato de rua da marcha e posteriores a ela, têm uma função de mural de recados impressionante. A cultura colaborativa é potencializada nas marcações de usuários e nas respostas. Mais uma vez também, chama a atenção, a quase total ausência de reações da administração da página aos comentários.

**Figura 23** – Quarta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016



**Figura 24** – Quinta postagem da MVR com maior índice de engajamento em 2016



## 5.4 OS OUTROS NÓS: AS REDES TECIDAS COM SUJEITOS COLETIVOS NO FACEBOOK

Como já se abordou, as redes ou a capacidade de formar redes é sinônimo de poder na sociedade em que vivemos. Nos ambientes digitais, a rede é tecida por nós e arestas. Cada nó corresponde a um ser (pessoas, grupos ou entidades de diversas naturezas) que interfere diretamente no seu formato e nos seus fluxos de comunicação. Em sites como o Facebook, que aglutinam sujeitos por interesses e experiências comuns, entender quem compõe a rede da Marcha é compreender, pelo menos em parte, a política de identidades estabelecida e suas dinâmicas, as quais, em redes virtuais, são ainda mais fluidas. Tudo isso se constitui em uma energia política, potencializadora de ações de incidência em prol de direitos.

Majoritariamente, a rede da Marcha é composta por perfis pessoais de indivíduos, na sua maioria mulheres. São esses nós que mais interagem com as postagens, reagindo de diversas formas e, aparentemente, são o principal foco ou destinatários das produções da MVR. A cibercultura, associada a cultura de participação, impulsiona o protagonismo

individual. Os *mass self communications* se apresentam como os mediadores prioritários das comunicações e sociabilidades no ciberespaço, em especial após o advento da web 2.0.

O Facebook, pela sua política de privacidade, não possibilita a extração de dados por outrem das interações de perfis pessoais no site. Tal barreira findou por direcionar esta pesquisa para as interações com outras *fanpages*, cujos achados são interessantes. A página aqui analisada se enquadra como uma comunidade. O site do Facebook associa as comunidades a “causas”, ou seja, se constituem em espaços aglutinadores de indivíduos em torno de um assunto, de qualquer natureza, que os mobilize. Assim, são outras comunidades (52%) os principais nós de interação com a *fanpage* da MVR, seguidos ao longe pelas organizações não governamentais (8,4%), por páginas sociais e culturais (5,6%), e outros, como será possível visualizar na figura 28.

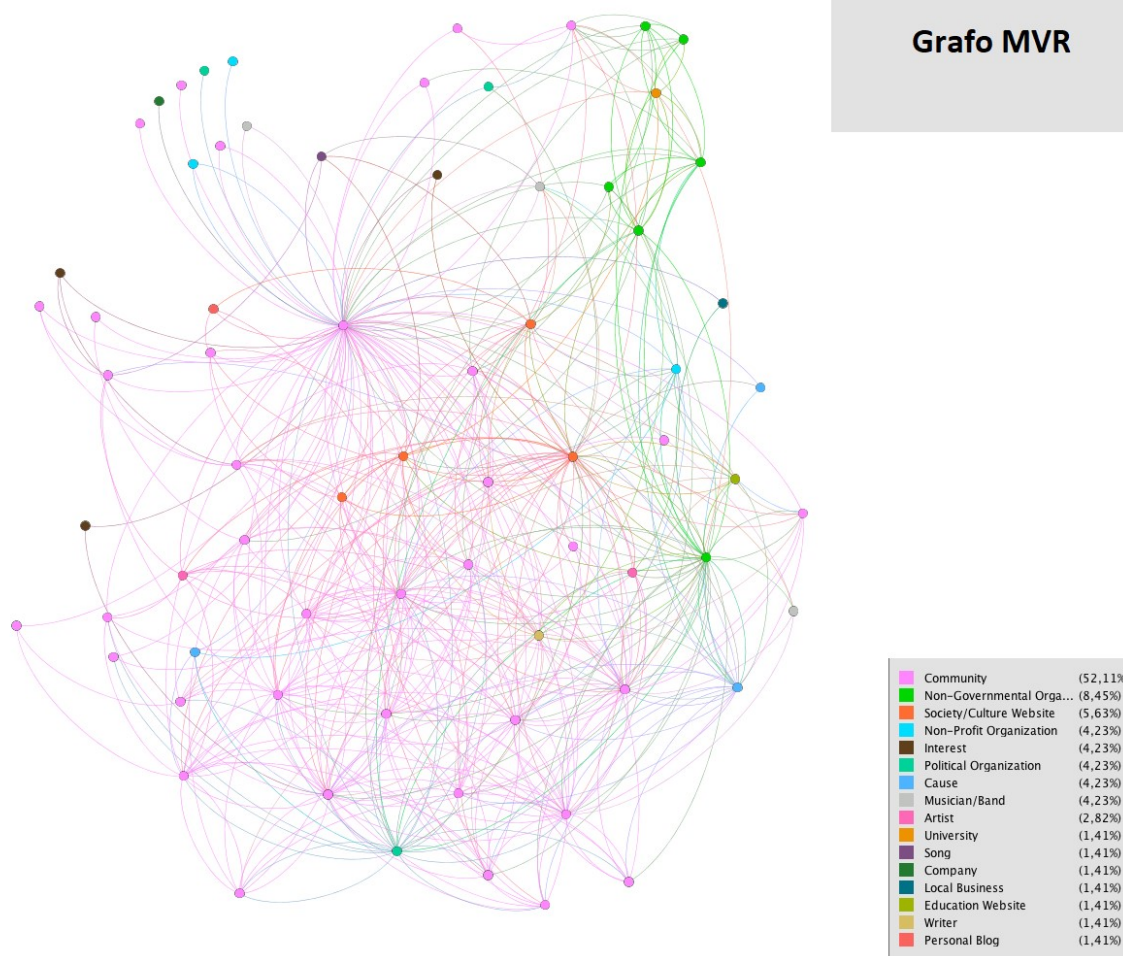
O grafo a seguir reafirma a vinculação do movimento a causas políticas mais do que as instituições em torno destas causas. Por outro lado, visibiliza uma tensão, ainda não resolvida, entre novos e tradicionais movimentos sociais. Ou melhor, uma tensão na relação entre tecnologia e incidência política de/entre novos e tradicionais movimentos feministas. Foi possível, por meio da etnografia de rede e do diário etnográfico, perceber que diversas lideranças de ONGs feministas participavam ativamente nos comentários e compartilhamentos de postagens da Marcha a partir de seus perfis pessoais. Algumas destas entidades não dispunham de *fanpages*, é fato, mas outras sim, e essas entidades interagiram pouco por meio de suas *fanpages*.

É pertinente registrar que a tecnologia se insere de forma tardia na agenda feminista. As convenções internacionais somente alardeiam a urgência da pauta no início da década de 1990. Nos países que integram o Sul Global, a persistência de velhos problemas e desigualdades indispensáveis à manutenção básica da vida parecem atrasar a incorporação da temática de comunicação e TIC por parte dos movimentos tradicionais, incluindo os de mulheres e feministas.

Passadas duas décadas, o movimento das mulheres e as feministas só agora parecem estar prestando atenção ao tema. Não é apenas um problema de competências tecnológicas o que está em jogo numa política feminista para as TIC's, mas sim, de entender o alcance político e social da cultura digital e do entorno tecnológico como forma de vida contemporânea, como o ambiente onde se desenvolve a nossa vida e nossas lutas. (NATANSOHN, 2013, p.24)



Figura 25 – Grafo da rede da MVR



Muito possivelmente, essa dificuldade de ingresso no ciberespaço e de relações com as tecnologias de informação e de comunicação tenha contribuído para o resultado encontrado na constituição da rede da marcha. Inclusive é possível perceber nas páginas das ONGs integrantes da rede da MVR a incipiente continuidade das postagens - um imperativo, inclusive da programação do sistema, para permanecer com um bom potencial de alcance orgânico de seus seguidores(as)/curtidore(as) -, assim como dificuldades de estabelecer um formato de comunicação de muitos para muitos e menos difusionista, igualmente importante para ampliar o engajamento das pessoas. Não é nosso foco analisar o porquê disto, mas pode-se inferir que esteja relacionado com questões diversas como recursos disponíveis, saberes técnicos e visões/deliberações políticas.

Outro fator de possível contribuição para o resultado é o choque geracional de duas visões de mundo formadas em contextos sócio-históricos diferentes. As entrevistas com as militantes expuseram esse tipo de tensionamento em ocasiões de discussão e ações políticas

entre elas e representantes de movimentos feministas surgidos no século passado.

De Miguel e Boix, criadoras da Rede Mulher e Net, ao resgatar a experiência do primeiro encontro internacional ciberfeminismo, realizado em 1997, identificaram os conflitos que iam além da discussão entre tecnologia e ação política feminista naquela agenda. Na sistematização do evento consta que:

(...) Contou-se com a participação de mulheres de distintas gerações, mas o protagonismo foi de mulheres jovens e vanguardistas “sem complexos na relação com as máquinas em busca de novas linguagens para exteriorizar suas vivências – escrevem as cronistas – e movidas pelo impulso espontâneo de descobrir novos caminhos de expressão. (...) Em geral, no encontro se vislumbrou certo repúdio ao estilo setentista do feminismo por seu caráter anti-tecnológico que pensavam se tornara irrelevante para a atualidade das mulheres que hoje interagem com as novas tecnologias, sem dúvida, outras ciberfeministas mais críticas vislumbraram o perigo deste repúdio que joga fora – continua o relato – muitos dos ganhos históricos do movimento feminista provocando, além do mais, uma espécie de rápido alinhamento com os medos populares baseados em estereótipos e com conceitos errôneos sobre o feminismo. A chave está em como criar uma política feminista e uma trajetória ativista de acordo com novas condições culturais...” (DE MIGUEL; BOIX, 2013, p. 64)

No próximo grafo (figura 29) é possível perceber que as principais interações acontecem com novos movimentos sociais e com iniciativas, tocadas por indivíduos ou coletivos, em redes sociais virtuais exclusivamente. São nós que estão interconectados não apenas à marcha, mas entre si, e se fortalecem. As suas pautas prioritárias são a liberdade sexual-reprodutiva das mulheres e das mulheres negras. Algumas, a exemplo da página “Moça, seu relacionamento é abusivo”, se assentam na virtualidade para disseminar questionamentos sobre relações desiguais de poder entre os sexos.

As organizações não governamentais que se destacam nesta fotografia são feministas, identitariamente vinculada à luta política contra as opressões de gênero e com nítido recorte geográfico, assentado em Pernambuco. Dentre elas estão: Gestos, Instituto Papai, Grupo Curumim, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, Casa da Mulher do Nordeste, Católicas pelo Direito de Decidir, Instituto Maria da Penha. Situa-se que esse recorte é de 2016, período de culminância da coleta de dados, no entanto, ressalta-se que sua configuração é móvel, podendo, atualmente, conter novos nós, mas com forte tendência a seguir as mesmas distribuições de categorias prioritárias de interlocução.

Importa observar que entidades da sociedade civil constantes no grafo, como o Instituto Maria da Penha aparece com outra natureza, autodeclarada por eles ao se cadastrarem no Facebook, e algumas iniciativas como a Universidade Livre Feminista, da

qual advieram boa parte das indicações de leituras feitas entre os anos de 2014 a 2016, são iniciativas de ONGs como o SOS Corpo, Cunha e CFEMEA. Entram nesse mesmo enquadramento, páginas como o Aborto em Debate. Tal leitura pode indicar que a aproximação com organizações de mulheres e feministas pode ser maior do que o percentual apresentado, ainda que, consideravelmente inferior à primeira categoria, das comunidades.

O achado nos fala de incidência política e articulação em rede com novas militâncias. Isso é paradigmático do momento em que se vive uma crise estrutural com a política e as principais estruturas da esfera pública tradicional. Busca-se o novo, tem-se uma pauta política definida, mas os caminhos ainda estão sendo esboçados, entre os diversos sujeitos políticos que ora integram e ora se afastam do coletivo. Isso é bom por se apresentar como uma retomada do interesse pela política ressignificada, ou em processo de ressignificação por esses mesmos sujeitos que estão na luta. Também é positivo por demonstrar a busca coletiva, e não meramente individualista, por soluções a problemas comuns. Mas essa pouca integração com os movimentos tradicionais também pode se apresentar como fragmentação e impor novos desafios aos feminismos.

Questões tais como a subversão (e liquidez) das identidades e subjetividades no ciberespaço, a sexualidade polimórfica, nômade e descorporizada das relações virtuais, as hibridações entre máquinas e corpos são os argumentos preferidos para advogar por um novo papel para as mulheres frente às TIC's e para superar a visão das mulheres como meras vítimas inertes da maldade do patriarcado. O risco é, além da despolitização ingênua, o de instituir outra mitologia, como a de que na cultura digital, as exclusões por causa do gênero podem ser minimizadas per se, ou que as identidades se diluem ou implodem, junto com suas opressões. (NATANSOHN, 2013, p.28)





## 5.5 AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA MARCHA DAS VADIAS RECIFE COMO PONTO DE PARTIDA PARA REFLETIR SOBRE A INCIDÊNCIA DOS NOVOS FEMINISMOS NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Ao longo dos três anos de observação, foi possível constatar discontinuidades na alimentação da página da Marcha no Facebook, assim como uma sensível transição das ações de comunicação, inicialmente mais táticas, para atividades mais estratégicas de alimentação da *fanpage*. Houve um nítido direcionamento de esforços para os eventos organizados anualmente pelo Coletivo da Marcha das Vadias Recife, o ato de rua da Marcha e o *One Billion Rising*. Posteriormente, a esses períodos, há uma manutenção básica da página, aquecida, nos primeiros anos, por eventos factuais episódicos que resultavam em postagens e, posteriormente, em 2016, ao alinhamento temático das postagens mensais na linha do tempo ao calendário feminista, a exemplo dos meses de julho, dedicado às mulheres negras; agosto, à Visibilidade Lésbica; setembro, vinculado à Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe; outubro, à prevenção ao câncer de mama; novembro, ao enfrentamento da violência contra a mulher, e assim por diante.

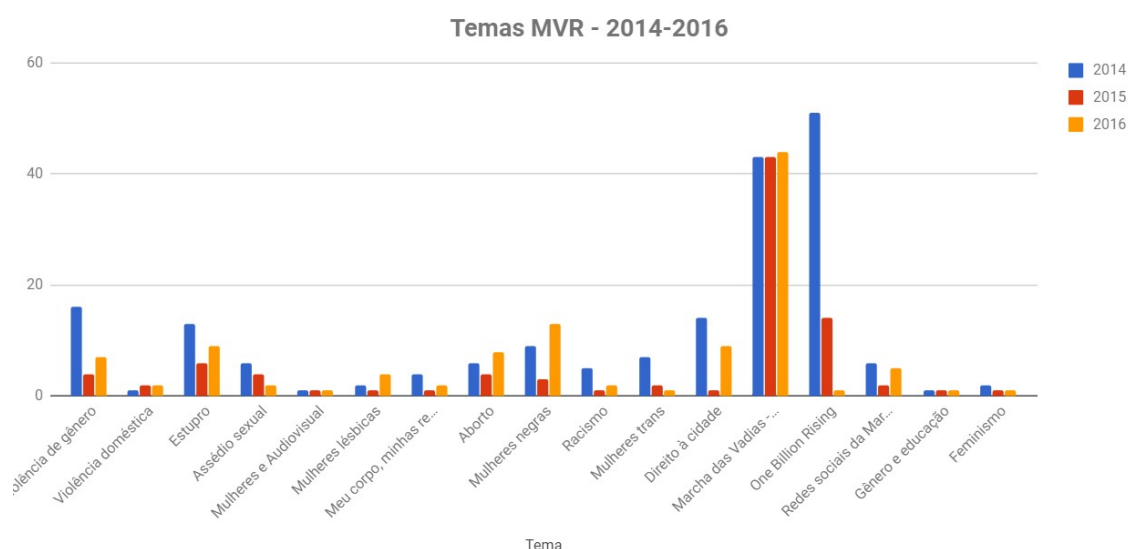
Salienta-se que as ações táticas correspondem a respostas a situações do ambiente, majoritariamente inesperadas e as ações estratégicas, ao desenvolvimento de iniciativas e postagens pensadas articuladamente. Nas redes sociais digitais é interessante aliar os dois processos de forma equilibrada para evitar desalinhamento temático e o hermetismo de cunho difusionista associado às formas tradicionais de comunicação política. A cultura participativa das redes e dos próprios novos movimentos sociais não toleram a mera comunicação de um para muitos, mas em tempos de crise política e de avanço dos conservadorismos, desenvolver estratégias de ação programadas para determinados períodos colabora com o fortalecimento da bandeira de luta levantada e ajuda a prever possíveis reações negativas e respostas para as mesmas.

As causas políticas que o movimento mobiliza são amplas e envolvem atores sociais diversos. A quantidade de temáticas abordadas e agrupadas em grupos nesta pesquisa são indicadores da quantidade de demandas desses diferentes segmentos sociais. Os temas das postagens estão diretamente relacionados ao momento vivido pelo grupo e pelo ambiente que o circunscreve. Isso significa que, desde as questões técnicas, de uso do tempo, às relações políticas macro da política institucional do Estado até as relações políticas micro das relações entre o grupo, interferem na comunicação estabelecida.

De 2014 a 2016 se delineia um afunilamento temático, onde prevalecem assuntos relacionados às identidades plurais das mulheres e ao direito ao corpo. O primeiro caso parece se vincular a uma reação desmitificadora das mulheres como iguais e designadas a um mesmo fim, historicamente determinado pelas visões essencialistas de reprodução e de cuidado. O apagamento das diferenças entre as mulheres nubla a discussão sobre as relações de poder sofridas por cada segmento que compõe a categoria mulher. Ao reafirmar as mulheres trans como sujeitos políticos da marcha transgridem de forma radical o concertado lugar biológico da definição de mulher. Essa ruptura não está direcionada apenas aos questionamentos patriarcais da sociedade em geral. Elas abalam as estruturas consensuais do próprio movimento tradicional feminista, no qual a inclusão das mulheres trans, assim como das prostitutas, ainda é ponto polêmico e alvo de muitas discordâncias.

A reafirmação do lugar das transgêneros na marcha é tão forte que elas ocupam mais espaço nas postagens dos dois primeiros anos do que as mulheres lésbicas e as bissexuais, como se poderá visualizar no gráfico mais adiante. Nesse, destacam-se as temáticas presentes em cada um dos três anos analisados. Para tal, foram excluídos assuntos que apareceram apenas em um ou dois anos. A demarcação foi necessária para fins de identificação de temas enquadrados, de forma contínua, na pauta de incidência política da marcha.

**Gráfico 12** - Temas prioritários das postagens da MVR entre 2014-2016



O direito ao corpo aparece vinculado ao direito de não sofrer violências dos diversos tipos, com recorte especial para a violência sexual, lembrando que boa parte das violências com recorte de gênero estão associadas ao suposto poder legítimo de controle dos corpos

femininos por parte dos homens que performatizam a masculinidade hegemônica. Essa perspectiva temática também é transgressora ao reafirmar esses corpos das mulheres - social e culturalmente associados à subserviência, passividade e à coisificação - como corpos políticos. A pauta do aborto e do lema “meu corpo, minhas regras” apontam para o desejo, capacidade e direito de decidir sobre os seus próprios corpos, e o corpo é a morada do ser.

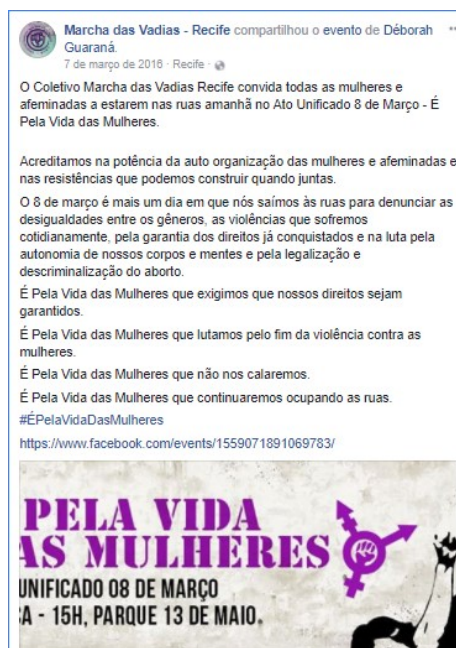
Ao romper com os ditames corpóreos que enquadram sujeitos a determinadas condições existenciais catalisam indivíduos não representados pelos dicotômicos papéis de gênero da masculinidade e da feminilidade hegemônicas. Identificamos comentários de internautas nas postagens que reclamavam o seu lugar dentro do movimento.

**Figura 27** – Comentário de internauta



Se em 2014, as convocatórias para ação se dirigiam diretamente às mulheres cisgênero e transgênero, a partir de 07 de março de 2016, englobam uma nova terminologia que amplia o leque das identidades dos sujeitos políticos da marcha, as afeminadas”, e, posteriormente, empregam a expressão “corpos afeminados”. Mais uma vez, há uma decisão política de incluir todas as pessoas, que, em níveis diversos, por estarem ou serem associadas ao universo feminino, possam sofrer as consequências das relações de gênero e da opressão historicamente direcionada contra as mulheres.

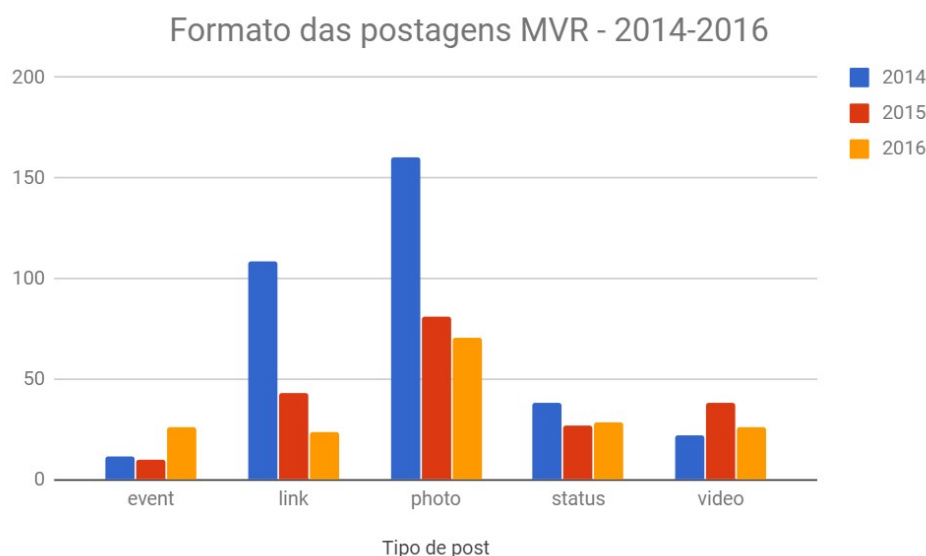
**Figura 28** – Postagem de convite às mulheres e afeminadas



A incidência política, então, nas redes sociais virtuais, amplia seu leque de sujeitos de forma interativa, a partir também dos questionamentos apresentados nos ambientes *on* e *offline*. Essa reflexividade não resulta em mudanças da noite para o dia, é preciso salientar. Até porque a inclusão de novos atores políticos requer revisar seu marco político enquanto movimento. E esses marcos políticos aparecem em revisão de forma mais nítida do que nos movimentos tradicionais. Isso pode gerar entendimentos superficiais acerca dos coletivos.

O formato das postagens também revela as diversas apropriações das tecnologias de informação e comunicação que o CMVR teve nesses três anos. O maior crescimento se deu no uso das produções audiovisuais carregadas a partir do perfil e com a exploração da ferramenta de páginas de eventos pela marcha. Os compartilhamentos de *links* diminuíram consideravelmente, tendo o seu pico em 2014, ano com maior número de postagens, e particularmente, no segundo semestre, onde foi possível visualizar uma considerável assimetria em relação aos *posts* dos meses anteriores, em termos de periodicidade de publicação, linguagem e formato das postagens.

**Gráfico 13** – Formato das postagens da MVR entre 2014-2016



Os atos da Marcha das Vadias Recife sempre contavam com apoios de comunicadoras que não integravam o CMVR, as quais desenvolviam suas campanhas e davam suporte na divulgação naqueles momentos específicos. O registro das imagens desses eventos, como já foi dito, igualmente, é feito por outras pessoas exteriores ao contexto organizativo dos atos em si. Um dos *posts* com maior engajamento de 2016 foi justamente o pedido de envio dessas imagens. No entanto, as campanhas que tocam ficam no meio-termo entre o estímulo da



participação e o controle discursivo. Um exemplo disso foi a campanha pré-marcha de 2016. No bojo dessa campanha foi estimulada a gravação de vídeos e o envio desses para o e-mail da marcha, de forma a publicarem na *fanpage*.

**Figura 29** – Chamada da MVR para envio de vídeos



De forma geral, o lugar da comunicação ainda aparece secundarizado diante do compartilhamento de todas as tarefas entre todas as poucas integrantes do CMVR, do incipiente conhecimento sobre comunicação e política e dos imperativos das vidas das mulheres. Vale lembrar que todas as integrantes trabalham em outros espaços e culturalmente estão implicadas nas dinâmicas de gestão do tempo consequente da desigual divisão social do trabalho.

Em todos os canais de comunicação delas é visualizável grandes *gaps* entre postagens ao longo do ano. Os dois perfis onde os períodos de desatualização são menores estão situados no Facebook e no Instagram. Na primeira rede, isso se deve, aparentemente, ao uso combinado que as integrantes do CMVR, o qual funciona como espaço para veiculação de conteúdos e interação com a sociedade, assim como uma estrutura auto-organizativa, onde, por meio de um grupo fechado, tomam decisões rápidas sobre as postagens, debatem ações políticas e posicionamentos públicos. No segundo caso, pela agilidade dos *posts* no Instagram, o qual não exige grande produção. “Em geral, é assim: uma das meninas vai fazer o *post* e joga lá no grupo fechado. As demais opinam e sai a postagem. Sempre é dado um prazo para as pessoas se colocarem, se ninguém se pronuncia, vai pro ar e todas também são responsáveis pelo conteúdo que saiu” (J.T, entrevista concedida à autora, 2016).

A análise do perfil da Marcha revela uma face desmitificadora da participação política nas redes virtuais: não basta estar conectado para utilizar as ferramentas virtuais em toda a sua potencialidade. É preciso conhecimento dos seus códigos, das bolhas comunicacionais e é preciso tempo (muito tempo) para investir em produção de conteúdo e em interação, só assim

é possível falar para além dos pares que já estão convencidos da relevância da pauta em causa. Neste ponto, a questão da identidade de gênero se mostra como um elemento a ser considerado na pesquisa sobre a participação política por meio/nas redes virtuais.

A possibilidade de difundir informação a custos mínimos, o funcionamento colaborativo em rede associado à inteligência coletiva, tudo isso favoreceria - pelo menos em teoria - um ambiente comunicacional mais favorável ao desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre todos e todas. Porém, o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC's entre homens mulheres, brancos, negros, pobres e ricos. (NATANSOHN, 2013, p. 16)

A apropriação do espaço do perfil para ação política apresenta brechas de interatividade com os seguidores(as) e curtidores(as) e a interação é prerrogativa de ação comunicacional política em redes sociais virtuais. Já se observou que, em momentos de tensão e ataque *hater*, em geral, eram as militantes que se manifestavam a partir de seus perfis pessoais, assim como já se apontou o lado positivo disso - o sentimento de partilhamento/responsabilização com a causa. No entanto, o silenciamento em relação às perguntas, comentários oportunos e pedidos é considerável. Um caso que merece atenção é o pedido de ajuda de uma das vítimas do médico Roger Abdelmassih, acusado de abusar sexualmente de várias pacientes durante procedimentos médicos, feito no dia 20 de outubro de 2016, o qual não recebeu nenhuma reação da administração da página.

**Figura 30** – Comentário sobre Caso Abdelmassih

Esses dados são válidos para evitar fetichizações simplificadoras sobre as tecnologias e para demarcar o papel das identidades nos usos das redes e nas políticas comunicacionais adotadas pelos movimentos na luta por direitos no ciberespaço. A Marcha das Vadias Recife se insere no que De Miguel e Boix (2013) denominam de ciberfeminismo social. Essa seria a cara mais atual do ciberfeminismo, um movimento surgido em meados da década de 1990, que unia arte, tecnologia e feminismo como caminhos para uma mudança radical das relações de poder. O ciberfeminismo social caminha ao lado desse tipo de manifestação e “culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social”. (DE MIGUEL; BOIX, 2013, p. 57)

Em termos de características estruturais do ciberfeminismo, destacam:

A formulação de abordagens aparentemente complexas nos ciberfeminismos parte frequentemente do manejo básico da tradição histórica do pensamento



das mulheres – sublinhando-o, negando-o ou ocultando-o segundo posições e discursos – ao que se soma a combinação mais ou menos aleatória da ambiguidade que permite o desenvolvimento conceitual da pós-modernidade. Para além das construções teóricas, o fator revolucionário, subversivo, transgressor que permite aspirar a pensar novos cenários parece derivar-se intrinsecamente das possibilidades técnicas do espaço virtual e da rede.

Desierarquização e criação de modelos mais democráticos com o objetivo histórico vingativo da igualdade de direitos entre homens e mulheres, elaboração de estratégias e pensamentos em rede em que desaparecem conceitos como “centro” e “linearidade” frente ao “diverso”, “descentralizado” e “horizontal”. Desconstrução de arquétipos através do uso subversivo de dispositivos digitais, protocolos, linguagens de hipertexto, códigos, assinaturas potencialmente variáveis via correio eletrônico. (DE MIGUEL; BOIX, 2013, p. 54-55)

As ferramentas digitais e o ciberespaço propiciam o uso estratégico e tático de cunho político por parte de pessoas e coletivos em defesa dos direitos humanos, de forma protagonista e articuladora de diversas identidades. O processo de vocalização de suas causas sem intermediários é uma conquista nova. Por meio dela, se articulam redes de solidariedade e de incidência política, nas quais criam seus próprios conteúdos. Por isso, a ocupação dos espaços virtuais se revela como necessária às causas sociais, ainda que existam lacunas na apropriação das redes sociais digitais para incidência política.

La internet se ha convertido en una herramienta estratégica con potencialidad para cambiar el marco cultural hegemónico... multitud de emisores que a la vez son receptores con capacidad de cambiar las narrativas. Ya no se trata de gestos, acciones puntuales sino de actuación con presencia y presión continua con estrategia a gran escala. Se han creado nuevos imaginarios que están contribuyendo con mayor o menor éxito pero con intensidad y vigencia a un cambio político. (BOIX, 2015)<sup>26</sup>

Mas não há espaço para ingenuidade no campo político. Às ações de incidência política das identidades historicamente excluídas nas redes digitais também correspondem fortes reações de silenciamento e de violência. Os ataques *hatters* na página da marcha demonstram isso. O relatório sobre violência de gênero na internet, elaborado pelo Coding Rights e pelo InternetLab, trazem uma pertinente categorização das agressões perpetradas no ciberespaço. Dentre essas estão: a censura por meio de coerção para deletar perfis, ataque em massa para retirar do ar determinadas páginas, difusão de informações falsas para desacreditar alguém; ofensas; discursos de ódio, sendo os mais comuns comentários misóginos, LGBTfóbicos e racistas e *gaslighting*; ameaças de violência física; *stalking* - perseguição de

<sup>26</sup> Artigo disponível em: <<https://pillku.org/article/desde-el-ciberfeminismo-hacia-la-tecnopolitica-fem>>, acessado em 21 de outubro de 2017, às 9h35.

alguém nas redes sociais virtuais -; exposição de dados pessoais; utilização não consentida de imagens de outras pessoas; exposição de intimidade; extorsão; roubo de identidade; invasão/ataque à segurança de sistemas; e ataque coordenado à páginas com vistas a derrubá-la.

Esses são apenas alguns exemplos de casos mapeados que demonstram tentativas de calar vozes dissidentes de mulheres no Brasil. Por meio de workshops com parceiras de vários movimentos, fizemos levantamentos de vários outros casos, e os relatos são inúmeros, todos com consequências que perpassam os meios digitais para o offline. (CODING RIGHTS, INTERNETLAB, 2017, p. 16-17)

No dia 27 de maio de 2014, um ato coordenado retirou do ar por horas a *fanpage* da Marcha, supostamente por denúncias após divulgada uma foto de mulheres com seios à mostra. Identificou-se também tentativas de repasse de vírus por um perfil falso (Carlos).

Tais fatos direcionam o olhar para, pelo menos, dois lados: 1) a incidência política, o poder de fala das mulheres nas redes sociais incomoda, pela sua força e capacidade aglutinadora, as instituições e os segmentos que, historicamente, se encarregaram de manter a dominação sobre seus corpos e vidas; 2) a pauta do feminismo e da tecnologia precisam se encontrar, afinal, com o maior contingente de mulheres internautas, as estratégias de coerção e controle também se deslocaram para a rede mundial de computadores, sendo uma ameaça para a conquistas de direitos individual e coletivamente. “Com as ferramentas tecnológicas e as redes virtuais, também podem ser formados cercos de controle social ou de agressões anônimas em lugares menos esperados”. (PLOU, 2013, p. 124)

A intrínseca teia de reações aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres se estende da rede para a vida *offline* e vice-versa. Um mapa interativo desenhado pelo Coding Rigts e InternetLab<sup>27</sup> dá conta de como esses mecanismos de cerceamento têm forte poder repressor e são uma ameaça à luta das mulheres.

As ações da Marcha das Vadias Recife no Facebook dão, assim, conta de uma série de dimensões inerentes à organização da luta, às dinâmicas dos novos movimentos feministas, aos desafios na apropriação das tecnologias e as reações repressoras, as quais desvelam as relações intrínsecas entre cultura e tecnologia. O ambiente das redes virtuais não é neutro. Seu delineamento depende da programação e dos sujeitos que as utilizam. É um espaço que tem sido ocupado de forma gradativamente maior, mas ainda está longe de garantir iguais condições de fala e posicionamento para as mulheres.

---

<sup>27</sup> O mapa pode ser visualizado em: <<http://bit.do/violenciasPT>>.

## 6 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Assim como na Marcha das Vadias Recife, a internet também é o principal território de incursão do #OcupeCom. É o terreno onde estão os militantes e para o qual fluem grande parte das produções de comunicação do grupo. À época da análise, o coletivo de comunicação era composto por pessoas da área de Comunicação Social (formadas ou estudantes), mais especificamente dos campos da publicidade, jornalismo, design e cinema. A adesão ao grupo, assim como no conjunto das ações do movimento, foi voluntária e espontânea. A dinâmica de trabalho do grupo privilegiou o ambiente virtual, via fóruns fechados e chats, do próprio Facebook, inclusive para as reuniões, em virtude das características de composição dos seus integrantes. Nos dois primeiros anos, o ritmo de produção foi intenso e correspondia, na maior parte das vezes, a respostas necessárias e urgentes às investidas do capital imobiliário, representado pelo Consórcio Novo Recife, e à agilidade do poder público local nos trâmites para definir um plano urbanístico para o Cais José Estelita e seu entorno.

Não é uma questão meramente de semântica, nós não temos estratégia, temos tática. A estratégia é a do Consórcio Novo Recife. O tático é o miliciano, que numa cidade invadida, utiliza as estruturas do poder, para atacar o poder. Nós somos milicianos nesse sentido, estamos usando ferramentas do poder constituído, mediaticamente inclusive, considerando o mercado imobiliário, o capital financeiro, as elites logotécnicas, como parte de um mesmo sistema de poder. O Facebook faz parte desse sistema de poder, mas a gente está dentro, na cidade invadida. É um linguajar bélico? É. Porque nós estamos num confronto, nós estamos numa situação de conflito. É um conflito de classe, de frações de classes e é nesses termos que a gente tem que trabalhar. (P.L.C., entrevista concedida à autora, 2014)

Nesta perspectiva de furar os bloqueios impostos pelo sistema hegemônico, as redes sociais virtuais são os principais pontos de interlocução do #OcupeCom com a sociedade, em especial o Facebook. A escolha por esse espaço parece partir da premissa de que são suportes estruturados, que não requerem um grande letramento digital e que aglutinam milhões de pessoas e instituições, de diferentes localidades e campos de atuação. É oportuno destacar que existiram ações específicas de assessoria de imprensa, voltadas a pautar a mídia tradicional também, ainda que, pelo próprio contexto dos oligopólios midiáticos, a inserção de sua pauta na agenda pública dependesse mais do uso da criatividade e de iniciativas alternativas à imprensa comercial.

A gente utilizou essas ferramentas porque, primeiro, elas são gratuitas, públicas e são condutoras de conteúdo. Além do que a gente tinha, e ainda tem, uma pressão forte da mídia tradicional, dos canais tradicionais de comunicação, que estão completamente amordaçados. Durante a ocupação, eles não publicavam nada da gente - nem os locais nem os nacionais. Vivemos, então, um momento de silêncio e o que era publicado, era como se fôssemos um movimento sem legitimidade, éramos uns invasores, uns baderneiros, um bando de desocupados. Um amigo meu, que é sociólogo, que participou de algumas ocupações pelo mundo, estuda isso, nos passou o contato da Al Jazira. Fizeram uma matéria, divulgaram no twitter e aí veio a Folha (de São Paulo), Estadão, UOL, BBC. (M.S.U., entrevista concedida à autora, 2014)

O perfil do movimento no Facebook possui 40.633 curtidas e 40.064 seguidores. Porém, sua presença na web 2.0 se estende a outras redes: no Instagram, o perfil @ocupestelita, criado em junho de 2014, possui 10,2 mil seguidores; no Twitter, a página @OcupeEstelita, criada em março de 2015, possui 4.989 seguidores; no Youtube, o canal Ocupe Estelita, criado em junho de 2014, possui 24 vídeos postados no perfil e uma playlist, organizada pelos gestores da página com 233 vídeos selecionados, os quais se constituem em postagens de outros perfis também sobre o movimento, expandindo a memória das ações e a narrativa do Ocupe para outros sujeitos.

É possível observar que a identidade das ações de comunicação nas redes sociais é constituída paralelamente ao desenrolar de marcos da luta estelitante como a ocupação no Cais José Estelita e a reintegração de posse da área, em 2014. O trabalho de comunicação desenvolvido na internet deu ressonância às articulações dos seus militantes, considerando que já existia, pela natureza do grupo inicial, formado por pesquisadores, professores e comunicadores, a possibilidade de estabelecimento de contato com pessoas e instituições importantes nas áreas de urbanismo, políticas públicas e artes. A atuação do #OcupeCom, em especial na *fanpage* do Facebook, fortaleceu a causa, escapando do silenciamento imposto pela mídia local e ampliando os apoiadores, de diversas naturezas, para além do recorte geográfico de Pernambuco. Não foram poucos os apoios recebidos, em perfis virtuais e espetáculos, de artistas nacionalmente conhecidos como o cartunista Laerte, como os cantores Otto, China, como a atriz e *social influencer* Clarissa Falcão, dentre outros. É inegável a força catalisadora de apoios que conseguiram desenvolver particularmente no primeiro ano de ação e a marca disso para o engajamento de novos sujeitos à bandeira de luta.

**Figura 31 – Artistas apoiam MOE (Ney Matogrosso)**



**Figura 32 – Artistas apoiam MOE (Sérgio Mamberti)**



Numa metáfora, a dinâmica organizativa do #OcupeCom se assemelha a própria lógica constituidora dos fluxos de comunicação nas redes virtuais: os centros propulsores de informação são móveis e ágeis. Ao longo dos três anos, alguns militantes permaneceram vinculados ao grupo e com participação intensa, outros com participação mais pontual, novos membros se aproximaram e alguns se afastaram. Salienta-se que ninguém recebeu recursos

financeiros para se manter em atividade no Ocupe. As campanhas de captação de recursos aconteceram em momentos específicos e justificadas pela necessidade de aquisição de materiais para a relação de atos públicos e das peças de comunicação audiovisual. Uma lojinha de produtos (camisas, adesivos etc.) com a logomarca do MOE e frases de impacto vinculada a sua pauta também foi uma estratégia arrecadação.

A capilaridade das redes tecidas no ciberespaço tornou a narrativa do/sobre o Ocupe Estelita plural: diversas pessoas produziram conteúdos, de apoio e contrários, ao movimento. Assim, em especial nos dois primeiros anos, uma simples busca nos sites de mídias sociais apontava uma enorme quantidade de registros sobre o MOE.

O #OcupeCom foi o principal grupo propulsor das iniciativas de comunicação, no entanto, não foi o único. Alguns cineastas criaram a Brigada do Audiovisual, responsável por uma parte considerável da narrativa audiovisual feita pelo próprio movimento. Tais vídeos se apresentaram como expressões políticas de sujeitos que ansiavam inscrever sua presença nas narrativas e práticas da sociedade, de forma diversa e plural, compondo um relevante campo de luta (BERNARDT, 2016) para inserir a pauta estelitante na agenda pública e política.

Usamos quatro plataformas principais: facebook, youtube, vimeo e whatsapp. Recentemente, temos usado mais o facebook mesmo porque percebemos que os filmes viralizam mais facilmente. Esse seria o principal objetivo estratégico: potencializar ao máximo o alcance das obras. (M.P, entrevista concedida à autora, 2016)

A construção de uma narrativa contra-hegemônica aparece como um dos objetivos dos realizadores das peças audiovisuais. A comunicação se ressaltava como a arena de uma batalha de sentidos, principalmente diante da escassez de espaço para a fala dos sujeitos políticos contrários ao projeto Novo Recife na mídia tradicional e no jornalismo local. Como afirmou um dos entrevistados desta tese: “As primeiras produções que fiz surgiram como uma resposta aos relatos jornalísticos. Era o espaço para a voz dos que não tinham espaço na mídia corporativista”. (P.S, entrevista concedida à autora, 2016)

O processo produtivo, tanto no #OcupeCom quanto na Brigada do Audiovisual, teve como desafio o exercício de mediar a construção de narrativas comuns a partir dos diversos olhares e experiências dos sujeitos autônomos que se incorporaram à bandeira de luta do MOE. De acordo com os entrevistados a produção dos vídeos foi precedida de debates, no entanto, nas ações nas redes, considerando os momentos críticos das ocupações, por exemplo, nem sempre era possível discutir amplamente os conteúdos e formatos do que iria a público.

Esse dado é necessário para pensar nas tensões e contingências, não apenas técnicas, inerentes ao processo de comunicação nesses novos movimentos sociais. É imprescindível que a produção de sentidos seja rápida e obedeça a um difícil equilíbrio de expectativas em jogo, a dos produtores - que naquele momento estão em um lugar de poder haja vista serem porta-vozes, ainda que não mostrem a sua cara - e dos militantes que estão no *front* de luta *offline*/do outro lado das câmeras.

Não estávamos acampados mas acompanhamos todo o processo. Discutíamos com o grupo que estava lá e com o #OcupeCom. Foi assim que gravamos À margem dos trilhos, a partir das visões do pessoal sobre todo o processo, desde especialistas até pessoas que estavam se engajando nas discussões naquele momento. (P.S., entrevista concedida à autora, 2016)

O Ocupe Estelita engloba sujeitos políticos relativamente diferentes dos movimentos sociais tradicionais, em especial pelas características geracionais (jovens), de classe (participação ativa da classe média) e de escolaridade (com considerável destaque para universitários). É válido considerar a diversidade dessa nova classe média e dos estudantes brasileiros, principalmente levando em conta as políticas redistributivas e de acesso ao ensino superior adotadas pelos governos de esquerda que ascenderam à máquina pública no início do século XXI. A emergência desses novos grupos ampliou o espectro das esquerdas desafiando a prática política e a construção epistêmica sobre esse campo.

Alguns comentários na *fanpage* do MOE, sobre os quais discorreremos mais adiante, e as observações do diário etnográfico registraram os conflitos inerentes à identidade destes novos sujeitos políticos e o imaginário do senso comum sobre os movimentos sociais. Em várias ocasiões, a legitimidade da causa foi posta à prova em decorrência do não pertencimento de parte dos militantes a setores sociais historicamente excluídos. O discurso comum dos contrários às ações alegava que era um “movimento de elite” por ter universitários, professores, profissionais liberais e artistas em evidência, como se esses não fossem sujeitos das próprias mudanças emergentes na virada do século e, obviamente, pessoas confrontadas com a realidade socioeconômica da vida global, as quais reivindicam seu espaço de participação política. De fato, o seu lugar social deu contornos diferenciados à incidência política, inclusive, o olhar tático e estratégico acerca da comunicação social reitera essa diferenciação como será abordado.

## 6.1 FOCANDO O OLHAR: O MOVIMENTO OCUPA ESTELITA NO FACEBOOK

A página do Ocupe Estelita iniciou suas atividades no dia 07 de maio de 2014 e, nos



primeiros dias, era alimentada com postagens de outras pessoas não gestoras da página. Boa parte desses *posts* advinham de perfis pessoais de professores(as)/pesquisadores(as) da área de arquitetura e urbanismo. Trata-se de um momento, no qual ainda não havia uma clara diferenciação discursiva entre o grupo Direitos Urbanos e o MOE propriamente dito, a qual foi sendo construída, paulatinamente, nos meses seguintes.

Esta pesquisa voltou o olhar para os 2.017 *posts* publicados na *fanpage* do Facebook entre 07 de maio de 2014 e 31 de dezembro de 2016. Esses resultaram em 259.557 curtidas, 14.810 comentários e 105.790 compartilhamentos.

Figura 33 – Fanpage do Movimento Ocupe Estelita



Ao longo do período analisado, o movimento explorou bem as potencialidades e ferramentas existentes na rede social virtual. Houve grupos abertos e grupos fechados, integrados pelos diferentes segmentos que compunham o coletivo: militantes da ocupação, pessoal da comunicação etc. Esses eram espaços consultivos para a tomada de decisão, de amadurecimento de processos e deliberativos. Nos momentos de efervescência dos atos públicos e ocupações em 2014 e 2015, diversos grupos foram criados e sua dinâmica seguiu



os ritmos de expansão e retração da própria luta, demonstrando como a comunicação não é mera ferramenta, é parte constituinte dos processos políticos.

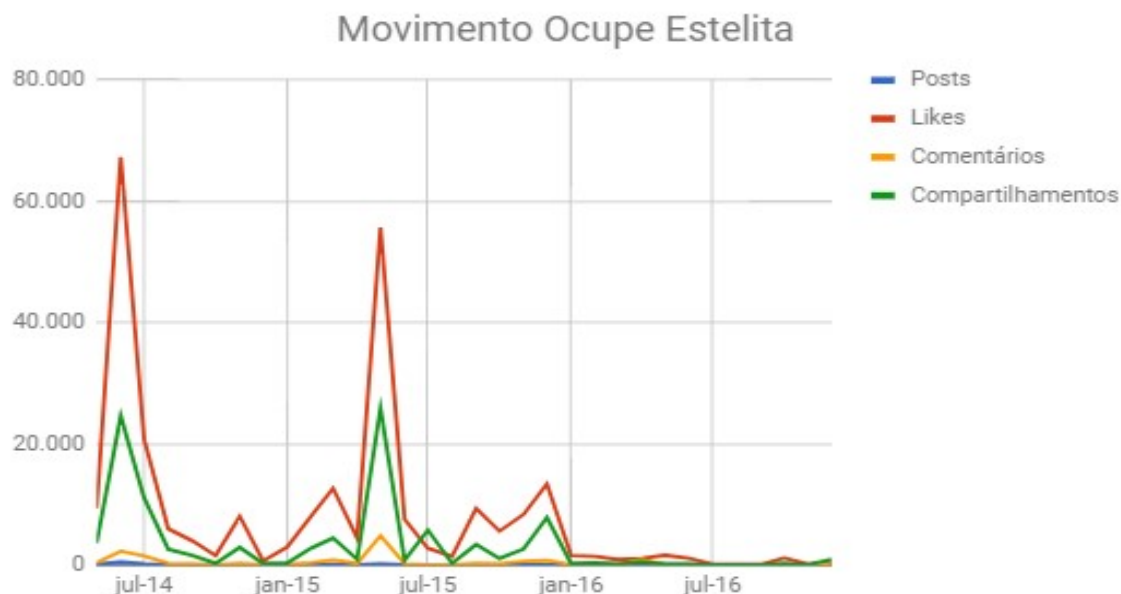
Mesmo sendo um espaço colaborativo, em especial nos dois primeiros anos, os conteúdos da página são coerentes e organizados. A gestão de rede manteve as contas das diferentes redes sociais do MOE vinculadas a *fanpage*, no entanto as postagens do Facebook eram pensadas para essa plataforma, tendo sido pouco empregado o recurso de vincular *uploads* do Instagram ou do Twitter na página feicebuquiana. Vale considerar que na economia de pesos do EdgeRank, o compartilhamento de conteúdo a partir do Facebook propicia maior alcance de público.

O uso do recurso de eventos foi, paulatinamente, expandido nos três anos, organizando melhor as informações e possibilitando a ampliação dos públicos nos atos, uma vez que cada usuário de rede pode convidar seus amigos e esses, outros amigos, além de possibilitar prever o número de pessoas possíveis de participar do evento.

Antecipamos que, no último ano, há uma curva acentuada e brusca de queda nas postagens, interações e uso dos recursos disponíveis no Facebook, um reflexo, a nosso ver, dos processos organizativos do período. Para fins de melhor visualização, detalhamos na sequência os temas abordados nos *posts* entre 2014 e 2016, o formato adotado e as interações estabelecidas. Ao final, abordamos as redes formadas com iniciativas/instituições parceiras, a fim de compor um mosaico que nos permita compreender a incidência política no MOE na rede virtual.

## 6.2 A AÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA NO FACEBOOK: A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

O Movimento Ocupe Estelita, assim como a Marcha das Vadias Recife, teve uma produção de conteúdo descontínua ao longo dos três anos aqui analisados. É importante, porém, considerar a força desta produção em especial nos três primeiros meses da página no Facebook (maio a julho de 2014), os quais concentraram mais de um terço das postagens do triênio (849 publicações). Dos 2.017 *posts* publicados na *fanpage*, 1.078 datam de 2014, 794, de 2015 e 145, de 2016.

**Gráfico 14** – Fluxo de postagens e reações do MOE 2014-2016

Os períodos de maior movimentação estão vinculados ao marco inicial da organização do MOE, a ocupação do pátio férreo e armazéns, em maio de 2014, e a reintegração de posse, em junho do mesmo ano. A figura anterior ilustra bem essa dinâmica: na curva dos três anos são nesses meses (maio e junho) em que há maior número de postagens e reações, sendo seguidos de períodos com menor alimentação e debates na página. Parte considerável das postagens nos picos tem como tema, novamente, os aniversários da ocupação e da reintegração. É perceptível que, assim como o Cais José Estelita se constituiu na metáfora da “cidade invadida” pelo capital, a memória da ocupação e da resistência contra os “invasores” complementa a narrativa que justifica a luta dos estelitantes.

Mesmo que a bandeira maior do Ocupe seja o direito à cidade, o Cais é o miolo do novelo das postagens. A crítica ao modelo de urbanização, de mobilidade urbana, de gestão ambiental é desdobrada a partir do caso do Estelita, assim como, a rejeição ao modelo de política partidária e a própria operação Lava a Jato é abordada nas publicações a partir da vinculação das empresas integrantes do Consórcio Novo Recife, como será abordado nos próximos tópicos.

### 6.2.1 A produção de conteúdo do MOE em 2014

No ano de 2014, o perfil do Movimento Ocupe Estelita contou com um abundante

número de publicações: foram 1.078 posts, sendo 599 produzidas pela gestão de rede do #OcupeCom e 479 advindas de militantes, apoiadores e outros internautas que levaram, a partir de seus perfis pessoais, suas contribuições, apoios e dúvidas para a linha do tempo da *fanpage*. Esse dado já revela uma característica do movimento nas redes sociais a ser considerada, a abertura da página para colaborações de outras pessoas. O conjunto das publicações gerou como repercussão 117.657 curtidas, 4.904 comentários e 46.838 compartilhamentos.

Nesse ano, a produção de conteúdo para as redes sociais, elaboradas a partir do #OcupeCom, girou em torno do leilão da área dos armazéns do Cais José Estelita, do impacto do projeto Novo Recife e dos atores diretamente envolvidos no tema. A partir desse núcleo territorialmente delimitado, ao longo do ano, as temáticas vão se expandindo em feixes para questões ambientais, de mobilidade, do direito à cidade, bem como, para experiências de resistência popular contra o modelo hegemônico de urbanização e especulação imobiliária, entre outras.

O exercício de aglutinar as postagens em eixos temáticos demonstrou a centralidade da pauta estelitante em torno do Cais e seu empenho em manter o local ocupado, visitado pelas pessoas, para que a invisibilidade não favorecesse a demolição da área construída e o início das obras do Consórcio Novo Recife. Os festivais estelitantes (dias inteiros de atividades, com oficinas e shows de artistas) corresponderam a 10,3% dos posts; a Ocupação da área dos armazéns do Cais com informações sobre as atividades e pedidos de mantimentos foi o tema de 9,1% das postagens; os apoios recebidos de pessoas comuns, artistas e instituições, somados, corresponderam a 16% dos assuntos publicados. Vale, igualmente, destacar a reintegração de posse do terreno ocupado, em 17 de junho de 2014, o qual foi o cerne de 7,1% das publicações neste primeiro ano.

O #OcupeCom aglutinou voluntários de diversas áreas da comunicação social e conseguiu produzir interessantes campanhas nas redes sociais de forma tática, como resposta ao cenário móvel das ações e recursos judiciais, bem como, negociações com o governo. Esta pesquisa aglutinou as campanhas em três tipos: 1) campanhas explicativas sobre o movimento e a causa; 2) de pressão sobre os governos, mais especificamente sobre a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado; e 3) campanhas para incentivar a resistência e a empatia do público acerca da luta estelitante. Somadas, corresponderam a 12,3% do total das postagens, tendo sido metade delas direcionadas à pressão sobre as instâncias governamentais.

É expressivo também o percentual de postagens reflexivas acerca do jornalismo, seja

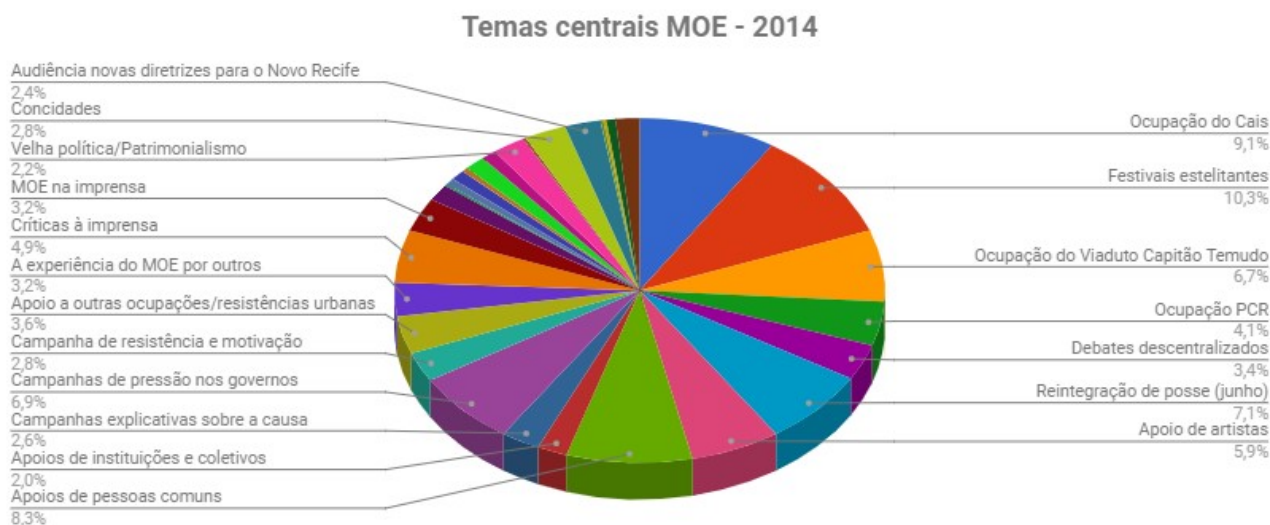
pela referência e compartilhamento de algumas colunas, artigos ou matérias sobre o MOE (3,2%) publicadas na imprensa, mas principalmente pela crítica ao silenciamento da mídia, em especial no primeiro quadrimestre de 2014, com vários *cards* elaborados a partir de relatos de jornalistas que foram censurados dentro das redações locais (4,9%).

Nos primeiros quatro meses, é visível o esforço do MOE para se apresentar, construir uma identidade própria, visibiliza-la para todo o Brasil (e não apenas para Pernambuco) e articular apoios, mostrando sua força, ativando a indignação e a esperança na mudança social. No segundo semestre, as postagens, realizadas a partir da gestão da página, vão diminuindo numericamente e os contornos passam a focar na incidência direta sobre a política urbana da cidade. Entram em cena mais fortemente, as pautas do Conselho da Cidade do Recife (Concidade) (2,8%) e as audiências públicas deliberativas acerca do redesenho do projeto Novo Recife (2,4%).

Nesse momento, as publicações também visibilizaram o reconhecimento da experiência recifense em todo o país, por meio de diversos eventos, nos quais foram apresentados resultados de pesquisas sobre o movimento, mostras de cinema sobre a ocupação e os convites para participação de debates em outros Estados. Este tópico diz respeito à experiência do MOE debatida por outros (movimentos, pesquisadores, cineastas, etc) e correspondeu a 3,2%.

Se num primeiro momento da ação política no Facebook, os apoios visibilizados eram direcionados ao Ocupe, no segundo momento o MOE é que passou a apoiar as experiências de resistência no Coque, na comunidade de Passarinho, do Parque Augusta (São Paulo), de Isidoro (Minas Gerais), de Jaraguá (Maceió), entre outros. Isso demonstra o capital imaterial, simbólico, da incidência em redes sociais conquistada pelo movimento, o qual conferiu um considerável capital político e social ao coletivo.

Gráfico 15 – Temas das postagens do MOE em 2014



De forma mais detalhada, no mês de maio, o conteúdo das postagens se vinculou a sua causa prioritária: os esforços para demonstrar a ilegalidade do leilão do Cais e reverter o processo. Desde esse início, a *fanpage* esteve aberta para que internautas postassem seus assuntos na *timeline* e, realmente, a participação dos(as) internautas foi ativa ao longo de todo o ano. Nesse mês, além da preocupação em se apresentar e articular apoios para o movimento - houve uma intensa mobilização para que as pessoas encaminhassem fotografias demarcando seu reforço à causa -, também foi o período em que as retroescavadeiras do consórcio Novo Recife chegaram ao estelita e o chamamento à ocupação aconteceu. O grande volume de postagens por dia e a agilidade na publicação foram uma marca deste período, ainda sem uma identidade visual definida, mas com uma *hashtag* que rapidamente viralizou nas redes sociais virtuais, #OcupeEstelita.

Figura 34 – Chamada para ação – MOE 2014

**CHAMADA PARA AÇÃO**

O Movimento **#OCUPEESTELITA** se caracteriza como **SUPRAPARTIDÁRIO** e por isso reconhece todas as formas políticas de organização como legítimas e democráticas. Somos um movimento horizontal de liderança popular, logo todos são bem vindos à nossa luta.

**DIFÍCIL DE ENTENDER?**

ESTES FORAM ALGUNS DOS MOVIMENTOS QUE SACUDIRAM O MUNDO.

**AS PESSOAS FORAM ÀS RUAS**

15 M ou Indignants, Espanha, 2012. Occupy Wall Street, EUA, 2011. Espaço Comum Luiz Estrela, BH, 2013.

**PORQUE A CIDADE É DELAS.**

Occupy Tahrir, Egito, 2011. Occupy Gezi Park, Turquia, 2013. Occupy Estelita, Brasil, 2012-14.

**OCUPE-SE DE CIDADE VOCÊ TAMBÉM!**  
**#OCUPE ESTELITA**

Prefeito Geraldo Júlio, se o Sr. dialogasse conosco, poderia entender melhor quem somos.  
**#NEGOCIAPREFEITO**

**DIA 1º DE JUNHO no CAIS JOSÉ ESTELITA, A PARTIR DAS 9H.**  
Recife, Brasil, 2014.

**Movimento#OcupeEstelita**  
Página curtida · 31 de maio de 2014 · Editado ·

As pessoas foram às ruas porque a cidade é delas!!  
Ocupe-se com sua cidade! Ocupe sua cidade!  
**#OcupeEstelita #NegociaPrefeito #ResisteEstelita**

Curtir · Comentar · Compartilhar

99 · Comentários mais relevantes

31 compartilhamentos · 2 comentários

**Arabela Pessoa Guerra** "É dos sonhos dos homens que uma cidade se inventa" CARLOS PENA FILHO  
**#ocupestelita**  
Curtir · Responder · 3 · 31 de maio de 2014 às 13:33

**Evandro Araújo Araújo** Santo Amaro da Purificação

Valei mangues aterrados  
Dores de mães  
Prisões de filhos  
Povo lascado  
Deitados pelo chão

Valei meus bons amigos  
Vivos de dignidade  
Onde o estado desdenhou  
Feitos poetas rebrotados  
Sem medo de resultados

Valei esgotos por todo lado  
País muito assombrados  
Com seus sonhos guardados  
Pela vida que desgastou  
Cabeças bem erguidas motivou

Valei Santo Amaro  
Bonito quase raro  
Coração mui caro  
Portal do amor

**Evandro Araújo**  
Curtir · Responder · 2 de junho de 2014 às 09:51

Escreva um comentário...

Além das campanhas de engajamento com a presença de artistas e pessoas comuns que, voluntariamente, se mostravam simpatizantes à ocupação e ao MOE, o #OcupeCom iniciou as pressões junto a políticos, solicitando seus posicionamentos acerca do compromisso com a cidade. Foram alvos dessa ação: o ex-prefeito João Paulo, do Partido dos Trabalhadores; o vice-prefeito Luciano Siqueira, do PCdoB, o qual participou da gestão de João Paulo e de Geraldo Júlio; a poetisa e secretária de Meio Ambiente à época, Cida Pedrosa; o então deputado, Armando Monteiro; e Severino Pessoa, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.



Figura 35 – Campanha Você se #ocupa com o Recife?



O mês de junho foi marcado por muitas atividades na ocupação do Cais, a qual aconteceu no final de maio. A página do Facebook foi utilizada como porta-voz do movimento, sem espaço na mídia hegemônica local, e como um grande mural de catalização de apoios e de desenvolvimento de campanhas de pressão junto ao poder público. A maior parte das postagens deste período esteve relacionada: aos eventos organizados na ocupação; às mensagens de apoio de artistas e anônimos; aos pedidos de doações de itens de manutenção para os(as) acampados(as); às investidas de desocupação do terreno por parte das construtoras; e, posteriormente, à reintegração de posse. Grande parcela dos comentários eram de apoio à ocupação.

Figura 36 – Pedido de apoio às(aos) acampadas(os)



Figura 37 – Campanha #negociaprefeito



Já com uma identidade visual definida, marcada por cores vibrantes com especial presença do verde, e logomarca estabelecida, o #OcupeCom investe fortemente em outras duas *hashtags*: #ResisteEstelita e #NegociaPrefeito, principalmente antes da reintegração de posse. Após a retirada dos estelitantes, com uso de forte repressão policial, o #ResisteEstelita ganha ainda mais força. Nesse mês, as postagens introduzem debates não apenas sobre a ilegalidade do leilão, mas também sobre seus impactos ambientais, na mobilidade, no patrimônio histórico, correlacionando-os a termos como *velha política*<sup>28</sup> e ao patrimonialismo.

Junho foi o mês com o maior número de postagens do triênio analisado e com o maior número de fatos emblemáticos. Ademais da reintegração de posse, foi o período da re-ocupação do Cais, no qual os(as) militantes mantiveram acampamento abaixo do Viaduto Capitão Temudo, em frente aos armazéns, e da primeira ocupação do prédio da Prefeitura do Recife. Esses dois eventos ampliaram a pauta da *fanpage*. Inicia-se aqui as transmissões ao

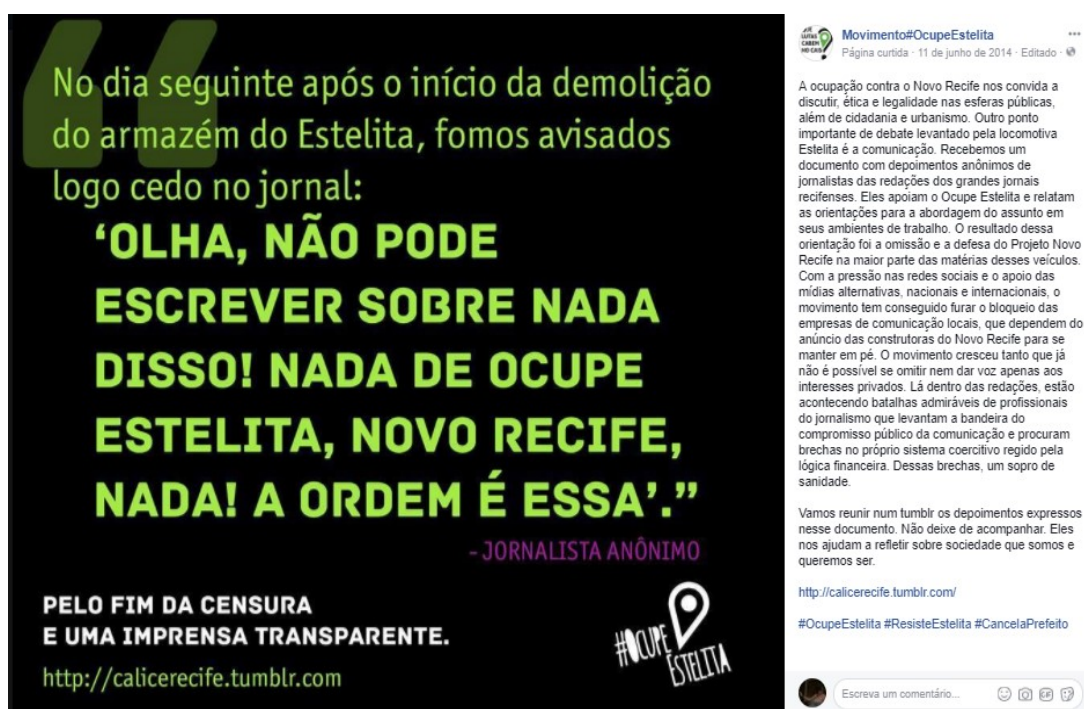
<sup>28</sup> A expressão *velha política* ganhou relevância no período pelo discurso do ex-governador Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro, à época candidato à presidência da república. Esse se auto intitulava porta-voz da nova política, em oposição à *velha política*, desgastada na opinião pública e repleta de vícios de ordem patrimonialista e coronelista.



vivo, via *streaming*, das ocupações e coletivas de imprensa, assim como das postagens bilíngues, visto que a imprensa local tradicional deu pouca voz aos manifestantes.

Melhor situando, a cobertura parcial dos veículos jornalísticos parece ter influenciado diretamente no aumento dos comentários contrários aos militantes do MOE na *fanpage*. As observações desta pesquisa revelam a ampliação dos comentários de ódio, xingamentos e posicionamentos divergentes ao movimento após a pontual, porém intensa, visibilidade midiática da reintegração de posse e da ocupação da prefeitura. A gestão de rede do #OcupeCom se preocupou em tornar público o seu repúdio ao que chamaram de “censura das redações”.

Figura 38 – Postagem sobre censura nas redações jornalísticas



Em julho, o Ocupe anunciou a modificação de sua estratégia de atuação e, coerentemente com essa, re-sintonizou a agenda temática da *fanpage*: o que chamamos de mural da ocupação (nesse período de re-ocupação situado embaixo do Viaduto Capitão Temudo, ao lado do Cais), onde eram publicadas as ações públicas e necessidades do acampamento, divide espaço com os debates descentralizados, promovidos em praças e parques públicos. O foco das campanhas e pressão se direciona para o Conselho da Cidade do Recife, espaço misto de debate e monitoramento de políticas públicas urbanas.

Figura 39 – Postagem sobre debates descentralizados

**DOMINGO DE ATIVIDADES  
NO PARQUE 13 DE MAIO!**

- Palestra 'Linha do tempo: a história do Ocupe Estelita'
- Oficina de Malabarismo
- Intervenção de cartazes lambe-lambe
- Produção de Camisetas do Movimento
- Apresentação 'Tambores de La Revolucion'

**A PARTIR DAS 10H!**

*O Estelita é só o começo!  
A cidade é nossa! Ocupe-a!*

Foto: MARCIO ROGÉRIO

**Movimento#OcupeEstelita**  
Página curtida · 12 de julho de 2014 · 100

Amanhã (13), o Movimento Ocupe Estelita dá início a um novo momento em seu formato de militância. Nesta semana, o Movimento vai às ruas difundir a sua pauta e convidar os cidadãos para a audiência pública de definição das diretrizes urbanísticas do projeto, que acontecerá na próxima quinta (17).

Com a promoção de atividades culturais e políticas, o Movimento estará presente, amanhã, às 10h, no Parque 13 de Maio, em Santo Amaro. Dentre as atividades realizadas, uma palestra ministrada pela arquiteta Cristina Gouvêa "Linha do Tempo: a história do Ocupe Estelita", que irá explicar todo o processo do movimento, incluindo os atos anteriores à ocupação que se iniciou no dia 21 de maio de 2014. Cristina também irá esclarecer o propósito da audiência pública, para informar o máximo de pessoas possíveis sobre os procedimentos em andamento.

Como em outros eventos do Movimento Ocupe Estelita, as atividades culturais serão bastante diversificadas e o espaço será livre para intervenções positivas de qualquer tipo. Oficina de malabarismo, produção de camisetas do Movimento, intervenção com lambe-lambe e uma apresentação do grupo de maracatu Tambores de la Revolucion também constam na programação do evento, que se estenderá pela tarde.

Curtir Comentar Compartilhar

100 Comentários mais relevantes

Escreva um comentário...

Com o aumento dos comentários de ódio na página, a gestão de rede passa a adotar como medida o apagamento das mensagens que incitassem o ódio, a criminalidade e o preconceito. À época, essa política de uso da página foi publicada na sessão “sobre” da *fanpage* do Ocupe, advertindo sobre a medida.

Nesse mês, um post, replicado duas vezes, ampliou os questionamentos sobre a parcialidade político-partidária do movimento: o apoio da vereadora Marília Arraes (PSB), prima de Eduardo Campos. Mesmo diante das repercussões negativas da primeira postagem, a gestão de página insistiu na provocação. Sabe-se que na esfera das redes sociais virtuais, existem internautas comuns e pessoas com vínculos políticos e comerciais que usam seus perfis (ou criam perfis) para gerar dúvida e influenciar opiniões. Não coube a esta pesquisa avaliar a validade dos comentários, mas registrar sua existência, direcionamento e possível influência na página.

**Figura 40** – Postagem sobre o apoio de Marília Arraes e repercussão



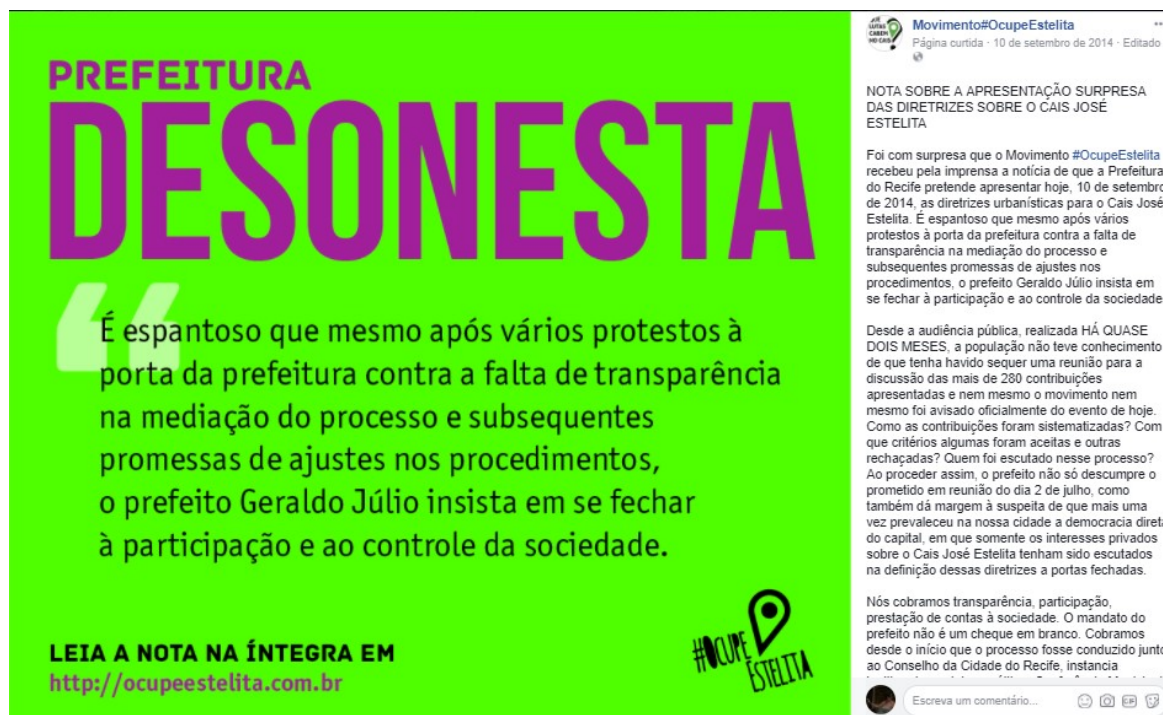
Os meses de agosto e setembro têm direcionamentos comuns e são marcados por postagens que reafirmam a força do movimento, em particular, por meio de ações realizadas e apoiadas por experiências/organizações de outros estados. O MOE passa a visibilizar eventos



acadêmicos e culturais, nos quais é tema central.

No final de agosto, o #OcupeCom começa a pressionar a Prefeitura acerca do acordo, estabelecido em junho, de anulação ou redesenho do projeto Novo Recife, denunciando, inclusive, tentativas de negociação entre o poder público e as empreiteiras sem a participação da sociedade civil nem do Conselho da Cidade.

**Figura 41 – Prefeitura desonesta**



Em setembro, se inicia um momento de apoiar e visibilizar outras iniciativas locais relacionadas ao direito à cidade, uma delas foi a da comunidade de Passarinho, no Recife, onde falta a regularização fundiária e diversos serviços públicos, e o debate da Nova Beira Rio das Graças, bairro de classe média e alta, às margens do Rio Capibaribe. A tentativa de contemplar as duas realidades demonstra as várias faces do direito à cidade e, por outro lado, a maior visibilidade dessa agenda, em relação à constituinte, demarca o foco prioritário de atuação do movimento.

O último trimestre do ano teve poucas postagens e foi direcionado ao acompanhamento do redesenho do projeto Novo Recife, a um dos festivais de música, oficinas e artes, promovido no dia 16 de novembro, bem como se inicia aqui, a visibilidade da produção dos militantes da Brigada do Audiovisual, em especial o vídeo Cidade Roubada, do cineasta Pedro Severien, que estava sendo exibido em mostras de cinema. Esse é um período

morno em relação aos comentários, ainda que a página mantenha um bom número de compartilhamentos, em especial no que concerne aos eventos presenciais do MOE.

Por fim, é imprescindível destacar uma mensagem presente nas postagens ao longo de todo ano: “a resistência é local, mas a luta é global”. O lema apareceu em postagens de apoio do movimento, em especial daquelas vindas de fora do país e, em outubro, essa máxima foi reforçada numa assembleia do Movimento Parque, realizada em São Paulo, que reuniu experiências de promoção do direito à cidade de várias partes do mundo. Essa dimensão da política, constituída na dialética das tensões local e global, retorna à metáfora das redes, na qual cada luta dessa é um nó interconectado a outros. É uma medida de resistência e de desafio para as esquerdas.

**Figura 42** – Articulação com outras experiências nacionais e internacionais



### 6.2.2 A produção de conteúdo do MOE em 2015

Em 2015, a *fanpage* do Movimento Ocupe Estelita teve 794 postagens, das quais 521 produzidas a partir da gestão de rede do MOE e 273 publicadas por internautas. Se a produção de conteúdo foi menor em relação ao ano anterior (cerca de ¼ a menos), a quantidade de interações aumentou em 13%: foram 132.158 curtidas, 4.486 comentários e 55.961

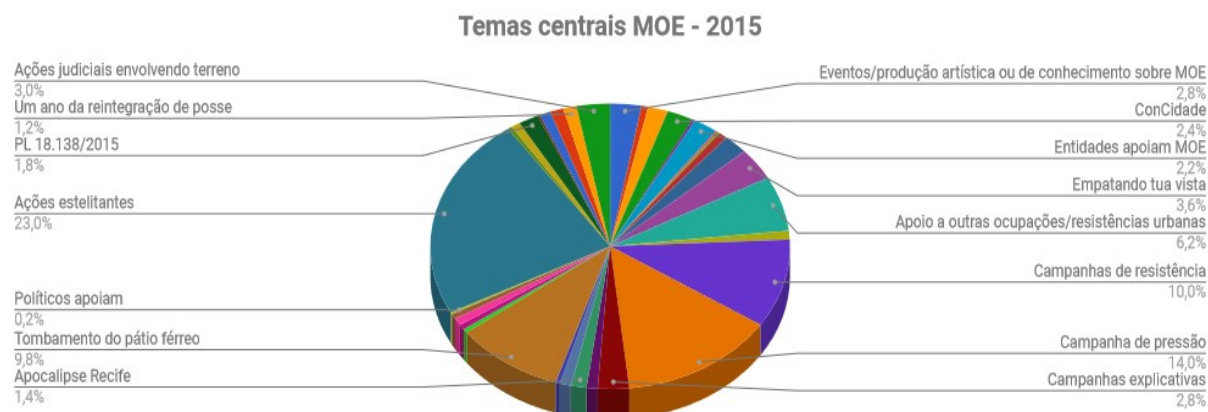
compartilhamentos.

De janeiro a dezembro, a página do Ocupe foi utilizada majoritariamente para visibilizar as ações do movimento e articular apoios: 23% das postagens corresponderam a atos públicos e eventos organizados pelo MOE, como o Ocupe Campo-Cidade - advindo da articulação com movimentos rurais e agroecológicos - e o Ocupe Geju, ocupação na frente do prédio onde reside o prefeito Geraldo Júlio. Mas é importante também considerar o papel das campanhas de pressão junto ao governo federal, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e ao poder executivo municipal: 14% das publicações tinham a finalidade de angariar apoios e pressionar o Estado a responder às demandas colocadas pelos militantes *offline*, como o pedido de tombamento do pátio férreo e armazéns do cais dirigidos ao Ministério da Cultura e Iphan, assim como, a anulação, por parte da prefeitura, do Plano urbanístico do projeto Novo Recife.

Esse foi um ano de muitas disputas judiciais entre estelitantes e o consórcio Novo Recife. O tema correspondeu a 3% das postagens.

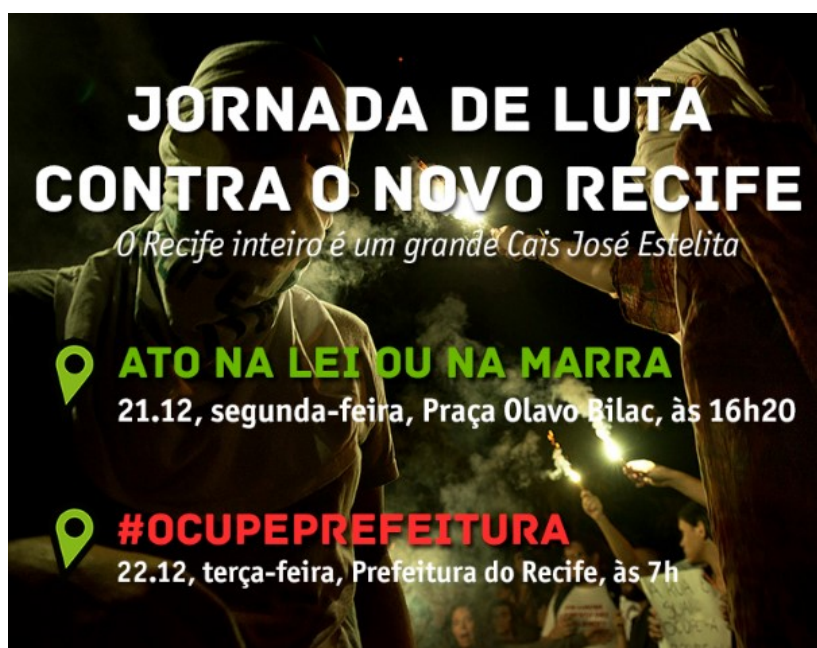
O apoio a outras ocupações e resistências urbanas dobrou em um ano: foram 6,2% publicações de apoio a movimentos populares, feministas e sindicais. Essas correspondiam a notas de apoio, denúncias de violações de direitos, anúncios de conquistas e atos de rua, dos quais o movimento participou e os quais respondiam a uma demanda imediata. O processo de desterritorialização geográfica e reterritorialização a partir de pautas/assuntos comuns, promovido pela sociedade em rede, possibilitou a aproximação com lutas de outros estados como o #ResisteIzidora, em Minas Gerais, as do Parque Augusta e do Ocupa Escola SP, em São Paulo. Por outro lado, os vínculos com a comunidade do Coque, vizinha ao Cais e alvo das investidas do capital imobiliário, ganharam maior destaque nos posts, seguido do Ocupe Passarinho, na comunidade do Passarinho, no Recife, e o Ocupe UFPE.

Gráfico 16 – Temas das postagens do MOE em 2015



As campanhas de pressão nas redes foram direcionadas primeiramente ao Iphan e ao Ministério da Cultura (50% dos *posts* nessa categoria), com as *hashtags* #TombaIphan, #AssinaMinistro e #TomaMinC; na sequência, ao executivo municipal (46%), por meio da Jornada de Luta #NaoVaiTerCDU (tentativa de impedir a reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, na qual seria votado o projeto urbanístico do Novo Recife); e ao próprio CDU (46%), por meio do “Põe a Cara no Sol” (*posts* mostrando os membros do CDU que são a favor do projeto Novo Recife).

Figura 43 – Campanha #naovaitercdu



**Movimento#OcupeEstelita** \*\*\*

Página curta · 18 de dezembro de 2015 · Editado ·

**NÃO RECUAREMOS**

Próxima semana marca o início de uma Jornada de Luta conta o Novo Recife. Apesar dos últimos ganhos de quem desaprova o projeto, a Prefeitura e o Consórcio Novo Recife têm ignorado e manobrado tanto as decisões judiciais quanto a mobilização popular. Mas quando mais de 10 mil pessoas foram às ruas para se colocar contra uma ideia de cidade higienista e segregadora, a mensagem é clara: não vai parar. NÃO VAMOS RECUAR. Enquanto houver reunião no CDU, há luta. Enquanto houver Novo Recife, há povo na rua.

#naovaitercdu

<https://www.facebook.com/events/1002508023125497/>

+

<https://www.facebook.com/events/931424846952316/>




Figura 44 – Campanha Põe a cara no sol



Já na frente das campanhas de incentivo à resistência, estavam: o uso da *hashtag* #SalveOEstelita, iniciada no mês de maio, quando a Prefeitura do Recife encaminhou à Câmara dos Vereadores o PL nº 18.138/2015, referente ao Plano Urbanístico para o Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga, favorável ao formato proposto pelo Consórcio Novo Recife; o #VigieOEstelita, um chamamento utilizado ao longo do ano, em especial dos períodos críticos, para que a população estivesse atenta e denunciasses nas redes virtuais possíveis tentativas de demolição dos armazéns; e o Ressurgir, ato para levantar a militância no segundo semestre, após um período de pouca mobilização nas redes.



Figura 45 – Chamada para ato Ressurgir

 Movimento#OcupeEstelita adicionou um evento. 28 de setembro de 2015 · 🌐


**RESSURGIR!**

Na próxima quinta-feira (1), às 16h, o Movimento Ocupe Estelita convida todxs a se reunirem na Praça do Derby e saírem juntxs em mais um ato de resistência ao teatro institucionalizado que envolve o Projeto Novo Recife. Desta vez, e mais uma vez ilegalmente, o projeto segue novamente - como foi feito em 2012, no início da história do MOE - em sua versão falsamente remodelada para o Conselho de Desenvolvimento Urbano, onde deverá ser enfim aprovado. NÃO PERMITIREMOS! Esta votação, que tenta forçosamente anunciar a proximidade do fim deste processo, não pode acontecer. Vamos encher a cidade mais uma vez e mostrar que o Movimento Ocupe Estelita segue forte para impedir mais uma intervenção ilegal e desaprovada na área do Cais José Estelita.



Estamos juntxs. A cidade é nossa!


-----

QUINTA-FEIRA, 1º de outubro  
Concentração às 16h  
Praça do Derby, no Coreto  
[Levem suas camisas do MOE, instrumentos de batuque, cartazes, etc]



**OUT 1** **RESSURGIR! Grande Ato do Oc...** ★ Receber Lembrete  
Qui 16:00 UTC-03 · Praça do Derby · Recife  
Yvana Fachine convidou você

 Curtir  Comentar

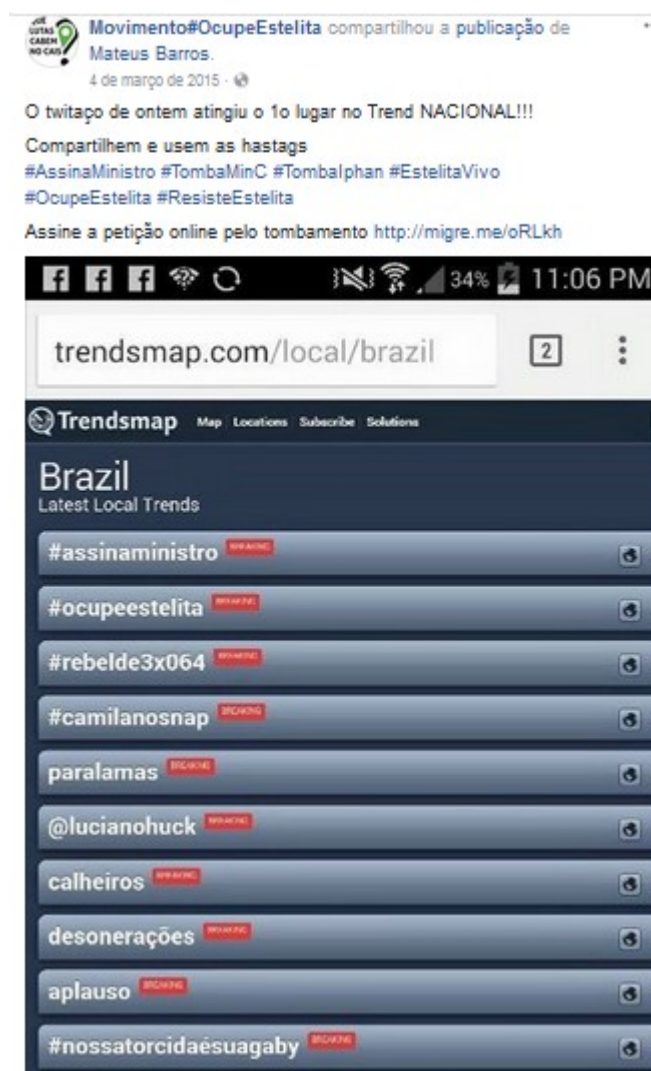
 39

Detalhando mês a mês, janeiro teve pouca produção de conteúdo a partir da gestão de rede do #OcupeCom, sendo a maior parte das publicações, compartilhamentos de outras páginas, com considerável foco no apoio a outras experiências de ocupações e resistências urbanas.

Nos dois meses seguintes, fevereiro e março, o tema mais recorrente foi o pedido de tombamento do pátio férreo do Cais e as campanhas de pressão sobre o Iphan e o Ministério da Cultura, correspondendo a quase metade dos *posts* do bimestre. Vale considerar o potencial aglutinador do Ocupe nas redes: um tuitaço, convocado pelo MOE para o dia 03 de março de 2015 em todos os seus perfis, fez com que as *hashtags* #AssinaMinistro e #OcupeEstelita alcançassem o *trend topic* nacional do Twitter naquela data, superando marcações associadas

a mídia hegemônica nacional, com todo o seu aparato, como a de Luciano Huck.

**Figura 46** – Tuitaço #assinaministro atinge trend nacional do Twitter



Os outros dois assuntos de destaque em fevereiro e março foram: a continuidade das ações de pressão junto ao ConCidade, para influenciar no plano urbanístico do Cais, e, posteriormente, quando a resolução do conselho é divulgada, mantendo as características arquitetônicas do projeto proposto pelo consórcio de construtoras, aparecem as *hashtags* #SalveOEstelita e #VigieOEstelita. Importa considerar que essa organização temática aponta para um redirecionamento político do movimento em direção a uma intervenção junto às esferas institucionais do Estado, articulando não apenas o judiciário e ministérios públicos para agirem em defesa de direitos, mas pleiteando espaço nas estruturas de proposição e monitoramento de políticas públicas, como o conselho, e junto ao executivo federal (MinC).

Esse caminho demonstra um outro tipo de incidência política em relação ao ano

anterior, de pressão direta sobre o Estado, o qual está relacionado ao conjunto de discussões acumuladas ao longo de 2014, que permitiram construir propostas conjuntas para a proteção e ocupação daquela área da cidade. Vale lembrar que existem níveis diferentes de incidência política (URANGA, 2017), os quais vão desde as tentativas de inserir novas pautas e sujeitos na agenda pública à apropriação de meios de comunicação massivos para pressionar gestores públicos a incluírem seu tema na agenda política até o último nível, à incidência direta na política pública por meio dos dispositivos legais e institucionais existentes em um dado território.

Em abril, as incursões sobre o Conselho da Cidade do Recife e via audiências públicas para interferir no Plano urbanístico continuam como o segundo tema mais abordado. O primeiro assunto, no entanto, foi o evento Ocupe Campo-Cidade, o qual relacionou o debate do direito à cidade às agendas do movimento campestre, como a reforma agrária, a agroecologia e a segurança alimentar. O cais foi ocupado por uma feira agroecológica, oficinas e debates inter-relacionando os temas.

Maio foi o mês com maior número de postagens e de interações do ano, além de ter sido o segundo mais movimentado do triênio analisado. Para uma melhor contextualização, nesse mês o prefeito encaminha para a Câmara dos Vereadores, um projeto de lei de criação de um plano urbanístico específico para o Cais José Estelita e entorno, segundo seus argumentos, resultado das discussões com a sociedade civil e empresários no ConCidade. O tema entrou de última hora em pauta na Câmara, foi aprovado por 22 votos a favor e seis contra, e publicado no dia seguinte no Diário Oficial do município. A votação foi tumultuada e com agressões a manifestantes.

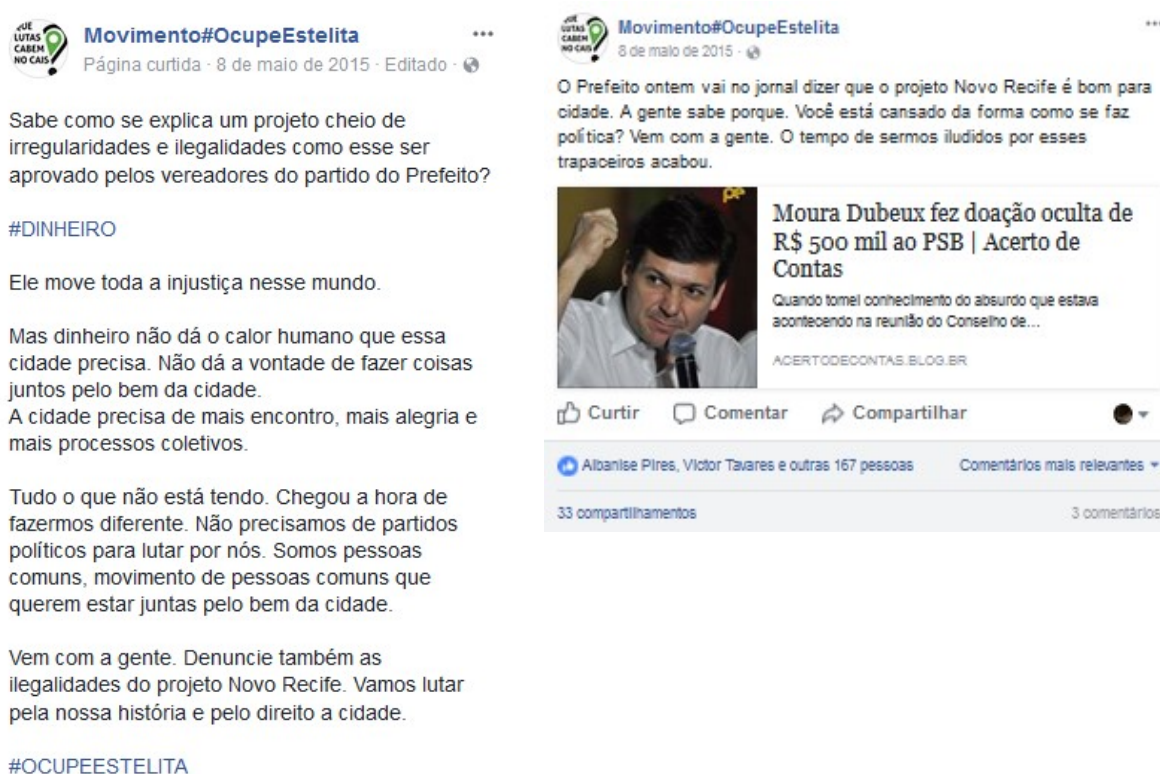
Coincidentemente (ou não), o encaminhamento foi tomado no mesmo mês que marcava um ano da ocupação do Cais, em 2014. A partir daí o MOE direciona suas ações em duas frentes: 1) a convocação à sociedade para que colabore articulando apoios contra o plano urbanístico e demolição dos armazéns via os atos públicos e ações *online* do #SalveOEstelita e #VigieOEstelita; 2) a pressão direta sobre a figura do prefeito, realizando o Ocupe GeJu, em frente ao prédio do político, um ato público chamado de Caçada ao Prefeito, no qual foi lançado um clipe musical satírico, chamado Apocalipse Recife. Esse consiste em uma paródia da música Recife, minha cidade, do cantor pernambucano Reginaldo Rossi. O *link* do clipe foi o *post* mais compartilhado, curtido e comentado dos três anos analisados, tendo sido, inclusive, assunto de matérias publicadas na mídia hegemônica local e nacional.

Dessa forma, os assuntos mais abordados em maio foram: a pressão sobre o prefeito

Geraldo Júlio a partir da suposta vinculação ao capital imobiliário; os atos e campanhas no bojo do #SalveOEstelita e #VigieOEstelita; e as discussões e ações em torno da votação do PL 18.138/2015. É válido salientar que, nesse mês, o tema da Operação Lava a jato entra na pauta das *fanpage*, mas circunscrito às investigações e prisões de empresários vinculados ao Consórcio Novo Recife, sem um posicionamento político público acerca da operação em si.

Assim, o chamamento à população desiludida com a política partidária e com o modelo de gestão dos governos começa, em maio, a tomar corpo de forma mais direta. O movimento conclama essas pessoas mergulhadas na apatia política e na crise de representação para engrossar suas fileiras e participar na construção de sua plataforma política. Mais uma vez, o discurso elaborado demarca o interesse na incidência direta sobre o Estado, transcendendo, inclusive, a esfera do leque temático do direito à cidade.

**Figura 47** – Postagens sobre o modelo de política vigente



Em junho, os assuntos mais abordados nas postagens foram: um ano da reintegração de posse da Ocupação no Cais; os apoios do MOE às lutas de outras ocupações e resistências urbanas; e posicionamento contrário ao PL nº 191/2015, o qual visava estipular regras para as

manifestações públicas na cidade.

Os meses de julho e agosto tiveram poucas postagens, conforme o já citado movimento similar ao da ressaca do mar - após os períodos de grande agitação, como foi o mês de maio, se escasseiam a produção de conteúdo e as reações. Poucas publicações se referiam ao estelita em si: quase metade dos *posts* correspondiam a menções de apoio a outras ocupações e resistências. Setembro segue essa tendência até a metade do mês, quando toma corpo a campanha Ressurgir, ato público e virtual que visou reorganizar a militância.

Em outubro, mais da metade dos *posts* também correspondeu ao apoio do MOE a outras lutas, e, no bojo do Ressurgir, o segundo assunto mais abordado foi o pleito para que o prefeito Geraldo Júlio anulasse o Plano Urbanístico.

Novembro seguiu a mesma tendência de postagens até que, nos últimos dias do mês, a Justiça Federal, em primeira instância, considerou nulo o leilão. A sentença deu fôlego ao movimento para reorganizar a ocupação na PCR e culminou em dezembro, com a Jornada de Luta Não Vai Ter CDU e a complementar campanha Põe a cara no sol, mote da quase totalidade das postagens do mês, demarcando, mais uma vez, os novos rumos políticos do MOE.

### 6.2.3 A produção de conteúdo do MOE em 2016

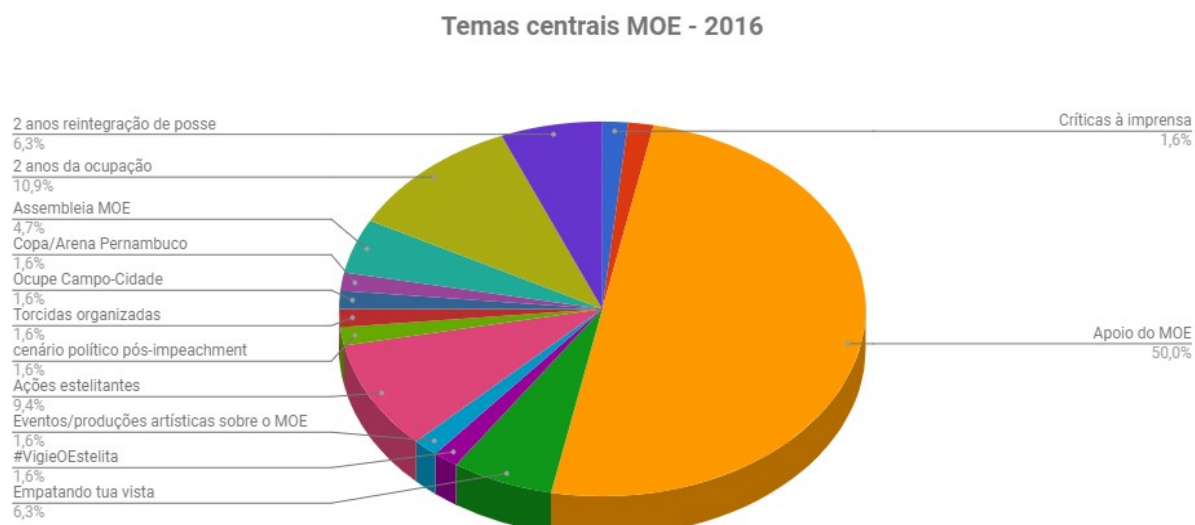
O último ano desta análise foi marcado por um cenário de desmobilização do movimento *on* e *offline*, com a desvinculação de alguns militantes ativos em anos anteriores e, em meio a um ambiente politicamente crítico, envolvendo o *impeachment* de Dilma Rousseff, a candidatura de alguns estelitantes a cargos legislativos e executivo nas eleições e uma aparente aproximação do coletivo com os ideais do anarquismo. O número total de publicações no Facebook despencou para menos de 14% dos *posts* do primeiro ano e as reações corresponderam a menos de 8% das registradas em 2014. Foram 145 *posts*, os quais resultaram em 9.742 curtidas, 1.420 comentários e 2.991 compartilhamentos.

Metade das postagens (50%) envolveu apoio à outras lutas vinculadas ao direito à cidade e a ocupações, mostrando um caminho de reencontro com as bases, vinculadas aos movimentos populares, similar ao que foi verificado na Marcha das Vadias Recife, mas também um período de menor demonstração de criatividade e exploração dos recursos do Facebook. Parte considerável dos *posts* era de compartilhamentos de chamadas de outras páginas ou de material produzido por outras *fanpages*, acompanhados de um pequeno texto

explicativo. Recursos como o uso da ironia, das paródias, na criação de peças audiovisuais e *banners*, bem como em *hashtags*, foram pouco empregados.

A memória vinculada à ocupação e à reintegração de posse do Cais em 2014 correspondeu a 10,9% e a 6,3% das postagens, respectivamente. Diante de assuntos espaçados e de postagens escassas, se comparadas às dezenas de publicações diárias dos dois anos anteriores, o emprego desses temas pareceu uma tentativa de manter a resistência e o próprio sentido referencial da existência do movimento. Quando acrescentamos o percentual das produções que mencionaram o Ocupe Campo-cidade (1,6%) e a campanha #VigieOEstelita (1,6%) temos pouco mais de 20% de auto referências.

A alusão à própria resistência foi marcante ao longo dos três anos. Deu-se por meio da visibilidade de eventos científicos e culturais que discutiam a experiência recifense, por meio dos apoios de pessoas célebres e comuns, mas se inseriram numa grade de postagens, onde se mesclavam com atos públicos e outras iniciativas de incidência política convocadas pelo MOE. No entanto, em 2016, as postagens visibilizando atividades promovidas pelo movimento corresponderam a 9,6% do total de publicações - a menor proporção dessa categoria de postagem no triênio analisado -, demonstrando um momento de retração *on* e *offline*. Diante disso, o recurso auto referencial, neste ano especificamente, parece ter sido a solução da gestão de página para demonstrar a importância e justificar a própria permanência no *front* da luta por direitos em um período em que o horizonte de possibilidades nublou, tanto por questões internas quanto pelas tensões que o cenário político e econômico impulsionou. É coerente resgatar o que foi dito nas passagens anteriores desta tese, os novos movimentos sociais estão na batalha por direitos, críticos à política institucional do Estado, mas debatendo e constituindo o sentido de sua própria ação ao mesmo tempo. O cenário eleitoral de 2016, com as mudanças políticas no plano nacional introduzidas pela ascensão do governo de Michel Temer, o clima generalizado de partidarização dos debates políticos tensionaram as diversas identidades constituidoras do coletivo, o qual sofreu rupturas, perceptíveis nas ruas e nas redes.

**Gráfico 17 – Temas das postagens do MOE em 2016**

Detalhando a análise dos temas centrais no ano, os meses de janeiro e fevereiro tiveram, cada um, um assunto de maior visibilidade e os demais foram pontuais dentro da agenda temática. No primeiro caso, a produção de conteúdo girou em torno da crítica ao aumento das passagens de ônibus e ao apoio ao movimento estudantil. A pauta do segundo mês esteve vinculada à Troça Carnavalesca Empatando Tua Vista, a qual foi alvo de uma abordagem policial, cuja ordem de execução não veio a público, e que culminou com a apreensão de fantasias, impossibilitando a saída do bloco de carnaval crítico ao modelo de desenvolvimento adotado na cidade.

Em março e abril, a quase totalidade das postagens eram apoios a movimentos e causas. Aborda-se aqui a Vila autódromo, no Rio de Janeiro, o Parque Augusta, em São Paulo, o Nova Canudos, em São Bernardo do Campo, os casarões da Tamarineira e da Várzea, ambos no Recife, bem como, é declarado apoio ao Manguelita, movimento de preservação ambiental do Mangue na Bacia do Pina, gestado durante as ocupações estelitantes.

Em maio, ano que na sequência histórica construída nesta pesquisa o debate em torno da defesa do Estelita ganha fôlego, metade (50%) das postagens correspondiam a apoios a outros movimentos e 46% se voltou aos dois anos da primeira ocupação do Cais.

O impedimento da presidente Dilma e o novo cenário político institucional instaurado só deu margem a duas notas públicas. A primeira consistiu numa análise de conjuntura, crítica ao PT e ao PMDB, publicada em maio, onde o movimento questiona o papel da representação



política para a democracia e afirma ser necessário

(...) emergir uma mobilização política de outra ordem. Na democracia burguesa, sempre se aplicou pesos e medidas distintos na disputa pela administração do capitalismo. Antes, entre os grandes partidos financiados por setores milionários da economia, como o Capital Imobiliário, e as forças populares; agora, entre os dois maiores partidos do Brasil. Destarte, o Movimento Ocupe Estelita entende que devemos nos mobilizar intensamente em torno da defesa dos nossos direitos, sem afiançar, contudo, os interesses do eixo PT-PMDB. Afinal, como escreveu Pzeworski, no livro *Capitalismo e Social Democracia*, “os líderes tornam-se representantes: massas representadas por líderes - eis o modo de organização da classe trabalhadora no seio dessas organizações capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza a massa”. (MOE, 2016)<sup>29</sup>

Em junho e julho as postagens foram poucas e se voltaram a apoios a outros movimentos/iniciativas e à memória da reintegração de posse de 2014.

Em agosto e setembro, meses próximos das eleições as postagens se voltaram para os projetos de sociedade e ao modelo de participação política. No primeiro mês, o MOE publica uma nota na qual se apresenta como movimento social organizado que desautoriza o uso da simbologia do Ocupe por candidatos nas eleições principalmente por “reafirmar um modelo de disputa muito questionado dentro do movimento e uma representatividade que poucas vezes esteve do nosso lado” (MOE, 2016).

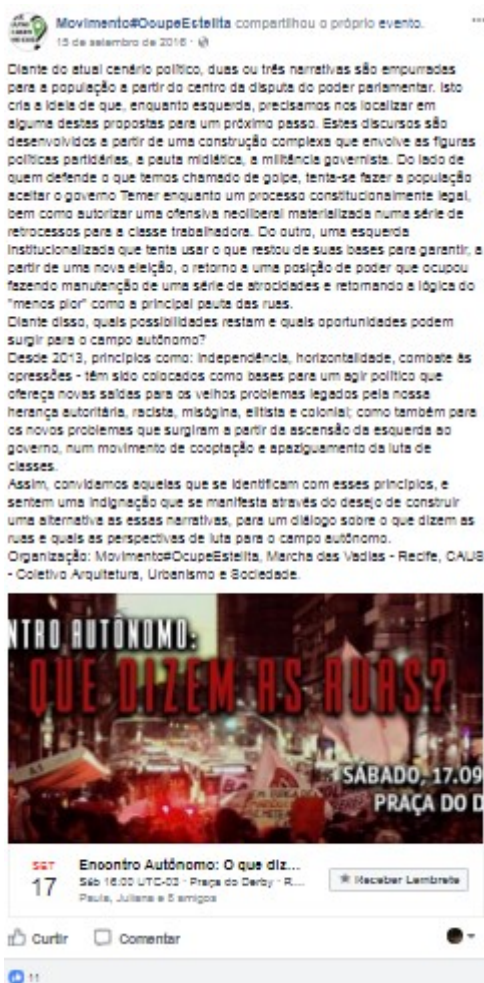
Em setembro, a página do MOE convida para um encontro voltado para a discussão sobre as possibilidades para o campo autônomo. A ação foi organizada em conjunto com a Marcha das Vadias Recife e com o CAUS - Coletivo de Arquitetura, Urbanismo e Sociedade. O tema correspondeu a 60% dos *posts* no mês. É interessante notar a radicalidade da postura política em prol da autonomia dos sujeitos em contraposição à representação político partidária. A ascensão da esquerda na política é tão criticada quanto a direita que retomou seu poderio na máquina do Estado. A marcante identidade visual estelitante é deixada de lado nessas chamadas, em realidade as logomarcas e cores específicas dos movimentos envolvidos estão ausente no *banner*.

---

<sup>29</sup> Nota disponível no link: <https://www.facebook.com/320033178143669/posts/630608737086110>.



**Figura 48 – Evento “O que dizem as ruas”**



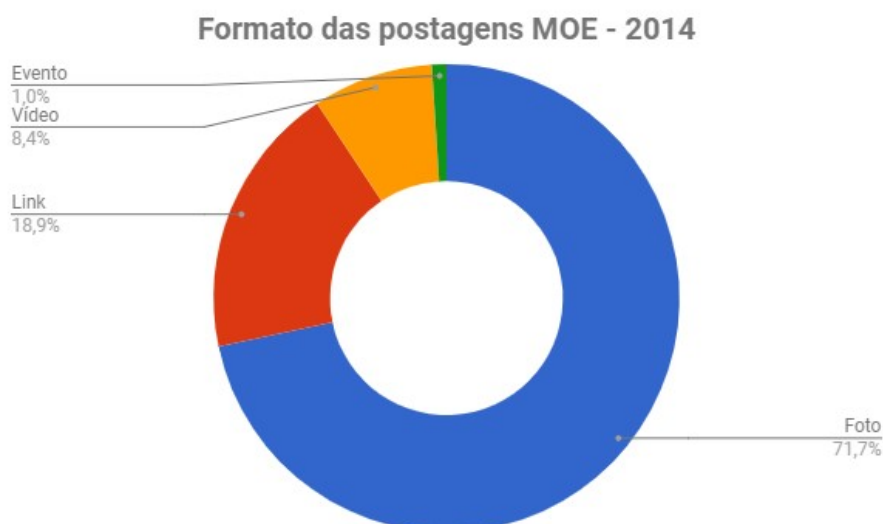
O debate, no entanto, não reverberou nas redes sociais virtuais. Ou pelo menos, não na *fanpage* do MOE. Os meses seguintes se voltaram, exclusivamente, para o apoio a movimentos sociais e resistências populares, com notório destaque para as ocupações nas escolas por parte dos estudantes secundaristas e ao Ocupe Cine Olinda.

A observação da página do Ocupe finda em um aparente momento de reestruturação dos pilares que sustentam sua ação política. No caso da Marcha das Vadias Recife, visualizamos o mesmo fenômeno no segundo ano, mas, no terceiro, houve um ressurgimento da página com novos códigos de comunicação traçados para se apresentar e interagir na rede virtual. Infelizmente, como a nossa mirada foi até dezembro de 2016, o horizonte visualizado foi de enfraquecimento do movimento e de sua incidência política nas redes sociais, com considerável descaracterização da identidade dos processos comunicacionais construída no período anterior.

### 6.3 FORMATOS DAS POSTAGENS E INTERAÇÕES COM SEGUIDORES(AS) E CURTIDORES(AS)

Em 2014, ano de consolidação do Movimento Ocupe Estelita, os esforços para criação de uma identidade visual que permitisse seu devido posicionamento do imaginário coletivo se mostram na quantidade de imagens veiculadas na página. O formato de postagem mais utilizado foi de fotos (71,7%), considerando o universo de *banners*, fotografias e *cards* de campanhas elaborados pelo coletivo. Em seguida, vêm os *links* (18,9%), os vídeos (8,4%) e o uso do recurso de eventos (1%).

**Gráfico 18** – Formato das postagens do MOE em 2014



As publicações que mais repercutiram entre internautas estavam no formato mais comum do ano, foto. As notas públicas eram publicadas como imagem, ainda que tivessem no *status* a cópia parcial ou integral do texto. Isso corresponde a um olhar atento às dinâmicas da rede Facebook e do próprio consumo de produtos simbólicos mais aproximados das imagens do que dos textos longos.

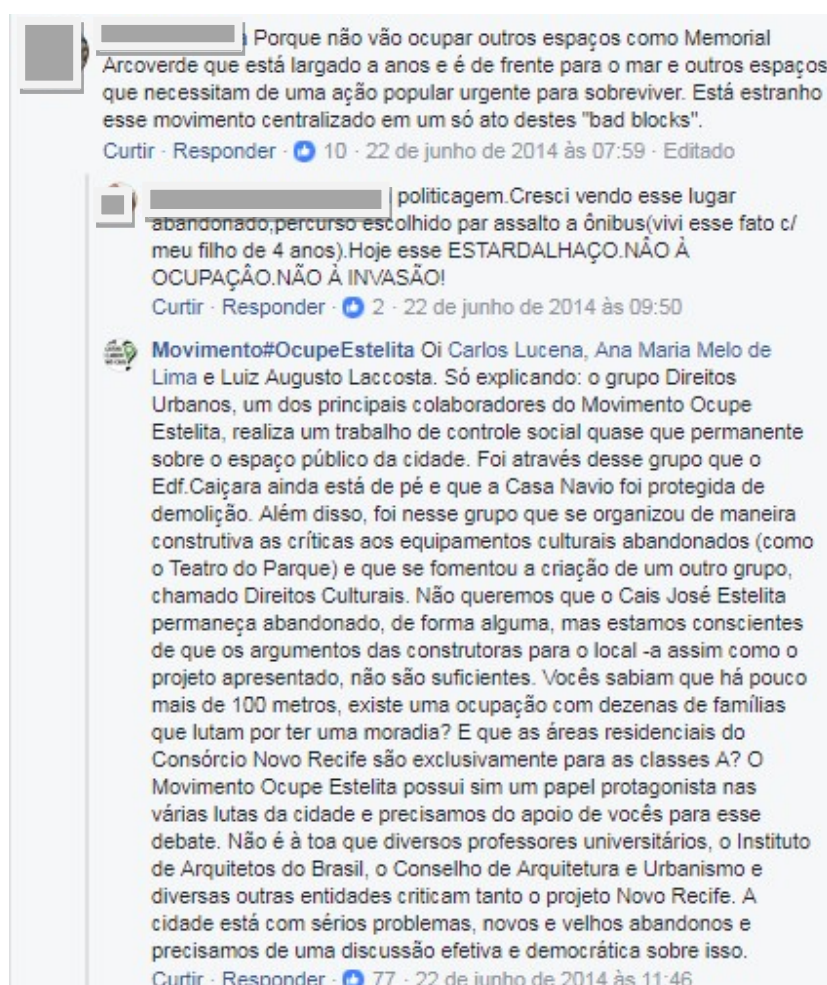
Nesse ano, a postagem com maior índice de engajamento foi o marco de 30 dias do acampamento, uma ação pela paz e pela não demolição dos armazéns no Cais José Estelita. Publicada no dia 21 de junho de 2014, a postagem teve 3.077 reações. A maior parte dos comentários consistia em mensagens de apoio. As poucas contrárias criticavam a escolha do local, entendido como espaço desocupado e que deveria mesmo ser ocupado, e/ou duvidavam dos interesses do movimento, creditando a militância a uma possível partidarização política da causa. Vale ressaltar que os comentários negativos foram respondidos pela gestão de página e,

obviamente, pelos internautas simpatizantes dos estelitantes.

Figura 49 – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014



Figura 50 – Comentários de internautas





No mês seguinte, em julho, publicaram a segunda postagem com maior número de reações (2.026). Sua inserção se deu no bojo de uma forte articulação por apoios de pessoas e instituições renomadas nacional e internacionalmente. Tratou-se de uma fotografia do Conselho Diretor do Programa Conjunto das Nações Unidas para a AIDS (UNAIDS) segurando placas em português e inglês favoráveis a causa. O registro conta com a presença de uma pernambucana, coordenadora de uma das mais conhecidas organizações não governamentais na área de soropositividade (Gestos), Alessandra Nilo, a qual levou o pleito para o encontro.

**Figura 51** – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014



As outras três publicações com os maiores índices de engajamento do ano continuaram nos meses de junho e julho, ratificando a força do movimento no início de suas mobilizações na rede social virtual. A terceira postagem com maior número de reações foi uma nota de repúdio ao processo de reintegração de posse, executada na madrugada do dia 17 de junho, um dos mais tensos e violentos, devido à repressão policial, de toda a ocupação. A agilidade na produção de conteúdo para as redes sociais, mais uma vez, se desvela - o upload da nota aconteceu algumas horas após a ação do Estado. Inúmeros comentários questionam a validade do movimento e sua causa, além de haver um forte embate de cunho político partidário. A nota cita nominalmente Geraldo Júlio e o governador em exercício João Lyra. Alguns internautas discutem sobre a honestidade e capacidade de representatividade de partidos

políticos, notadamente, das esquerdas. Nesse momento, a gestão de página não se pronuncia. São os militantes e simpatizantes que respondem aos ataques.

**Figura 52** – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014

**NOTA OFICIAL**  
do Movimento Ocupe Estelita  
sobre acontecimentos dessa manhã

Nas primeiras horas da manhã desta terça-feira, dia 17 de junho de 2014, as pessoas que acampavam no #ocupestelita foram surpreendidas pela Polícia Militar de Pernambuco. Descumprindo todos os acordos que vinham sendo firmados ao longo dos últimos dias, os representantes do estado chegaram para cumprir um mandado de reintegração de posse em favor do Consórcio Novo Recife.

De forma autoritária, exigiram que todos se retirassem do terreno em disputa em cinco minutos – mas antes disso procederam com a destruição do acampamento e com a retirada à força de quem ousava resistir pacificamente. Equipamentos de comunicação, como câmeras e computadores foram tomados. A ação covarde terminou com quatro pessoas presas e diversas feridas com estilhaços de bombas de efeito moral, balas de borracha e chicotadas. Não faltaram ofensas aos manifestantes por parte dos policiais. Barracas foram rasgadas, equipamentos destruídos, alimentos foram inutilizados e instalações artísticas arruinadas. O processo de reintegração desobedeceu inclusive os protocolos do próprio governo, que previa informação prévia aos ocupantes e ao Ministério Público, que teria a função de mediar uma solução sem violência.

O ato promovido pelo Estado de Pernambuco ignorou o clamor popular contra o projeto repleto de irregularidades do Consórcio. Causou vergonha a pernambucanos e pernambucanas, deixando claro que o governo e a prefeitura têm como objetivo principal não a democracia e o respeito às pessoas, mas os interesses mesquinhos de um punhado de endinheirados e poderosos.

A violenta reintegração acontece exatamente um dia após a prefeitura ter publicado um documento com diretrizes para as negociações prevendo – inclusive – uma audiência pública para a discussão do projeto. E um dia antes da decisão judicial que possivelmente definiria a ilegalidade do mandado.

A covardia, a falta de espírito público e a convivência do governador João Lyra e do prefeito Geraldo Júlio não irão arrefecer o movimento que multiplica a cada dia seus apoiadores em diversas partes do Brasil e do mundo.

Os participantes do Movimento Ocupe Estelita permanecem a postos, do lado de fora do terreno em disputa, e convocam mais uma vez a sociedade para vir ao Cais e mostrar que autoritarismo se enfrenta com organização popular democrática!

Pessoal a grande virada é no dia das urnas. Jamais votem em Eduardo Campos ou Geraldo Júlio que é pau mandado dele! Nem muito menos no candidato a governador que seu dudu traiu colocou. O Recife não precisa de governantes que não tenham amor pelo Recife. Aqueles que sofreram lesões durante a manifestação façam exame IML e entrem com ação contra o estado e a PM.

Curtir · Responder · 21 · 18 de junho de 2014 às 01:27

Isso. Votem no PT, que vendeu a área, aprovou o projeto e construiu as torres gêmeas, onde inclusive um certo ex-prefeito tem apartamento.

Curtir · Responder · 1 · 19 de junho de 2014 às 12:30

resumindo votem nulo! 😊

Curtir · Responder · 1 · 19 de junho de 2014 às 13:17

Karol Vilela Eduardo só fez foi posar de bom moço, se utilizou de Lula e virou as costas não para ele, mas para o seu povo, e os avanços do estado não foram obras dele coisa alguma, o maior responsável por isso é o governo federal, e até onde eu tenho ... Ver mais

Curtir · Responder · 19 de junho de 2014 às 15:22

Escreva um comentário...

O quarto e o quinto *posts* mais engajadores tinham uma perspectiva aglutinadora. Tratavam-se de, respectivamente: 1) um debate seguido de show gratuito na Praça Sérgio Loreto, também no Bairro do Recife, com diversos artistas simpatizantes da causa; e 2) um registro fotográfico das pessoas que participaram de uma apresentação do cantor Otto, no mês de junho. Os comentários no primeiro caso seguem uma perspectiva similar à da Marcha das Vadias, durante seus atos: as pessoas marcam conhecidos, agendam encontros e o espaço toma ar de chat. No segundo, os(as) internautas externalizam contentamento com a cidade, com a iniciativa, parece ressurgir uma onda de esperança. Poucos comentários se mostram contrários à iniciativa. Esses giram em torno de dois argumentos principais: a suposta “desocupação” dos estelitantes e o desmerecimento do movimento por integrar pessoas de classe média e intelectuais, numa nítida estrutura de pensamento que associa movimentos sociais aos pobres e aos pouco escolarizados.

Figura 53 – Quarta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014



**DOMINGO, 20 DE JULHO**

*de graça na praça*

**MARCELO JENECI •  
COISA NOSTRA •  
SERRAPILHEIRA •  
SEMENTE DE VULCÃO**

OFICINAS DE TECIDO ACROBÁTICO  
E MALABARES • VENDA DE LIVROS •  
RODAS DE DEBATE • IMPRESSÃO DE  
CAMISAS • VENDA DE ADESIVOS  
E MUITO MAIS

**NA PRAÇA SÉRGIO LORETO,  
RUA IMPERIAL COM RUA DA CONCÓRDIA  
A PARTIR DAS 10H**

#OCUPE ESTELITA **A CIDADE É NOSSA.  
OCUPE-A.**

**Movimento#OcupeEstelita**  
Página curtida · 15 de julho de 2014 · Editado ·

"Você praça, eu acho graça! Você prédio, acho tédio!"


#ReocupeORecife!

Enquanto o Projeto Novo Recife planeja dar as costas para a cidade, nós nos dedicamos a REvivê-la! Neste domingo, convidamos tod@s para ocupar a Praça Sérgio Loreto, marco histórico e afetivo do NOSSO RECIFE. Um belo exemplo da arquitetura centenária do Bairro de São José que merece HARMONIA com o futuro Cais José Estelita!

A partir das 10 horas da manhã, oficinas de tecido acrobático e malabares; vendas de livros; diversas rodas de debate; impressão de camisetas; vendas de adesivos; e tudo o mais com o que cada um de nós puder contribuir!

Além dos shows de:  
Semente De Vulcão  
Serrapilheira  
Coisa Nostra  
& Marcelo Jeneci

Figura 54 – Quinta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2014



coisa linda!  
Curtir · Responder · 7 · 22 de junho de 2014 às 20:11

Que momento fantástico vive a cidade do Recife com este movimento. Pena eu não estar na minha cidade pra vivenciar tudo isso.  
Curtir · Responder · 6 · 22 de junho de 2014 às 20:15

Maravilha!! Amor ao Recife! ❤️🔥  
#resisteestelita  
S... Ver mais  
Curtir · Responder · 4 · 22 de junho de 2014 às 20:45

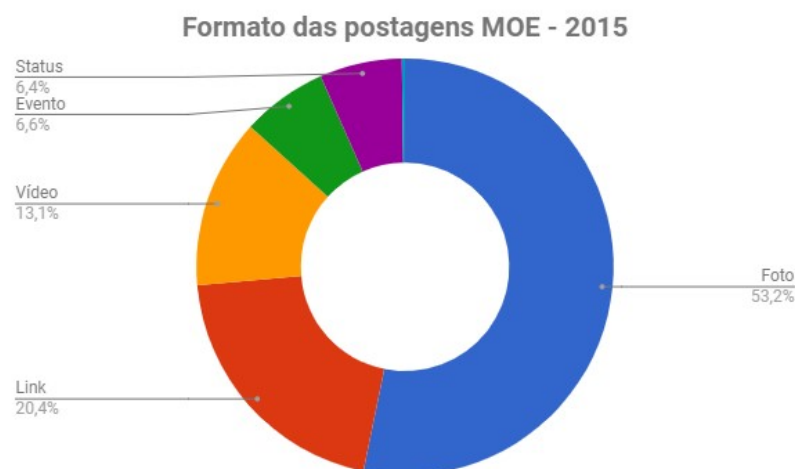
Onde é?  
Curtir · Responder · 3 · 22 de junho de 2014 às 20:42

O que é isso?  
Curtir · Responder · 2 · 22 de junho de 2014 às 20:46

**Movimento#OcupeEstelita** Ocupe Estelita na praça do Capanga, final dos armazéns.  
Curtir · Responder · 9 · 22 de junho de 2014 às 21:03

O ano de 2015 foi o que registrou os maiores índices de engajamento em postagens do triênio analisado nesta tese. Ainda que o formato das fotos se mantenha como o mais utilizado nas publicações (53,2%), é preciso considerar que o formato de vídeo mais que dobrou em relação ao ano anterior (13,1%) e o compartilhamento de páginas de eventos, inclusive, e principalmente, dos próprios atos, cresceu em 600%, correspondendo ao total de 6,6% do total dos *posts*. O percentual de uso de *links* se manteve estável (20,4%) e o uso de *status* (apenas textos) se revelou em 6,4% dos casos.



**Gráfico 19** – Formato das postagens do MOE em 2015

Marcadamente, as produções da Brigada do Audiovisual do MOE ganharam espaço no perfil e são, exatamente, os dois vídeos produzidos por eles que despontam com os maiores números de reações das 2.017 postagens realizadas entre 2014 e 2016. O clipe musical “Novo Apocalipse Recife” teve 30.151 reações, trazendo uma paródia ácida e humorística da música “Recife, minha cidade”, de Reginaldo Rossi, para criticar a verticalização da cidade e as alianças entre construtoras e o poder público. A figura central representativa do poder público, adotada pela narrativa estelitante, foi a do Prefeito Geraldo Júlio. Vale registrar que o vídeo também teve uma versão adaptada para compartilhamento via whatsapp. No Facebook, foram mais de 1.600 comentários. A maior parte favorável à iniciativa. Mas também houve muita crítica ao silenciamento em torno da responsabilidade das gestões do Partido dos Trabalhadores, nas figuras de João Paulo e João da Costa, quando o leilão aconteceu. A gestão da página respondeu às críticas informando que se tratava de uma ação de pressão sobre quem realmente poderia, por estar no poder, resolver o problema.

**Figura 55** – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015

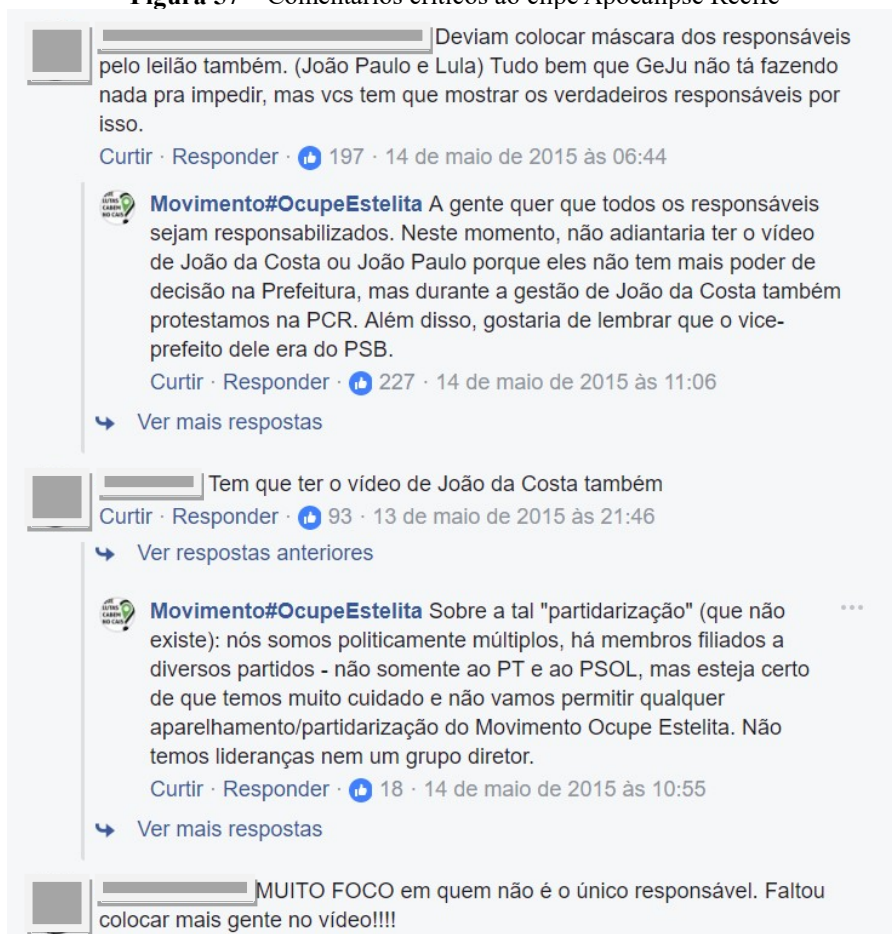


**Figura 56** – Comentários favoráveis ao clipe Apocalipse Recife





**Figura 57** – Comentários críticos ao clipe Apocalipse Recife

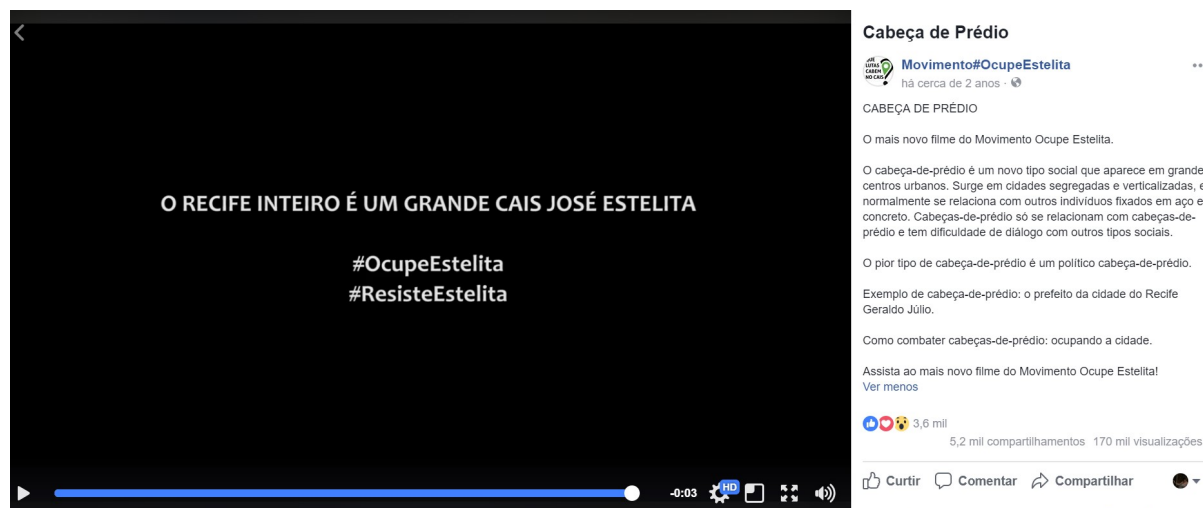


As acusações de partidarização se vincularam não apenas à adoção de Geraldo Júlio como figura central das críticas do MOE, mas também à participação ativa no movimento de algumas pessoas, cuja imagem está vinculada à militância político-partidária como o publicitário Sérgio Urt e o professor Leonardo Cisneiros, o primeiro supostamente vinculado ao PT e o segundo, ao PSOL.

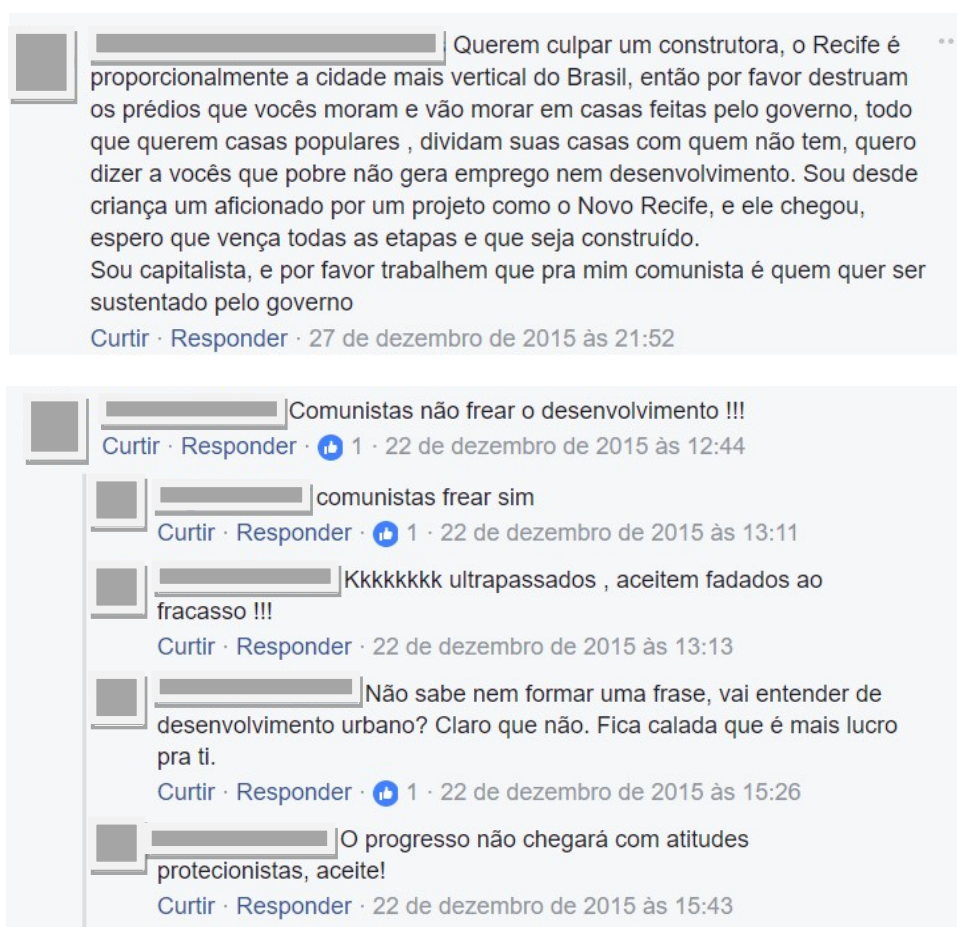
O segundo *post* com maior engajamento foi o vídeo “Cabeça de prédio”, cujo *upload* data do dia 22 de dezembro de 2015. O audiovisual segue uma linha mais didática do que o anterior, não cita nominalmente nenhuma pessoa, apenas as instituições públicas e privadas. Sua narrativa se desenvolve, igualmente, a partir da denúncia entre os vínculos públicos e privados que findaram com o leilão de toda a área dos armazéns do Cais José Estelita. O próprio texto segue uma linha conceitualizada dos tipos humanos que defendem a verticalização da cidade. Foram 9.190 reações, mais de 240 comentários e 5.227 compartilhamentos. Inicialmente, as respostas foram positivas, de apoio e elogio ao vídeo. Ao final do dia, a postagem começou a ser alvo de muitos comentários desvalidadores da causa, com pouca menção a partidos e com uma defesa radical do capitalismo e do modelo de desenvolvimento hegemônico adotado pela gestão municipal. Para tal, esses internautas se

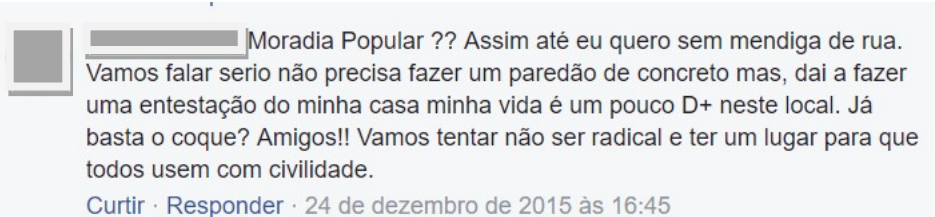
referiam aos militantes e apoiadores do MOE como “maconheiros” e “comunistas”.

**Figura 58** – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015



**Figura 59** – Comentários favoráveis ao Projeto Novo Recife





O terceiro *post* com o maior número de reações (6.566) foi um gif animado de um homem comendo árvores e defecando construções. Apesar de simples, teve mais de 5.500 compartilhamentos. A quarta (4.906) e a quinta (4.148) postagens mais engajadoras de 2015 foram, respectivamente, o anúncio da abertura da operação Lance Final, da Polícia Federal, que visava investigar possíveis irregularidades no leilão da área no Cais, e uma sobre a sentença da justiça federal em primeira instância que anulou a compra do terreno pelo Consórcio Novo Recife. Dos três casos citados neste parágrafo, apenas o da Operação Lance Final foi alvo de uma enxurrada de comentários criticando a não verbalização de críticas ao Partido dos Trabalhadores, em especial às gestões de João Paulo e João da Costa. A gestão de página, nos comentários, responde aos internautas informando conhecer e reconhecer todas as gestões envolvidas no processo. É interessante notar o ódio ao PT em um momento político, no qual já estavam estabelecidas as condições de pressão que resultaram no impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

**Figura 60** – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2015

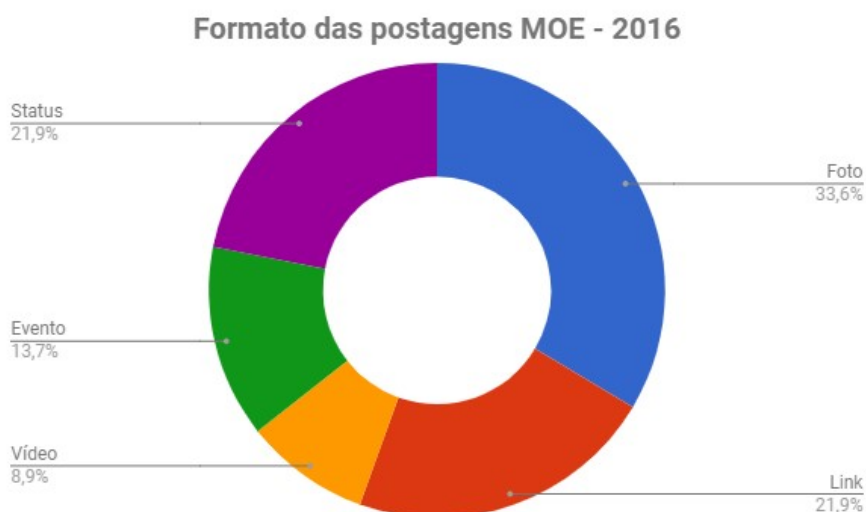






percentual de *links* teve leve ampliação em relação ao ano anterior (21,9%), assim como aumentam os eventos compartilhados no *feed* (13,7%) e os *status* publicados triplicaram (21,9%). Possivelmente, a composição do #OcupeCom tinha menos domínio de design e de outras linguagens audiovisuais empregadas/produzidas anteriormente.

**Gráfico 20** – Formato das postagens do MOE em 2016



A expansão da pauta estelitante, em torno de outros temas e símbolos concernentes ao direito à cidade, se mostra principalmente nas notas de apoio a outros movimentos e suas causas. Aparentemente, as visões díspares dentro da própria militância sobre a pauta estelitante, nessa fase, fragilizaram o movimento e, nas redes, foi identificada uma ampliação dos ataques de *haters*. A postagem com o maior número de reações desse ano foi uma nota pública, em 14 de abril de 2016, favorável às torcidas organizadas e contrária a decisão da 5ª Vara da Fazenda de Pernambuco que proibiu, após confusões, a permanência da Torcida Jovem do Sport nos jogos do time. Foram 1.871 reações, a quase totalidade dos 520 comentários foi contrária à nota pública. Mesmo apoiadores e simpatizantes se manifestaram em desacordo com o *post* e com o posicionamento do movimento.

Figura 63 – Primeira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016

**Movimento#OcupeEstelita**  
14 de abril de 2016 · 🌐

Essa semana a Quinta Vara da Fazenda de Pernambuco determinou que a Torcida Jovem do Sport está banida de todos os eventos do Sport Club do Recife nacional e internacionalmente. Abusando de um discurso racista, autoritário e classista, o presidente do Sport João Humberto Martorelli e a mídia esportiva local tratam a Jovem como principal culpada pela violência no futebol pernambucano fazendo uso dessa narrativa para cada vez mais higienizar e elitizar a Ilha do Retiro quando a própria gestão e o poder público são os principais culpados.

Entendendo o estádio de futebol como extensão da cidade, o Movimento Ocupe Estelita acredita que de forma semelhante ao processo de higienização social que ocorre no Recife, há também um processo de gentrificação/enobrecimento nos estádios, de modo que o público torcedor que compõe as gerais – geralmente setores mais baratos – vem sendo criminalizado.

Na construção de uma cidade popular e democrática acreditamos que nela também cabe o amarelo da torcida jovem, nos solidarizamos com a torcida e repudiamos a perseguição que todas as torcidas organizadas vem sofrendo pelo Brasil. A violência no futebol só vai acabar quando percebermos quem são verdadeiramente os nossos inimigos que são a Rede Globo e a CBF.

Gostaríamos de agradecer a todo apoio dado pelas torcidas organizadas e torcedores comuns dos três grandes clubes do Recife ao longo da nossa luta e dizer que esta se faz também por um futebol para o povo e livre de opressões.

Notícia sobre a decisão:  
>>> <http://migre.me/twcAx>

**PELA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE POPULAR!  
NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA TORCIDA JOVEM!**

👍 Curtir    💬 Comentar    ➦ Compartilhar

👍 😂 🍕 614      Comentários mais relevantes ▾

398 compartilhamentos      520 comentários

---

**Curto o Ocupe Estelita** mas acredito que esse Post foi equivocado. Infelizmente a Torcida Jovem e a Inferno Coral reiteradamente vêm provando que não podem ir aos jogos. Está claro que o Estádio "é uma extensão da cidade". Talvez seja o melhor exemplo de democratização; é onde se vê todas as classes confraternizando; todas as raças celebrando a paixão. A festa dentro do Estádio é indescritível. Mas fora dele o que se vê é violência. O próprio discurso das Torcidas promove o ódio. Quem vai pra jogo sabe...Saudações tricolores!  
Curtir · Responder · 🍕 15 · 15 de abril de 2016 às 01:34 · Editado

**O Ocupe Estelita** perdeu totalmente meu respeito. Não é pela higienização, é contra o medo que eu, minha família e todas as famílias de bem de todos os times sentem quando esses marginais entram em ação. Quem diz que acredita em "infiltrados" é porque t... Ver mais  
Curtir · Responder · 🍕 18 · 15 de abril de 2016 às 07:52

**Endoidaram** foi? Invadiram esse perfil? Quem escreveu um texto desses não tem a mínima ideia do que é um estádio de futebol. Passa muito longe. Não tem argumentação, não tem base lógica. Um dos maiores absurdos que li ultimamente e olhe que em época de ebulição política nesse país tem saído muita besteira de todos os lados.  
Curtir · Responder · 🍕 18 · 15 de abril de 2016 às 09:28

**Meu irmão,** o cara q escreveu isso deve sofrer de algum déficit mental ou só assiste jogo dentro de casa.  
Curtir · Responder · 🍕 3 · 15 de abril de 2016 às 09:44

**A mim e a grande maioria** dessa página surpreendeu sim! O que não surpreende são os fascistas invadindo as páginas que não tem relação nenhuma com seu pensamento doentio.  
Curtir · Responder · 15 de abril de 2016 às 13:00

No segundo semestre de 2016, uma série de ocupações em escolas públicas de todo o país foram realizadas como forma de protesto contra a reforma do ensino médio e a proposta de emenda à constituição nº 241, a qual congelou os investimentos em educação e saúde por 20 anos. Com 1.514 reações, a segunda postagem mais engajadora do ano para o MOE foi um *banner* de apoio aos jovens ocupantes das unidades de ensino. Novamente, surgem as referências associativas do movimento ao PT e das ocupações como atividades de pessoas desocupadas, ou seja, que não engrossam as fileiras produtivas e de consumo do capitalismo.

**Figura 64** – Segunda postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016



A terceira publicação com maior número de reações foi um vídeo com uma denúncia da detenção de manifestantes que estavam nas ruas do Recife contra a PEC 55. Vale relembrar que a proposta de congelar os investimentos na educação e saúde tramitaram na Câmara Federal e no Senado com numerações distintas. Na primeira era a PEC nº 241, na segunda, PEC nº 55. O *post* pede ajuda de advogados populares. O interessante é o conflito de visões acerca do modelo ideal de protesto, eivado com muitos discursos de ódio às esquerdas e à luta anticapitalista.



**Figura 65** – Terceira postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016



A quarta e a quinta postagem com maiores números de reações foram publicadas nos dois primeiros meses do ano. Respectivamente, a primeira foi em janeiro sobre uma ação movida pelo Ministério Público de Pernambuco para que a PCR não emitisse aos alvarás de construção no cais, e a segunda foi em fevereiro e versou sobre a operação conjunta da Dircon/PCR e da PMPE que proibiram e quebraram fantasias do Bloco de Carnaval do MOE, empatacando tua vista, antes mesmo que chegassem aos pontos de concentração do Carnaval do Recife. Essa última provocou muita indignação e foi alvo de mensagens de apoio. Vale acrescentar que o assunto foi veiculado na mídia hegemônica e comercial local durante o carnaval. Após o período momesco, a pauta não voltou aos jornais.



Figura 66 – Quarta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016



Figura 67 – Quinta postagem do MOE com maior índice de engajamento em 2016



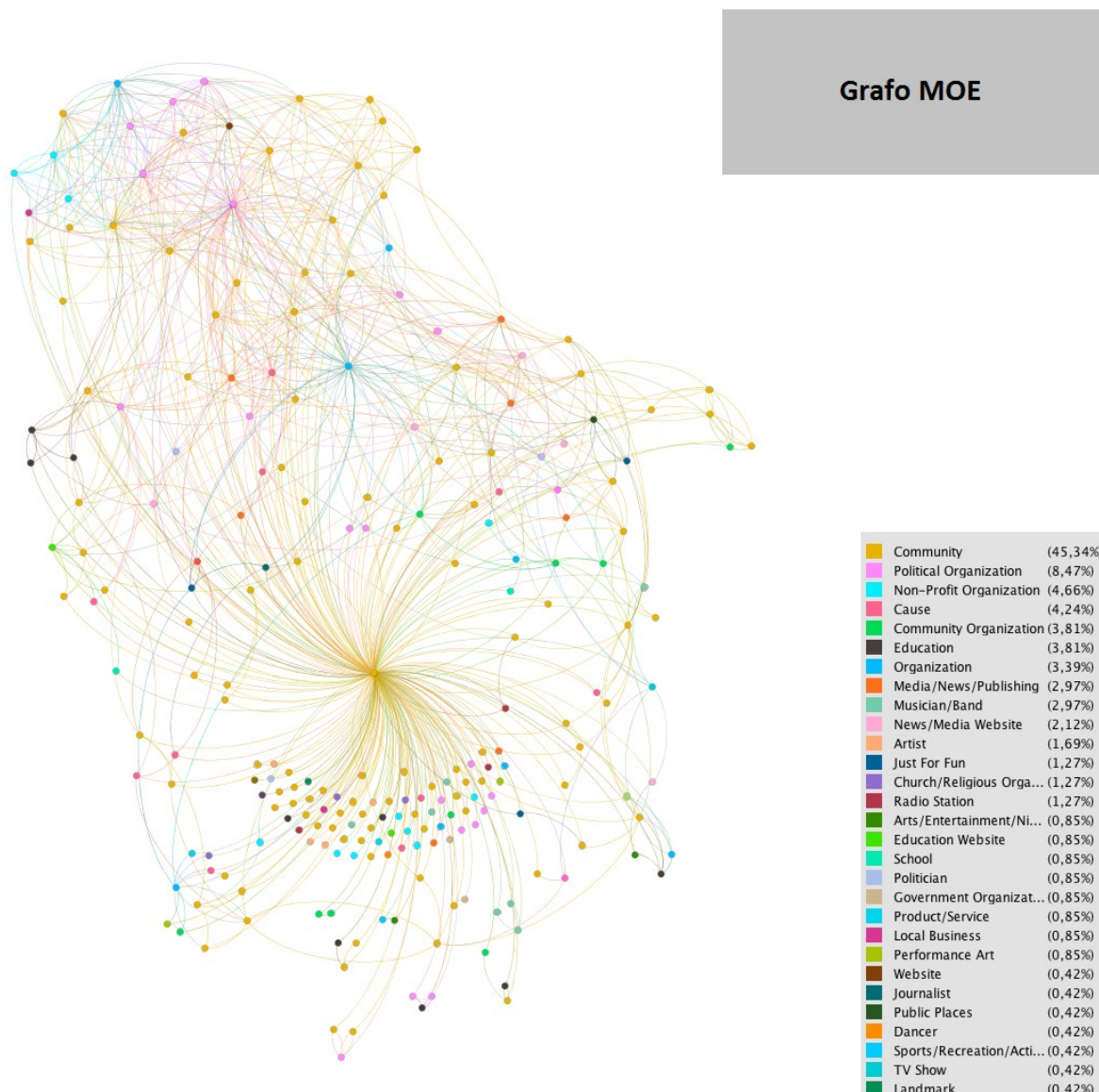
## 6.4 OS OUTROS NÓS: AS REDES TECIDAS COM SUJEITOS COLETIVOS NO FACEBOOK

A maioria dos seguidores que interagiram com a página do MOE no Facebook eram usuários comuns, assim como na Marcha das Vadias Recife. O desenraizamento das militâncias dos novos movimentos sociais em relação a uma instituição específica se ressaltava no percentual de comunidades (45,3%) que compõem a rede estelita. Essa categoria de *fanpage* não se articula, necessariamente, a partir de uma organização e, sim, de visões de mundo comuns entre sujeitos diversos e de localidades diversas também. Nesse contexto, se inserem páginas como a Coque Vive (Recife), Maré Vive (Rio de Janeiro), Vila Autódromo (São Bernardo do Campo), Passe Livre SP (São Paulo), Ocupe Cine Olinda (Olinda), Marcha das Mulheres Negras 2015, entre outros. Apesar da raiz recifense do Ocupe, não foram, necessariamente, questões territoriais que colaboraram para a aglutinação dos sujeitos e, sim, sua vinculação com o direito à cidade. E esse abre um leque temático enorme, estando na sua base a luta anticapital, antiracista e antisexistista - o que se estende às próximas categorias.

A segunda categoria com maior presença é de organizações políticas (8,47%). Essas não correspondem apenas a partidos políticos, mas a instituições ou movimentos que demarcam sua atuação na rede como política, afirmando sua motivação em incidir nas políticas públicas. Dentre esses estão: Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), Movimento Passe Livre, Coletivo Mineiro Popular Anarquista e a Rede de Comunidades do Extremo Sul.

As organizações sem fins lucrativos correspondem a 4,66% dos nós atuantes na rede do estelita. Entre elas estão: Pão e Tinta e o Conselho Pastoral dos Pescadores. Na sequência vêm as páginas de causas (4,24%), como Feminismo sem demagogia, Frente Popular contra o Extermínio da Juventude Negra e Bicicletada Massa Crítica SP. As organizações comunitárias constituem 3,81% das *fanpages*. Nessas se incluem: Pelas Mulheres Indígenas, Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, Reaja ou será morta/Reaja ou será morto etc.

Um dado que merece destaque é o percentual de páginas associadas a atividades de comunicação social na malha virtual do Estelita: mídias e notícias (2,97%), notícias/websites (2,12%), estações de rádio (1,27%), websites (0,42), jornalistas (0,42%) e TV show (0,42%). Somadas correspondem a 7,62% dos nós. Compunham esse conjunto: Carta Maior, Carta Capital, Revista Fórum, Jornalistas Livres, Mídia Livre, Leonardo Sakamoto, Canal Capibaribe, Quebrando o Tabu, entre outros.

**Figura 68** – Grafo das redes tecidas pelo MOE

O recorte, por um lado, demonstra que nem só de automediação viveu o #OcupeCom. Havia sim, pontes estabelecidas com a imprensa. No entanto, a devida atenção aos assuntos propostos pelo MOE foi dada pelo jornalismo independente brasileiro, salvo raras exceções, como se pode visualizar no parágrafo anterior, e pela mídia internacional. Maria Eduarda da Rocha Mota, ao abordar a contribuição de urbanistas, jornalistas, designers no processo de ocupação do Cais, destaca:

Enquanto durou a ocupação, o movimento alcançou uma visibilidade impressionante, muito pela atuação daqueles profissionais e pela presença de

equipes da imprensa estrangeira na cidade durante a Copa. Matérias foram veiculadas neste mesmo *El País*, e em jornais e TVs da França, da Alemanha, da Inglaterra e da Itália. Até a Al Jazeera abriu espaço para o Estelita, o que virou piada diante do silêncio da mídia local, com raríssimas exceções. A barreira foi quebrada de dentro para fora, a partir da mídia internacional, passando por jornais de São Paulo, até chegar à mídia local que, impossibilitada de fazer de conta que nada estava acontecendo, adotou um viés claramente desfavorável ao movimento. Exemplar, neste sentido, foi a matéria do jornal local da TV Globo sobre a expulsão dos ocupantes, em que uns poucos cavadores e uma enxada usados para o plantio da horta comunitária foram apresentados como “armas” em poder dos manifestantes. Vale lembrar que o Consórcio Novo Recife comprou amplo espaço publicitário em horário nobre nesta TV e nos principais veículos locais, de modo que a determinação econômica do conteúdo midiático se pôs a nu, o que pode ser instrutivo na discussão atual sobre a necessidade de regular a mídia brasileira de modo a evitar este tipo de censura que já existe entre nós. (MOTA, 2016)<sup>30</sup>

O potencial aglutinador do MOE, igualmente, se mostra no tamanho da rede articulada e na quantidade de categorias de *fanpages* que catalisou. Além das acima mencionadas, se pôde visualizar: páginas de educação (3,81%), de músicos e bandas (2,97%), de artistas (1,69%), de diversão (1,27%), de Igrejas e grupos religiosos (1,27%), de escolas (0,85%), de políticos (0,85%), organizações governamentais (0,85%), como o Ministério Público Federal, e assim por diante.

Salta aos olhos o diálogo incipiente nas redes sociais virtuais entre o novo movimento e os tradicionais, em especial, com aqueles institucionalizados, como ONGs, associações, dentre outros, e, mais particularmente, com os que estão georeferenciados no Recife. Esta pesquisa alcança o problema, mas, infelizmente, não a sua causa. É oportuno, no entanto, relembrar o cenário de poucas apropriações da internet e das TIC por parte das instituições sociais no Brasil apresentado no terceiro capítulo, tanto que diversas lideranças de organizações não governamentais interagiam com as postagens do Ocupe a partir de seus perfis pessoais e estavam presentes nos atos públicos.

## 6.5 AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA COMO PONTO DE PARTIDA PARA REFLETIR SOBRE O DIREITO À CIDADE NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Nos três anos analisados, a produção de conteúdo da página do Movimento Ocupe

---

<sup>30</sup> MOTA, Maria Eduarda da Rocha. O Ocupe Estelita e a Nova Política. *El país*, São Paulo, 24 nov. 2014. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/10/opinion/1415574846\\_646558.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/10/opinion/1415574846_646558.html)>, acessado em 12 de dezembro de 2017, às 3h12.

Estelita foi descontínua, mas coerente em relação a sua pauta. As ações de incidência política direcionadas ao governo municipal foram contínuas, tendo presença mais marcante nos períodos de pico de interações a cada ano. Os recursos comunicacionais empregados para influenciar a população, inserindo o direito à cidade e a discussão do Cais José Estelita na agenda pública também foram consideráveis. Apenas em 2016, há uma retração nas duas frentes, em especial na primeira, como já foi abordado anteriormente.

As apropriações das ferramentas feicebuquianas foram sendo ampliadas paulatinamente. É conveniente acrescentar que diversas páginas foram criadas, bem como, vídeos e fotos foram compartilhados por militantes do MOE, sem a mediação do #OcupeCom ou da Brigada do Audiovisual, principalmente no primeiro ano. Os(as) entrevistados(as) viam com naturalidade esse processo e relataram não haver nenhum tipo de intenção de centralizar a produção do discurso estelitante, inclusive pela defesa da autonomia, busca pela horizontalidade e autorepresentação defendidas pelo coletivo.

Se por um lado, os voluntários do #OcupeCom souberam utilizar com desenvoltura a inteligência coletiva e os recursos técnicos disponíveis, por outro, essa dinâmica de compartilhamentos, de criação, de recriação e de narrativas colaborativas típicas das redes foram importantes para o fortalecimento do movimento. Os diversos sujeitos que criaram páginas, compartilharam conteúdos sobre/do MOE nas suas próprias redes amplificaram o espectro das vozes estelitantes, ampliando a possibilidade de inserção do tema na agenda pública.

(...) as redes sociais operam dentro de uma esfera pública midiática curiosa: não é o veículo de comunicação que constitui o público, mas o público quem faz o veículo comunicacional. A conversação do público constitui o meio. O DNA das redes sociais é o perfil convertido em autor coletivo interconectado com os outros. Então, nas redes sociais, a priori, não há espectador (e se houver será rechaçado como aquele que espia: o stalker), mas uma comunidade de parceiros em conversa numa timeline, gerando um efeito de sobreposição discursiva no regime da economia de atenção. Sua base é a fala transformada nos “muitos que narram a partir da ocupação do mundo”. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 214)

Sobre os usos dessa espécie de economia comunicacional típica da sociedade em rede para a incidência política, um dos militantes da Brigada do Audiovisual comentou:

As produções audiovisuais do Ocupe contribuem para criar um campo de força discursivo. Não só elas, mas todas as ações, de comunicação ou de rua: o design, a imprensa, os atos... Isso tudo vai compondo um repertório de narrativas que passam a definir um certo ideário do movimento, muitas vezes complexos e até contraditório. A partir disso, as pessoas podem aderir, se



identificar, criar empatia, se aproximar, vestir a camisa etc. Mas os vídeos servem também para incomodar. É como uma pedra no sapato dos poderes. Quando mais eficientes forem os filmes no sentido de incomodar os poderes, mais eles terão êxito. (M.P., entrevista concedida à autora, 2016)

O *post* com maior número de interações, o clipe Apocalipse Recife, é um exemplo disso. A linguagem satírica, a paródia de uma música popular, juntamente com o potencial de rápida difusão que a internet propicia formaram um mosaico que atraiu a atenção das pessoas e incomodou o poder público.

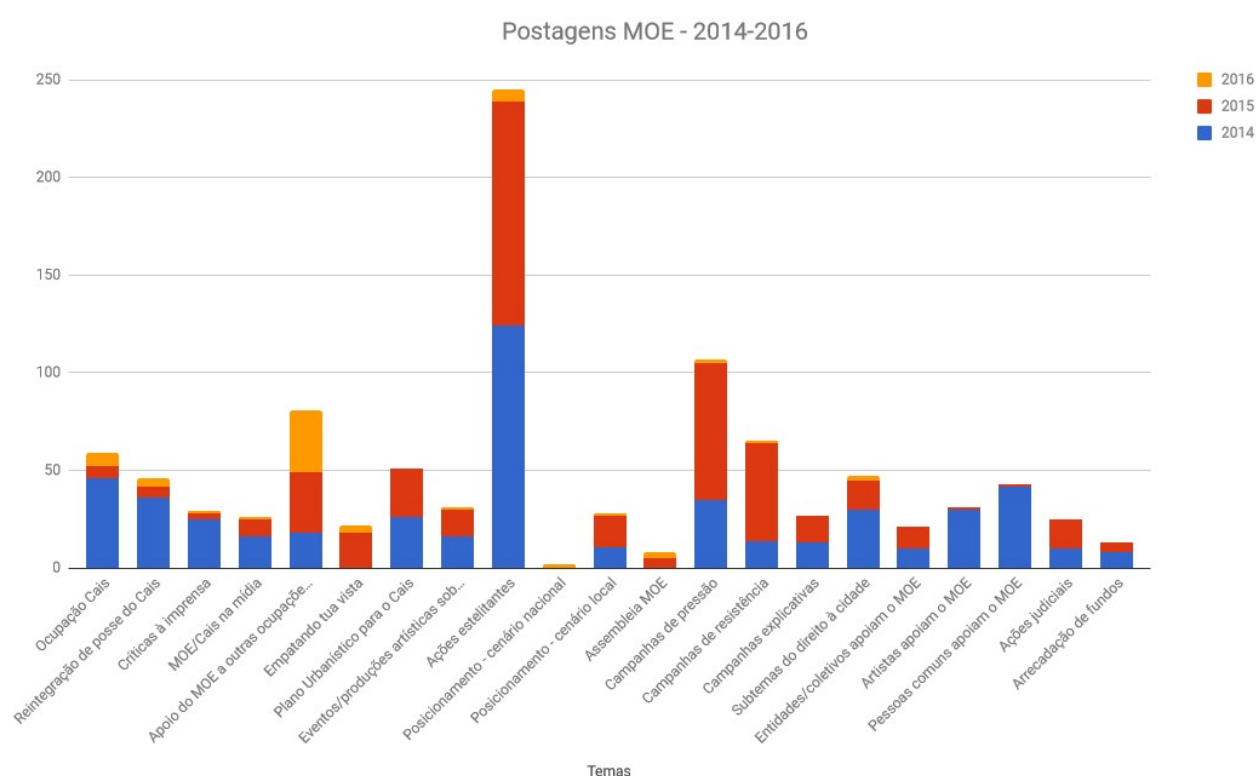
Diferentemente de outras tecnologias de informação e comunicação, como o rádio e a televisão, a rede mundial de computadores adentrou o tecido social de forma peculiar, se impondo como necessária às ações cotidianas. Mesmo com as brechas digitais, a internet influencia na agenda midiática e, em maior ou menor medida, na vida nas cidades. Castells (2009) considera esse processo como a composição de um tecido que liga áreas como trabalho, vida pessoal e busca de informações. Considerando, a esfera pública como espaço de interação capaz de mobilizar forças políticas de mudança social, a internet se apresenta como uma praça que aglutina pessoas e pode ser, se bem apropriada, espaço de promoção de transformações reestruturadoras das formas de participação social e da própria democracia.

A principal contribuição de todas essas pessoas do #OcupeCom é um capital intangível. Não é apenas o texto ou o vídeo. Essas coisas são apenas expressões de um outro capital que é um capital material simbólico, que tem haver com relações, com afetividade, com ideias, tem haver com memórias. A partir desta perspectiva, todos contribuíam do mesmo jeito, a forma era que era diferente, texto, ideias, audiovisual, campanhas publicitárias. Mas o alimento é um capital imaterial de vida que se expressa na forma de relações sociais, de memória de narrativa própria... é esse o investimento que todo mundo faz, esse no meu entender é a maior potencialidade do #OcupeCom, inalcançável, indomável. O Novo Recife não entende isso, que ele não tem esse capital, que é nosso, com sua virtuosidade e com sua fragilidade. (P.L.C., entrevista concedida à autora, 2014)

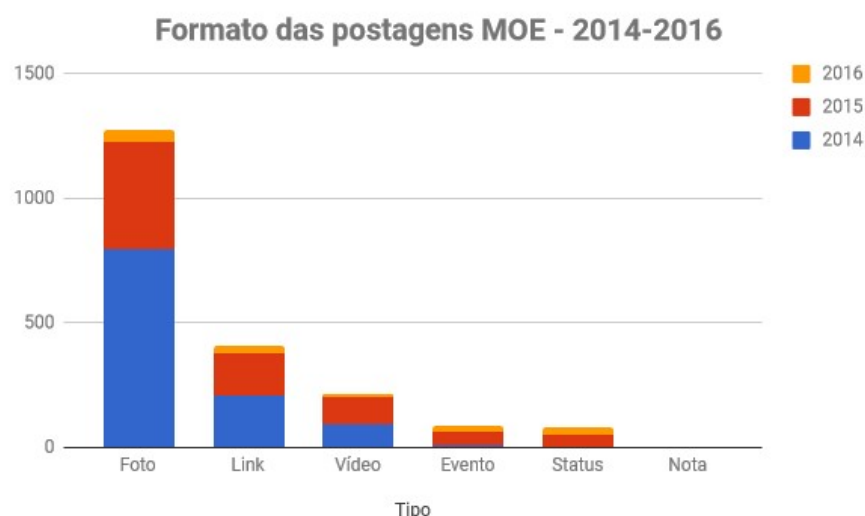
O agendamento temático da *fanpage* do Ocupe demonstrou, conforme o gráfico seguinte, que o espaço foi utilizado prioritariamente para: visibilizar as ações estelitantes (festivals, atos públicos, ocupações, debates, oficinas e outros eventos convocados pelo MOE; em segundo lugar para realizar campanhas de pressão sobre instituições do Estado, capazes de interferir nas políticas públicas; para apoiar outras ocupações e movimentos e, nesse processo, fortalecer a própria luta pelo direito à cidade; e para promover campanhas de mobilização e resistência voltadas para militantes e simpatizantes. A página foi empregada como um meio de autocomunicação de massa.

Os marcos simbólicos da resistência da militância à Ocupação do Cais e à reintegração de posse, ambas ocorridas em 2014, pautaram grande parte das postagens, estando ao lado do que denominamos como subtemas do direito à cidade, como mobilidade, verticalização, meio ambiente, patrimônio, à moradia, entre outros. Esse último ponto desponta como elemento de sensibilização para direitos sociais. É oportuno ressaltar o expressivo volume de postagens sobre o encontro Ocupe Campo-Cidade, em 2015, ainda reverberado em 2016, o qual uniu dois campos, colocados, falsamente, como dicotômicos e opostos pela lógica desenvolvimentista hegemônica de cunho capitalista e excludente.

**Gráfico 21** – Temas prioritários das postagens do MOE entre 2014-2016



Em relação ao formato das postagens, foi possível verificar maior uso das fotos e *links*, seguidos de vídeos, eventos e *status*. Tal dinâmica aparentou ter a ver com os recursos humanos e técnicos disponíveis, bem como com a necessidade de material com alto potencial de compartilhamento e elaborado de forma ágil, diante do contexto emergencial de produção, em especial nos atos públicos, ocupações e embates na Câmara dos Vereadores, no ConCidade, entre outros.

**Gráfico 22** – Formato das postagens do MOE entre 2014-2016

O outro lado da moeda da incidência política do Ocupe na rede virtual foram as reações na página. Além das mensagens de apoio e compartilhamentos, observamos alguns mecanismos de silenciamento como: o emprego do recurso de deslegitimação da fala política do movimento por questões de classe (suposto pertencimento à classe média que tem carro e mora em edifícios e, portanto, não poderia criticar o modelo de mobilidade e verticalização) e de escolaridade (supostamente composto por professores e universitários); deslegitimação dos argumentos pelo suposto uso de maconha por alguns militantes; deslegitimação da crítica ao governo pelo suposto posicionamento partidário; ataques *haters* em massa em algumas postagens e ameaças.

Uma vez que as redes se constituem em espaços imateriais, de fluxos de comunicação, a interdição da fala, da produção de conteúdo de um dos nós, é a forma mais eficaz de anulá-lo ou, numa metáfora, de matá-lo no ciberespaço. Então, esses mecanismos de silenciamento se constituem, na prática, como violências simbólicas que corroboram com a manutenção do *status quo* e das relações de poder desiguais existentes no mundo da vida.

Os argumentos contrários à bandeira do movimento e aos *posts* apresentados na página do Ocupe consistiram predominantemente: na defesa do capitalismo por ser, supostamente, sinônimo de desenvolvimento e avanço; na acusação ao comunismo como sinônimo de atraso socioeconômico e oposto ao capitalismo; na crítica à “desocupação” dos militantes (tanto que foi criada uma *fanpage* aversa ao MOE intitulada “Ocupe-se”); e no ódio às esquerdas e ao PT (vide comentários na figura 60).



Os dois períodos em que os comentários odiosos se ampliaram na página foram: após a cobertura da imprensa da reintegração de posse do terreno ocupado, reforçando o poder de agendamento público desse setor, e, curiosamente, nos momentos em que o movimento radicalizou a crítica ao prefeito Geraldo Júlio, em especial em 2015.

Esse conjunto de achados de pesquisa demonstra como os movimentos por direitos não podem prescindir da comunicação como campo político, como bandeira e instrumento de ação. A luta pelo direito à cidade passa pelas ruas e pelas redes, sem sobreposição, afinal são campos por onde trafegam o capital, com todos os seus agentes.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa combinou técnicas de coletas de dados e de análise, de base qualitativas e quantitativas, visando desvendar como se dá a incidência política dos novos movimentos sociais por meio de redes digitais. Para tal, partimos das experiências do Movimento Ocupe Estelita e da Marcha das Vadias Recife no Facebook, a principal plataforma digital de relacionamento do Brasil deste início de século XXI. Diante do grande volume de informações e de possibilidades de enquadramento de pesquisa, optamos pela categorização em camadas: 1) apresentação de cada movimento articulando-os com a discussão sobre as identidades dos sujeitos que os integram e as características basilares de sua ação política; 2) classificação das postagens por tema e por formato, permitindo visualizar os assuntos prioritários para a incidência política e como utilizavam os recursos tecnológicos e da própria rede digital para suas ações; 3) e, no intenso processo de produção de conteúdo, a identificação dos sujeitos coletivos (movimentos, grupos, associações, segmentos sociais etc.) que compunham as suas redes.

A nomenclatura *novos movimentos sociais* reaparece de tempos em tempos, diante da necessidade de enquadramento conceitual de novos arranjos da sociedade civil. Esses se constituem na inclusão de pautas e sujeitos políticos na esfera pública e são um interessante indicador do período sócio-histórico no qual se inserem. Na verdade, sua própria organização revela os dilemas da sociedade, afinal suas bandeiras e morfologias são respostas às crises e possibilidades dadas naquele momento.

As manifestações da Praça Tahrir e o Occupy Wall Street, em 2011, as Jornadas de Junho no Brasil, em 2013, são algumas das experiências de movimentações sociais que chamaram a atenção da mídia, dos grandes polos de poder (locais e globais) e da academia. A partir de sua organização fluida e fragmentada, mas de força impactante, pesquisadores de diversas áreas do saber têm tentado apreender seus contornos, possibilidades e desafios. Das multidões de Hardt e Negri (2004) às redes de esperança e de indignação, de Castells (2013), o que se ressalta, para a academia, é a urgência de uma revisão de marcos epistemológicos que deem conta da grave crise de sentido política e ontológica hodierna.

Os novos movimentos sociais compõem a sociedade em rede, a qual, por sua vez, faz parte de um contexto de capitalismo global. O uso instrumental das tecnologias de informação e comunicação reestruturam o mercado, a política, a cultura e a comunicação, criando novas sociabilidades e tornando contínuos, sem barreiras, dois elementos indispensáveis para a

organização social, o espaço e o tempo. Com isso, dizemos que as TIC colaboraram com a tessitura desse novo corpo social, mas, igualmente, foram sendo aprimoradas a partir das demandas do mercado, da política, da cultura e da comunicação. Trata-se de uma via de mão-dupla, onde a tecnologia e a comunicação ocupam lugar central, mas não são entidades a-históricas a ditar os rumos da humanidade.

Por isso mesmo, a sociedade em rede se desenvolveu de forma desigual em todo o mundo. Nem todos os países participam em iguais condições de decisão e de fala, em especial os que integram o Sul Global. Nem todos os segmentos sociais, dentro de cada um dos países integrantes da grande rede, estão em iguais condições de participação e de incidência política. Fatores sociotécnicos como questões identitárias e disponibilidade de tecnologias interferem nesse cenário. Isso porque o esqueleto do novo mundo é formado pelas velhas desigualdades estruturais que organizaram os regimes de inclusão e exclusão ao longo da história: questões de classe, raça/etnia e relações de gênero despontam como indicadores de acesso às TIC e, assim, de acesso a essa sociedade. É válido lembrar, no entanto, que o mero ingresso na rede mundial de computadores não valida uma participação dos sujeitos ativa e igual: o nível de escolaridade interfere tanto quanto o letramento digital.

A esfera pública, reconfigurada pela sociedade em rede, teve seu mundo da vida ampliado. Dele agora fazem parte as dinâmicas da vida *on* e *off-line* com todos os seus sistemas de organização e de produção de sentido. A vida em átomos e a vida em *bits* não se separam. Funcionam em contiguidade, ampliando os elementos que interferem na política, ressignificando-a também. O Estado, agente mediador dos interesses coletivos e, ao mesmo tempo, estruturador do mercado, passou a figurar, com cada vez mais força, em blocos regionais, diante de uma economia globalizada. Seu poder territorialmente delimitado é confrontado por problemas que o transcendem geograficamente. Instituições e leis supranacionais foram criadas para resolver alguns impasses, em especial após a segunda guerra mundial, no entanto, a maioria dos seus dispositivos não dialogam diretamente com as demandas locais.

Os novos movimentos sociais se organizam a partir de problemas locais, que estão vinculados com lógicas globais, em geral, associadas ao avanço do neoliberalismo. Os sujeitos que integram as suas fileiras, na sua maioria, desconfiam das instituições e dinâmicas associadas ao Estado tradicional, o qual já não responde aos anseios e demandas de seus cidadãos. Os sujeitos plurais que os integram estão em um processo de auto representação, reivindicando direitos diante de situações adversas e urgentes. Na pluralidade de sujeitos e

pautas reside sua força e sua fragilidade, visto que, mobilizados, têm a robustez necessária para interferir na realidade, mas possuem dificuldade em construir agendas políticas de longo prazo. Há que se considerar o tamanho do seu desafio, agora global.

É oportuno sublinhar que os novos movimentos sociais, assim como os tradicionais, podem ser alinhados a ideários de esquerda ou de direita, serem compromissados com a emancipação de setores historicamente excluídos ou atuarem para a manutenção do *status quo* e de bases segmentadoras. Nesta tese, nosso olhar se volta a dois movimentos vinculados a pautas emancipatórias que se assemelham na dinâmica do local-global, no formato da militância e no enfrentamento das desigualdades estruturais de classe, raça/etnia e gênero.

As mesmas redes instrumentais de fluxos que possibilitaram o avanço do capitalismo em todo o mundo têm sido apropriadas por essas militâncias para visibilizar suas pautas políticas e suas dores. Ainda que, em muitos casos, não tratem a comunicação e a própria internet como arena política, entendem que a superação da situação de opressão passa pela capacidade de articular novos sujeitos para a luta, o que se dá com a incidência sobre a agenda pública da sociedade global, ou seja, por meio da comunicação tática e estratégica.

Os movimentos sociais tradicionais, como demonstrou o relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2017), estão em situação contingencial em relação ao uso das TIC, devido a inúmeros fatores que vão desde o modelo de sustentabilidade, assentado em editais de financiamento de agências que não compreendem a comunicação e a tecnologia como elementos indispensáveis à finalidade de suas ações, passando pelos desníveis de conhecimento do corpo técnico sobre *softwares* e internet, típicos das brechas digitais, até o seu ordenamento institucional, algumas vezes hierárquicos e burocratizados, os quais têm dificuldades a se adaptar às dinâmicas ágeis e horizontalizadas dos novos protocolos de comunicação, em especial nas redes sociais virtuais.

Nesse contexto, a Marcha das Vadias Recife e Movimento Ocupe Estelita adotaram as redes sociais virtuais, a partir de seu potencial híbrido de meio de comunicação pessoal e de massa, como espaços de interação com a sociedade e de incidência sobre a agenda pública. O uso de plataformas de cunho mercadológico, como o Facebook, uma das principais empresas da economia informacional no mundo, se deu pelo número de usuários que conseguiu aglutinar, pelo potencial de agendamento e, obviamente, porque suas estruturas amigáveis tornam a navegação mais fácil e acessível às pessoas de baixo e médio letramento digital. A própria militância e instâncias organizadoras dos dois movimentos, inclusive as responsáveis pelos processos de comunicação, possuem desníveis de letramento digital. Isso não é uma

crítica, é um dado do cenário de onde operam.

Ao longo dos três anos analisados (2014 a 2016), os dois movimentos demonstraram um uso crescente das ferramentas e possibilidades da plataforma, diversificando os formatos de sua narrativa e, com isso, ampliando a probabilidade de ter uma produção simbólica que dialogue com as estruturas de formação de sentido vigentes, assentadas em uma linguagem de forte cunho imagético e audiovisual. Foi assim que despontaram como formatos mais utilizados as fotos (imagens, *banners* etc.), primeiramente, depois os *links* e, posteriormente, o vídeo.

O papel dos *links* notavelmente respondeu a duas demandas principais: 1) o aprofundamento das pautas inseridas pelos movimentos nas *fanpages* por meio de matérias, artigos, livros e vídeos, advindos de fontes confiáveis e especialistas, inclusive do próprio movimento, em especial no caso do Ocupe Estelita; e 2) alimentar o fluxo de comunicação nos períodos de baixa incidência, mantendo as redes estabelecidas e o próprio sentido de relevância social/existência dos coletivos por meio dos assuntos elencados nas postagens. É oportuno frisar que, nem nas páginas do facebook nem nos espaços extra-rede apresentados pelos *links*, há a figura do porta-voz do movimento, e, sim, a dos apoiadores da causa do movimento, dos militantes. Isso se mostra em coerência com a busca por estruturas mais horizontais e menos burocráticas de organização social, o que não significa a inexistência de relações de poder, tensões e disputas por protagonismo nas esferas decisórias dentro dos movimentos.

Os temas mais abordados nas postagens estavam vinculados aos atos públicos que se conformaram como marcos simbólicos dos movimentos. No caso da Marcha, os assuntos que mais ocuparam a *fanpage* foram o ato público anual da Marcha das Vadias Recife e o *One Billion Rising*. Da parte do Ocupe, foram as referências à Ocupação do Cais e à reintegração de posse, em 2014. Infere-se, então, um uso mais direcionado das páginas para a visibilidade de suas ações, particularmente, oportuno para a criação de uma narrativa própria sobre si e suas bandeiras, preferencialmente não mediado por outros, especialmente pelo jornalismo hegemônico e/ou diante das dificuldades de se inserir na pauta jornalística dos grandes veículos de comunicação comerciais - no Brasil tradicionalmente vinculados a interesses do mercado e das velhas elites políticas.

As páginas não, necessariamente, foram utilizadas como ferramentas consultivas e deliberativas para processos decisórios, estando esses situados em outras ferramentas da plataforma como os grupos fechados, chats de grupo específicos e, é válido salientar, por

meio do uso de outras redes consideradas mais seguras e nas assembleias presenciais. A relevância desse achado reside na dissociação da ação política desses movimentos da vulgarmente chamada “militância de sofá”. Ainda que o espaço de fluxos das redes virtuais faça parte da sua incidência, ela não se encerra ali, estando conectada com outros processos *offline*.

A sazonalidade das postagens e interações no triênio e ao longo de cada ano estão vinculadas à própria dinâmica desses movimentos e suas constituições. Observa-se que os períodos de pico, coincidentemente, na Marcha e no Ocupe, são os meses de maio e junho. Esses estão vinculados aos atos públicos anteriormente mencionados. Após esses meses, há uma arrefecida na publicação de *posts* e nas interações em rede. Reitera-se que a organização desses coletivos corresponde a respostas a situações e pautas concretas e específicas. Muita energia é investida nesses momentos por cidadãos que voluntariamente participam das ações por convicções pessoais e num processo de auto representação. Depois dessas ocasiões, vem um período de baixa produção/interação, interrompido por novos problemas/situações que exigem respostas imediatas.

Evidencia-se como o ciberespaço ampliou as possibilidades de resolução de problemas sociais e de busca por direitos dos novos movimentos sociais brasileiros, ou pelo menos, dos dois aqui analisados. Assim como, de articulação de apoios que ultrapassam as barreiras espaciais dos seus territórios específicos de atuação, tornando, por meio de novos protocolos de comunicação, assentados em especial na solidariedade com outros movimentos e coletivos, os símbolos principais das suas lutas em metáforas de lutas universais. Isso somente é possível por meio da comunicação tática e estrategicamente direcionada para fins de incidência política. Num mundo globalizado, as problemáticas locais são consideradas menores diante das mundiais ou de largo espectro no globo. Situar as realidades locais como relevantes em um cenário como esse requer um grande aparato sociotécnico e discursivo, o qual crie circunstâncias em que as plurais identidades existentes se reconheçam nas problemáticas dos outros e, nestas circunstâncias, as plataformas sociais da internet são caminhos para esse encontro de muitos.

No entanto, seria leviano deixar de frisar que o ciberespaço não foi a única instância de organização e de deliberação da Marcha e do Ocupe. Corpos nas ruas e nos encontros organizativos foram imprescindíveis para os rumos tomados. E mais, pelo fato do espaço virtual ser parte constituinte da esfera pública na sociedade em rede, sua conformação é permeada por relações de poder comuns ao espaço público *offline*. Assim, o ciberespaço é

repleto de possibilidades para os movimentos e para os contrários a esses, os quais empreendem esforços para silenciá-los também nas redes virtuais.

Os dispositivos de silenciamento empregados contra os dois movimentos obedeceram a interessantes lógicas em comum: 1) construções discursivas de deslegitimação das causas, apresentando-as como desnecessárias à sociedade; 2) deslegitimação dos próprios sujeitos políticos por questões visivelmente identitárias, de classe e de gênero, em particular; 3) ataques em massa com denúncias a postagens e tentativas de tirar as páginas do ar; e 4) repasse de vírus, dentre outros. No caso da Marcha, comentários assentados em *gaslighting* ilustram como as tradicionais relações de gênero não são rompidos pela mera transposição espacial das bandeiras feministas das ruas para as redes. Para se proteger e agir no ciberespaço é preciso domínio de suas especificidades – mais um desafio para a sociedade civil organizada, a qual, igualmente, não pode negar a relevância de seu ingresso e ações concertadas nessa esfera.

Em relação às redes formadas pelos dois movimentos no Facebook foi possível identificar como os fatores identitários interferiram na formação da rede da Marcha das Vadias Recife com outras páginas, majoritariamente constituídas por comunidades e organizações sociais que têm bandeiras feministas, antissexistas, não-binárias e antiracistas. A própria produção de conteúdo para a rede social virtual privilegiou o diálogo com mulheres e afeminadas. Os conteúdos da *fanpage* estiveram mais direcionados à influência na agenda pública, em especial das mulheres e afeminadas, com a inserção de determinados temas como o direito ao corpo e a uma vida sem violência para as mulheres do que à incidência nas políticas públicas institucionais por meio de campanhas de pressão nas instâncias governamentais.

O Ocupe Estelita, por sua vez, inclusive pela sua pauta de cunho mais universal, o direito à cidade, articulou atores sociais mais diversos em suas redes. As comunidades, organizações políticas, organizações comunitárias e não governamentais, bem como as páginas de causas e vinculadas à comunicação social foram categorias de *fanpage* mais presentes na sua rede facebuquiana. O #OcupeCom, na gestão de rede, produziu conteúdos direcionados a cidadãos comuns, militantes/simpatizantes e para esferas da política institucional, tendo como alvo principal o executivo da Prefeitura do Recife. Sua incidência política nas redes abarcou dimensões de ação sobre a agenda pública, sobre a agenda midiática (com exemplos como o *streaming* de coletivas de imprensa, entre outros) e sobre o Estado, por meio da tentativa de interferir nas políticas públicas e nas decisões legais.

Interessante foi perceber que, em ambas as redes, aparecem poucos movimentos e entidades da sociedade civil organizada mais tradicionais e georreferenciados no Recife. A observação e o diário etnográfico possibilitaram, no entanto, perceber que esses estiveram presentes nos atos públicos e diversas lideranças daqueles interagiram com as postagens a partir de seus perfis pessoais. Diante do avanço do neoconservadorismo é preciso pensar como o conjunto da sociedade civil organizada em prol de direitos está se inserindo no ciberespaço para que esse não se torne, ao invés de espaço de possibilidades de emancipação, em barreira para a comunicação das suas diversas bandeiras.

A primeira hipótese desta tese foi confirmada parcialmente: os processos comunicacionais são inerentes à incidência política dos novos movimentos e partem de pressupostos contra-hegemônicos, mas a consciência da comunicação como campo constituinte das suas próprias causas não foi generalizada, sendo em alguns casos/momentos, vista como uma ferramenta necessária a alguma demanda pontual do movimento, como a visibilidade para que os atos públicos tivessem sucesso.

A pesquisa confirmou as hipóteses de que há preponderância do uso de redes sociais virtuais mercadológicas por serem de acesso mais fácil para todos os tipos de internautas, assim como de que suas estruturas se alinham mais à dinâmica autogestionada dos movimentos do que os sistemas de incidência política mediados pelos veículos de comunicação tradicionais. A política de identidades se mostrou determinante na formação de redes e nas estratégias comunicacionais para incidência política da Marcha das Vadias. O Ocupe aglutinou identidades mais diversas com pautas mais abrangentes, mas é inegável que o lugar de fala e de pertencimento deles influenciou até nas reações contrárias a eles.

Esta tese trouxe uma fotografia, temporal e geograficamente delimitada, de um processo social de extrema relevância para a conquista de direitos e para a democracia: a emergência de novos sujeitos sociais organizados em coletivos com bases diferenciadas dos tradicionais movimentos sociais e dialogando com as dinâmicas da sociedade em rede. O estudo demonstrou como as contingências sociopolíticas e econômicas e as brechas digitais impactam sobre a apropriação do espaço técnico das redes sociais virtuais. As apropriações das tecnologias de informação e comunicação por parte dos movimentos analisados foram desniveladas, revelando limites à sua incidência política – alguns demarcados pelos coletivos, que optaram por não dialogar com o Estado por exemplo, outros não.

Falar de incidência política na atualidade é abordar as ruas e as redes virtuais como espaços de disputa. Uma vez que a sociedade em rede tem na sua centralidade processos de



comunicação, não os tomar como campos de ação diminui o alcance e a força dos movimentos. Em tempos de ódio às vozes que se levantam em prol da democracia e da ruptura com os sistemas de segregação social, a resistência ao silenciamento imposto pelas estruturas de poder hegemônicas, e que representa a morte simbólica desses segmentos, passa pela capacidade (e possibilidade) de produção discursiva e vocalização das lutas pelos seus sujeitos.

Como o campo da comunicação foi expandido com o advento da rede mundial de computadores, é imprescindível incorporá-lo na cotidianidade dos movimentos sociais, sem que isso signifique abandonar a disputa pelo terreno dos *medias* tradicionais, considerando sua larga penetração na sociedade. Para as esquerdas do Sul Global foi posto um novo desafio, o de abarcar em definitivo a comunicação e as TIC como elementos garantidores de inclusão ou de exclusão, de direito ou de negação desse.

## REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C.. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. Petrópolis: Editora Vozes. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOBSIN, Debora; POZZEBON, Marlei. O impacto das novas tecnologias no terceiro setor: barreiras e oportunidades. In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas organizações sem fins lucrativos brasileiras** (livro eletrônico): TIC e organizações sem fins lucrativos 2016. São Paulo: Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR, 2017. p. 29-34.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2008.

CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. **Mídia, gênero e direitos humanos: a cobertura da mídia pernambucana sobre os direitos humanos das mulheres no caso da Marcha das Vadias do Recife**. Universidade Católica de Pernambuco: monografia, 2013.

CARDOSO, Gustavo; ESPANHA, Rita; ARAÚJO, Vera. **Da comunicação de massa à comunicação em rede**. Porto: Porto Editora, 2009.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David *et al.* **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo:Carta Maior, 2012. p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder da comunicação**. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CASTILLO, Ramón. **Érase una vez en América: John Dewey y la crisis de la democracia**. In: DEWEY, J. La opinión pública y sus problemas. Madrid: Ediciones Morata, 2004. p. 11 – 55.

CERTOU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CISNEIROS, Leonardo. **O ciberativismo do Direitos Urbanos Recife**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/anonimo/o-ciberativismo-do-direitos-urbanos-i-recife>>, acessado em 02 de junho de 2016, às 14h20.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas organizações sem fins lucrativos brasileiras** (livro eletrônico): TIC e organizações sem fins lucrativos 2016. São Paulo: Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR, 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2016** (livro eletrônico). São Paulo: Núcleo de Informação e Comunicação do Ponto BR, 2017.

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

DIAS, Leila Christina. **Os sentidos da rede: notas para uma discussão**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro (ORG). *Redes, sociedades e territórios*. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 11-28.

DIJCK, José Van. **The culture of connectivity: a critical history of social media**. New York: Oxford University Press, 2013.

DI FELICE, Massimo. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. In: **Dossiê Redes Sociais**. São Paulo: Revista USP, v. 22, p. 06-19, 2012.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.

GARRETÓN, Manuel Antônio (ORG). **Espacio cultural latinoamericano: bases para una política cultural de integración**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe e mobilizações no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GÓMES, Guillermo Orozco. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. México: Universidad de la Plata, 1997.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n.2, p. 433-447, mai./ago 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/18154/12998>>. Acessado em 2 de janeiro de 2017, às 8h40.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Multitud: guerra y democracia en la era del imperio**. Barcelona: Debate, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa I** - Racionalidad de la acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

\_\_\_\_\_. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade (Volume II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In: MORAES, Dênis (ORG). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. p. 339-347.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David *et al.* **Ocuppy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 57-64.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HINE, Christine. Virtual Ethnography. In: **3th International Conference on Public Communication of Science and Technology (PCST)**, Montreal, Canada, April, 1994. Disponível em: <[https://pcst.co/archive/pdf/Hine\\_PCST1994.pdf](https://pcst.co/archive/pdf/Hine_PCST1994.pdf)>, acessado em 22 de dezembro de 2016, às 20h30.

HYMES, Dell. Introduction: Toward Ethnographies of Communication. In: **American Anthropologist**, 1964. Vol 66, Dez 1964, p. 1-34. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1964.66.suppl\\_3.02a00010/pdf](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1964.66.suppl_3.02a00010/pdf)>, acessado em 02 de janeiro, às 12h.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (UIT). **Measuring the Information Society Report 2016**. Genebra: UIT, 2016.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAMAS, Martha. **La antropología feminista e la categoría “género”**. In: LAMAS, Martha. El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. Cidade do México: PUEG, UNAM, 1996. P. 111-125.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 2003.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2010.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MALDONADO, A. Efendy. **La investigación de la comunicación en América Latina y las estrategias transmetodológicas para su avance epistemológico y socioeducativo**. In: VALAREZO, Alberto Pereira (ed.). *La investigación de la comunicación em América Latina*. Quito: Fondo editorial FACSO-UCE, 2010, p. 19-38.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**. In: MORAES, Dênis (ORG). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. p. 57-86.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

MATEUS, Samuel. A etnografia da comunicação. In: **Revista Antropológicas**, 2015. Número 13. p. 83-88. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas>>, acessado em 19 de dezembro de 2016, às 10h12.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?. In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **O feminismo e a política**. In: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-30.

MIGUEL, Ana de; BOIX, Monteserrat. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATHANSON, L. Graciela. **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. E-book. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 39-76.

MIRANDA, Livia. **Desenvolvimento humano e habitação no Recife**. Atlas do desenvolvimento humano no Recife [CD-ROM]. Recife: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, 2005.

MORIN, Edgar. **Uma mundialização plural**. In: MORAES, Dênis (ORG). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. p. 349-366.

M. S.U. (2014). Entrevista concedida à autora sobre a participação no Ocupe Estelita.

NATHANSON, L. Graciela. **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. E-book. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. In: **Lugar Comum**, n. 19, p. 15-26, 2004.

PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71-82.

P.J.M. (2014). Entrevista concedida à autora sobre a participação no Ocupe Estelita.

P.L.C. (2014). Entrevista concedida à autora sobre a participação no Ocupe Estelita.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Heitor Costa Lima da; LIMA, Nataly de Queiroz. Direitos em bits: estratégias de comunicação mediadas por tecnologias para a mobilização em prol de direitos humanos. In: MENDEZ, José Manuel Gómez e et al. **Derechos humanos emergentes y periodismo**. Universidad de Sevilla: Espanha, 2014. p. 636 - 655

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas**: as revoltas de junho e suas interpretações. In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 7-12.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

\_\_\_\_\_. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução geral à coleção**. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-38.

\_\_\_\_\_. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes sociais**: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro (ORG). **Redes, sociedades e territórios**. 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 29-50.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova York: Columbia University Press, 1989. Tradução do texto disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%Aanero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%Aanero-Joan%20Scott.pdf), acessado em 21 de dezembro de 2016, às 9h.

SODRÉ, Muniz. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 27-38.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2005. p. 98-109.

TRUFFI, Renan. **A batalha pelo Cais José Estelita**. Recuperado em 23 de novembro de 2014 de <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>

URANGA, Washington. Comunicar para la incidencia política. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. ALAIC, v.13, n. 25(13), p. 48-54, 2016. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/844>>, acessado em 25 de fevereiro de 2017.

VELOSO, Ana Maria da Conceição; VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de; CARDOSO, Laís Cristine Ferreira. Entre lacunas e omissões: o déficit de informação na cobertura da Marcha das Vadias nos portais de notícias pernambucanos em 2015. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1775-1.pdf>>, acessado em 25 de fevereiro de 2017

VIZER, Eduardo. **Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias**. In: FERREIA, Jairo; VIZER, Eduardo. **Mídias e movimentos sociais: linguagens e coletivo em ação**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 23-52.

ZANINI, Débora. Etnografia em redes sociais. In: SILVA, Tarcízio; STABILE, Max (Org). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: IBPAD: Uva Limão, 2016. p. 163-186.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David *et al.* **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo:Carta Maior, 2012. p. 15-26.

ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das desigualdades digitais no Brasil**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) e Instituto Sangari, 2007.